Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23150 DIRECTOR **MÁRIO MESQUITA** DIRECTORA ADJUNTA **DIANA ANDRINGA** QUARTA-FEIRA 3 JANEIRO 89 60$00

EDITORIAL

A arte de bem remodelar

A remodelação do Governo português, aos 2 de Janeiro de 1989, há-de figurar nos compêndios de ciência política como exemplo da arte de bem remodelar.

Ao longo de meses, o primeiro-ministro evitou cuidadosamente qualquer alteração na composição do Governo, que parecesse cedência às intrigas da Imprensa.

A 2 de Janeiro, o primeiro-ministro ficou livre da ignóbil suspeita de agir sob pressão dos jornais ou da opinião pública: remodelou sob pressão directa dos resultados eleitorais das autárquicas e dos barões do seu partido. A julgar pelas aparências, o engº Eurico de Melo retirou-lhe a sua confiança.

A nomeação do novo ministro da Defesa, candidato vencido à Câmara do Porto, deve ser interpretada como uma demonstração de rigor intelectual de Cavaco Silva: se o eleitorado rejeita um cidadão para a Câmara, isso não significa que não lhe deseje conferir responsabilidades a nível do Governo. Além disso, a defesa da Pátria não se confunde com a defesa da Câmara.

As remodelações, tal como as perdizes, não devem ser servidas no próprio dia em que os ministros foram abatidos em termos de opinião pública. No entanto, a exoneração simultânea de Miguel Cadilhe e Leonor Beleza, ainda que acompanhada de piedoso louvor, demonstra que tudo tem um limite. Mesmo a teimosia, em Portugal.

Será esta nova ração de espinafres suficiente para permitir ao nosso herói retomar o fôlego? A questão é prematura. Estamos ainda em pleno intermezzo da longa metragem "O complexo de Popeye" - o velho marinheiro patriota que salva o seu País da decadência e da desordem.

Mário Mesquita

Com elenco apagado

Cavaco III

- *Eurico de Melo discordou desta remodelação e, como a sua opinião não foi tida em conta, demitiu-se*
- *Fernando Nogueira é, agora, o número dois da hierarquia governamental e só o ministro Miguel Beleza escapa ao controlo do grupo de Coimbra*
- *Para muitos dirigentes do PSD, Miguel Beleza representa outra excepção: ele será o único dos novos ministros que foge à classificação de cinzentismo*
- *Cavaco Silva substituiu ministros sem qualquer explicação prévia aos visados e aos dirigentes do PSD*
- *Uma entrevista de Álvaro Barreto a "O Jornal" surpreendeu e desagradou a Cavaco Silva. Daí até à sua demissão foi um passo*

Os nomes que integram o Governo de Cavaco Silva, após a remodelação de ontem, têm um perfil apagado, à excepção do ministro das Finanças, Miguel Beleza, um técnico prestigiado. Embora formalmente se trate ainda do mesmo Executivo, a verdade é que se abriu uma nova fase da vida política portuguesa que se pode designar pelo período Cavaco III.

Cavaco Silva surge agora mais solitário num Governo diminuido no seu crédito público e num partido descontente com a marcha dos acontecimentos. As vozes que o contestam no interior do PSD são em número crescente. Passou o tempo das unanimidades. A partir de hoje, Cavaco espera apenas que o apoio do grupo de Coimbra seja suficiente para garantir a sua posição. Fernando Nogueira é o delfim escolhido pelo líder. Eurico de Melo abandonou-o porque se sentiu marginalizado. O grupo de Lisboa foi posto de parte e doravante irá assumir-se como oposição interna.

Págs. 2 e 3

Rui Pacheco

PCP expulsa Zita Seabra

Zita Seabra, crítica da direcção do PCP, foi expulsa esta manhã daquele partido. A decisão foi-lhe comunicada pela Comissão Central de Controlo e Quadros e até agora não houve explicação oficial dos motivos. «É lamentável que a renovação comece com a expulsão dos renovadores», disse Zita Seabra. A causa próxima terá sido a publicação de um texto no «Diário de Notícas», em que defendia a alteração do nome do partido, uma questão actualmente em debate no PCI, como se pode ler num texto de Joaquim Letria.

Págs. 7 e 9

Angola: grande ofensiva contra a Unita

Sem cubanos e sem sul-africanos travam-se, no sueste de Angola, os mais violentos combates da guerra que opõe, deste 1975, o MPLA e a UNITA.

Em tempo de paz internacional angolanos assumem agora, sózinhos, a violência da guerra civil. Savimbi terá perdido Mavinga, a última posição defensiva do seu quartel-general, a Jamba.

As FAPLA mobilizaram 10 mil homens, três centenas de carros de assalto e a aviação para retirar ao movimento opositor os seus maiores suportes militares.

As duas partes procuram esconder a dimensão dos confrontos: fontes oficiais do Governo angolano «não desmentem nem confirmam» os êxitos das suas forças armadas, enquanto a Unita nega estar a perder terreno.

Pág. 11

VÁ COM A **MELO** E A **AMSTRAD** À **TAILÂNDIA**

ATÉ 15 - 01 - 1990

1.º PRÉMIO — 1 viagem à Tailândia,
2.º PRÉMIO — 1 micro Amstrad PC 200
3.º PRÉMIO — 1 impressora Amstrad DMP 3160

PELO MESMO PREÇO QUE PODERIA ADQUIRIR NOUTRO LOCAL, TEM AGORA O DIREITO DE, POR CADA EQUIPAMENTO **AMSTRAD** ADQUIRIDO, A UM NÚMERO PARA CONCURSO. **HABILITE-SE!**

CONDIÇÕES: — PRONTO PAGAMENTO — CRÉDITO
— ALUGUER 36 MESES — CASH & CARRY

SORTEIO A REALIZAR NA LOJA **MELO,** SÁBADO, DIA 20 DE JANEIRO DE 1990, ÀS 11.30 HORAS COM A PRESENÇA DE UM RESPONSÁVEL DO GOVERNO CIVIL DE LISBOA

(VÁLIDO TAMBÉM PARA CLIENTES **MELO,** QUE JÁ ADQUIRIRAM)

A DIFERENÇA ESTÁ NA QUALIDADE!

MELO INFORMÁTICA

ESCRITÓRIO: RUA BERNARDIM RIBEIRO, 15 — 1100 LISBOA — Telefones 54 99 04 - 52 56 69 — Telefax 52 46 37
— Horário: De segunda a sexta-feira, das 9.30 às 19.30. Sábados, das 9.30 às 12 horas

Acerto de contas

Morreram na Roménia entre cinco e dez mil

A Cruz Vermelha Internacional, com base em dados colhidos "in loco" pelas suas diferentes delegações presentes na Roménia, afirma que o número de mortos nos levantamentos contra o regime de Ceausescu "oscilam entre os cinco mil e os dez mil", cifra muito inferior às 60 mil vítimas anteriormente anunciadas. Entretanto muitos milhares de moldavos soviéticos têm-se manifestado pela sua integração na Roménia, país a que pertenceram antes da II Guerra Mundial.

Pág. 12

Especial Anos 90

Hoje: Geografia da Mudança

Suplemento com 20 páginas

Imprensa Rádio e TV em ano de mudança *Pág. 36*

Greve da CP deixa Tejo sem barcos *Pág. 15*

Crónica de Eduarda Dionísio *Pág. 6*

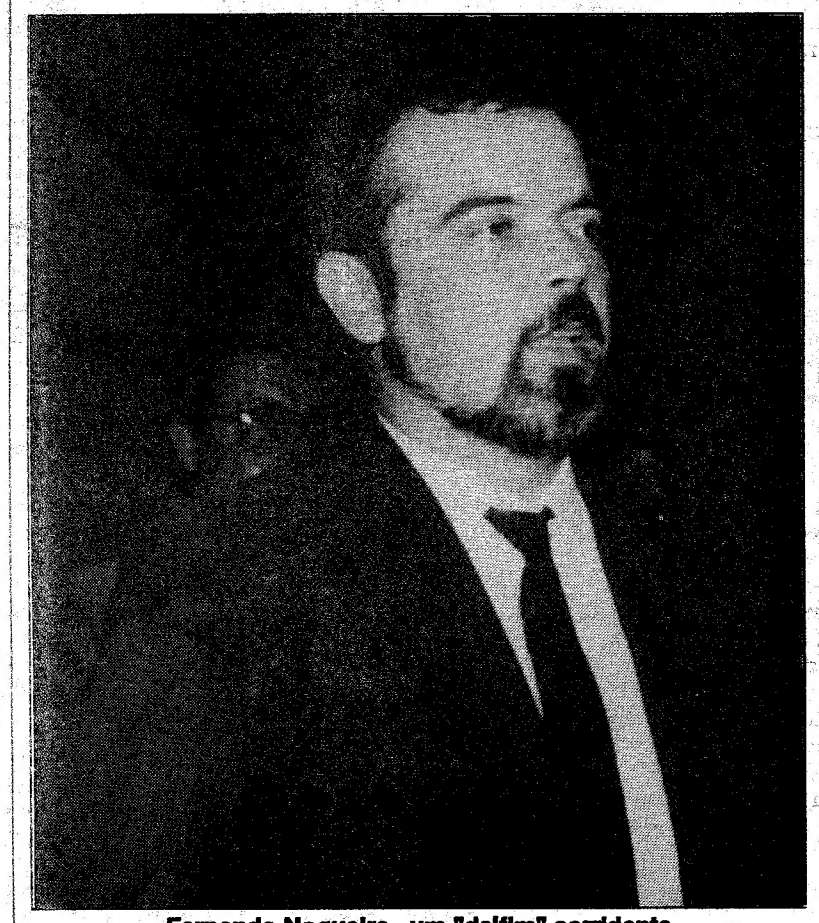
Os portugueses e a poupança do dinheiro *Págs. 4 e 5*

Rosa Santos árbitro no «Mundial» *Pág. 26*

Cavaco Silva viu-se obrigado a remodelar. Eurico de Melo discordou e saiu. Barreto não se calou e foi corrido. Nogueira tem agora mais homens de confiança no Executivo e assume-se como delfim do primeiro-ministro

GRANDE ANGULAR

Remodelação é vitória de Fernando Nogueira



Fernando Nogueira , um "delfim" sorridente

Fernando Nogueira foi quem mais beneficiou com a remodelação ontem operada pelo primeiro-ministro. Carlos Brito, Arlindo de Carvalho, Arlindo Cunha e Manuel Pereira são tidos como próximos do ministro de Estado e do seu grupo de influência: o grupo de Coimbra. A excepção é Miguel Beleza, conotado com o grupo de Lisboa. Com o afastamento de Eurico de Melo, Nogueira ascende assim a número dois na hierarquia do Governo e surge como o delfim do primeiro-ministro. É o homem que lhe merece maior confiança e o seu consultor privilegiado.

Cavaco Silva apanhou tudo e todos de surpresa. Substituiu cinco ministros sem qualquer explicação, nem para os visados, nem para os dirigentes do PSD. Não é que a ideia de remodelação fosse uma novidade. Há muito que vinha sendo pedida e há muito que o primeiro-ministro se recusava a fazê-la. Cavaco ouviu apelos, pediu sugestões aos mais próximos e - como é seu timbre - decidiu sozinho.

Fontes governamentais, ouvidas pelo *DL*, não esconderam a sua perplexidade perante a atitude do primeiro-ministro. Consideram que «não é com estes novos ministros que se pode fortalecer o Governo». «Cavaco Silva foi buscar gente de décima categoria! Não é com esta gente que pode recuperar a confiança do eleitorado», acrescentaram. A única excepção, em termos de reconhecida competência, é o caso de Miguel Beleza, administrador do Banco de Portugal e irmão de Leonor Beleza. Este é um Governo que pretende chegar ao termo da legislatura e preparar o País para o Mercado Único de 1992 e para a presidência portuguesa das Comunidades. Assim, concluem as mesmas fontes, «este elenco não parece ter capacidade para vencer estes desafios, até porque não houve qualquer reestruturação orgânica do Executivo».

Barreto falou de mais

Tudo se decidiu este fim de semana. Sexta-feira, ao ler os jornais, o primeiro-ministro ficou estupefacto com as declarações de Álvaro Barreto. «São precisas caras novas no Governo», dizia o ministro da Agricultura. Foi o suficiente para precipitar os acontecimentos. Cavaco não perdoou, apesar de Barreto ser por ele considerado um dos mais competentes ministros do seu Governo.

Álvaro Barreto veio a ser demitido numa altura em que o próprio primeiro-ministro o vinha consultando sobre uma eventual reestruturação orgânica do Executivo. «Quando soube ficou possesso!», afirmou ao *DL* uma fonte governamental a propósito da demissão do ministro da Agricultura. Quando todos contavam que, a haver remodelação, Barreto fosse promovido a vice-primeiro-ministro, Cavaco não lhe admitiu a ousadia de pôr o dedo na ferida, em público.

Eurico de Melo não foi respeitado na sua oposição. O até agora vice-primeiro-ministro discordou abertamente da opção de Cavaco Silva. O «barão do Norte», como era conhecido, ao ser confrontado com esta decisão unilateral não tinha outra solução senão demitir-se. E, como a sua opinião não foi tida em conta pelo primeiro-ministro, escreveu-lhe a solicitar a «urgente exoneração dos seus cargos». Justificou o pedido alegando «um abrandamento de confiança e apoio político para o exercício dos cargos», o que não deixa de revelar que o seu afastamento resulta de discordâncias profundas com Cavaco Silva.

Nem todos os ministros agora afastados tiveram tempo de pedir a exoneração, ao contrário do que o comunicado da Presidência do Conselho de Ministros pretende fazer crer. As substituições foram da iniciativa do primeiro-ministro e, pelo que o *DL* apurou, apenas Eurico de Melo quis ser afastado. Os restantes foram apanhados de surpresa e alguns não esconderam a sua perplexidade.

Dos ministros substituídos, Leonor Beleza, Miguel Cadilhe e Silveira Godinho eram os mais contestados e o seu afastamento era desejado por múltiplos sectores. Envolvidos em casos polémicos, viram a sua imagem degradar-se junto da opinião pública. Eurico de Melo e Álvaro Barreto eram dois dos homens de mais forte carisma no Executivo. Qualquer deles já se tinha mostrado cansado de permanecer no Governo, mas nesta altura eram dados como imprescindíveis para o reforço da imagem do Gabinete de Cavaco Silva e estavam dispostos a continuar. Só que a decisão solitária do primeiro-ministro veio a decidir o contrário. Silveira Godinho, amigo íntimo e compadre de Cavaco Silva, era dado como tendo lugar assegurado, apesar de uma eventual remodelação.

Um elenco apagado

Os restantes nomes, propostos pelo primeiro-ministro ao Presidente da República para nomeação, têm um perfil considerado «muito apagado». Carlos Brito é um recente derrotado nas eleições para a Câmara do Porto, Manuel Pereira é um «discretíssimo» deputado europeu (chegou a ser líder do grupo do PSD no Parlamento Europeu) de que não se conhecem quaisquer iniciativas; foi secretário de Estado no primeiro Governo de Pinto Balsemão e depois disso não voltou a integrar qualquer equipa governativa.

Arlindo Cunha era o adjunto de Álvaro Barreto e Arlindo de Carvalho é tido como «comissário político» e não se lhe conhece qualquer proximidade com a área da Saúde. Para substituir Leonor Beleza o nome mais apontado era o do secretário de Estado adjunto da ministra da Saúde, Albino Aroso. Isto porque foi ele que conseguiu recuperar o diálogo com os médicos, dada a sua experiência neste sector. Aliás, Albino Aroso tinha hoje na sua agenda um almoço com o bastonário da Ordem dos Médicos.

As alterações ocorridas vêm cimentar a ideia de que esta oitava alteração na composição do Executivo é uma aposta de recurso, precipitada pelos acontecimentos e que decerto não contribuirá para um reanimar da sua acção com o tal «sangue novo» de que falava Álvaro Barreto. Há quem se atreva mesmo a pensar que poderão surgir demissões face ao impacto negativo desta remodelação decidida pelo cada vez mais solitário Aníbal Cavaco Silva.

António José Teixeira

Afastado Eurico de Melo, só falta Cavaco Silva

Oposição reage em poucas palavras

Discutível, tardia, redutora, sem convicção: a Oposição gastou poucas palavras com as alterações ao elenco governativo

«Remodelação por pressão e não por convicção», foi como o porta-voz do PS considerou as alterações que Cavaco Silva introduziu no Governo. «Feita no estilo habitual do professor Cavaco Silva, sem nenhum dirigente saber», acrescentou Marques da Costa.

«Operação condenada ao fracasso», disse o PCP sobre o mesmo assunto, que põe em dúvida as mudanças feitas, caso se mantenham «a política e os objectivos essenciais do Executivo».

Para o PCP a substituição de cinco ministros do elenco de Cavaco perfila-se como «uma tentativa de recuperação de um Governo em progressivo descrédito e isolamento». A remodelação justifica-se «pela pesada derrota eleitoral» sofrida recentemente pelo PSD, acompanhada de «perda de apoio social e político», salienta o PCP que no mesmo passo lembra os «casos de envolvimento de ministros em escândalos do domínio público, suficientemente graves para justificar demissões».

«Tardia, cinzenta e redutora», diz, por seu turno, o CDS sobre a mesma matéria. Na óptica dos centristas, a remodelação é tardia porque «devia ter sido feita logo a seguir às eleições para o Parlamento Europeu». É cinzenta porque «a maior parte dos novos ministros são figuras baças e de segunda e terceira categoria». É redutora - sublinham, os democratas-cristãos - porque saem do Governo Eurico de Melo, «desde há anos o principal apoio político de Cavaco Silva», e Álvaro Barreto, «um dos melhores ministros que Portugal conheceu desde o 25 de Abril». Em suma: «Cavaco Silva e o PSD saem enfraquecidos desta remodelação», considera a Comissão Directiva do CDS em comunicado.

Para o PRD a remodelação «é excessivamente circunscrita, sendo discutível que nalguns sectores as substituições anunciadas venham a revelar-se favoráveis no futuro».

O presidente dos renovadores afirmou à Lusa que a remodelação «tem, pelo menos, o mérito de pôr cobro a um conjunto de especulações que há muito vem afectando negativamente a vida política portuguesa». Defende o PRD que as alterações ao executivo de Cavaco deveriam ter sido «um factor positivo potenciador de melhorias substanciais na acção governativa», se acaso tivesse sido feita em devido tempo.

Francisco Paraíso

Cavaco fechou as portas da sede do PSD, mas mesmo assim as notícias circularam

Reunião do PSD à porta fechada não ocultou surpresa e nervosismo

Os líderes distritais do PSD foram apanhados de suspresa pela reestruturação do Governo. A remodelação desagradou a «gregos e troianos»

A remodelação do Governo surpreendeu tudo e todos. Os líderes das distritais do PSD que tinham sido convocados para a reunião com a Comissão Permanente, tiveram conhecimento da reestruturação governamental pelos jornalistas, mas já antes se sentia que o nervosismo reinava na Rua de S. Caetano..

Os membros da Comissão Permanente chegaram em último lugar. Fernando Nogueira acompanhado por Capucho. Correia Afonso, Dias Loureiro, Montalvão Machado pouco depois.

Carlos Brito, que acabou de perder as eleições no Porto chegou discretamente. Confrontado com o pedido de exoneração de Eurico de Melo afirmou não ter conhecimento e acrescentou que se tal facto fosse verdadeiro ficaria « muito triste».

Nesta altura, Carlos Brito não só sabia da exoneração como ele próprio já tinha aceite o convite de Cavaco para substituir Eurico de Melo na pasta da Defesa.

O primeiro-ministro foi o último a aparecer. Reuniu durante 25 minutos com os membros da Comissão Permanente e desceu para o encontro com as distritais, que se prolongou pela madrugada.

Pinto Leite, líder da distrital de Lisboa e um dos críticos assumidos de Cavaco, não tinha conhecimento do que se passava. O grupo de Coimbra saía reforçado da mudança. Fernando Nogueira era das poucas caras bem dispostas que, de vez em quando, saiam da reunião.

O jantar, também à porta fechada, não dava para grandes conversas com os jornaliastas.

Críticas sobem de tom

Os defensores da «reforma inadiável» não disfarçam o seu descontentamento, alguns demonstraram-no pessoalmente ao primeiro-ministro, nas intervenções durante a reunião de ontem à noite entre a Comissão Permanente do PSD e os líderes das distritais.

As críticas ao procedimento de Cavaco Silva «que mais uma vez actuou à revelia das estruturas distritais» e os protestos contra «a manutenção da tecnocracia em detrimento do vector político-humanista que sempre caracterizou este partido», foram apenas algumas das lamentações que o DL ouviu.

As questões de fundo mantêm-se. «Esta remodelação não teve a inovação necessária», dizem uns. «O novo executivo não dá a necessária imagem de diálogo e dinâmica que seria desejável», acrescentam outros. E nesta troca de curtas declarações surgem inevitávelmente os nomes de Carlos Brito e Manuel Pereira.

Premiar o grande derrotado nas autárquicas do Porto com um cargo ocupado por uma das figuras mais importantes do PSD e das mais influentes na região Norte (Eurico de Melo) e substituir Silveira Godinho, amigo pessoal de Cavaco por um «apagado» eurodeputado social-democrata foram factores que ontem há noite provocavam grande estupefacção entre alguns militantes do PSD. Por precaução, escusaram-se a fazer comentários até possuirem todos os dados do problema.

Do que ontem viu e ouviu, o DL pode adiantar que os conflitos dentro do PSD deverão aumentar de intensidade nos próximos dias. A tendência nalguns casos é para radicalizar as posições aquando das reuniões das distritais com as estruturas concelhias do PSD.

Uma fonte social-democrata disse ao «Diário de Lisboa» que se «Cavaco Silva, ao fazer esta remodelação, se quis antecipar às criticas dentro do partido, então errou, porque esta mudança ainda as vai intensificar».

Hoje a reunião da Comissão Política não deverá causar tantas dores de cabeça ao primeiro-ministro, porque a composição deste orgão e a ligação da maioria dos seus membros ao Governo torna-o pouco crítico em relação a Cavaco. Aliás, esta é uma das questões de fundo defendida pela maioria que pede a inovação dentro do PSD: alterar a composição da Comissão Política «para que se torne um orgão mais independente e fiscalizador».

Agora, os observadores políticos e a Imprensa estão com os olhos postos na próxima reunião do Conselho Nacional, previsto para fins de Janeiro, ainda sem data marcada. Desta reunião deverá resultar a marcação do Congresso Extraordinário que ao abrigo dos estatutos tem de ser anunciado com dois meses de antecedência.

Abril poderá ser «um mês quente» para o PSD. O próprio Dias Loureiro admitiu que o Congresso se poderá realizar entre fins de Abril, princípios de Maio. Até lá «os dilemas do Príncipe», nas palavras recentes de António de Sousa Lara, terão de ser resolvidos.

Maria João Rocha

Quem sai e quem entra: dez nomes em foco

Eurico de Melo: boatos e helicópteros

Cadilhe: desastre nas Amoreiras

Carlos Brito, 54 anos, é o novo ministro da Defesa. Militante do PSD desde 1975 e vice-presidente da Comissão Política Nacional social-democrata, foi presidente da direcção do Sindicato dos Engenheiros do Norte e do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto.

Vereador da Câmara Municipal do Porto foi presidente entre 1882 e 1985, cargo a que se candidatou em 17 de Dezembro, sendo derrotado pelo socialista Fernando Gomes.

Membro actual do Conselho de Administração Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP), Carlos Brito iniciou a sua carreira em 1962, na EDP. É licenciado em engenharia civil e especializado em organização e gestão de empresas ,com formação específica na área de gestão.

Substitui Eurico de Melo, o governante há mais tempo em funções depois de Álvaro Barreto. Apontado até há pouco como «braço direito» Cavaco, o engenheiro Eurico de Melo, 65 anos, residente em Santo Tirso e ligado à actividade industrial têxtil, foi membro do Governo do «Bloco Central» e do Executivo que o antecedeu, de Pinto Balsemão. Apresentou o pedido de «urgente exoneração dos seus cargos» em carta enviada ao Primeiro-Ministro.

Arlindo Carvalho e Leonor Beleza

Arlindo Gomes de Carvalho é o novo ministro da Saúde. Actual secretário de Estado da Segurança Social, passou por várias empresas, onde deixou uma «imagem de marca». A Setenave, a TAP e o IPE encontram-se no seu itinerário. Gestor público de carreira, começou como director de pessoal da RDP. Com 43 anos, é formado em sociologia e tem o bacharelato em política social.

Sucede a Leonor Beleza, a segunda mulher a exercer funções ministeriais em Portugal. Titular da pasta de Saúde desde 1985, Beleza travou uma «guerra» com a classe médica de que resultaram suspeitas de iregularidades no seu Ministério. Nasceu no Porto há 41 anos. Licenciada em direito, regeu direito de família na Faculdade de Lisboa. Foi membro da SEDES, entrando para o PSD em 1974. Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no oitavo Governo e da Segurança Social no nono.

Roque de Pinho Bissaia Barreto concluiu o curso de engnheiro civil pelo IST de Lisboa, em 1959. Foi director da Lisnave, administrador da Setenave e presidente do Conselho de Gerência da TAP entre 1969 e 1979. Ministro da Indústria do quarto Governo. deputado do PSD entre 1981 e 1983. Foi de novo ministro da Indústria no sexto Governo, com a pasta da integração Europeia por acumulação. Ministro do Comércio em 1984, veio a ser depois empossado como titular da Agricultura. de onde nunca mais saiu.

Beleza e Cadilhe

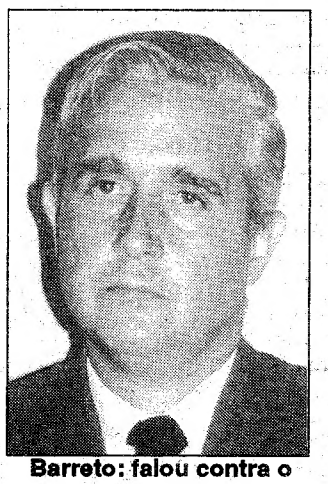
O novo ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, é um dos administradores do Banco de Portugal. Foi chamado por Cadilhe para ocupar o cargo de administrador do banco central, quando trabalhavano MIT, em Washington.Cadilhe sai, depois de ter sido o ministro das Finanças há mais tempo em funções desde o 25 de Abril.

Com 45 anos, Miguel José Ribeiro Cadilhe nasceu em Barcelos, mas foi criado na Póvoa de Varzim. Procedeu à reforma fiscal e ficou ensombrado pelo «caso das Amoreiras». É licenciado em Economia pela Universidade do Porto. A sua primeira experiência governativa começou como secretário de Estado do Planeamento, quando Cavaco era ministro das Finanças.

Manuel Pereira e Silveira Godinho

Manuel Pereira é o novo ministro da Administração Interna. Já desempenhou funções governativas, tem vasta experiência parlamentar e foi eurodeputado. Nasceu em Mangualde em 1928, licenciando-se em direito pela Universidade de Coimbra. Até 1974 seguiu a carreira administrativa. Filiou-se em 1975 no PSD. Foi vice-presidente e presidente

Beleza: S. Francisco e Machado Macedo



Barreto: falou contra o «chefe»

Silveira Godinho: polícias contra polícias

Arlindo Cunha e Álvaro Barreto

Arlindo Cunha, indicado por Cavaco para ministro da Agricultura, é o actual secretário de Estado adjunto do Ministério. Nasceu em 1950 em Tábua, tendo-se licenciado em economia em 1975. Entre 1980 e 1986 foi assistente da Universidade Católica. Foi secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário em 1986.

Rende Álvaro Barreto, o ministro há mais tempo no Governo desde o 25 de Abril. Álvaro do Grupo Parlamentar do PSD em 1981 e 1982., director do «Povo Livre» e da revista «Poder Local».

Entra para o lugar de Silveira Godinho, uma das figuras mais aoagadas do Governo até à luta da PSP pela sua sindicalização. Nascem em Lisboa em 1943.

Foi secretário de Estado-adjunto do ministro das Finanças e do Plano no quinto Governo, e secretário de Estado das Finançasd e da Defesa nos sexto e sétimo Governos.

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira
Coordenadores de Secção:
Adelino Cardoso, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, António José Teixeira, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias de Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), José Tavares, Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alves Henriques, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
José António Carvalho, Jorge Santos, Nuno Teixeira e Óscar Figueiredo

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello
Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

PORTE PAGO

Inquérito - Sondagem «Diário de Lisboa» - Euroteste

O que é que considera o melhor investimento: acções, depósitos a prazo, compra de prédios e andares?

	REGIÃO					
	TOTAL	Gran. Lisboa	Gran. Porto	Litoral	Int. Norte	Int. Sul
Acções	11,2	15,5	11,8	11,4	3,9	11,2
Depósitos a prazo	17,7	10,9	20,0	23,8	13,8	15,1
C. imóveis	55,1	69,4	61,5	48,2	48,5	51,9
Não sabe						
Não responde	16,4	4,7	7,4	16,7	33,8	23,5

	CLASSES				
	Total	A/B	C1	C2	D
Acções	11,2	15,7	14,7	9,3	5,6
Dep. a prazo	17,7	11,5	16,3	20,1	20,0
C. imóveis	55,1	70,7	59,0	56,6	31,4
NS/NR	16,4	2,5	10,7	14,5	43,0

	IDADE			SEXO	
	15/34	35/54	+ 55	Masc.	Fem.
Acções	17,8	8,4	5,1	12,9	9,7
Dep. a prazo	13,2	19,7	21,7	19,2	16,4
C. imóveis	58,5	61,0	43,9	55,9	54,4
NS/NR	10,9	11,6	29,5	12,7	19,8

Lugar em que as pessoas colocam a poupança quando se lhes pede que hierarquizem os seus gastos

%

	Classes				
Lug. da poupança	Total	A/B	C1	C2	D
1.º	1,1	1,8	1,1	1	1
2.º	4,6	7,7	2,4	5,9	2,7
3.º	11,9	15,2	13,6	10,8	8,4
4.º	21,7	18	22,5	24,8	16,1
5.º	29,5	22,4	26,3	25,8	49,6
6.º	15,9	21,9	21,9	13	7,1

%

	Idades			Sexo	
Lug. da poupança	15/34	35/54	+55	Masc.	Fem.
1.º	2,5	0,5	–	1,3	1
2.º	7,4	3,3	2,1	7,5	2
3.º	13,9	8,4	12,9	12,1	11,6
4.º	18,1	24,8	23,2	25,2	18,5
5.º	19,1	34,6	38	26,5	32,1
6.º	20,6	17,6	7,5	15,6	16,2

Universo e amostra

O universo desta sondagem foi constituído por indivíduos com 15 anos ou mais, residentes no Continente em localidades de 100 ou mais habitantes. A amostra foi de 1000 entrevistas. Destas, 37,4 por cento foram realizadas no Litoral, 23,5 na Grande Lisboa, 15,7 no Interior Norte, 12,6 no Interior Sul e 10,8 no Grande Porto.

Por faixas etárias, a sondagem reservou 39,5 por cento da amostra ao grupo dos 15 aos 34 anos; 32 por cento ao grupo dos 35 aos 54 anos; e 28,5 aos de mais de 54 anos.

Por classes, a amostra foi constituída por 185 indivíduos das classes A/B; 423 da classe C1; 316 da classe C2; e 76 da classe D.

A caracterização das classes foi feita, sumariamente, pelos seguintes elementos:

Classe A: rendimento familiar superior a 150 contos e nível de instrução universitário; **classe média alta (B):** rendimento entre 100 e 150 contos, nível de instrução média; **classe média superior C1:** rendimento entre 60 e 100 contos e instrução média profissional; **classe média inferior C2:** rendimento entre 30 e 60 contos, operários e trabalhadores, com instrução primária; **classe baixa (D):** rendimento até 30 contos, trabalhadores não especializados e dos serviços domésticos, de instrução primária incompleta, residentes em zonas pobres.

Mais amealhar do que semear

Os portugueses são muito poupados , é verdade. São até o povo mais poupado da Europa. Tradicionalmente, guardavam o seu dinheirinho no colchão, para o que desse e viesse. Hoje, as formas de aforro mudaram, mas a mentalidade mantém-se. É o espírito de aferrolhar para a velhice e não para o investimento, de amealhar sem semear.

Dezembro, mês de compras de Natal. Ao chegar à Baixa lisboeta, deparamo-nos com centenas de pessoas carregadas com embrulhos coloridos. Uma verdadeira imagem da sociedade de consumo. Mas continuemos a descer até à Praça do Comércio e entremos no belo edifício do Ministério das Finanças. Para quê? Para vermos outro tipo de pessoas, fazendo outro tipo de compras. Ali, o ar não é atarefado, mas sim calmo. As pessoas não correm de loja em loja, esperam pacientemente num fila em que estão outras pessoas esperando pacientemente. Quando saiem, não trazem nas mãos embrulhos coloridos, mas pequenos recibos que guardam cuidadosamente na carteira. São os Certificados de Aforro. A sua garantia para qualquer imprevisto.

Se alguma conclusão indiscutível se pode tirar desta sondagem, é a de que os portugueses, ao hierarquizarem os seus gastos, colocam a poupança em lugar destacado. Se compararmos com as variáveis apresentadas - alimentação, saúde, habitação, vestuário e prazer - apercebemo-nos de que poupar é muito importante para os nossos compatriotas.

A população do interior Sul, de mentalidade mais conservadora, apresenta a maior percentagem de pessoas (2,3 por cento) que colocam a poupança no primeiro lugar da hierarquização de gastos. Esta escolha deve-se, provavelmente, ao facto de grande maioria trabalhar por conta própria, em especial na agricultura, o que exige a constituição de um pé-de-meia para a velhice.

Em contrapartida, os habitantes do Litoral, geralmente ocupados na indústria, comércio e turismo, sentem menos necessidade de prevenirem os seus últimos anos, e por isso só 0,4 por cento amealha antes de gastar.

A divisão Norte/Sul, em termos de mentalidade, é também visível na forma de encarar a poupança. Os lisboetas, mais perdulários e menos cautelosos, seriam, na fábula de La Fontaine, as cigarras, enquanto os seus compatriotas do Porto, mais económicos, encarnariam melhor o papel de formigas.

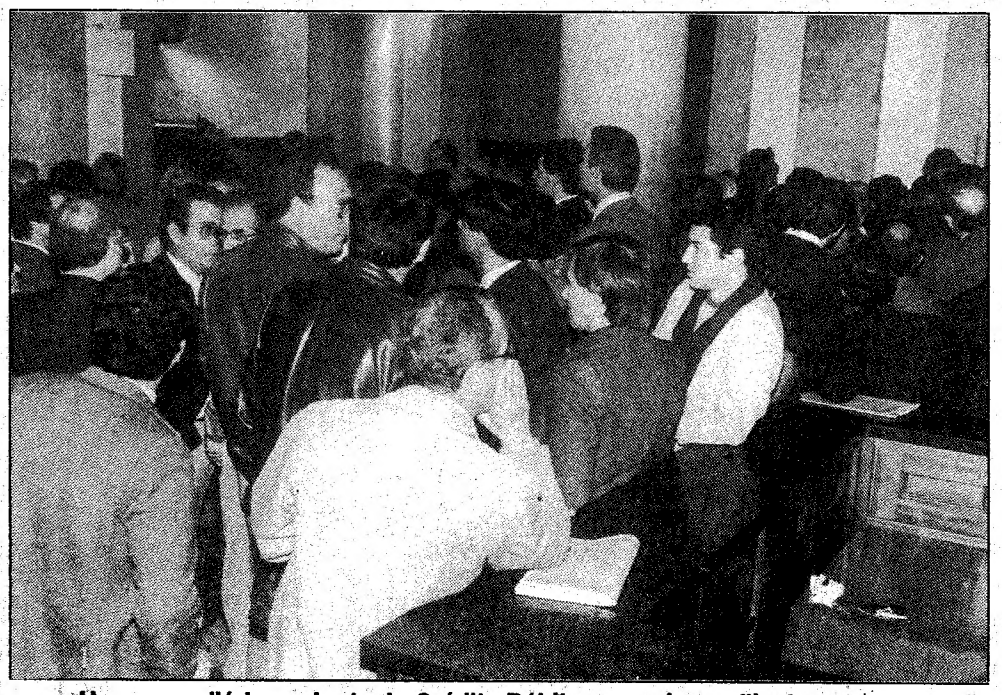
Conclusão imediata é igualmente a de que quem mais tem mais poupa. A classe A/B apresenta maior percentagem de inquiridos a colocar a poupança em primeiro lugar nas opções. Em último lugar, com apenas 1 por cento contra 1,8 da anterior, vêm, obviamente, as classes mais baixas, obrigadas a gastar a maior parte dos seus rendimentos nas necessidades imediatas.

Os números indicam ainda que os homens são mais poupadinhos do que as mulheres. As explicações podem ser várias e, por vezes, pouco abonatórias do sexo feminino. «Cabeças de vento imprudentes», diriam os mais machistas, ao que outros responderiam «Mais espertas, porque vivem o dia a dia». Preferimos justificar estes números com o facto de as mulheres serem, geralmente, mais dependentes do que os homens, tendo menos dinheiro para poupar e mais despesas para fazer.

Quem não elege o aforro como opção prioritária são as pessoas com mais de 55 anos. Símbolo de desafogo? De modo algum. Os curtos rendimentos de que dispõem não lhes permitem guardar nada. O que tinham a aferrolhar já aferrolharam na juventude, provavelmente quando tinham entre 15 e 34 anos.

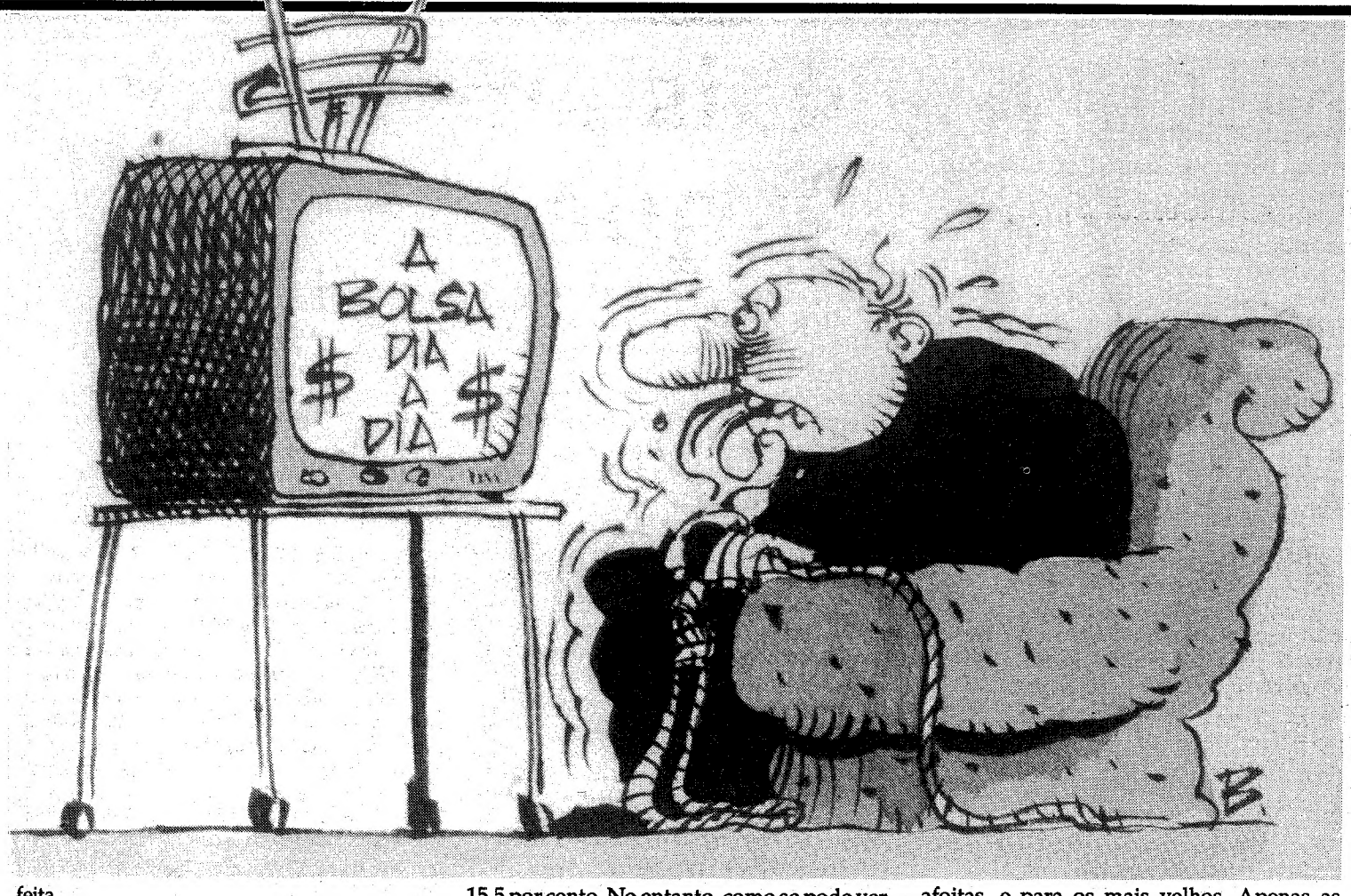
A faixa etária dos jovens é, aliás, a que maior propensão tem para amealhar. O horizonte da velhice talvez não seja, para os mais novos deste escalão, a maior motivação da poupança. A necessidade de comprar uma casa será, provavelmente, a que os leva a abrir a tal conta no banco para guardar os tostões que sobram todos os meses.

A ambição suprema de todos os aforradores é a casa. Com 55,1 por cento das escolhas, a compra de prédios ou andares apresenta uma larga margem relativamente aos depósitos a prazo, colocados em segundo lugar com 17,7 por cento. Tal conclusão prova que uma das necessidades básicas de qualquer pessoa - a habitação - está longe de ser satis-



Uma cena diária na Junta do Crédito Público: uma longa fila de pessoas, na sua maioria reformados, que recorrem aos Certificados de Aforro.

e o Dinheiro (2)



feita.

Neste capítulo, Lisboa e Porto vêm também à frente, o que demonstra que esta necessidade é mais premente nas grandes cidades. Na opinião dos lisboetas, as acções constituem também uma boa forma de aplicar as suas poupanças, com uma percentagem de 15,5 por cento. No entanto, como se pode ver no texto «Os Tios Patinhas da Europa», essa acaba por não ser a opção escolhida.

Nas restantes regiões, os depósitos a prazo são considerados bem mais seguros do que as especulações financeiras. A mesma conclusão é válida para as classes mais baixas, menos afoitas, e para os mais velhos. Apenas as classes alta e média alta, e os jovens apresentam maior apetência para arriscar e, portanto, para este tipo de operações.

Dina Soares

Os Tios Patinhas da Europa

Os portugueses são normalmente encarados como os Tios Patinhas da Europa. Económicos, poupados, previdentes, começam a aferrolhar para a velhice assim que arranjam o primeiro emprego. «Recorde de poupança» anunciavam os cabeçalhos dos jornais de 31 de Outubro, dia mundial do pé-de-meia. No entanto, o hábito de apertar o cinto está longe de ser uma característica nacional ou uma opção de vida. A dura realidade é que os portugueses são obrigados a encher o baú para terem um fim de vida decente.

Segundo dados divulgados pelo Banco de Portugal, as famílias portuguesas amealharam, em 1988, 19,2 por cento do Produto Interno Bruto, ou seja, um total de 1155,5 milhões de contos. Resistindo estoicamente à tentação de consumir bens efémeros, preferiram empregar 144,2 milhões de contos em Obrigações e 80,5 milhões de contos em Bilhetes do Tesouro e títulos da dívida pública de curto prazo, os famosos CLIP.

Os depósitos de poupança, com o dinheirinho ali bem à mão, são actualmente a forma preferida pelos nossos compatriotas para fazerem o seu pé-de-meia, arrecadando uma fatia de 187,9 milhões de contos. Mais à mão ainda está a moeda aferrolhada em contas a prazo. Todavia, os tradicionais depósitos começam a ficar em desvantagem face aos novos produtos financeiros, cabendo-lhe o terceiro lugar, com 114 milhões de contos.

As acções e as unidades de participação vêm na cauda das escolhas com 28,2 e 0,9 milhões de contos, respectivamente, a provar que o ditado que diz que «o seguro morreu de velho» ainda tem mais peso que aquele segundo o qual «quem não arrisca não petisca».

O investimento é, porém, a forma preferida pelos portugueses para aplicarem o seu dinheiro. Só em 1988, 435,5 milhões de contos forma investidos pelas famílias em bens duradouros como casas e terras. As aplicações no mercado secundário, ou seja as transações na bolsa com títulos já emitidos, os Certificados de Aforro e outras operações diversas constituem as formas de aplicação da poupança dos restantes 164,3 milhões de contos.

«As pessoas interessam-se mais pela liquidez do que pelo rendimento, pois a motivação principal da poupança é a prevenção e não a especulação», considera Alberto Ramalheira, presidente da Junta de Crédito Público, que acrescenta: «A conta a prazo é, à primeira vista, mais segura que os títulos e quando as pessoas não confiam muito, preferem depositar».

A insegurança face ao futuro está igualmente bem patente na escolha, cada vez maior, dos seguros de vida como forma de aplicar o dinheiro. Os dados divulgados pelo Instituto de Seguros revelam que em 1986 existiam 1545 apólices do ramo vida, número que aumentou, em 1987, para 2107, ou seja, mais 562. No ano passado a quantidade de apólices feitas sofreu também um acréscimo tendo os prémios atingido níveis recorde: 31.5 milhões de contos, o que representa um aumento de 11.72 por cento.

Poupança das famílias

1988	milhões de contos
Total	1155,5
Investimento	435,5
Depósitos a prazo	114
Depósitos de poupança	187,9
Títulos do Estado	80,5
Obrigações	144,2
Acções	28,2
Unidades de Participação	0,9
Outras operações	164,3

Fonte: Banco de Portugal

Tentação consumista ganha terreno

Apesar das taxas de aforro continuarem altas, a verdade é que os portugueses parecem estar a ficar mais perdulários. Os valores absolutos continuam a aumentar, é certo, mas mas os valores em relação à riqueza nacional produzida têm vindo a diminuir progressivamente, pelo menos desde 1985. De 26.8 por cento no referido ano, passou para 23.1 por cento em 1986, 21.7 no ano seguinte e 19.2 em 1988.

Tal tendência é, de acordo com os especialistas, preocupante a nível macroeconómico. «O decréscimo do consumo acarreta uma diminuição do investimento na formação bruta de capital fixo, o que prejudica o país», explica Alberto Ramalheira. Em sua opinião, a poupança em Portugal tem que continuar ainda durante muito tempo porque é preciso investir muito para que o país se desenvolva: «Se não estivermos dispostos a sacrificar o consumo no presente, ficaremos estagnados no futuro», conclui.

Combater a famigerada inflação é outro dos objectivos da poupança pois não comprando reduz-se a pressão sobre os preços e as importações. Também aqui a componente macroeconómica é determinante, quer relativamente à taxa de investimento, quer no que diz respeito ao saldo da balança de transações correntes, tradicionalmente desfavorável ao nosso país. O truque é tornar os produtos dos agentes financeiros tão conhecidos e sugestivos como os de consumo efémero. Tarefa hercúlea se comparada com o deslumbramento provocado pela oferta tentadora das montras das lojas.

Dina Soares

Produzir e poupar já mandava Salazar

A exaustiva campanha de aforro despejada sobre os portugueses, em páginas de jornais, em emocionantes mensagens publicitárias televisivas, corresponde a um esforço desesperado do governo para nos convencer a guardar dinheiro, emprestando-o ao Estado ou a instituições financeiras.

O Livrinho da Poupança tornou-se a Biblia da doutrina financeira de Cavaco Silva para uso do cidadão comum.

Quase parecemos regressados àquela campanha do Estado Novo, em que Salazar mandava produzir e poupar. As circunstâncias históricas eram diferentes. A guerra obrigava a um esforço de auto-suficiência, era preciso dinheiro para os grandes planos de obras públicas, o Estado não garantia nenhuma protecção social. Salazar não desenvolvia, aforrava, o ouro armazenado nos cofres fortes do Banco de Portugal fez parte das mais profundas mitologias do regime.

É certo que o pedido de esforço de poupança é hoje feito em nome de necessidades macroeconómicas, em nome da necessidade de investir para desenvolver, de conter os excessos de um país que não deve viver acima das suas possibilidades.

Viver acima das possibilidades é consumir mais do que investir, ou seja consumir o que não se produz, é agravar a dependência do exterior, é não controlar a inflacção, ganhar hoje o que não chega para amanhã.

Diríamos que poupar se trata de uma atitude patriótica, tal qual o apêlo salazarista de reconstrução naciona. Só que os tempos mudaram e, como nos diria Vitor Constâncio «*ninguém se motivaria hoje pelas necessidades do Estado e do País que são reais, a poupança é um problema nacional, se nos queremos modernizar, temos de investir mais e consumir menos*».

Por isso, o aliciamento é feito à base de vantagens, que são rendimetos mais ou menos aliciantes. reduções fiscais, a promessa de mais segurança no futuro. Como nos explicaria ainda Vitor Constâncio, a necessidade de aforro particular decorre fundamentalmente das carências financeiras do Estado. Captando rendimentos disponíveis dos cidadãos, o Estado de uma cajadada mata dois coelhos, subsidia o défice do seu Orçamento sem recurso a mais amoedação que inflacionaria a economia.

Poupar é, portanto, emprestar. Já vai o longe o tempo do aforro de colchão. Emprestar ao Estado é seguro.

O português é ainda muito desconfiado. E por isso, e sobretudo as classes mais baixas ou menos cultas, depositam no banco do Estado, subscrevem títulos públicos ou, como o expressa o resultado desta sondagem, acham mais seguro investir em bens imóveis.

Comprar a casinha ou o terreno é ainda o sonho do emigrante, nesta secular pouca propensão dos portugueses para o investimento produtivo.

Emprestar também ao sector privado, e daí os múltiplos instrumentos financeiros lançados no mercado. São as obrigações, -*são os fundos, são os seguros-poupança, tudo modos de tentar criar uma acumulação de capital que nos falta para o investimento.

Vitor Constâncio reconhece que campanha em curso também «*visa aumentar a dimensão dos internediários financeiros que são centros de acumulação de capital em qualquer economia*».

Quem empresta tem de tomar precauções, saber a quem empresta e para quê. A memória do que aconteceu com as poupanças dos cidadãos pouco antes do 25 de Abril ou, mais recentemente, com a Caixa Económica Açoreana, aconselha a precauções e, sobretudo, deve obrigar a que o Estado vigie e fiscalize os movimentos e as aplicações de capital.

Advertia recentemente o Presidente da República que o poder político tem de sobrepor-se ao poder económico e não pode deixar sobrepor-se por ele.

Adelino Cardoso

AMANHÃ

A ostentação exibicionista da riqueza

FORUM

INCOINCIDÊNCIAS

O muro de de Berlim caiu. Com uma facilidade que não pode deixar de fazer pensar. O certo é que caiu. Melhor: foi aberto. Por quem? - é talvez a questão de fundo. O facto é que está aberto.

100 paróquias em 800, numa região da Alemanha (Ocidental) recusaram-se a responder ao apelo da Hierarquia: não tocaram os sinos contra o aborto, à hora determinada, não levando a cabo a cruzada de João Paulo II. Na Alemanha de Leste, a liberdade mediu-se neste final de 89, pela corrida às missas do Galo. A tomada de posse de Havel, um escritor sem gravata, perseguido, defensor das liberdades, realizou-se sem pompa (mas com protocolo) e incluiu uma missa solene - de que, apesar de tudo, os nossos católicos dirigentes se dispensam...

A Primavera voltou a Praga

E com ela Dubcek. E aquelas esperanças de 68. E pudemos riscar uma referência amarga, que serviu para conhecer amigos e inimigos - esses tanques soviéticos nas ruas e tudo o que traziam dentro.

A bandeira portuguesa apareceu nas manifestações de Praga. Apareceram rosas vermelhas (espantei-me: rosas?) em mãos de jovens portugueses. Jovens empresários nortenhos - vim a saber dias depois. (Lembrei-me de umas bandeirinhas portuguesas de papel que se vendiam pelo 28 de Setembro ao som do pregão «é contra o comunismo»). Os jovens empresários trouxeram um convite para Mário Soares, que o aceitou.

Na Roménia, executou-se o casal de ditadores (posso acreditar: tinha que ser assim) e puseram-se cravos vermelhoos nos canos das espingardas (alguém se lembra ainda do 25 de Abril?). O socialista Mário Soares regozijou-se xcom o triunfo da liberdade, mas considerou a morte de Ceausescu um «assassinato», por falta do julgamento prévio. A palavra «socialista» foi retirada do nome do país, como prova de total liberdade. Regozijam-se socialistas e regozija-se o Mubndo inteiro (pergunto: tinha que ser assim?). As «novas democracias» querem entrar para a CEE...

Os EUA invadem o Panamá

Por razões mais ou menos óbvias, tornaram-se subitamente uma potência «moral» e começaram a preocupar-se com o tráfico de droga. Como país da verdadeira liberdade (aquela que não tem socialismo à mistura), invadiu a sua quase-colónia. As condenações foram algumas, mas não foram por aí além. Naquelas terras sem muita religião, os mortos enterram-se depressa.

Noriega foi entregue ao poder do Papa - que não gosta de abortos, mas começa a gostar da Perestroika - e, se exílio houver, encontra-lo-á em Cuba (!) - diz-se.

Por estas mesmas alturas, países democráticos e europeus dos autênticos pediam à URSS que «interviesse militarmente» na Roménia, em defesa da liberdade...

A euforia da década

Não é. Por mais que esse modo do fim do Mundo, escondido e latente, apareça nos maníacos dos balanços, que de há um mês para cá se revelaram o que mal nos deixam escutar o tentar perceber o que se passa em cada hora que passa, nessa euforia comemorativa do tops e de heróis, de declarações sobre o «nunca mais» e o «finalmente», e que vai ao ponto de fazer afirmar (cito a capa de um suplemento do Independente) que esta «década valeu um século...

Dispense-me do comentar semelhante enormidade, típica de quem é pouco actor e o mais «voyeur» que pode, para quem a vida é mais espectáculo do que outra coisa, a quem é fácil, via avião e telefax, ser «cidadão do Mundo» e cuja gloriosa passagem por este pequeno Mundo é uma autojustificação permanente e um hino à sua própria existência.O facto é que nunca uma década terá falado tanto de si própria, nunca adquiriu, enquanto durava ainda, um valor mítico de tal modo avassalador - que a proximidade do ano 2000 talvez explique em parte -, nunca foi dama com tantos cavaleiros andantes, apostas para a receberem nos braços ainda ela não se tinha apeado.

Nunca tão largo optimismo se terá apoderado das gentes. Gregos e troianos, diga-se em abono da verdade. de tal modo que os vencidos se consideram vencedores, se colocam ao lado dos vencedores, são os primeiros a prestar vassalagem.

Perante semelhante vaga de fundo, poucas são as interrogações de fundo. Alguns são os receios. Mas o «espírito» da década de 80 faz das fraquezas forças.

O efeito decimal

Penso na sorte que tiveram estes autores de balanços. Imagine-se que os acontecimentos de Lesrte - que se previam (em parte), mas que não tinham data marcada - ocorriam um mês mais tarde, ou seja, na década de 90. Como a década de 80 teria sido diferente! Chernobyl, Sida, Fanatismos, Terrorismos (que não o da SEcuritate que, então, seria uma instituição como qualquer outra...) e mais alguns acontecimentos nacionais e culturais. Os balanços fantásticos, que dão justificada origem a renascimentos de revistas, números especiais de jornais, suplementos, artigos, introduções em quase todas as crónicas reduzir-se-iam, em Portugal pelo menos, à sua expressão mais simples: o Cavaquismo (e as suas vicissitudes), os heróis do desporto e os best-sellers da cultura, a caricata CEE. Talvez chegássemos ao Tatcherismo, aos movimentos de extrema-direita – tudo isto bastante esquecido agora por este mês de «turbulências».

O que lemos em muitos dos balanços é qualquer coisa como «a década foi o que foi – e está à vista – porque existiu um super-homem, um super-herói (também porque o **Time** o previu) — Gorbachev. Toca a usufruir agora dos efeitos especiais de que é portador este extra-terrestre, que se vão repercutindo como raio laser de país em país, que a nós nos há-de tocar qualquer coisita.

e noutro: O mundo está a ficar tão bom porque nós estamos nele, coincidimos com ele e ele connosco, e até fomos nós que, pos uns outros efeitos especiais, provocámos a Perestroika, nossa filha ou enteada, sentámos o Bush ao lado de Gorbachev e o Gorbachev ao lado do Papa.

Isto tudo também porque pensamos em sistema decimal. A magia dos números entra aqui e só podemos sair de uma década de um século, que é o último do milénio, senão com trabalho feito, pelo menos com um julgamento perfeito, que não é um separar de águas (coisa fora de moda), mas um aproveitar até aos ossos do que é positivo e nos dá razão de ser. É uma espécie de forçar a História por desconfiar dela, com medo de que o nosso discurso não seja feita justiça à parte que julgamos ter tido nela. Por isso, não podemos sair de 1989 – duzentos anos depois da Revolução Francesa – com muitos pontos de interrogação. Mas podemos sair sem grandes projectos. Um balanço é um bom balanço quando fica à espera da razão que talvez venha a ter e mostra «abertura» para esse futuro de calendário, que começa às 0 horas do dia 1 de Janeiro de 1990 e no qual não nos passa pela cabeça exigirmos mexer. É tão forte este «efeito decimal» que Silveira Godinho declarou que o Governo tinha dinheiro (o que é raro) e vontade política (o que é mais espantoso ainda) por se tratar de «*chuvas centenárias e de cheias da década*».

Eduarda Dionísio

Um balanço que seja nosso

Mas, já que somos pessoas irredutivelmente decimais, mais interessante me parece pegar nesse apagado ano de 79 – como fez pacientemente João Martins Pereira no número de Dezembro de jornal **Combate** – e recordar o que pode servir para o nosso próprio balanço: em 79, não havia televisão a cores, nem Bairro Alto com *Frágil*, estavam a ser «devolvidas as terras», nasceu a APU, foi reestruturada três vezes a comissão de extinção da PIDE/DGS/LP, a CGTP pediu a «extinção judicial» da UGT acabada de nascer (agora apoiada com súbvitos e arrebatados interesses sindicais por várias personalidades das artes e das letras), ninguém tinha ouvido falar nem de Cavaco, nem da Sida, nem do MEC, havia colóquios ao sábado à tarde dos «Amigos da Comuna», não era célebre por umas razões o Saramago, nem por outras o Taveira, o PS editou um documento intitulado «10 anos para mudar Portugal – Programa do PS para os anos 80» e foi esmagado pela AD; 79 é a invasão do Cambodja e do Afeganistão, ouve-se falar pela primeira vez em Khomeini e em Tatcher, não havia «verdes». É o ano emq ue os sandinistas temam o poder na Nicarágua; a URSS é Brejnev.

Reconstituir nas nossas cabeças o que era o mundo e o que nós éramos há 10 anos (porque não há 21, há 15 ou há 1?). Talvez ajude a esboçar o nosso próprio balanço.

Falo de nós, pessoas vulgares que não cabem, por mais que se esmifrem com todo o prazer a inventar a vida e a cumpri-la, nesses balanços das décadas.

No meu balanço pessoal, por exemplo, não posso esquecer as esperanças que criam as recentes grandes transformações, que não foram golpes de palácio e se estão a fazer nas ruas, mas nele teria que entrar, sempre, uma amiga presa na Penitenciária de Lisboa e que, obviamente, nunca pertenceu a quaisquer FP 25 e um amigo assassinado por um bando de skinheads à porta do seu partido.

Pequenos acasos como tantos outros – dir-se-á num país e num mundo de Liberdade...

MEA CULPA

A criação, no DL, de uma rubrica de rectificações não está no nosso propósito, mas a ocorrência de falhas de vária ordem nos primeiros dias da nova fase do Jornal obriga-nos a ocupar espaço com explicações e desculpas - um exercício que, estamos esperançados, começará a rarear a breve trecho.

Na edição de ontem, demo-nos conta de alguns lapsos - não temos a pretensão de dizer *todos* e confiamos no olhar minucioso do leitor para apurar dos que não detectámos -, a saber: o Editorial, na 1ª página, e o Auto-Retrato, no Forum, saíram sem a respectiva «cabeça» identificadora; as Meteorologias, de Jorge Listopad, acobertaram-se num anonimato que nem o autor nem nós, evidentemente, desejamos; ainda no Forum e nas páginas centrais, dedicadas à polémica em torno das teses de Fukuyama sobre o «fim da História», omitimos o seu a seu dono: a crónica de Umberto Eco é a entrevista de William Wallace são exclusivos «L'Espresso/DL» e«Corriere della Sera/DL», respectivamente; e, no suplemento dedicado aos anos 90, publicámos a foto de Vítor Hugo Sequeira em vez da de Agostinho Roseta.

O CDS, reportando-se à nossa edição de 19 de Dezembro passado - a confiança que exprimimos no olhar atento de quem nos lê não é em vão - convida-nos a repor a verdade

acerca dos resultados eleitorais das autárquicas em Ponte do Lima: Francisco Abreu Lima, um centrista concorrente pelo PSD, não ganhou, ao contrário do que escrevemos: o vencedor foi o candidato do CDS, Fernando Calheiros, por maioria absoluta.

Aos involuntários protagonistas destas desatenções, que não significam, atenção!, cuidado nosso menos atento, e aos leitores, vítimas igualmente inocentes das peripécias que sempre assinalam as renovações, pedimos desculpa - e confiança no esforço que fazemos para tornarmos excepcional o «mea culpa».

FORUM

«O NOME DA COISA»

Há uma década, Bettino Craxi enfrentou resistências para substituir o cravo sob a foice e o martelo como símbolo do Partido Socialista Italiano. Sandro Pertini, então chefe de Estado e velho militante antifascista, encabeçou essa resistência à «revolucionária» decisão do seu camarada.

Nem um nem outro imaginavam, nos anos de ressentimento que se seguiram, que ao entrar no último ano desta década, Achille Ochetto, o secretário-geral do PCI, o maior partido comunista do mundo ocidental, percursor do eurocomunismo, ia ao extremo de virar uma página da sua História ao pôr em causa o nome e o símbolo do seu partido.

Duma só vez, o PCI pode deixar de se chamar comunista e não mais se fazer representar pelo símbolo internacional dos trabalhadores. O que faz com que a Itália se apaixone por esta questão, e um em cada três italianos ande à procura do «nome da coisa».

A coragem de Ochetto é tremenda. Mudar uma coisa e outra é pôr tudo em causa. Enquanto o nome «partido comunista» é um objectivo de origem marxista, o símbolo tem a matriz leninista. Uma e outra podem agora desaparecer, perante os fascinados socialistas transalpinos, que advogam a abertura do PSI a Ochetto e à «nova coisa», no que são travados por Bettino Craxi.

Mas Craxi não se mostra prudente só no interior. No estrangeiro, esta sua prudência roça a irredutibilidade, opondo-se ao desejo expresso de Mitterrand de abrir a Internacional Socialista a Ochetto.

«Esperámos 70 anos pelo fim do comunismo, podemos agora esperar algum tempo mais», afirma Craxi que, simultaneamente, vai mantendo as mais cordiais relações com Ochetto. A verdade é que a acção deste último provocou a reformulação da margem de manobra dos socialistas.

A visão que destes desenvolvimentos a direcção do PSI tem, é muito centrada na óptica da Terceira Internacional. «É preciso saber qual vai ser o objectivo deste percurso de Ochetto», adverte Craxi. Mas os seus camaradas da franja esquerda do PSI atribuem esta precaução ao histórico anticomunismo do seu secretário-geral.

Por seu turno, a ala socialista mais conservadora denota sinais de inquietação - «entretemo-nos nesta polémica sobre Ochetto, os comunistas mudam de nome, e nós é que ficamos com um nome ultrapassado», receiam.

Também os sindicalistas socialistas estão inquietos. Para a maior parte deles, Craxi corre o risco de se transformar num actual Saragat. Quando Giuseppe Saragat foi convencido de que tinha tido razão, descobria que estava manietado na aliança com os democratas-cristãos.

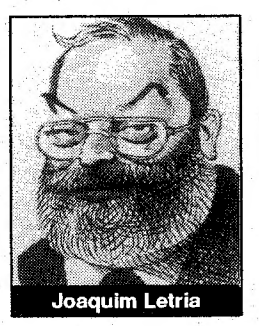
«Hoje não basta ter razão. É preciso movimento. Tem que se estar sempre em movimento», dizem os críticos.

Craxi recusa as críticas e as pressas. Tão-pouco está preocupado com o eventual atraso. Estabeleceu como prazo 1992. Sabe que o tempo voa e que, naquele ano, se celebra o 100.º aniversário do nascimento do Partido Socialista, o que ele considera apropriado para selar o fim das diferenças e ultrapassar a cisão socialista do Palácio Barberini, em 1947.

PCI: jovens contra velhos

A nova guarda do PCI era desconhecida há três anos e mal recorda um passado indiscutivelmente recente - nenhuma simpatia por Bettino Craxi, rivalidade recíproca no terreno sindical e político - um quadro muito semelhante ao que conhecemos em Portugal entre os nossos PC e PS. Os novos dirigentes do PCI nasceram politicamente nos anos da diversidade de Enrico Berlinguer.

Há três anos, quase subrepticiamente, instalaram-se no aparelho comunista. E ajustaram-se à Itália comunista. Enfrentaram a velha guarda, que afogaram numa onda de votos nas últimas reuniões do Comité Central.


Joaquim Letria

Mas desafiaram e derrotaram monumentos vivos do PCI como Gian Carlo Pajetta, Alessandro Natta, Pietro Ingrao. Sem estes jovens oficiais, o general Ochetto não poderia dizer «basta» a 40 anos de História.

A transformação produzida é profunda - no poder instalaram-se todos os jovens dirigentes, fiéis a Ochetto. Saltaram todos os velhos dirigentes e os «apparatchiks» da periferia. Uma operação cuidadosamente preparada e executada com uma paciência de larga visão, atribuída a Ochetto. Quando abandonaram a reunião do Comité Central, os jovens combatentes de Ochetto, cuja idade média é de 40 anos, limparam o Partido, a nível nacional, cidade atrás de cidade, secção após secção.

Alérgicos a contemporizações com o passado, adoptam os modismos, as fixações, as preocupações dos nossos dias e oferecem-nas de bandeja a Ochetto que, no topo da pirâmide, acaba por personificar - a ecologia, o feminismo, o mass-média, a espectacularidade dos gestos simbólicos que, provincianamente são rejeitados entre nós como se comprovou nas últimas eleições para a Câmara de Lisboa. Instituem a boa roupa, a minisaia, os fatos elegantes, as gravatas de seda, os «happenings», a boémia como valores que o partido também assume e abrem os horizontes à despenalização das drogas ligeiras e à reabilitação do sexo.

Com eles, gradualmente ao longo destes três anos, o partido vermelho vai-se tornando verde. Recusam a conciliação porque entendem que esta resulta da falta de ideias próprias. Ao darem a volta ao partido, a nível nacional, estão a criar as condições para a grande mudança no próximo congresso, no qual a esmagadora maioria dos delegados será decididamente favorável a Ochetto. Para já, os secretários das federações mais importantes são indefectíveis ochettianos. Ninguém ignora que quando não se brinca é assim que se vence um congresso. E eles não estão a brincar...

Linguagem nova

O léxico do PCI está a mudar. As reuniões da Comissão Política ou do Comité Central estão já marcadas por uma linguagem nova que rompeu com a tradição oral Togliattiana e Berlingueriana.

Os novos comunistas abandonaram os termos tradicionalmente tão queridos como «conquistas», «luta de classe», «imperialismo», «mobilização», «ruptura» «vigilância», «disciplina», «reaccionário», «luta», «proletariado» e «massas». Com termos como «operação verdade», «emancipação do género humano», vão substituindo aquelas expressões em declínio numa linguagem pouco ou nada estereotipada, onde algumas ideias encontram apenas uma certa insistência, como «diversidade», «uma outra sociedade, rica e plural», em contraposição aos estafados termos «análise correcta», «dialéctica fecunda», ou, em caso extremo, «manter-se firme», que encontra pela frente o verbo «acelerar», o qual parece condizer profundamente com os tempos que correm no Partido Comunista Italiano ou na «Coisa» em que ele venha a transformar-se.

Para Ochetto, «primeiro nasce a coisa, depois dá-se-lhe o nome». Mas ninguém, em Itália, hoje em dia, sabe qual vai ser «o nome da coisa», capaz de colher ainda o voto da opinião mutável e os favores da mudança, como acontece com o PSI, muito para além da vocação de se ficar pelo voto da fidelidade e da identificação que a sociedade pós-industrial tende acentuadamente a rejeitar.

Capaz de recolher consensos através da sua modernização, o PCI, com as suas organizações e implantação, ameaça seriamente o PSI e a liderança de Craxi à frente deste último, a qual o líder socialista gostaria de ver alargada a toda a esquerda. Falta ver se Bettino resiste até 1992 sem a abertura que os seus camaradas mais apressados começaram já a reclamar.

TEMPOS MODERNOS

Quando velhos amigos e camaradas de Achille Ochetto o advertiram que tivesse cuidado e não falasse «da coisa», porque semelhante insistência em tão indefinida expressão poderia vir a ser aproveitada e explorada pelos adversários, o secretário-geral do PCI retorquiu:

- Mas como querem que lhe chame? Que nome se pode dar a algo que ainda está por inventar! Primeiro nasce a coisa, depois dá-se-lhe o nome!

O secretário-geral do PCI não está a brincar. Não propôs, aos mais de 400 membros do comité central nas últimas reuniões do seu partido, uma operaçdo e cosmética para fins eleitorais ou para melhoramento da imagem a nível interno. O que Ochetto põe em causa é muito mais sério - é até mais do que a discussão do papel dum partido nascido da luta de classes agudizada pela revolução industrial, nestes nossos tempos modernos, em plena era pós-industrial, e perante o desmoronar dos velhos estados socialistas do Leste europeu, que desvios haviam convertido em ditaduras inaceitáveis de um capitalismo de estado que a burocracia havia construído sobre os escombros do ideal socialista. Ochetto põe tudo em causa.

Aquilo que Ochetto propõe aos seus camaradas, deste modo nada ortodoxo, é que o moderno, poderoso e respeitado Partido Comunista Italiano repense a esquerda e a transforme, devolvendo-lhe a esperança e recuperando a liderança. E Ochetto, ao enfrentar os seus camaradas, disse claramente:

- Assumo pessoalmente a responsabilidade desta decisão.

A atitude do líder comunista italiano põe muitas coisas em causa e vai muito além das preocupações tradicionais de partidos que discutem *N* por cento do eleitorado ou um destaque na Imprensa porque, sem bases, é disso que vivem, entre eleições.

Consciente de que o imobilismo conduz à decadência - fase que herdou de Berlinguer, o «condottiere» que também levou o PCI ao seu máximo esplendor - Ochetto desafia tudo e todos.

Mas não questiona o passado - não põe em causa o primeiro PCI que o fascismo condenara à clandestinidade e o nazismo empurrara para a luta armada, nem sujeita o segundo PCI que ele recebeu aos pés do leito de morte de Berlinguer e que Togliatti fundara em 1944.

Como pode um partido querer renovar um país se não começar por ser capaz de se renovar a si próprio?

Esta a grande questão que Ochetto coloca não só aos seus camaradas, mas a todos os italianos e demais europeus.

Ao lançar esta perturbadora pergunta, ao se interrogar sobre a organização que tem servido ao longo de toda a sua vida, Achille Ochetto não está apenas a fazer pensar o seu partido. Está a inquietar toda a esquerda italiana e europeia e, especialmente, todos os partidos comunistas ocidentais, por muito diversas que as respectivas realidades sejam; e está também a forçar a direita a preparar uma resposta adequando-se, ela própria, desde já, aos nossos tempos modernos, marcados pelo fenómeno multimédia, pelo modelo de consumo que contraria todos os partidos que não se libertem da tradicional sedimentação social que estava certa nos anos 50 mas que 40 anos mais tarde, se não evoluírem, podem entrar no catálogo das espécies em vias de extinção.

J.L.

MARIA MADALENA BISCAIA DE AZEREDO PERDIGÃO

MISSA DO 30.º DIA

José de Azeredo Perdigão, Pedro Paulo Biscaia de Azeredo Perdigão e sua mulher Ana Maria Nunes de Azeredo Perdigão, Ana Maria Biscaia Branquinho e seu marido José Branquinho, Maria da Luz Biscaia de Azeredo Perdigão e seu marido José Pedro de Azeredo Perdigão, Viscondes da Barreira e demais família, participam que será celebrada missa de 30.º dia, às 12.00 horas do dia 5 do corrente, na Igreja Paroquial de nossa Senhora de Fátima.

P. N. A. M.

NOTARIADO PORTUGUÊS DÉCIMO QUARTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA A CARGO DO NOTÁRIO, LIC. MANUEL GONÇALVES PEREIRA

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de trinta de Outubro último, exarada de folhas vinte e dois a folhas vinte e três verso do livro setenta e dois-G, deste Cartório, foi reforçado o capital da sociedade comercial por quotas, denominada «UNIP—PUBLICIDADE FARMACÊUTICA, LIMITADA» com sede em Lisboa, na Travessa das Pedras Negras, número um, quinto andar, freguesia da Madalena, matriculada sob o número cinquenta e nove mil trezentos e cinquenta na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, de cem mil escudos para quatrocentos mil escudos, mediante o reforço de trezentos mil escudos, integralmente realizado em dinheiro e subscrito por ambas as sócias da forma seguinte:

UNIÃO FABRIL FARMACÊUTICA, S.A. — duzentos e setenta mil escudos;

ALGODEX — FÁBRICA DE ALGODÃO DA MALVEIRA, LIMITADA — trinta mil escudos.

Que, por esta mesma escritura foram alterados os artigos quarto e sexto do pacto da dita sociedade, os quais passaram a ter a redacção constante na presente fotocópia que se compõe de duas folhas e vai conforme ao original na parte reproduzida, nada havendo na dita escritura que amplie, restrinja ou condicione quanto se reproduz ou narra.

Lisboa e referido Décimo Quarto Cartório Notarial, aos catorze de Novembro de mil novecentos e oitenta e nove.

O 2.º Ajudante,
(assinatura ilegível)

ART.º 4.º

UM. O capital social integralmente realizado em dinheiro e nos diversos valores da sociedade é de QUATROCENTOS MIL ESCUDOS e divide-se em duas quotas, uma de trezentos e sessenta mil escudos pertencente à sócia UNIÃO FABRIL FARMACÊUTICA, S.A., e outra de quarenta mil escudos pertencente à sócia ALGODEX — FÁBRICA DE ALGODÃO DA MALVEIRA, LIMITADA.

ART.º 6.º

UM. A sociedade é administrada por dois gerentes eleitos em assembleia geral.

DOIS. Os gerentes não são remunerados se tal for deliberado em assembleia geral.

TRÊS. A sociedade obriga-se pela assinatura conjunta de dois gerentes.

QUATRO. São desde já nomeados gerentes — Eduardo Nuno Fernandes de Faria e João Francisco Pinto da Igreja — aqui outorgantes.

«DL» 3/1/90

NOTARIADO PORTUGUÊS

DÉCIMO QUARTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA
A CARGO DO NOTÁRIO
LIC. MANUEL GONÇALVES PEREIRA

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de trinta de Outubro último, exarada de folhas vinte e quatro a folhas vinte e seis do livro setenta e dois-G, deste Cartório, foi reforçado o capital da sociedade comercial por quotas, denominada «ARTIMÉDICA — ARTIGOS DE ELECTROMEDICINA, LIMITADA» com sede em Lisboa, na Travessa das Pedras Negras, número um, quinto andar, freguesia da Madalena, matriculada sob o número cinquenta e nove mil quatrocentos e oitenta e seis na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, de cem mil escudos para quatrocentos mil escudos, mediante o reforço de trezentos mil escudos integralmente realizado em dinheiro e subscrito por ambas as sócias da forma seguinte — UNIÃO FABRIL FARMACÊUTICA, SA — duzentos e oitenta e cinco mil escudos;

ALGODEX — FÁBRICA DE ALGODÃO DA MALVEIRA, LIMITADA — quinze mil escudos.

Que, por esta mesma escritura, foram ainda alterados os artigos quarto e sexto do pacto da dita sociedade, os quais passaram a ter a redacção constante da presente fotocópia que se compõe de duas folhas e vai conforme ao original na parte reproduzida, nada havendo na dita escritura que amplie, restrinja ou condicione quanto se reproduz ou narra.

Lisboa e referido Décimo Quarto Cartório Notarial, aos catorze de Novembro de mil novecentos e oitenta e nove.

O Ajudante,
Assinatura ilegível

ART.º 4.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro e valores da sociedade é de QUATROCENTOS MIL ESCUDOS e divide-se em duas quotas, uma de trezentos e oitenta mil escudos pertencente à sócia UNIÃO FABRIL FARMACÊUTICA, SA, e, outra de vinte mil escudos pertencente à sócia ALGODEX — FÁBRICA DE ALGODÃO DA MALVEIRA, LIMITADA.

ART.º 6.º

UM. A sociedade é administrada por dois gerentes eleitos em assembleia geral.

DOIS. Os gerentes não são remunerados se tal for deliberado em assembleia geral.

TRÊS. A sociedade obriga-se pela assinatura conjunta de dois gerentes.

QUATRO. São desde já nomeados gerentes — Eduardo Nuno Fernandes de Faria e José Alfredo Rodrigues Ferraz, aqui outorgantes.

«DL» — 3/1/90

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA SEGUNDO JUÍZO

ANÚNCIO

Por este Tribunal e 3.ª Secção correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da publicação dos anúncios citando os requeridos para, no prazo de oito dias, findo o prazo dos éditos, contestaram, querendo, o pedido feito pela autora Companhia de Seguros Império, E.P., no processo de Habilitação de Herdeiros n.º 11 412/A, instaurado por apenso à Acção Sumária movida ao réu José Manuel Leal Salvador Costa, este falecido no decurso da acção.

Esse pedido consiste em que os requeridos José Manuel Pinheiro Coutinho Leal da Costa e mulher Azita Esmaíl Leal da Costa, ausentes em parte incerta e com última residência no Monte da Laginha — S. Manços, comarca de Évora, sejam julgados sucessores do falecido réu, para como seus representantes prosseguirem os termos da causa.

Com a contestação devem oferecer o rol de testemunhas ou quaisquer outros meios de prova.

Lisboa, 19-12-89.

O Juiz de Direito,
(assinatura ilegível)
A Escriturária,
(assinatura ilegível)

«DL» 3/1/90 1.ª Pub.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

ANÚNCIO

O DOUTOR MANUEL AUGUSTO MOUTINHO DA SILVA PEREIRA, Juiz de Direito na 1.ª Secção deste 10.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa:

FAZ SABER que nos autos de acção declarativa constitutiva com processo Sumário registados sob o n.º 2703, que MARIA CLOTILDE JORGE NINA, viúva, residente na Av. Guerra Junqueiro, 22-2.º, Esq.º, em Lisboa move contra o Município de Lisboa, Ministério Público e interessados incertos, correm Éditos de TRINTA DIAS, contados da data da segunda e última publicação do anúncio, para deduzirem a sua habilitação como herdeiros ou representantes do falecido EDUARDO JORGE, também conhecido por EDUARDO JORGE RODRIGUES, que foi casado com Clotilde da Conceição Jorge, também já falecida, que foram residentes no então lugar de Venda Nova (hoje Freguesia), na Rua Elias Garcia, Amadora.

Fica CITADA qualquer pessoa que se julgue com melhor direito ou com direito igual ao da Autora, para os termos da acção supra identificada, pelos fundamentos constantes da petição inicial, cuja cópia se encontra arquivada nesta Secretaria e será entregue logo que solicitada, e para no prazo de dez dias, querendo contestar a referida acção ou deduzir a sua habilitação, findos que seja o prazo dos éditos, do direito à concessão do terreno onde está edificado o Jazigo n.º 5075, sito na Rua 45, Lado Esquerdo, do Cemitério dos Prazeres em Lisboa, sob pena de não o fazendo, decretar-se que a Autora é, por usucapião, a única titular do direito de concessão acima indicado.

PARA CONSTAR se lavrou o presente e outros de igual teor que vão ser legalmente afixados.

Lisboa, 6 DE DEZEMBRO DE 1989.

O JUIZ DE DIREITO,
Manuel Augusto Moutinho da Silva Pereira
O Escrivão Adjunto,
Rui Freiria

«DL» 3/1/90 — 1.ª Pub

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da Patente de Invenção n.º 70 584 «PROCESSO DE SÍNTESE PARA A PREPARAÇÃO DE 2-FENILAMINO-IMIDAZOLINAS-(2) SUBSTITUÍDAS, COM PROPRIEDADES TERAPÊUTICAS PARTICULARES»
Trata: CLARKE, MODET & C.ª, LDA.
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201 - 3.º - Esq.º
1000 LISBOA
Telefs. 651339-654613-692815

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da Patente de Invenção n.º 70 748 «PROCESSO PARA A POLIMERIZAÇÃO DE 2-OLEFINAS COM O USO DE UM CATALISADOR»
Trata: CLARKE, MODET & C.ª, LDA.
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201 - 3.º - Esq.º
1000 LISBOA
Telefs. 651339-654613-692815

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da Patente de Invenção n.º 81 313 «EMBALAGEM DISPENSADORA»
Trata: CLARKE, MODET & C.ª, LDA.
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201 - 3.º - Esq.º
1000 LISBOA
Telefs. 651339-654613-692815

«PINHEIRO — COSTURA, LIMITADA»

Certifico para efeito de publicação e em cumprimento no disposto no art.º 72.º do Código do Registo Comercial, que a fotocópia anexa composta de 3 folhas, está conforme o original da escritura de AUMENTO DE CAPITAL E ALTERAÇÃO PARCIAL DO CONTRATO, lavrada no dia 26 de Setembro último e referente à sociedade em epígrafe, exarada a folhas 25 e seguintes do livro 120-D, das notas do Sétimo Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da Notária Maria do Carmo Antunes dos Santos.

Lisboa, vinte e três de Outubro de mil novecentos e oitenta e nove.

O Ajudante,
Cidália Inácio Duarte Palma

AUMENTO DE CAPITAL E ALTERAÇÃO PARCIAL DO CONTRATO

No dia vinte e seis de Setembro de mil novecentos e oitenta e nove, em Lisboa e no Empreendimento das Amoreiras, Torre Dois, Décimo primeiro andar, perante mim, Licenciada MARIA DO CARMO ANTUNES DOS SANTOS, Notária interina do Sétimo Cartório Notarial desta cidade, compareceu como outorgante:

O Senhor LUÍS FILIPE JARDIM PINHEIRO RIBEIRO, natural da freguesia de S. Mamede, desta cidade, casado com Maria Isabel de Castelo Branco Pinheiro Ribeiro no regime da separação de bens, residente na Rua dos Navegantes, número quarenta e oito, quinto andar, esquerdo, Lisboa, contribuinte fiscal número 113 345 810, que outorga por si e em representação da sociedade comercial por quotas, sob a firma «MANUEL PINHEIRO RIBEIRO, LIMITADA», com sede na Rua Ferreira Borges, número cento e oitenta e três-C, freguesia de Santa Isabel, desta cidade, pessoa colectiva número 500 180 229, com o capital social de vinte milhões e duzentos e cinquenta mil escudos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número trinta e quatro mil quinhentos e quarenta e sete, no uso dos poderes que consta de uma acta da Assembleia Geral, realizada em dezoito de Setembro corrente, e de uma certidão emanada pela dita Conservatória, documentos que Arquivo, e da qual também é sócio e único gerente.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo seu bilhete de identidade número 1138912, de 10 de Maio de 1989, emitido pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa, que exibiu.

E DISSE:

Que, ele, e a sua representada, são os únicos sócios da sociedade comercial por quotas sob a firma «PINHEIRO — COSTURA, LIMITADA», com sede na Avenida da República, número dois-B, sobreloja, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, desta cidade, pessoa colectiva número 500 217 556, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número quarenta e um mil trezentos e quarenta e seis, com o capital social de DUZENTOS MIL ESCUDOS — dividido em duas quotas — uma de CENTO E NOVENTA MIL ESCUDOS pertencente à sua representada «Manuel Pinheiro Ribeiro, Limitada», e outra de DEZ MIL ESCUDOS — pertencente a ele outorgante.

Que, o referido capital está integralmente realizado e subscrito em dinheiro e outros valores, e que a sociedade foi constituída por escritura de vinte e sete de Maio de mil novecentos e sessenta e nove, exarada a folhas setenta e oito verso e seguintes do livro número trezentos e sessenta e um-A, das notas do Nono Cartório Notarial de Lisboa.

Que, dando execução ao deliberado na referida reunião de dezoito de Setembro corrente, pela presente escritura vêm AUMENTAR o capital social da sociedade «PINHEIRO — COSTURA, LIMITADA», para QUATROCENTOS MIL ESCUDOS, sendo a importância do aumento de DUZENTOS MIL ESCUDOS, por incorporação de RESERVAS LIVRES, e subscrito por ambos os sócios proporcionalmente às quotas que actualmente possuem, ficando ele outorgante com uma quota de vinte mil escudos, e a sociedade Manuel Pinheiro Ribeiro, Ld.ª, com uma quota de trezentos e oitenta mil escudos.

Que, em consequência do operado aumento de capital altera parcialmente o contrato social no tocante ao seu artigo QUARTO, que passa a ter a seguinte redacção:

QUARTO

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro e outros valores é de QUATROCENTOS MIL ESCUDOS, e corresponde à soma de duas quotas — uma de VINTE MIL ESCUDOS pertencente ao sócio Luís Filipe Jardim Pinheiro Ribeiro e outra de TREZENTOS E OITENTA MIL ESCUDOS pertencente à sócia Manuel Pinheiro Ribeiro, Limitada.

«DL» 3/1/90

Dr.ª Maria das Dores Gutierres Dominguez Madeira Nobre

(Lolita Madeira)

FALECEU

Agradecimento

Sua família na impossibilidade de o fazer pessoalmente, vem por este meio agradecer a todas as pessoas que a acompanharam à sua última morada, tendo seguido o seu funeral para Vila Real de Santo António.

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da Patente de Invenção n.º 81 430 «MÁQUINA PARA CONFERIR A FORMA A GÁSPEAS E SEMELHANTES»
Trata: CLARKE, MODET & C.ª, LDA.
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201 - 3.º - Esq.º
1000 LISBOA
Telefs. 651339-654613-692815

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da Patente de Invenção n.º 75 010 «MECANISMO DE LIGAÇÃO E DESLIGAÇÃO BRUSCAS PARA UM INTERRUPTOR DE TRANSLACÇÃO»
Trata: CLARKE, MODET & C.ª, LDA.
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201 - 3.º - Esq.º
1000 LISBOA
Telefs. 651339-654613-692815

POLÍTICA

Zita Seabra expulsa do PCP critica «insegurança e medo»

Zita Seabra foi esta manhã notificada da sua expulsão do PCP pela Comissão Central de Controlo e Quadros do partido. A própria ex-dirigente confirmou a decisão daquela estrutura, constituida por Carlos Costa, Blanqui Teixeira, Jaime Serra, Joaquim Gomes, José Vitoriano, Luisa Araújo e Sérgio Vilarigues.

Até à hora de fecho desta edição, não foi produzida qualquer declaração oficial do partido confirmando a deliberação. No entanto, a antiga deputada comunista admitiu inclusivamente que «outros militantes do PCP, incluindo membros do Grupo Parlamentar» poderão igualmente ser expulsos. Segundo Zita Seabra, membros da Comissão Política ligados a organizações sondaram ontem à noite, individualmente, diversos elementos do Comité Central sobre a sua expulsão.

Zita esta manhã na sede do PCP: «A renovação começa com a expulsão dos renovadores»

«Espero confirmação do Comité Central»

Em declarações prestadas depois de conhecida a decisão da Comissão de Controlo de Quadros, Zita Seabra salientou ao DL que «antes de se considerar expulsa do PCP espera uma confirmação do Comité Central».

«É lamentável que a renovação comece com a expulsão dos renovadores», acrescentou, referindo que tal atitude representa «insegurança da parte do partido, medo do que se passa no resto do Mundo e em especial nos países de Leste».

A ex-dirigente comunista expressou ainda a sua solidariedade «para com os militantes que vivem um momento de angústia» e disse que «só renovando-se o PCP tem sentido em Portugal».

Um «talvez» fez transbordar a taça

«A única saída digna que tem a direcção do PCP é demitir-se em bloco e fazê-lo em nome do seu passado de luta em Portugal, do partido que construiram e, sobretudo, dos militantes que esperam e anseiam por uma saída credível para o seu partido». Foram considerações como esta, tecidas por Zita Seabra ao longo de um artigo publicado na edição de ontem do «Diário de Notícias», intitulado «Talvez...» que fizeram transbordar da taça da direcção do Partido Comunista Português.

Aproveitando como mote os acontecimentos na Roménia, Zita Zeabra apontou dardos para a direcção comunista. Mas foi mais além na forma como encarou a renovação daquele órgão. Em sua opinião, «o caminho da renovação para o PCP só é possível através de um congresso extraordinário mas organizado em novos moldes, com uma comissão promotora que reflicta as várias correntes existentes no PCP e não por um Comité Central à partida sem credibilidade».Mas as transformações daquela partido, no entender de Zita Seabra, passam pela mudança do nome, do programa e dos objectivos.Ao fazer uma resenha da actuação do PCP durante esta década e, particularmente, durante as mudanças operadas no Leste, Zita Seabra refere que a direcção do Partido «deixou os militantes e eleitores entregues à sua própria solidão». E ao contrário «do que tentou dizer à direita, não se manteve coerente: mudou de opinião sempre depois dos factos e ao ritmo destes».

Enterrar «conceitos arcaicos»

Zita Seabra vai ao ponto de questionar ideias fundamentais da doutrina comunista ao afirmar: «É necessário rapidamente enterrar o centralismo democrático, o marxismo-leninismo, o movimento comunista internacional e outros conceitos arcaicos que já quase só sobrevivem na Rua Soeiro Pereira Gomes».

Aquela ex-dirigente do PCP considera «tardia e sem credibilidade» a renovação que se vislumbra agora, por iniciativa dos membros da direcção comunista, e recorda que «há três anos a reconversão do partido tinha, provavelmente, sido possível».

Além disso, Zita Seabra considera que se Álvaro Cunhal aceitar neste momento a mudança «estará a violentar-se a si próprio, a sua vida e o seu passado».

Relatório de Cunhal publicado na China

O relatório de Álvaro Cunhal ao décimo Congresso do Partido Comunista Português foi considerado «muito útil» pelos especialistas chineses que coligiram, recentemente, em livro os documentos teóricos respeitantes a 62 partidos comunistas de todo o mundo.

O relatório datado de 1983 é um dos 263 documentos reunidos em três anos de trabalho por uma equipa de 200 especialistas e tradutores, chefiada por Bo Yibo, e que foram agora editados em dois volumes pelo Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista Chinês.

Mas não é o único texto produzido pelos comunistas portugueses e assim dado à estampa em chinês.

Também foi recolhida a resolução adoptada no X Congresso do PCP e respeitante à situação política internacional vivida na altura.

O chefe da equipa de especialistas chineses considerou os dois documentos emanados do PCP, tal como a vasta literatura coligida nos dois volumes--sete milhões de palavras referentes ao período entre 1980 e 1987-- como «muito útil aos comunistas chineses, porque os ajuda a compreender os princípios e as políticas dos partidos congéneres e do movimento comunista internacional contemporâneo».

O acolhimento dos dois textos emanados do Partido Comunista Português parece ter significado, também, o apagamento de discordâncias anteriormente conhecidas entre os PC's português e chinês, a ponto de os responsáveis por esta recolha de documentos sobre o comunismo internacional terem declarado à agência Lusa, pela voz de Bo Yibo, que «as relações entre os dois partidos são hoje normais».

COMENTÁRIO

O jogo e as regras

Imaginem um jogador de xadrez que, estando a perder, invocasse de súbito as regras do jogo de damas.

Ou imaginem um elemento do PSD que, descobrindo que as posições defendidas pelo seu partido eram de todo indefensáveis, que os princípios que lhe tinham dado origem estavam condenados, em vez de saír do partido e, eventualmente, fundar um outro, passasse o tempo a insistir em que era ao PSD que cabia mudar, renegar as suas idéias e programa.

Mereceria algum deles mais que um sorriso de céptica compreensão?

Então por que é que as coisas são diferentes quando em causa está o PCP?

Tudo isto a propósito da expulsão de Zita Seabra, que parece provocar indignação nacional.

Leia-se, por favor, o artigo ontem publicado no Diário de Notícias por Zita Seabra - afinal, a causa próxima e invocada da expulsão da antiga dirigente do PCP. Atente-se num dos seus parágrafos: "Tão sem sentido como fingir que não se sabia é agora tentar repetir em Portugal uma discussão já feita (há 30 anos em Itália e há 20 em Praga) em torno da dúvida: foi só o modelo de socialismo que ruíu, ou se foi o próprio sistema? Por outras palavras: a culpa foi de Estaline, Ceausescu, Honecker e de *todos os outros sem excepção* , ou é da própria ideologia? Por favor! Tenha-se em conta quando se fala em modelo que essa experiência deixou milhões de mortos, deixou vidas sem esperança, e nenhum país, nenhuma direcção comunista, nem nenhum secretário-geral que tenha estado no poder, ficou positivamente na nossa memória e sobretudo na memória do *seu* próprio povo. O que todos cantam é sim a libertação do *jugo comunista*."

Claro que é profundamente legítimo escrever estas frases, mas não é menos legítimo pensar que quem as escreve não deve continuar a reclamar-se membro de um partido em cuja ideologia deixou de acreditar, um partido cujos actuais dirigentes podem reclamar-se ainda do apoio das bases. À própria Zita Seabra caberia disso tirar as devidas conclusões, bater com a porta, ir fundar em outro lado um outro partido, alternativo, rival, disputador das bases do primeiro. Não o fez. Que restava então ao PCP senão expulsá-la, como faz qualquer organização a quem flagrantemente viole os seus princípios?

É mais fácil obter apoio político quando se é expulsa de um partido que recolhe as antipatias gerais de mais de três quartos do eleitorado que quando se anuncia querer formar um novo partido, em concorrência, não só com esse, mas também com outros já existentes. Mas é legítimo duvidar é que, ao optar pela via de conseguir a expulsão em vez da via do bater com a porta, Zita Seabra possa obter o apoio daqueles por quem quer falar: "os comunistas que na base estão hoje profundamente abalados, envergonhados com o que os olhos vêem, interrogando-se mas desejando uma saída *séria* , para poderem manter vivos os valores que adoptaram e pelos quais se fizeram comunistas."

Diana Andringa

POLÍTICA

Sampaio escuta um por um membros do Secretariado

Jorge Lacão vai ser mais que coordenador autárquico. O aparelho do partido conta com um novo responsável no horizonte. Amanhã será a hora e a vez de Sampaio decidir com que equipa vai defrontar o PSD

Jorge Sampaio procede durante o dia de hoje a consultas com cada membro do Secretariado do Partido Socialista, depois de ontem ter reunido com a maior parte dos elementos que integram aquela estrutura partidária.

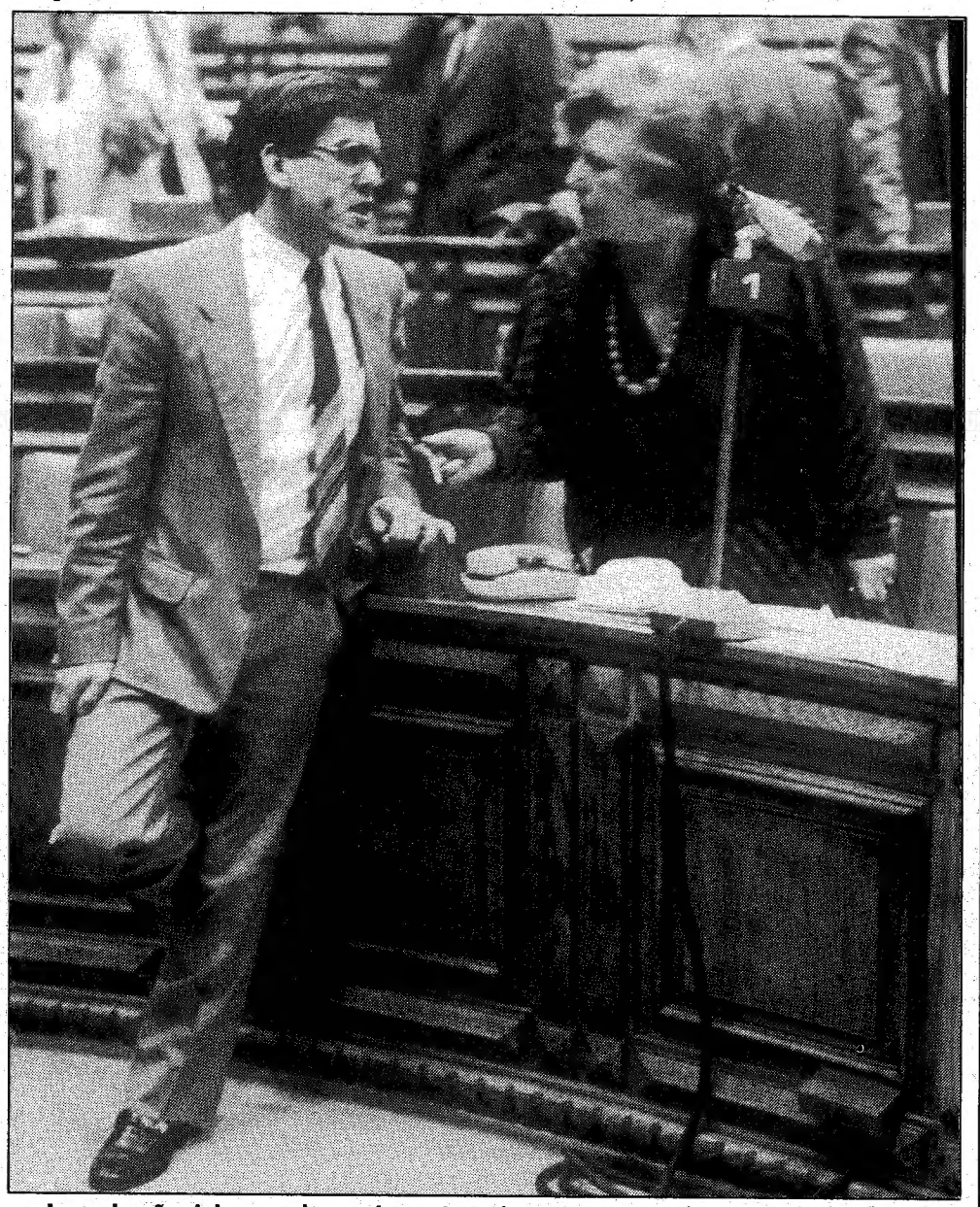
Conversas informais e debates sobre a situação política criada pelos resultados das últimas eleições autárquicas preparam uma antecipação do Congresso do PS, talvez para Abril ou Maio.

O pouco que transpirou da reunião de ontem, na sede do Largo do Rato, é sintomático do estilo que Jorge Sampaio imprimiu à sua liderança: antes das reuniões, ouvir cada elemento da equipa dirigente, para no final apresentar as suas propostas. Um estilo nos antípodas do também ontem adoptado pelo seu principal adversário, o líder do PSD, que remodelou de surpresa antes de ouvir as bases do seu partido quanto aos méritos do Governo a que preside.

De momento, é dada como certa a designação de Jorge Lacão para o pelouro organizativo do Partido Socialista, sem que isso signifique, pelo menos para já, um afastamento a frio do anterior responsável pelas autarquias, Lopes Cardoso, que durante a mais recente campanha eleitoral se dedicou sobretudo à vitória da coligação «Por Lisboa», desde a condução das negociações entre o PS e o PCP.

A súbita remodelação do Governo vai dar aos socialistas um tema mais quente para discutirem, uma vez que caiu de surpresa. Mesmo assim, Marques da Costa, porta-voz do PS, declarou de imediato tratar-se de uma «remodelação por pressão e não por convicção», feita «no estilo habitual do professor Cavaco Silva, sem nenhum dirigente saber».

Outra reunião, essa de sindicalistas do PS com militância sindical na UGT, acabou por não se realizar ontem, sendo todavia certo o encontro de reflexão do Executivo daquela central sindical para meados da próxima semana. Nessa outra reunião de reflexão, sindicalistas do PS e do PSD vão também reflectir, tendo como pano de fundo a posição actual de Torres Couto, líder da UGT e deputado no Parlamento Europeu.



Jorge Lacão deixa o pelouro das autarquias para se encarregar da organização

I Série
N.º 2
Dia 3
de
Janeiro

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 1/90:
Extingue a Empresa Pública do Jornal Diário Popular (EPDP).

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 2/90:
Altera o regime do Decreto-Lei n.º 291/85, de 24 de Julho, que instituiu as sociedades de gestão e investimento imobiliário.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Decreto-Lei n.º 3/90:
Estabelece normas relativas à regulação dos níveis de resíduos admissíveis no pescado destinado à alimentação humana.

Decreto-Lei n.º 4/90:
Estabelece as características gerais a que devem obedecer os bolos e cremes de pastelaria.

Decreto-Lei n.º 5/90:
Aplica o regime do Decreto-Lei n.º 199/88, de 31 de Maio, às indemnizações por cortes de arvoredo efectuados em áreas de reserva.

Ministério da Indústria e Energia

Decreto-Lei n.º 6/90:
Integra no domínio privado do Estado a propriedade de imóveis pertencentes ao ex-Gabinete da Área de Sines.

Ministério da Educação

Decreto-Lei n.º 7/90:
Prevê que as propinas e outras prestações devidas pelos estudantes dos vários cursos ministrados nas universidades públicas passem a ser pagas em numerário ou em cheque.

Com apoio do CDS e CDU

PS vai ter maioria na Câmara do Porto

O apoio dos representantes da CDU e do CDS no executivo da Câmara do Porto vai permitir ao PS gerir a autarquia durante os próximos quatro anos com maioria absoluta. A revelação, feita ontem pela agência Lusa, foi confirmada pelo presidente eleito, Fernando Gomes, em declarações inseridas na edição de hoje do «Diário de Notícias».

Os social-democratas, isolados por este entendimento inter-partidário, não vão sequer tomar posse, apesar de Carlos Brito ter sido convidado a escolher um pelouro em regime de permanência. O candidato derrotado não rejeitou a hipótese de assumir o seu cargo de vereador, dispondo-se a pedir a suspensão após a posse. Fez, no entanto, depender a sua posição da decisão do partido. Destacado para desempenhar funções governamentais, afastou-se do processo.

Na vereação, em que dispõe de seis elementos, o PS chama a si os pelouros da habitação (na dependência directa de Fernando Gomes), urbanismo (a cargo do arquitecto Gomes Fernandes, segundo da lista), cultura (da jornalista Manuela de Melo), trânsito, ambiente e limpeza, pelouro gerido há sete anos pelo comunista Oliveira Dias.

A este vereador, será atribuido o Departamento dos Serviços Técnico-Especiais, que abrange o sector de oficinas e transportes e as divisões de higiene, cemitérios e mercados municipais. Quanto a Fernando Cabral, eleito pelo CDS, será destacado para a administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. Trata-se de um cargo que, não sendo político, assegura ao ex-presidente remuneração e responsabilidade idênticas aos vereadores.

Entretanto, ainda de acordo com fonte citada pela agência Lusa, o acordo tri-partidário que concede a Fernando Gomes confortável maioria no executivo municipal poderá aplicar-se igualmente na Assembleia Municipal. Neste orgão, o PS possui 22 representantes - menos um do que o PSD -, enquanto a CDU elegeu seis e o CDS três.

Parlamento reabre amanhã

Rastreio de satélites na Assembleia enquanto não chega a televisão

A Assembleia da República reabre amanhã à tarde, em plenário, para aprovar o acordo que autoriza os Estados Unidos a instalar no território nacional uma estação electro-óptica para vigilância do espaço exterior.

A estação a construir ao abrigo deste acordo, celebrado em 27 de Março de 84, por troca de notas entre os governos português e norte-americano, integra-se na rede mundial de rastreio de satélites, militarmente designada por GEODSS.

Esta proposta de resolução já esteve agendada por duas vezes, primeiro para 10 de Novembro e, depois, para 5 de Dezembro; mas foi sendo adiada, quer pela necessidade de trâmites diplomáticos ainda não cumpridos, quer pela paragem do Parlamento motivada pela campanha eleitoral autárquica.

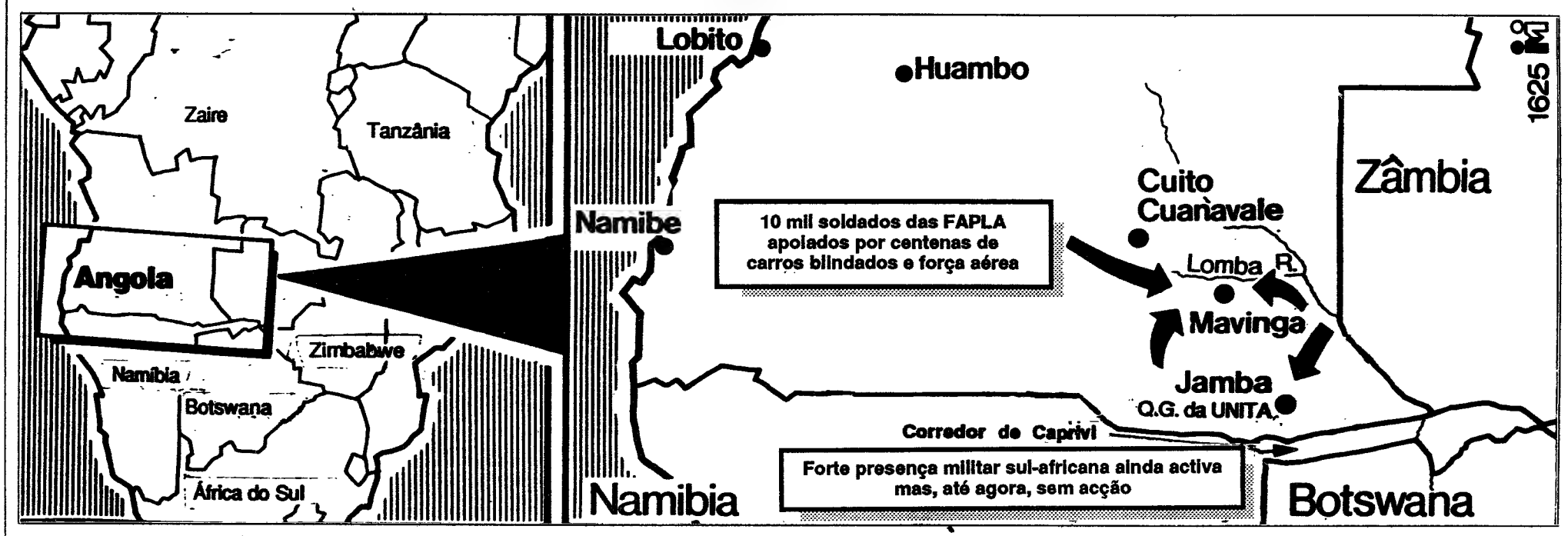
Foi agora repescada para preencher um compasso de espera dos trabalhos parlamentares, enquanto não chegam à Assembleia as duas propostas do Governo mais ansiosamente aguardadas em S. Bento, a da Alta Autoridade para a Comunicação Social e a da abertura da televisão à iniciativa privada.

O Governo já anunciou a aprovação da proposta de lei para a Alta Autoridade, no Conselho de Ministros que precedeu as eleições autárquicas, mas até ontem à tarde não se dera ainda pela sua entrada na Assembleia. Pelo menos, não tinha sido distribuida nem ao Grupo Parlamentar do PSD nem à bancada socialista.

A sessão de amanhã inclui um período antes da Ordem do Dia de que se esperava pouco ou nada; mas a remodelação governamental actualizou-lhe a importância preparando-se as bancadas da oposição para a glosar no prolongamento dos comentários tecidos no rescaldo das eleições.

A semana parlamentar conclui-se, na sexta-feira de manhã, com uma curta sessão de perguntas ao Governo.

INTERNACIONAL



Angola: a grande ofensiva contra a Unita

Dez mil soldados das FAPLA travam uma violenta batalha pela conquista da Jamba. Luanda reconhece, pela primeira vez, a ofensiva militar em curso, cujo êxito o movimento de Savimbi nega

As tropas do MPLA tomaram, quarta-feira, Mavinga, localidade do sueste de Angola, estratégica para a defesa da Jamba, onde está situado o quartel-general da Unita, soube o DL junto de fonte militar angolana, em Luanda. A possibilidade de conquistar a base central do movimento de Savimbi depende, agora, segundo a mesma fonte, «da decisão político-militar que o presidente Eduardo dos Santos quiser tomar». As forças armadas do governo da RPA mobilizaram dez mil homens e mais de três centenas de carros blindados de combate na operação, cujo sucesso ainda não foi reconhecido oficialmente. A Unita - que alertou a opinião pública internacional, a 23 de Dezembro, para a ofensiva militar inimiga - desmente a notícia, limitando-se, para já, a admitir que os confrontos travados na região (Cuando-Cubango) assumiram uma proporção e violência nunca antes vistos.

De acordo com a fonte militar contactada pelo DL, as forças do MPLA chegaram a Mavinga pelo sul depois de «várias operações de diversão realizadas a norte e leste daquela povoação». Registaram-se, nessa fase dos combates, violentos confrontos em Gago Coutinho e Camgamba que estão também em poder do exército angolano.

A infantaria e artilharia do Governo de Luanda foram apoiadas pela força aérea que mobilizou várias esquadrilhas de caças bombardeiros «Mig 21» e «Mig 23», além de helicópteros «Mi 35», da mais avançada tecnologia militar soviética. Até ontem, segundo a mesma fonte, não houve intervenção das forças sul-africanas, como já sucedeu, no passado, quando posições estratégicas da Unita estiveram em situações de risco.

Fontes oficiais angolanas não quiseram «desmentir nem confirmar» a vitória militar das suas forças armadas, escusando-se a dar informações «de natureza militar». Admitiram, no entanto, pela primeira vez, que está realmente em curso uma operação em larga escala e «que se possa estar a caminho da tomada de Mavinga».

A prudência com que estas informações são dadas coincidem com a prática comum à hierarquia militar angolana que habitualmente só anúncia os sucessos militares, em comunicado oficial do Estado-Maior das FAPLA, depois da situação estar absolutamente dominada, o que parece ainda não ter sucedido pois a região, controlada pela Unita há vários anos, é considerada como «zona de combate»..

No entanto, presidente José Eduardo dos Santos, que na tradicional mensagem de ano novo anunciou a abertura do regime de Luanda à possibilidade da realização de eleições livres dentro de cinco anos, falou, sábado, com optimismo sobre a situação militar. Dirigindo-se, em Luanda, a dirigente do partido e do Governo que lhe foram apresentar cumprimentos de ano novo, o Chefe de Estado angolano afirmou que as FAPLA conseguiram neutralizar os objectivos militares da Unita e «levar a instabilidade às zonas consideradas estratégicas» pelas forças opositoras.

Unita reconhece ausência de cubanos

O porta-voz da Unita em Lisboa disse, ao DL, ser «completamente falso» que as FAPLA tenham tomado Mavinga e que estejam a progredir em direcção à Jamba mas admitiu que os combates que se travam na região são de uma dimensão nunca antes verificada. «É um envolvimento do MPLA como nós não viamos há anos», frisou Norberto Castro.

O dirigente do movimento de Jonas Savimbi assegura que «a situação está completamente sob controlo da Unita» e admite a ausência de tropas cubanas nos combates. «Como é sabido nós interceptamos as comunicações do MPLA e desta vez ainda não apanhamos mensagens na língua castelhana», disse. Norberto Castro garantiu que a situação na Jamba, o quartel general da Unita «é tranquila».

As autoridades angolanas preparam, entretanto, uma *operação de charme* dirigida, objectivamente, à opinião pública portuguesa. Um grupo de jornais, entre os quais o DL, foi convidado a visitar a República Popular de Angola, sem programa pré-estabelecido e com a garantia de total liberdade de acção e a RTP vai transmitir, na próxima edição de o próximo «Jornal de Sábado», uma entrevista com o presidente Eduardo dos Santos, em directo de Luanda. Uma equipa dirigida pelo próprio José Eduardo Moniz partiu hoje para a capital angolana.

Fontes ligadas à Comunicação Social angolana, que não *arriscaram* comentar, ontem, a «situação militar na zona de Mavinga referiram, no entanto, que possam haver «notícias importantes antes do fim-de-semana». A convicção, nesses meios, é de que a visita de Savimbi a Portugal, prevista para 21 do corrente, «a concretizar-se, será num panorama militar de perfeita derrota».

A ofensiva em curso sobre Mavinga, comandada pelo coronel João Matos, um oficial angolano com grande prestígio interno, é a segunda grande tentativa de tomar aquela posição estratégica para a Unita. A localidade é, como reconheceu ao DL o porta-voz daquele movimento em Lisboa, «o verdadeiro tampão da Jamba».

As forças do MPLA mobilizaram então mais de doze mil homens, em 1985, para tentar chegar à base dos rebeldes angolanos que estavam a preparar a transferência, para Cazombo, dos meios e efectivos existentes em Mavinga.

As brigadas das FAPLA dirigiram-se nessas duas direcções tendo sido travadas, a sul de Cuito-Canavale, pelas forças da Unita que receberam, na ocasião, forte ajuda do exército sul-africano. O movimento de Jonas Savimbi proclamou, depois, uma enorme vitória militar «sobre o MPLA e os cubanos». Desta vez não houve, ainda, nenhuma intervenção estrangeira, de qualquer dos lados.

Transporte do caixão contendo os restos mortais da freira Maurie Cornier

Freiras mortas na Nicarágua

A Resistência Nicaraguense, RN, rejeitou, hoje, em Miami, qualquer participação de elementos seus no atentado ocorrido ontem numa zona da costa atlântica da Nicarágua e em resultado do qual morreram duas freiras e ficou ferido um bispo.

Os atacantes foram identificados como guerrilheiros dos Contras, anti-sandinistas. Marcelino Estrada, vigário de Bluefields, confirmou o ataque.

As vítimas foram a freira norte-americana Maurie Cornier e a freira nicaraguense Teresa Rosales, ambas da Ordem das Irmãs de Santa Inês.

Marcelino Estrada disse também que no mesmo atentado ficaram ainda feridos o bispo auxiliar de Bluefields, o norte-americano Pablo Smith, da Ordem dos Capuchinhos, e a freira nicaraguense Francisca Colomer.

O ataque foi feito por um grupo de 15 homens que, na passada segunda-feira, montou uma emboscada na estrada entre as localidades de Rosita e Siuna, na ocasião em que por ali passava o veículo em que os religiosos viajavam.

Francisco Solano, superior da Ordem dos Capuchinhos considerou «lamentável que este trágico atentado tenha ocorrido no momento em que decorrem conversações sobre um processo de paz na Nicarágua».

O bispo auxiliar Pablo Smith, que ficou ferido, vive há 25 anos na Nicarágua.

EUA não confirmam

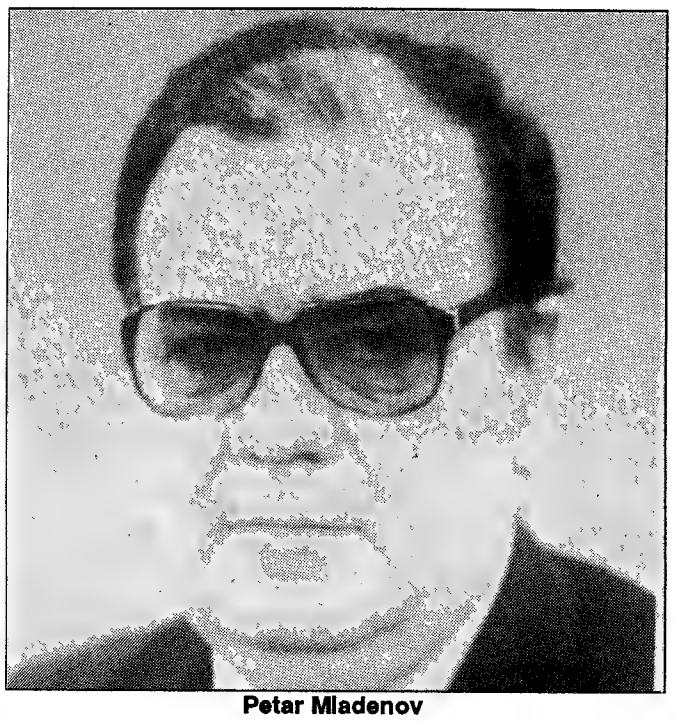
Ao rejeitar, em Miami, qualquer ligação da Resistência Nicaraguense com o atentado, Aristides Sanchez, membro do comité cívico-militar formado pelo movimento dos Contras, disse que a resistência jamais recorreu à força contra religiosos e acrescentou que o atentado faria parte de «...uma estratégia sandinista para lançar culpas sobre os Contras».

Sanchez disse que os Contras não têm forças suas a actuar na região onde se verificou o atentado e onde, ainda de acordo com a mesma fonte, existe somente um grupo de índios Miskito.

O Departamento de Estado norte-americano não confirmou a morte das duas freiras. Um seu porta-voz declarou que as representações diplomáticas dos EUA em Managua e Tegucigalpa continuam a procurar recolher informações sobre o sucedido.

Lusa

B R E V E S



Petar Mladenov

Conflito étnico na Bulgária

O já combalido Partido Comunista da Bulgária, dirigido por Petar Mladenov. está a sofrer novas pressões em resultado do desenvolvimento do conflito étnico entre a minoria turca e muçulmana e a população búlgara própriamente dita. Para o PC búlgaro a situação é agravada pelo facto de ele estar num momento de transição e enfraquecido por haver decidido abandonar o seu exclusivo do Poder político no país, posição que deteve nos últimos 40 anos. Há dias, houve uma manifestação das minorias turca e muçulmana, reivindicando o direito à sua cultura, nomeadamente ao uso dos seus nomes originais, que o PC obrigou a mudar para búlgaro. Ontem, foi a vez de os búlgaros protestarem contra essas minorias, na cidade de Kurdzhali, no sul da Bulgária. Cantaram canções anti-turcas e usaram palavras de ordem contra a decisão do Governo de Bucareste de restaurar os direitos das minorias turca e muçulmana, incluindo a questão dos nomes, que se tornou explosiva e é agravada pela liberdade religiosa agora concedida aos muçulmanos, alguns dos quais são, aliás, búlgaros de etnia.

Tensão no Azerbeijão

Três dias consecutivos de agitação e violência no Azerbeijão, movidos pelos nacionalistas muçulmanos desta República constituinte da URSS, levantaram especulações sobre a possibilidade de eles estarem a procurar ligar-se ao Irão, pois vivem na região fronteiriça entre a União Soviética e o território iraniano. A Tass disse que multidões, excitadas por «elementos irresponsáveis», criaram o caos ao longo de mais de 130 quilómetros da zona fronteiriça, atacando postos e outras instalações, a alguns dos quais lançaram fogo, ameaçando os guardas de fronteira e tentando entrar no Irão. Por outro lado, uma pessoa foi morta e mais quatro ficaram feridas em novos distúrbios que se registaram em Stepanakert, uma cidade de maioria arménia na região de Nagorno-Karabakh, Azerbeijão. Uma coluna de autocarros azerbaijanis foi apedrejada por manifestantes arménios. A escolta da coluna de veículos abriu então fogo sobre os manifestantes.

Judeus saem da URSS

A Conferência Nacional Judáica disse, em Washington, que no ano passado cerca de 71.196 judeus deixaram a União Soviética ou seja mais 20 mil do que em 1979, ano em que emigração de judeus atingiu um número recorde. Segundo a mesma fonte, 12.056 desses judeus foram para Israel, o que representa um aumento significativo do movimento de emigrantes para aquele país, relativamente aos anos anteriores. Dos restantes, a maioria seguiu para os Estados Unidos, enquanto se calcula que cerca de 15 mil judeus aguardam, em Itália, autorização para entrar nos EUA. De acordo com os dados recolhidos pela Conferência Judáica, só uma pequena percentagem desses 71 mil judeus saídos da União Soviética escolheu países da Europa Ocidental, o Canadá e a Austrália. Pensa-se que em consequência das restrições impostas pelas autoridades norte-americanas à emigração, tenderá a diminuir este ano a entrada de judeus nos EUA. **Lusa/Reuter**

Moldavos soviéticos embaraçam autoridades romenas

Reunificação: um slogan explosivo

Reunificação - a palavra tabu, é sem dúvida o slogan mais perigoso nestas horas revolucionárias, em que todo um povo procura o seu futuro. Ele foi, no entanto, pronunciado e gritado, a um microfone no passado dia 24 de Dezembro, à varanda do Concílio Provosório de Iasi, capital da Moldávia.

«Reunificação», «união», «unidade de todos os moldavos». A vinte quilómetros da fronteira soviética, estas palavras mexeram com alguns jovens, entre milhares de outros cidadãos que vieram aclamar os seus novos dirigentes municipais.

Quem ousou entoar o slogan? «Eu não» - afirmou mais tarde o vice-presidente da Frente Popular da República Soviética da Moldávia.

«Nós também não» - afirmaram Vasile Nasiase e Anatol Salaru, membros da delegação de Bessarabie (Moldávia soviética), enviados a Iasi com quatro vagões de ajuda alimentar e médica para os seus irmãos romenos.

Mas, no fundo, pouco interessa a indentidade do culpado. O Pacto Scelfrat Molotov-Ribbentrop assinado em 1939 dividiu em duas partes o povo da Moldávia. É aqui que se encontra o centro do problema.

«Os oradores acotovelavam-se durante horas na varanda do Concílio Provisório, quando do interior se ouviu o slogan» - contanos Dan Petrescu, um escritor dissidente de Iasi, que já teve funções locais e agora apontado como provável ministro da Cultura do Governo provisório em Bucareste.

«Como que electrificado, o Presidente do Conselho (o professor Doru Tzibbau) levantou-se num salto e gritou: "quem disse isso? Estão loucos. Vão acabar fusilados. É preciso detê-los imediatamente".

«Então saí - continua Dan Petrescu - e descobri que a deleçação soviética da Moldávia difundia através dos altifalantes uma gravação de uma das suas grandes manifestações, com slogans e tudo o resto. Detivemo-los. Expliquei-lhes, então, que não era o momento adequado para reclamar a reunificação da Moldávia, que era preciso ser paciente, que tinhamos outros problemas urgentes a resolver, que era perigoso dado que não sabiamos como é que Moscovo poderia reagir a tais provocações.»

Ajuda de emergência

A 22 de Dezembro, depois da queda de Ceausescu, a Frente Popular da Moldávia, da União Soviética, reunem-se numa nova manifestação de solidariedade com os seus irmãos romenos, em Kichenev. Segundo Anatol Salaru, os primeiros slogans pela unificação das duas Roménias partiram da multidão, calculada em vinte mil pessoas.

Reunificação imediata do Conselho de Ministros da República Socialista Soviética da Moldávia. Decide-se a concessão de uma ajuda de emergência. Pouco importa se a Moldávia romena - onde não existe conhecimento de turbulências ou mesmo de um único ferido na sequência dos acontecimentos que nas últimas semanas abalaram a Roménia - apenas carece de necessidades estruturais. A ajuda foi decidida e enviada no passado dia 24 de Dezembro, pela Frente Popular da Moldávia.

Segunda-feira, 1 de Janeiro, os delegados da República Soviética da Moldávia distribuiam emblemas com o símbolo nacional e denunciando o acordo Molotov-Robbentrop. Forma-se uma associação encarrregada de manter o contacto com todos os romenos espalhados pelo mundo. Poemas a favor da unificação esperam a autorização para serem impressos nos jornais revolucionários locais.

«As fronteiras são hoje pura ficção» - declaravam-nos os dois representantes da delegação soviética da Moldávia. Não Pretendemos pegar nas armas para as suprimir pela violência. Mas se a URSS persiste em conserva-las enquanto Estados, haverá, certamente, um banho de sangue na Moldávia» ...

Patrice Claude
Exclusivo Le Monde/DL
Trad.: Carlos Camponez

Cruz Vermelha diz que mortos na Roménia foram entre os cinco mil e os dez mil

O número de mortos no levantamento do mês passado na Roménia poderá ser apenas um sexto da previsão oficial de 60 mil vítimas - anunciou em Helsínquia o presidente da Liga das Organizações da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho.

Aquele dirigente disse aos jornalistas que o número real de mortos deverá oscilar entre os cinco mil e os dez mil, segundo informações recolhidas pelas diferentes delegações da Cruz Vermelha presentes na Roménia.

Adiatou, por outro lado, que há cerca de três mil feridos em todo o país, a maioria dos quais (1.700) em Bucareste.

Entretanto o novo Governo romeno anunciou ontem a detenção de todo o Politburo do Partido Comunista. "Os membros do Politburo estão todos sob detenção", disse aos jornalistas o porta-voz do Ministério romeno dos Negócios Estrangeiros, Constantin Girbea.

"Todos os agentes do mal do antigo regime" serão julgados e castigados, acrescentou.

Muito embora não tenha sido indicado o número exacto de detidos, sabe-se que, oficialmente, o Politburo incluía mais de 40 membros de pleno direito.

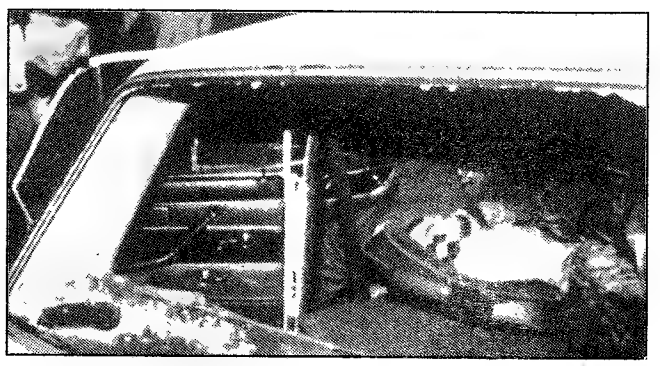
Girbea disse ainda que "todos os membros da família Ceausescu" serão em breve levados a julgamento.

Abolida a pena de morte, os dirigentes do regime deposto deverão vir a ser julgados pelo mesmo código que serviu à condenação do casal Ceausescu. Diplomata, o agora desaparecido primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Corneliu Bodgan, comentou há dias que Elena e Nicolae Ceausescu "foram julgados com muito maior respeito pela sua própria legislação do que aquele que o regime utilizava".

Da comissão política executiva do Comité Central do Partido Comunista romeno, à excepção do casal Ceausescu, crê-se que estarão presos todos os restantes 19 membros. Nicolae Ceausescu era secretário-geral e Elena Ceausescu membro da comissão.

Crê-se que estarão presos ainda quase todos os 26 membros suplentes da comissão política executiva, incluindo o filho de Ceausescu, Nicu. Tal como os outros membros suplentes, competia-lhe sobretudo a gestão partidária a nível regional.

Correm entretanto rumores de que alguns dos homens da Securitate que se renderam foram recebidos com um tiro na testa, à semelhança do que teriam feito com os cidadãos nas ruas. Ninguém sabe como e onde se fizeram as rendições, presumindo-se apenas de que os polícias fiéis ao regime deposto se terão entregue em quartéis.



A calma que voltou à Roménia não exclui incidentes armados. O homem que se vê morto no interior do automóvel não obedeceu às ordens de parar

Crê-se igualmente que estarão também presos todos os membros do secretariado do CC do PC romeno e do seu bureau permanente, dentro da intrincada participação em vários órgãos do poder do partido que quase todos desempenhavam.

Em sua substituição, a Frente de Salvação Nacional criou um bureau executivo do conselho, de onze membros, presidido por Ion Iliescu, o líder da Frente, tendo como primeiro vice-presidente Dumitru Mazilu, e vice-presidentes Cazimir Ionescu e Carol Kiraly.

O secretário deste órgão é Dan Martian, que foi ministro da Juventude e chefe da Juventude Comunista, além de professor de Economia em Bucareste.

Foras ainda criadas doze comissões de trabalho junto do conselho, tratando desde o desenvolvimento económico aos meios de Comunicação Social, dirigidas em duplicado de funções por membros da liderança.

Ionesco contra os comunistas

O dramaturgo de origem romena Eugene Ionesco disse a um jornal italiano que o presidente da Frente de Salvação Nacional da Roménia, Ion Iliescu, devia demitir-se, porque o povo não quer voltar a ser dirigido por comunistas.

Ionesco, que propôs para a Roménia uma monarquia constitucional regida pelo rei Miguel, exilado na Suíça, disse ao jornal "Il Sabato" que os comunistas não deviam voltar a governar o país.

Redacção DL/Lusa

China critica Gorbachev

No seu isolamento ideológico, Pequim insiste que "o futuro pertence ao socialismo"

Sete meses depois de Deng Xiaoping afirmar a Mikhail Gorbachev que o cisma ideológico de décadas entre os dois países estava ultrapassado, os líderes chineses acusam em privado as reformas de Gorbachev de conduzirem o socialismo no mundo para o descaminho.

As autoridades chinesas, em documentos internos e reuniões à porta fechada, responsabilizam alegadamente Gorbachev e a sua diplomacia de "novo pensamento" por ter despertado as forças que puseram termo a 40 anos de domínio na Europa Oriental.

Fontes diplomáticas afirmam que a China tem demonstrado cautela, evitando um corte público com a União Soviética e outros países socialistas em mudanças rápidas, e sublinham que Pequim nunca interfere nos assuntos internos de outros países.

A visita à China, esta semana, de Valentin Falin, chefe do departamento internacional do Partido Comunista da União Soviética e o mais alto funcionário soviético a visitar aquele país desde Maio, passou despercebida na Imprensa oficial chinesa até à sua reunião, no último dia, com o secretário-geral do partido, Jiang Zemin.

As notícias sobre a reunião referiram que Jiang afirmou a Falin que as reformas socialistas devem "seguir a via correcta". O lado soviético não comentou as conversações e Falin recusou-se a falar aos jornalistas, mesmo aos da Imprensa soviética.

Uma fonte soviética disse ser "muito claro que os chineses são agora críticos" da ideia de Gorbachev de uma autonomia dos países socialistas na escolha das reformas políticas. Algumas fontes disseram que os dirigentes chineses criticam Gorbachev por "confundir o povo" acerca do socialismo.

"Orgulhosos com os feitos" de Tiananmen

A China continua a dizer aos seus mil milhões de habitantes que, apesar de "problemas temporários", o futuro pertence ao socialismo.

O jornal do Exército de Libertação, num comentário de primeira página intitulado "O futuro pertence-nos", afirma que o Partido Comunista da China conseguiu uma vitória decisiva sobre os seus inimigos em Junho e estava orgulhoso dos seus feitos.

"Estamos confiantes no futuro do socialismo", afirma o periódico.

"Não se pode negar que o socialismo está a experimentar problemas temporários, Mas essas dificuldades não alterarão a inevitável suplantação do capitalismo pelo socialismo".

Os líderes radicais chineses, que lançaram o exército em Junho para reprimir uma campanha pró-democracia no país, têm sido abalados pelas reformas na Europa de Leste, que puseram fim ao monopólio do poder pelos partidos comunistas.

Mais alarmante ainda foi s súbita queda do poder e execução do Presidente romeno Nicolae Ceausescu, duro opositor da reforma e aliado fiel de Pequim.

Ceausescu foi o único líder da Europa de Leste a usar o exército, no que foi definido como a "solução chinesa" para combater a agitação.

Os líderes do Partido Comunista da China elaboraram um documento para os membros de base, apresentando a versão "correcta" dos acontecimentos na Europa de Leste e culpando o líder soviético, Mikhail Gorbachev, pelos acontecimentos na zona.

Relançaram também uma já esquecida guerra de palavras contra Zhao Ziyang, líder comunista reformista deposto em Junho, numa dura luta pelo poder.

O jornal do Exército de Libertação elogia os soldados chineses por ajudarem a actual direcção comunista a ganhar a sua batalha, adiantando que os últimos acontecimentos dão uma amarga lição à China, mas demonstram mais claramente a ameaça capitalista.

"O Exército fez grandes sacrifícios e a República Popular pagou um elevado preço para vencer a sua luta. Podemos afirmar sem quaisquer dúvidas que podemos estar orgulhosos dos nossos feitos no último ano".

Contudo, o jornal nota que a via para a vitória final poderá não ser directa.

"É infantil pensar que o desenvolvimento histórico marchará directamente em frente como uma parada militar", nota. "O socialismo fundamentalmente substituirá a propriedade privada e o sistema de opressão. Algumas mudanças e reviravoltas nesta grande marcha não são nada com que se deva ficar excitado".

Exortação do Dalai Lama

Entretanto o líder espiritual do Tibete no exílio e galardoado com o prémio Nobel da Paz de 1989, Dalai Lama, exortou a China a seguir o exemplo reformista apresentado pela Europa de Leste ou a arriscar uma nova Roménia na sua pátria dos Himalaias.

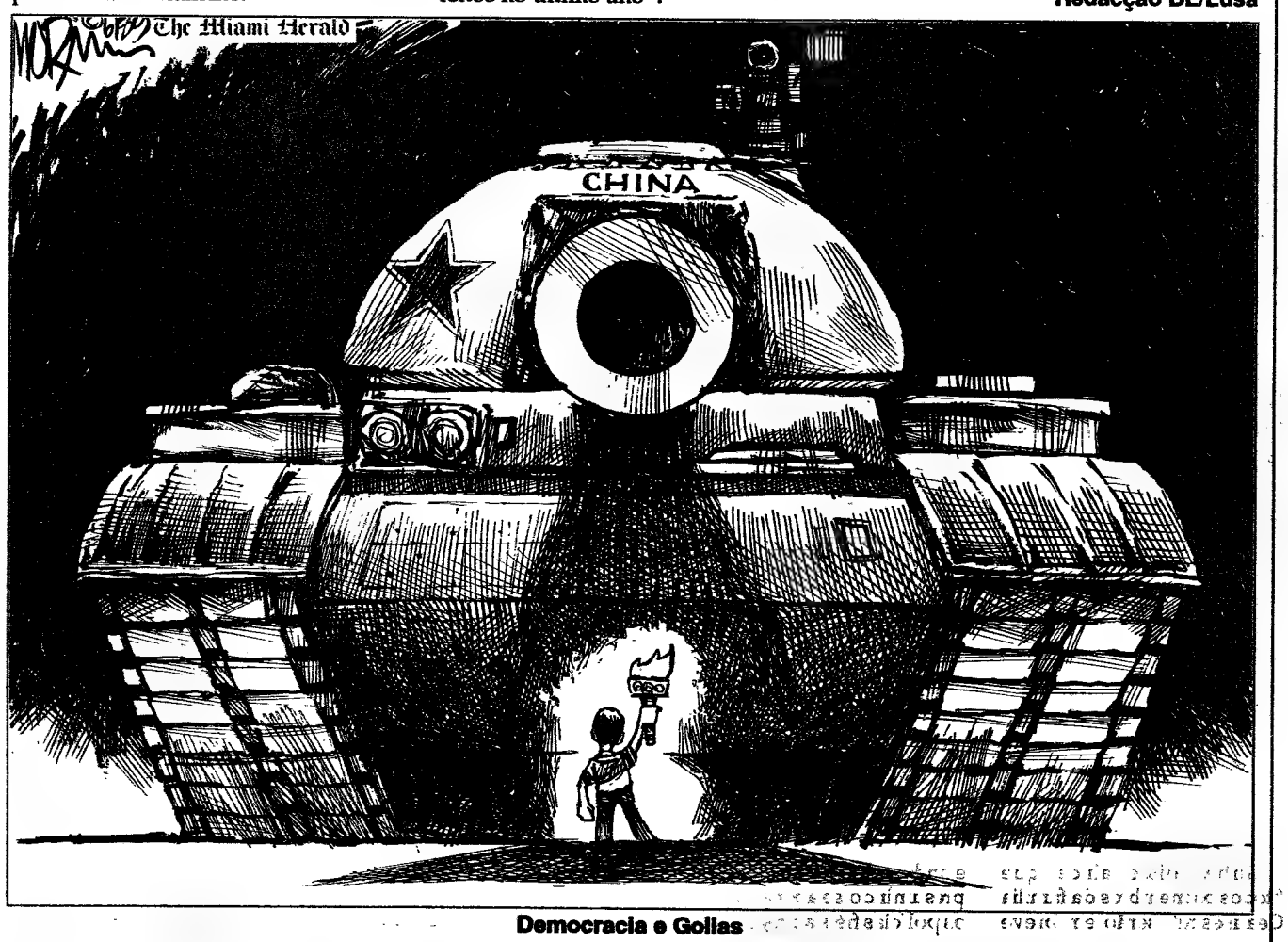
"Ignorar as aspirações do povo só conduzirá ao banho de sangue e à violência", afirmou o Dalai Lama numa mensagem de Ano Novo emitida na sua residência no exílio nos Himalaias indianos e divulgada pelo seu gabinete em Nova Deli.

"A Roménia é um trágico exemplo de uma liderança cega, que tentou resistir às mudanças. O anseio humano pela liberdade não pode ser suprimido pelo poder militar bruto", declarou.

O Dalai Lama referia-se aos milhares de mortos na Roménia no mês passado, numa insurreição bem sucedida contra o regime ditatorial do Presidente Nicolae Ceausescu.

A China, que levou a efeito uma supressão sangrenta de manifestações estudantis pró-democracia, em Junho, tem demonstrado não pretender seguir os movimentos de reforma nos países comunistas. O Dalai Lama lamentou que a capital tibetana, Lhasa, se encontre ainda sob lei marcial, imposta após manifestações antichinesas em Março passado. Novas manifestações em Junho foram neutralizadas "com violência e brutalidade sem precedentes", disse o Dalai Lama.

Redacção DL/Lusa



Democracia e Golias

Nova onda de desconfiança grassa em Hong Kong

Um novo espírito de desconfiança, aparentemente inspirado pelos acontecimentos do Leste europeu, parece ter revigorado o movimento pró-democracia de Hong Kong, que está a sofrer uma torrente de ataques verbais da China.

Não obstante, cerca de 10 mil pessoas mantiveram-se de domingo para segunda-feira, debaixo de chuva, para assinalar a entrada no novo ano e manifestaram-se em seguida contra a linha dura dos líderes chineses e pela democracia, no centro da colónia britânica, que em 1997 passará para a soberania chinesa.

A resposta, a maior de todas desde Junho, deixou surpreendidos até os próprios organizadores, e Pequim advertiu que não consentirá na interferência nos seus assuntos internos.

"O grande ânimo é muito encorajador", disse Szeto Wah, líder da aliança de Hong Kong para apoio ao movimento patriótico para a democracia na China, que organizou o protesto.

"É importante manter o espírito da democracia vivo", disse o activista da aliança Yeung Sum. Em Junho e Julho centenas de milhar de pessoas afluíram às ruas de Hong Kong para protestar contra a supressão do movimento pró-democracia chinês.

Localmente, os brutais acontecimentos provocaram medos, esfumando a euforia democrática, não obstante a China prometer que manterá o capitalismo por 50 anos no território.

Cada vez mais os habitantes de Hong Kong passaram a explorar a possibilidade de emigrar e uma sensação de estoicismo parece decrescer entre os que sentem ter poucas hipóteses de partir.

Em Dezembro passado, um porta-voz chinês, Lou Hou, acusou a aliança (que integra 210 grupos pró-democracia) de ser subversiva e advertiu que será banida depois de 1997.

A semana passada, Pequim acusou um membro do comité da aliança e produtor da televisão local, John Shum, de cumplicidade no encaminhamento da fuga de estudantes dissidentes da China, via Hong Kong.

Dias antes, Pequim tinha anunciado a detenção de cinco residentes de Hong Kong e Macau na China, sob a acusação de ajudarem à fuga de dissidentes.

A China qualificou Szeto e o líder da aliança, Martin Lee, de subversivos e, em Novembro, e expulsaram-no do comité, invocando a futura Constituição para Hong Kong.

Em Dezembro, o comité inseriu uma cláusula no projecto de Constituição sobre "subversão" e votou os limites das eleições directas para a futura legislatura.

Os líderes de Hong Kong advogam uma aproximação lenta.

Em Outubro, o governador britânico, sir David Wilson, apoiou algumas alterações restritivas, tema que foi debatido por diversos membros da legislatura. Mas no domingo milhares de pessoas na colónia voltaram a fazer ouvir as suas vozes.

Gritando palavras de ordem como "Abaixo Ceausescu na China" e "Fim ao unipartidarismo totalitário", eles marcharam, desfraldando bandeiras chinesas esfarrapadas, e passaram frente à agência Nova China, e à sede da representação diplomática chinesa em Hong Kong.

Vários manifestantes cortaram das bandeiras a estrela comunista e outros colaram posters com o líder Deng Xiaoping, rodeados de dizeres como, "Ceausescu espera por si".

"A atmosfera era de grande empenhamento", disse um vendedor de bebidas, de 40 anos, que se juntou à multidão, em que predominavam trabalhadores de meia idade, ou seja os que têm menos hipóteses de emigrar depois de 1997.

Dados oficiais estimam um recorde de 55 mil emigrantes em 1989, contra 46.000 em 1988, prevendo-se que o número cresça ao longo dos anos que faltam para se atingir 1997.

Diane Stormont - Exlusivo DL/Reuter

INTERNACIONAL

Uma experiência comunitária no Chile

Em Tantehue, floresce desde os tempos de Allende uma experiência colectiva rural que sobreviveu a Pinochet

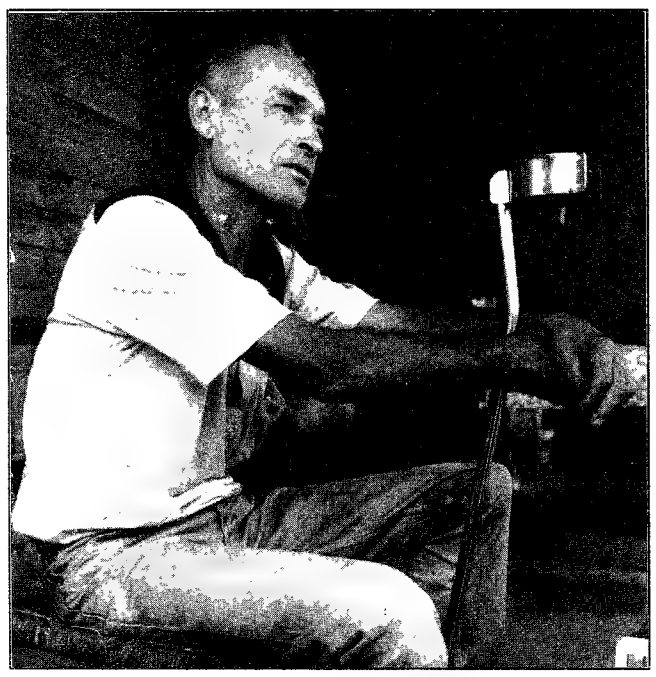
A apenas cento e cinquenta quilómetros de Santiago do Chile, em Santa Maria de Tantehue, cerca de meia centena de famílias de camponeses travam desde 1968 uma luta para provar aos outros e a si mesmos que conseguem cultivar a terra organizados comunitariamente, dispensando a figura predominante do grande fazendeiro, herdada dos tempos da colonização espanhola. É uma batalha difícil, com altos e baixos, que atravessou o período reformista de Allende e as dificuldades impostas pelo regime de Pinochet, para hoje exibir resultados positivos, embora ainda com muito a conquistar, sobretudo no campo da mudança das mentalidades.

Situada numa região árida, sujeita à erosão, Tantehue apresenta actualmente um aspecto verdejante, com as pastagens para o gado (sector tradicional que continua preponderante) a ocuparem a maior parte da área cultivada que inclui searas de trigo e vinhas, para além de actividades complementares como a produção de mel e os animais domésticos.

Embora compreenda uma área total de quase 7.800 hectares, apenas 600 estão situados em terras planas. O resto divide-se entre terreno mais ou menos montanhoso, onde não faltam declives abruptos característicos da cadeia costeira chillena, cuja flora consiste numa espessa floresta natural. É solo arável, propício a colheitas que necessitam das chuvas de Inverno.

Paralelamente, a associação de camponeses tem incentivado o desenvolvimento de escolas, creches, cursos de adaptação aos novos métodos agrícolas, construção de habitações e técnicas sanitárias no tratamento do gado.

A escola só tem um professor, que dá aulas à primeira, segunda e terceira classe de manhã e à quarta, quinta e sexta à tarde. Os alunos percorrem todos os dias grandes distâncias a pé para seguir as lições. Mas mesmo assim os habitantes de Tanehue acham que agora a escola é melhor do que a mantida pelo latifundiário nos velhos tempos. Cerca de 60 por cento das pessoas com mais de quarenta anos é analfabeta e mesmo os mais novos estão a tornar-se por não particarem aquilo que aprenderam.



Antonio Torres, um dos líderes da associação, acha que o trabalho rende mais quando em proveito próprio

Auxílio institucional

Os camponeses têm sido auxiliados por instituições que forneceram um apoio fundamental, quer financeiramente, quer em termos de «know-how».

Nos primeiros tempos, passada a fase da Reforma Agrária, o Governo militar instaurado em 1973 cortou a assistência financeira e técnica, tendo os camponeses encontrado na Igreja Católica a única ajuda válida para os seus problemas.

Nos últimos tempos, porém, instituições como a INPROA (Instituto para o Densenvolvimento Agrícola) e o OCAC (Comité Coordenador da Assistência a Camponeses), têm aconselhado a comunidade de Tantehue, ajudando-a a encontrar os seus próprios caminhos.

Como diz o agrónomo da INPROA, Eduardo Frazer, «nunca poderemos responder a todos os problemas, mas tentamos melhorar o nível de educação familiar e assegurar que todos tenham acesso a serviços básicos, como a Saúde». Exemplo deste auxílio indirecto foi o subsídio que o Instituto ofereceu aos camponeses cujas casas foram destruídas pelo terramoto de 1985, permitindo que as famílias pudessem construir elas próprias habitações de madeira mais reforçadas.

Já o OCAC incentiva o espírito associativo em Tantehue criando esquemas de crédito que beneficiam grupos de camponeses, fazendo com que encontrem vantagens em ceder um pouco no seu individualismo exarcebado de raíz ancestral (ver caixa).

No entanto, há que ter cuidado para não paternalizar os camponeses, tirando-lhes a capacidade de iniciativa. Juan Carlos Reyes, técnico do OCAC, acha que os subsídios «podem catalisar a ambição de progredir e ajudar os camponeses a libertarem-se da pressão imediata da luta pela sobrevivência.

São a comunidades, sobretudo as mais isoladas, que têm que definir a aplicação de subsídios, senão eles dispersam-se e podem vir até a criar novos problemas. A crescente capacidade desta comunidade em definir os seus objectivos colectivamente, traz-lhe uma sensação de segurança essencial ao tipo de desenvolvimento que pretendemos».

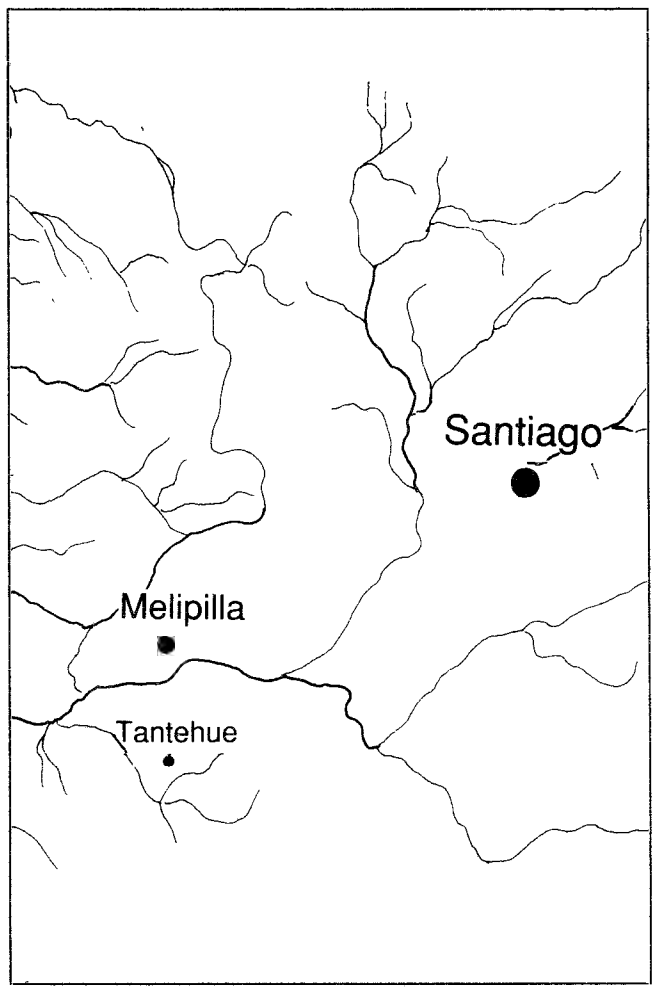
Trabalhar para si próprio

É, aliás, extremamente importante a luta pela criação de um espírito associativo cuja falta impede a busca de soluções colectivas para numerosos problemas que ainda subsistem, sobretudo no que diz respeito à colocação de produtos no mercado e à complementaridade no tipo de cultivo das terras.

Este aspecto, aliado à falta de infra-estruturas básicas como eletricidade e uma rede de água potável, faz com que estes camponeses continuem a pensar mais naquilo que ainda não conquistaram do que no trabalho já realizado.

Mas, como diz Antonio Torres, um dos líderes da comunidade de Santa Maria de Tantehue, «hoje em dia, estamos muito mais animados para trabalhar, porque sabemos que lutamos por nós próprios e não pelo benefício de um patrão qualquer».

Ana María Quiñones in «Banking the Unbankable» ed. Panos Institute.Trad. e adpt. Duarte Calvão



A localização de Santa Maria de Tanehue, a cento e cinquenta quilómetros de Santiago do Chile

Tradição de servilismo

Mesmo depois da independência, em 1818, a estrutura da vida rural no Chile permaneceu imutável: grandes ranchos e herdades onde os rendeiros faziam o trabalho do latifundiário absentista. As tarefas do rendeiro consistiam em tomar conta da propriedade, cuidar do gado e estar à disposição para qualquer trabalho que surgisse.

Em troca era-lhe permitido construir uma habitação miserável e cultivar uma horta para alimentar a sua família no escasso tempo livre de que dispunha. Às vezes podia até manter uma ou duas cabeças de gado.

O proprietário dava-lhe também «rações» específicas como sementes, alimentos e ocasionalmente pequenas recompensas em dinheiro. Para além do rendeiro, muitas vezes havia trabalho «voluntário», geralmente dos seus filhos mais crescidos que por baixas remunerações e sem ganhos extras, aguardavam a permissão do patrão para «ascender» à categoria de rendeiros, como os pais.

Até hoje os camponeses de Tantehue carregam na memória este sistema. Por vezes eles continuam à espera que o administrador da propriedade lhes venha dizer o que fazer, mesmo quando eles próprios são os possuidores da terra.

Os agricultores continuam a sentir-se mais seguros se alguém estiver a supervisionar o seu trabalho, embora os assessores, em Tanehue, só apareçam três vezes por semana. Quando os camponeses falam do progresso que fizeram, usam um tom passivo. Eles ainda não se vêem como instrumentos do seu próprio êxito, mesmo quando a sua maior aspiração é a auto-suficiência.

AMQ

A batalha contra o individualismo

Para Tomas Cox, um agrónomo que presta assistência em Tanehue, o individualismo dos camponeses é um problema sério para a associação.

Segundo ele a «herança cultural dos tempos dos grandes latifúndios» é a principal responsável por este tipo de comportamento. «Os camponeses são mais introvertidos, lentos, mais solitários e têm pouca experiência de comunicar com o mundo exterior. Faltalhes informação e são fatalistas.

Eles enfrentam piores sacrifícios do que os agricultores que irrigaram as terras tornando-as mais ricas e produtivas».

Este individualismo persiste. «Embora alguns deles tenham feito grandes sacrifícios, outros só procuram lucros ou a permissão para trabalharem para si próprios. Eles não se sentem muito solidários com a associação», salienta, por sua vez, Eduardo Frazer do INPROA.

É por isso que fortalecer a organização interna e a consciência de grupo são tarefas prioritárias do INPROA.

As duas são essenciais se os camponeses não quiserem dissolver a associação e dividir a propriedade assim que a terra estiver a pagar bem.

A simples ideia de que a produção de uma propriedade pode duplicar quando cultivada colectivamente, leva anos para amadurecer na cabeça dos agricultores.

Mesmo assim muitos deles aprenderam a trabalhar com a associação quando se aperceberam que podiam comprar produtos a melhores preços, já que as quantidades pedidas eram maiores.

Outros verificaram-no, quando colectivamente tiveram mais facilidade em conseguir crédito junto às entidades bancárias.

AMQ

QUOTIDIANO

Barcos da CP não andam

Cem por cento de adesão à greve convocada pelos marinheiros da CP deixam Lisboa e Barreiro sem qualquer ligação fluvial

As ligações fluviais entre o Barreiro e Lisboa estão completamente cortadas em virtude da greve que os marinheiros dos barcos da CP hoje iniciaram e que regista um índice de cem por cento de adesões.

A subida de um escalão nas suas carreiras - conforme lhes tinha sido prometido pelo conselho de gerência da CP -, questões salariais e a antecipação da idade da reforma são as reivindicações de base dos marinheiros dos barcos da CP, que prolongam até amanhã esta sua paralisação.

A CP estabeleceu um sistema de transportes alternativos aos barcos, assegurado por cerca de cem autocarros que circulam entre a Praça de Espanha, em Lisboa e o Palácio de Coimbra, no Barreiro.

Iniciado às cinco da manhã de hoje, este sistema não garante contudo - segundo a própria administração da CP - que as ligações aos comboios inter-regionais, suburbanos e regionais do sul se efectue.

Os passageiros para os comboios intercidades 583, 585, 580 e 582 podem recorrer, durante o período de greve, aos autocarros alternativos que saem do Terreiro do Paço, em Lisboa, com quarente e cinco minutos de antecedência em relação ao horário da partida do Barreiro.

Entretanto, a direcção do Sindicato dos Maquinistas da CP reune-se hoje para decidir as datas das próximas greves parciais do sector.

Castelo Lopes, da direcção daquela estrutura sindical, afirmou já que o período de greve poderá ser agravado para quatro ou cinco horas diárias durante um mínimo de dez dias, paralisações que os maquinistas efectuam no início dos seus turnos.

Os inspectores-examinadores de condução e dos agentes técnicos de viação prosseguem hoje o seu segundo dia de greve, em reivindicação por uma «justa revalorização das carreiras».

Com uma adesão na ordem nos noventa e cinco por cento, de acordo com a estrutura responsável pela convocação desta paralisação, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, ontem - primeiro dia de greve - apenas compareceram ao serviço seis trabalhadores, o que se traduziu no «encerramento de quase todos aqueles serviços das delegações da Direcção-Geral de Viação.

Adequar as carreiras dos examinadores e técnicos às carreiras do novo sistema retributivo da Função Pública em vigor desde Outubro, equipará-las a outras profissões com igual nível técnico e protestar contra os «vencimentos baixos e discriminatórios e em nada dignificantes para os trabalhadores e para os próprios serviços» são as reivindicações de base deste sector, que prolonga a sua paralisação até à próxima sexta-feira.

No final da semana em curso (sexta-feira), os inspectores-examinadores e os agentes técnicos de viação vão reunir-se em Santarém para analisarem o actual processo reivindicativo e perspectivarem novas formas de luta para a classe de onde, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro (STFPZC), «não está excluída a hipótese dos trabalhadores voltarem à greve por tempo indeterminado», caso não vejam satisfeitas as suas reivindicações.

A greve, ontem iniciada, começou já a provocar atrasos inultrapassáveis na realização dos exames de condução e nas inspecções de veículos.

USP realiza congresso em Maio

O terceiro congresso da União dos Sindicatos do Porto (USP-CGTP) vai decorrer nos dias 25 e 26 de Maio próximo, no mercado Ferreira Borges da cidade invicta, segundo anunciou ontem um dirigente daquela estrutura sindical.

Vieira Mendes sublinhou que o congresso vai essencialmente debruçar-se sobre questões de âmbito social e sobre o papel da região norte no quadro da economia portuguesa.

Abono de família, pensão social, emprego, precaridade no trabalho e as actividades dos serviços, comércio e indústria constituirão os grandes temas em debate neste congresso do Porto, que analisará ainda a questão da dualidade salários/horários de trabalho, na perspectiva de aproximação aos restantes países da comunidade europeia.

No âmbito do plano de actividades para 1990, a USP prepara já as comemorações do seu 20º aniversário, que terão como prato forte a realização de uma «campanha de sindicalização».

O sindicalista nortenho Vieira Mendes manifestou também o desejo da USP dar início a uma política de «diálogo e relacionamento» com as autarquias do distrito do Porto.

Krus Abecasis distingue individualidades

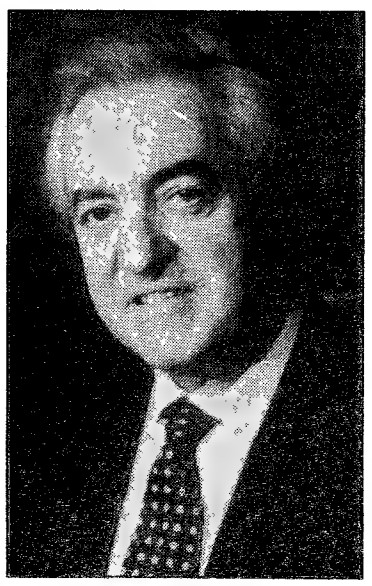
O presidente da Câmara de Lisboa não deixou o cargo sem previamente distribuir medalhas de honra e de mérito municipal

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Krus Abecasis, entregou ontem as medalhas de honra e mérito a instituições e cidadãos que pela sua afção contribuiram para melhor viver na cidade de Lisboa.

Durante a sessão o edil disse que «a CML está a distinguir os seus heróis, uma heroicidade que, ao contrário da heroicidade militar, só se reconhece ao longo de toda a vida».

Krus Abecasis salientou ainda que «a cidade é menos daqueles que governam, do que daqueles que são governados».

O cónego Gonçalves Pedro, da Rádio Renascença, falou em nome dos agraciados e disse ser «difícil interpretar os sentimentos daqueles que foram destinguidos».



Eunice Muñoz e Shegundo Galarza, dois dos galardoados pela Câmara municipal

As individualidades e instituições galardoadas foram as seguintes: com a medalha de ouro de mérito municipal, a Rádio Renascença, a Associação Lisbonense de Proprietários, representada pelo seu presidente, Eduardo Carvalho da Silva, e, a título póstomo, Américo Covões.

Com a medalha de prata de mérito municipal foram distinguidos Shegundo Galarza e o Grupo de Teatro de Carnide.

Com a medalha de honra (a título póstomo), Ernesto Silva, chefe de Gabinete dos presidentes da Câmara Municipal de Lisboa, a actriz Eunice Muñoz e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, representado pelo director, professor Ferraz de Oliveira.

A medalha municipal de bons serviços foi para António Mateus, o motorista do presidente da Câmara.

Alunos boicotam escola de Feijó

Os alunos da Escola Secundária do Feijó recusaram-se hoje a assistir às aulas como protesto contra as condições em que se encontram as instalações.

Segundo o porta-voz da Associação de Pais, a recusa às aulas «manter-se-á até que o Ministério da Educação faça obras ou garanta por escrito a segurança dos alunos.»

«A escola, de construção precária, já ultrapassou os limites de tempo para que foi pensada e os 1.300 alunos estão a sofrer imenso com a degradação das instalações, pois chove abundantemente lá dentro e faz muito frio. Além disso, não se pode garantir que não possam ocorrer eventuais situações responsáveis por danos físicos nos alunos», adiantou o porta-voz».

De aordo com a Associação de Pais e os professores, «já há muito informaram o Ministério da Educação sobre a situação». Ontem insistiram por telegrama, sem que tenha havido resposta. «Por isso não permitimos que os nossos filhos assistam às aulas até que algo mude» sustentam.

«A escola tem 1.300 alunos mas foi construída só para 600 e, para além disso, nunca mais se fizeram obras. O edifício é de construção precária e o seu tempo de validade há muito caducou», referiu a mesma fonte, que informou ainda haver também perigo com a instalação eléctrica, com o quadro a «disparar a cada passo.»

IAC e Provedor de Justiça assinam protocolo

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) e o Provedor de Justiça assinam, na próxima sexta-feira, um protocolo de cooperação em matéria de apoios técnicos referentes à defesa dos direitos e interesses das crianças.

A «contribuição para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos», objectivo que norteia a própria existência do IAC, e a «defesa dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos, assegurando a justiça e a legalidade da Administração Pública», que preside à função do Provedor de Justica, unem agora, através da assinatura deste protocolo, os seus esforços em torno da situação da criança no nosso país, nomeadamente ao nível do diverso tipo de intervenções que ambas as instituições possam assegurar.

Assim, caberá ao IAC comunicar ao Provedor de Justiça os «factos e situações relativas a direitos e interesses das crianças que cheguem ao seu conhecimento e que possam dar lugar à intervenção deste».

Forte nevão na Estrela dificulta trânsito

A estrada Piornos-Sabugueiro, na Serra da Estrela, foi hoje fechada ao trânsito devido à acumulação de neve no pavimento. Um forte nevão, caído durante a noite, inviabiliza a circulação rodoviária na via.

Segundo uma fonte do centro de limpeza de neve nas Penhas da Saúde «muito embora as restantes estradas da Serra se encontrem abertas ao trânsito, é preciso circular com muito cuidado em virtude de estarem cobertas de gelo».

A mesma fonte adiantou que continua a nevar com grande intensidade e que a temperatura no local é de um grau negativo.

QUOTIDIANO

B R E V E S

Navios de maior dimensão

A Transinsular-Transportes Marítimos Insulares vai rendibilizar as ligações com a Região Autónoma dos Açores através da introdução na frota para as rotas entre o Continente e o Arquipélago de navios de maior dimensão, disse fonte da empresa.

O projecto,cujo objectivo é a redução do custo dos transportes para as ilhas, prevê a integração na frota de dois porta-contentores de grande dimensão.

Um desses navios, o «Luso», está no porto de Ponta Delgada em operações de cartga e descarga pela primeira vez.

Evocação do sismo nos Açores

O décimo aniversário do sismo de 1 de Janeiro de 1980 é hoje evocado em Angra do Heroísmo numa cerimónia a que preside o presidente do executivo açoriano, Mota Amaral.

O sismo, que afectou as ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge, destruíu igrejas, monumentos históricos e cerca de 15 mil habitações nas ilhas do grupo central do Arquipélago e matou 61 pessoas.

Morrer menos nas estradas

Os portugueses morreram menos nas estradas durante a quadra festiva de Natal e Ano Novo, comparativamente a igual período do ano passado, informou a Brigada de Trânsito da GNR. Registaram-se 42 mortos, enquando em 1988 houve 59 óbitos.

Verivicaram-se 1149 acidentes de viação (1202 o ano passado) de que resultaram 179 feridos graves (217) e 627 ligeiros (712). A operação desenvolvida pela GNR decorreu entre 22 a 26 de Dezembro e de 29 daquele mês a 2 de Janeiro.

Totalista do Totoloto mantém anonimato

O único totalista do concurso do Totoloto cujo apuramento foi realizado no sábado passado é natural e residente no Porto, onde exerce a sua actividade profissional como funcionário de armazém.

O premiado, que é solteiro, tem cerca de 30 anos e deseja manter o anonimato. Receberá cerca de 60 mil contos com um boletim em que apostou 4.200 escudos, entregue na agência Lua Nova, no Porto. Acertou ainda em 24 terceiros prémios, 90 quartos e 80 quintos.

Presidente da Câmara de Almeida faleceu

O presidente da Câmara Municipal de Almeida, distrito da Guarda, faleceu ontem, após dez meses de internamento na sequência de um acidente de viação.

Limão Andrade, de 43 anos, eleito em 1986, pelo PSD, teve um acidente de perto da localidade de Urgeiriça, Viseu, entrando em coma e semi-coma, de que não chegou a recuperar.

O autarca foi também presidente do Núcleo da Cruz Vermelha de Vilar Formoso e co--fundador do Centro de Acolhimento e Integração Social daquela vila fronteiriça.

Radiotelefones não convencem

O prazo para a instalação obrigatória de um sistema de segurança nos táxis foi adiado. Motoristas e proprietários querem outras soluções

A instalação de cabines à prova de bala é considerada por representantes dos motoristas de táxis como a única solução capaz de proteger os condutores

O prazo para a instalação de rádio-telefones nos táxis de Lisboa e Porto, cuja montagem obrigatória estava prevista para o passado dia 1, foi prorrogado pela secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações. No entanto, quer os proprietários quer os motoristas não acreditam na eficácia deste sistema.

Os assaltos e assassínios de que têm sido vítimas diversos condutores de táxis, provocaram um movimento por parte destes, exigindo a tomada de medidas que salvaguarde a sua integridade.

A instalação de rádio-telefones nos táxis constituiu a forma determinada pelo legislador para esse efeito.

A atitude de adiamento decidida pela secretaria de Estado foi justificada pelo atraso por parte dos taxistas na instalação dos aparelhos, devido a dificuldades técnicas que o processo implica. Alfredo Santos, da direcção da Associação Nacional dos Transportes Rodoviários e Automóveis Ligeiros (ANTRAL), disse ao «Diário de Lisboa» que «era impossível instalar, num prazo tão curto, rádio-telefones em 2 mil e 600 táxis de Lisboa mais os do Porto».

O decreto regulamentar que tornava obrigatória a instalação, nos táxis, de rádio-telefones ligados a uma central de segurança, publicado em Julho, «não define as condições do processo, inclusivé a questão dos subsídios», acrescentou Alfredo Santos.

A secretaria de Estado tem concedido aos taxistas subsídios de 25 por cento sobre o valor total para a instalação de equipamento, nomeadamente separadores, taximetros e rádio-táxis, mas «o prazo para concorrer aos subsídios terminou, o que dificulta a aquisição do rádio-telefone», disse Alfredo Santos.

Uma fonte da secretaria de Estado disse que «uma vez alargado o prazo para a instalação dos aparelhos, o da recepção de processos de candidatura a subsídios também será.

«Aliás, a questão do dinheiro tem sido debatida nas diversas reuniões que a secretaria de Estado teve com a ANTRAL e que não envolve só a vertente dos subsídios, mas também o tipo de aparelhos a instalar, dadas as variações de preços entre as diversas marcas», salientou.

O «acrescido grau de risco» que o exercício da profissão de taxista envolve, expresso em «lamentáveis atentados de que têm sido alvo aqueles condutores», justifica a obrigatoridade do rádio-telefone, que para a ANTRAL deveia ser facultativo.

Segundo Alfredo Santos, «cada taxista tem o direito de escolher o meio de segurança que entender, dependendo da área e da hora a que trabalham. Para além disso, os rádio-telefones, apesar de terem vantagens tanto para os taxistas, como para os passageiros, não permitem uma segurança total para estes condutores. Gostaria de salientar que a ANTRAL não é contra a instalação dos aparelhos, mas sim à obrigatorieade estabelecida pela secretaria de Estado», acrescentou.

Quanto ao custo destes aparelhos, Alfredo Santos diz que rondam os 200 constos. «Mas para se poderam ligar a várias centrais obriga a um investimento muito mais alto e como tal ainda não há uma estimativa feita», disse.

Para o Sindicato Nacional dos Motoristas, a instalação dos aparelhos é a mesma coisa que «chover no molhado». António Mourão, secretário-geral desta organização disse ao DL que «pode ser que o taxista se sinta mais seguro, o que não quer dizer que estes aparelhos transmitam segurança. Nunca fomos apologistas deste sistema e achamos que não é esta medida que vai impedir que os taxistas sejam vítimas de atentados».

A única solução para proteger estes condutores, segundo António Mourão, «seria a instalação de cabines à prova de bala. Este sistema, salvo erro, só existe em Inglaterra e acredito que seja difícil implantá-lo cá, mas acho que é a única segurança possível».

Com rádio-telefones ou sem eles, um facto é que, nos taxistas, persiste o medo de andar à noite pelas ruas de Lisboa e Porto.

Perante uma situação de assalto, com certeza que o taxista não diz para o assaltante: «espere só um bocadinho, porque eu vou utilizar o meu rádio-telefone para pedir socorro».

Computadores e telefones ajudam Pai Natal

A partir da sua «residência» nas florestas da Lapónia, o Pai Natal está a modernizar os seus métodos de trabalho e já recorre a computadores e a telefones com imagens video.

Este ano, pela primeira vez, uma linha especial de telefones permitiu a crianças internadas num hospital finlandês falarem com o Pai Natal na sua cabana de [illegible], em plena Lapónia.

Uma equipa de empregados atende anualmente mais de cem mil telefonemas feitos por crianças finlandesas. Para tratar as mais de 600 mil cartas vindas de todo o mundo foi introduzido um sistema informático pela empresa que promove a ideia de que o Pai Natal «reside» na Lapónia.

O próximo passo, programado para este ano, consiste em alargar os contactos telefónicos do Pai Natal a crianças dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, revelou Taina Torvela, directora comercial da Santa Claus Land, organização formada em 1985.

À cidade de Rovaniemi chegaram, em 1989, cartas vindas de mais de cem países e nos dias que antecederam o Natal o volume de correio atingiu 10 mil cartas diárias. Os selos usados, com carimbo na Lapónia, são depois vendidos a coleccionadores e os fundos revertem para a Unicef.

Todas as cartas com remetente recebem resposta, em uma de oito línguas diferentes e esse trabalho ocupa 70 pessoas.

No último ano notou-se um considerável aumento da correspondência vinda da União Soviética e dos países do Leste europeu, o que reflecte uma maior aproximação aos valores ocidentais. Em Dezembro, um grupo de 15 crianças idas da República Soviética da Estónia visitou o Pai Natal na sua aldeia da Lapónia. «Valeu a pena trazê-las só para poder ver a sua felicidade», conta Taina.

Mas não são apenas os mais novos que se interessam pelo Pai Natal. Grandes Empresas da Austrália, do Japão e da Coreia do Sul pagaram o ano passado à organização finlandesa para os seus clientes receberem uma carta de boas-festas do Pai Natal.

No ano que há pouco findou, mais de meio milhão de turistas deslocou-se à Finlândia para visitar a «terra do Pai Natal» e em plena quadra natalícia chegaram a Rovaniemi mais de 20 voos diários, incluindo o supersónico Concorde com turistas ingleses e holandeses.

QUOTIDIANO

Obesidade é doença de pobres

Um estudo realizado por médicos portugueses mostra como o toucinho, sendo barato, dá a sensação de fartura

A obesidade é uma das doenças dos pobres. Não por comerem muito, mas, sobretudo, por terem uma alimentação deficiente. Quem o diz é Isabel do Carmo, uma das autoras do livro «A Obesidade - Comportamentos, Alimentação e Saúde», com base num estudo realizado nos arredores do Porto, que aponta a situação económico-social como um dos factores que provocam esta doença. A obesidade é acentuadamente mais característica das classes sociais de baixo poder de compra - refere Isabel do Carmo. Uma das explicões para esta situação reside no facto de as classes de baixo nível económico terem uma alimentação com predomínio de hidratos de carbono (massa, arroz, pão, batatas, feijão e grão) e de gordura (toucinho, margarinas) que lhes dá a sensação de fartura e é mais barata, mas com um alto valor calórico.

A obesidade, segundo Galvão Teles, professor de endocronologia e coordenador deste livro, é uma doença do comportamento alimentar, um «pesadelo» que tem vindo a afectar nos últimos trinta anos as sociedades ocidentais. A obesidade pode começar em qualquer idade, desde os primeiros meses de vida até à velhice e pode ser provocada por vários factores: hereditariedade, inactividade física, «stress» e má alimentação. Do ponto de vista médico, encontra-se associada a um grande número de complicações que lhe conferem extrema gravidade como, por exemplo, hipertensão arterial, diabetes, doenças cardíacas e trombo-embólicas.

Os gordos (que nem sempre são grandes comilões) têm uma esperança de vida inferior aos magros, pois o risco de mortalidade de um obeso aumenta com o agravar do excesso de peso. Mas, para além do problema da saúde, há ainda o problema estético. Um estudo feito nos Estados Unidos e citado por Isabel do Carmo, refere que uma boa parte das mulheres que têm excesso de peso casa com homens de condição inferior à sua, descendo assim na escala social.

Por seu turno, Fernando Baptista e Galvão Teles afirmam que nos países de cultura ocidental, os obesos têm, de um modo geral, menor oferta de emprego e enfrentam maiores dificuldades na promoção social.

Segundo Lima Reis, nas crianças a obesidade é uma fonte de sobrecarga psicológica importante. «A criança gorda é marginalizada pela sociedade que, decididamente, em todas as suas manifestações, revela ao obeso o desagrado da sua existência. Por isso, estas crianças demonstram características de personalidade que as tornam semelhantes aos membros de minorias étnicas e raciais que são sujeitas a intensa discriminação».

Ainda no que diz respeito aos aspectos psicológicos da obesidade, outro autor, o psiquiatra Daniel Sampaio, frisa que as mensagens transmitidas diariamente pela comunicação social acerca do problema da alimentação se inserem num discurso profundamente paradoxal. «Por um lado, multiplicam-se anúncios a electrodomésticos e a alimentos vários, sugerindo que é óptimo comer e, sobretudo, cada vez mais fácil cozinhar. Por outro, transmite-se a mensagem de que é preciso ser magro e elegante se se quer triunfar na vida» - disse o especialista. Este sublinhou, também, que raramente são postas em evidência as consequências para a saúde de uma obesidade grave, sendo antes enfatizadas as consequências de mal estar psicológico que advêm de ser gordo.

A par disto, recorda, regista-se uma marcada falta de informação sobre os perigos da dieta e do emagrecimento súbito. As dietas (cuja grande dificuldade reside na manutenção da perda de peso a médio e longo prazo), e os medicamentos utilizados no tratamento da obesidade, são temas desenvolvidos detalhadamente no livro, em artigos de nutricionistas e endocrinologistas.

Isabel do Carmo e Otília Fernandes apontam, a este respeito, alguns mitos correntes no tratamento da obesidade. As especialistas dizem que são falsas as afirmações correntes de que o mel, as bolachas de água e sal, a gordura poli-insaturada e a fruta não engordam. Em contrapartida, dizem que a água não engorda e negam que o pão integral tenha menos calorias que o outro e que o sumo de frutas tenha poucas calorias.

Na opinião de Galvão Teles o tratamento dos obesos deveria ser feito por equipas que integrassem endocrinologistas, nutricionistas, dietistas, psicólogos e psiquiatras.

Os obesos têm, de um modo geral, menor oferta de emprego e enfrentam maiores dificuldades na promoção social

Boas-Festas ao «DL»

Continuamos a receber, dos leitores amigos e anunciantes do «Diário de Lisboa», cartões com votos de Boas-Festas, que muito agradecemos e retribuímos. Registamos com agrado, mais as seguintes mensagens, que nos foram remetidas por: Gisela Maria Ribeiro, Luís José Moreira, Michel Naquet-Radiguet, Manuel Filipe de Figueiredo Paula, Carlos Plantier, Eduardo Paredes, J. Alexandre Alves, António Cunha Caldeira, António Manuel de Castro Fernandes, Paulo Ramalheira, Armando Cardoso Soares, Manuel Vieira, jornal «O Diário», Parodiantes de Lisboa, Cruz Vermelha Portuguesa, Companhia de Seguros Império, Associação Industrial Portuguesa, Comissão dos Descobrimentos Portugueses, Rádio Marconi, Hotel Vale de Lobos, Hotel Penta, Le Patriarche, Cidac, Garnier, Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Sigla, Mediática, Petrogal, Cofecoop Minerva Comercial Sintrense, Bourjois, ABS, FNAC, Tad, Construpin, Manuel Agonia Marques Quintela, USL/CGTP, Marquirema, Aneop, Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, Bombeiros Voluntários do Dafundo, Siemens, Copinaque, Gabinete de Imprensa da Polícia Judiciária, J. Walter Tompson, Crédito Predial Português, Quartzo, Storn, Triângulo, Edic, Publimeios, Esfera, Universidade Internacional, Corpo 5, Grupo de Teatro Hoje, HDM, Antena Bodo, Plissy Galvani, Turilis, Hipérbole - Publicidade e Marketing, Lda., Força Aérea Portuguesa, Instituto Nacional de Estatística, Banco de Comércio e Indústria, Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, Severo de Carvalho, Grupo Pão de Açúcar, LPM Comunicação, Sport Lisboa e Benfica, Sopete, Nor Press, Neovox, Carlos Ferreira («Scarllaty»), Mário Rosa Freire, João Paulo Sequeira, Maria Gabriela Costa Abrantes, Henrique José de Mendonça Oliveira Neves, José Bento Gonçalves, Bruno Neves, general Hugo dos Santos, A Planarte, José Manuel Torres Couto, Ana Cristina dos Reis e Cunha, José Adelino Reis, Joaquim Manuel Cabrita Neto, prof. J.J.R. Fraústo da Silva, Vítor Manuel Ruivo, Luís Filipe Pimenta, Alberto Sérgio, Paulo Fernando, Zew Blaufuks, Paulo Fernandes, Embaixada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Embaixada da Jugoslávia, Embaixada da Nigéria, Embaixada e Centro Cultural da Argentina, Governo Civil de Faro, Gabinete em Portugal da Comissão das Comunidades Europeias, Bébécar, Telefones de Lisboa e Porto, Universidade de Évora, Radiodifusão Portuguesa, Rádio Clube de Cascais, Produções de Música Som e Espectáculos, Lda., MBP, Companhia de Teatro de Almada, Instituto Nacional de Administração, Banco Português do Atlântico, C & C - Consultores de Comunicação, Lda., ADECO, Centro Comercial Barão, A. Monteiro Leite, Araújo & Sobrinho, Serviços Prisionais de Castelo Branco, C.M. da Marinha Grande, Fundação Oriente, Fundação Luso-Americana, J. Pimenta, Grupo Dosdin, A Norgrupo, Graficinco, Administração do Porto de Lisboa, Qualigrafe, Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, Morada, ANA - Aeroportos e Navegação Aérea, Ruy Castelar, Baviera - Comércio de Automóveis, Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, Pousadas de Juventude, Penna - Assessoria de Imprensa, Federação Portuguesa de Ténis, Correios e Telecomunicações de Macau, Associação Portuguesa de Laser, PRD de Coimbra, Gabinete de Publicidade LOGO, Interag - Publicidade, Lda., Rádio Mais, Sociedade Tipográfica, Sopete, Grupo Cultural Recordações de Vila Nova do Ceira, Trafic, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Ciência, C.M. Cascais, Restaurante Mónaco, Instituto de Rádios Locais, Golfinhos de Miami, Grupo Sportivo de Carcavelos, Agência de Modelos, Lda., Clarisse, Paulo Roberto, Eduardo Oliveira e Silva, Luís Marinho, Victor M.P. Macieira, Escola Superior de Comunicação Social, Associação Industrial Portuguesa, Banco Nacional Ultramarino e Estúdio JVS.

CEE prepara turismo

A Comunidade Europeia propõe diversas actividades a desenvolver durante o Ano Europeu de Turismo, com especial incidência na cultura e no desporto, revelou ontem a Direcção-Geral de Turismo (DGT).

Segundo Maria José de Vallera, subdirectora-geral da DGT, as actividades propostas pela DGT são marcha, desportos de Inverno, património cultural, pesca à linha, manifestações rurais, ciclismo, campismo-caravanismo, fotografia, desportos náuticos, golfe, equitação e artes, a serem distribuidas pelos doze meses do ano de 1990.

Entre os objectivos destas inicativas, conta-se o conhecimento mútuo das culturas.

CP encerra nove troços ferroviários

A CP encerrou ontem nove troços da rede ferroviária como medida integrada no plano de modernização e reconversão da empresa.

«O encerramento dos troços não implica a falta de transporte para as populações afectadas» afirmou Américo Ramalho, porta-voz da CP. A empresa «assegura o transporte por via rodoviária», acrescentou.

A CP continuará a manter as tarifas ferroviárias e o horário estabelecido nas suas linhas agora encerradas. Américo Ramalho admitiu que os troços encerrados podem ser utilizados quando «se justificar» para o transporte de mercadorias.

Valença-Monção, vila Real-Chaves, Amarante-Arco de Baulhe, Serrada-Viseu, Évora-Reguengos, Évora-Estremoz-Vila Viçosa, Estremoz-Portalegre, Beja-Moura e ramal de Sines foram os troços suprimidos pela CP.

A Associação de Municípios do Distrito de Évora manifestou ontem a sua surpresa face ao encerramento das ligações ferroviárias entre vários concelhos do distrito. Para o presidente da autarquia de Valença, Mário Pedra, a medida agora tomada pela CP «não tem grande relevância» junto das populações.

O encerramento de nova linhas ferroviárias tinha sido previamente anunciado pela CP no final de 1989.

Fim da guerra fria

Francis Fukuyama, *The End of History?*

O fim da última ditadura do Lest

Este é um texto que deveria ser começado a ler pelo fim. A frase com que termina dá-lhe o tom de algum distanciamento irónico de que não se suspeitava até aí e que, no último momento, ilumina o texto de um modo bem diferente das certezas que entretanto se tinham acumulado, mormente as que dizem respeito ao milenarismo liberalista.

De facto, quando Fukuyama termina escrevendo: «O fim da história será uma época triste. (...) No período pós-histórico, não haverá arte nem filosofia, apenas a perpetuação do museu da história humana. (...) Talvez seja a própria perspectiva de séculos de tédio, no fim da História, que venha a contribuir para que ela se possa iniciar novamente», temos de nos interrogar com alguma perplexidade sobre o sentido de tudo o que anteriormente tinha sido afirmado pelo autor. Depois de nos ter «convencido» da inevitabilidade do fim da história e num passe de mágica final, faz de novo recomeçar tudo.

Talvez não estivesse a falar a sério o resto do tempo, porque se estava, o que afirma tem muito que se lhe diga.

Antes do mais, a objecção principal que, a meu ver, pode suscitar a tese do fim da História na sociedade do liberalismo é muito simples: o autor limita-se a substituir um milenarismo por outro. De Marx, Fukuyama regressa a Hegel mas permanece no mesmo caminho e como diria Heraclito, antepassado de ambos, o caminho para subir e o caminho para descer é o mesmo.

Afinal, o comunismo marxiano também estava certo de caminhar para o fim da História na sociedade sem classes, no fim das contradições, como do mesmo objectivo estará convencido o messianismo cristão ao almejar a Cidade de Deus.

Que a Cidade de Deus seja a do capitalismo liberal em vez da do marxismo-leninismo pode representar alguma diferença prática, mas não altera o facto de que se permanece numa forma de pensamento histórico finalista de natureza profundamente semelhante.

Já seria diferente, e a meu ver mais interessante, se interpretasse o descalabro do estalinismo precisamente com o toque de finados das concepções finalistas da História. Até porque essas concepções tendem a ser normativas descrevendo um caminho único e linear que a História universal deve percorrer. Facilmente se passa do ser ao dever ser, no sentido da História.

Apontar aquilo que somos como finalidade da História é tentação a que poucas sociedades têm escapado. Já o evolucionismo etnocentrista assim o pensava. E ele é um dos pontos comuns que haverá entre Marx e Hegel, entre muitos outros. Até porque é difícil humanamente pensar a História sem sentido nem fim. Muito mais confortável é a ideia de um «Estado universal e homogéneo» ao fim da caminhada que se anuncia para breve.

Mas valerá aqui a pena reler o texto de Kojève na sua integridade: «... Uma Verdade só é verdadeiramente verdadeira, quer dizer universalmente e necessariamente (=«eternamente») válida, se a realidade que revela está inteiramente acabada (tudo o que era possível, realizou-se efectivamente), e portanto «perfeita», sem possibilidade de extensão ou de mudança. Esta realidade «total», «definitiva» é o império napoleónico. Para Hegel (1806) é um Estado universal e hemogéneo: reúne toda a Humanidade (pelo menos a que conta historicamente) e «suprime» (aufhebt) no seu seio todas as «diferenças específicas» (Besonderheit): nações, classes sociais, famílias. Sendo o cristianismo também ele «suprimido», deixará de haver dualismo entre a Igreja e o Estado. Portanto: as guerras e as revoluções são a partir de agora impossíveis. O mesmo é dizer que este Estado não mais se modificará, permanecerá eternamente idêntico a si mesmo. Ora, o Homem é formado pelo Estado em que vive e age. Portanto também o homem não mudará mais. E a natureza (sem negatividade) está de todo o modo «acabada» desde sempre».

A Napoleão sabemos o que lhe aconteceu depois de entrar em Jena no preciso momento em que o filósofo terminava a *Fenomenologia do Espírito*.

Dificilmente se poderá dizer que o fim da História na Europa tenha sido, para mal dos seus pecados, demasiado entediante.

Mas a raiz do problema talvez esteja na concepção de Verdade que aqui se sustenta. Muito mais próxima de um

O profeta pode dormir em paz

Não vou comentar o texto de F. Fukuyama a partir de um ponto de vista filosófico. Tudo quanto sei de Georges Wilhem Friederich Hegel é que foi um filósofo idealista alemão que escreveu livros com título tão impressionantes quanto o *Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundisse*. Este pensador hermético parece ter sido ressuscitado, com pompa e glória, em Washington, no Verão passado. O tão discutido texto The End of History? prova-o. Segundo Fukuyama estaríamos a assistir não só ao fim da Guerra Fria, mas ao termo da História no sentido hegeliano, ua vez que o liberalismo deixou de ser desafiado por uma ideia sistemática sobre a justiça social e a política. Os vilões, o fascismo e o comunismo, teriam sido derrotados para todo o sempre. Embora com solavancos provocados por bandos de palestinianos ou iralndeses, bascos ou iranianos, o liberalismo não mais teria quem se lhe opusesse. A velha, e até há pouco desacreditada, doutrina de Adam Smith e de J. S. Mill venceu, no ano da graça de 1989.

Já ninguém acredita, segundo Fukuyama, na utopia comunista. Afinal, diz, o fim da História não teve lugar em Iena, em 1806, como Hegel decretara, mas no fiinal do século XX, com a estátua da Liberdade pisando a seus pés os demónios totalitários.

Depois de nos apresentar tão doce perspectiva, Fukuyama declara-se aborrecido com esta antevisão, à qual faltaria sangue, suor e lágrimas. Admite, é verdade, que o fundamentalismo religioso e o extremismo nacionalista poderão conduzir a algns conflitos, mas jamais constituirão, advérte, parceiros à altura do liberalismo. O resultado, na sua, opinião, é sombrio: «O fim da história será um tempo muito triste». Os homens não mais terão oportunidade de lutar por ideais ou de se envolver em lutas exigindo coragem e imaginação.

Tudo se reduzirá à mesquinha resolução de questões técnicas e ao degradante espectáculo do consumo de massas. Evidentemente, conclui, a arte e a filosofia desaparecerão. Só na última linha deixa, a medo, uma porta aberta, ao declarar que pode ser que a vitória do Liberalismo Ocidental aborreça de tal forma a Humanidade que ela se revolte. A confirmar-se esta hipótese, renascerá então o homem, tal qual o conhecemos, com as suas invejas e cobiças, paixões e sonhos. Mas, a porta é estreita: Hegel não permite grandes esperanças.

Das várias respostas a este ectraordinário texto, publicado na influente *National Interest*, duas merecem ser salientadas, pela justeza das observações: as de Gertrude Himmelfarb e de Irving Kristol. A primeira, vinda de uma historiadora da City University de Nova Iorque (que, num livro recente, havia exposto as suas reservas em relação aos historiadores que usam a ideia de Progresso) retoma o conceito de dialéctica, para provar que Fukuyama não soube interpretar Hegel correctaente. Tendo assistido às proezas do fascismo e do comunismo, Himmelfarb deixara de acreditar, confessa, que existissem na História realidades eternas, excepto a realidade da contingência e da mudança, do imponderável e do incerto. O comunismo soviético morreu, como morreu o Ancien Régime, depois da Revolução. Mas infelizmente isso não significa que o liberalismo ocidental seja a única alternativa para os países de Leste. Com um pouco de imaginação, qualquer pessoa conseguirá antever formas políticas diversas da que nos regem e certamente menos desejáveis. Esta historiadora põe o dedo na ferida quando, no final, diz que apenas podemos saber o que aconteceu, não o que irá acontecer. Parece uma evidência, mas é a melhor resposta a Fukuyama. É possível que o liberalismo venha a receber cada vez mais aplausos por parte de povos desiludidos com os mitos do século XX. Mas nada é certo. O profeta Fukuyama pode dormir em paz. Não é de excluir que a Leste, algum novo e horrendo autoritarismo se venha a impor.

Aliás, o fim da Guerra Fria, não significou o desaparecimento de todos os conflitos essenciais. Como notava Irving Kristol, as «vagas do futuro», que Fukuyama vê no horizonte, mais não são do que miragens provocadas pela febre neo-hegeliana da sua mente delirante. A este jovem funcionário do State Department, aquele ensaísta americano propõe um retorno a Aristóteles, relembrando que todas as formas de governo são inerentemente instáveis e todos os regimes inelutavelmente transitórios. Mesmo a democracia americana, aparentemente tão saudável, corre riscos.

Em muitos aspectos, as promessas do liberalismo estão por cumprir. Longe de termos chegado ao Fim da História, estamos imersos em múltiplos conflitos, de que o menor não será o desejo de uma participação alargada nos processos de decisão. O problema não ficou resolvido de uma vez para sempre, com a possibilidade de, através do voto, conseguir derrubar os tiranos.

É verdade que, no caso português, podemos vangloriar-nos de, pela primeira vez na História, termos hoje o sufrágio universal. Mas só um louco se lembraria de dizer que todos os problemas terminaram com a implantação do regime democrático.

A liberdade não é um valor susceptível de, numa bela Primavera, ser declarada *ad eternum*. Dentro das próprias sociedades ocidentais, há grupos que se opõem a uma maior devolução do poder ao cidadão. Nas nossas modernas e complexas sociedades, o «governo pelo povo e para o povo» tem-se deparado com dificuldades em encontrar esquemas operacionais. Isso prova que a democracia, tal como o liberalismo, tem de ser olhada historicamente e que não há um fim à vista. A tradição ocidental, que incorporou os ideais clássicos da democracia Ateniense e o pensamento dos grandes liberais ocidentais do século XIX, ainda não obteve o estatuto divino. Nada nos permite pensar que, a partir do momento em que deixámos de ter como inimigos os comunistas e os fascistas, a corrente liberal esteja emvias de provocar o Fim da História. Fukuyama pode estar descansado: os dramas ainda lhe irão bater à porta.

Maria Filomena Mónica

ou fim da História?

do Leste

espírito totalitário do que da democracia liberal que só assim se poderá chamar se permitir a coexistência de várias verdades, ou melhor dizendo verosimilhanças, igualmente legítimas e cujas contradições, sem serem abolidas podem quando muito ser reguladas mais ou menos consensualmente.

Mesmo que a actual situação na Europa seja de acalmia das contradições a um certo nível estratégico, não parece muito verosímil descrever essa situação em termos «naturalistas» de ausência de negatividade.

Mesmo se pensarmos que, com o descalabro do estalinismo, duas grandes ideologias (o comunismo e o liberalismo) deixaram de se afrontar, isso poderá não querer dizer que o Mundo fique mais tranquilo. Até porque nem todas as ideologias morreram. E o autor não deixa de referir algumas das que não só não desapareceram como até readquirem um novo fôlego: o nacionalismo e o fundamentalismo religioso.

Afinal de contas a pacificação da frente europeia deveu-se durante 40 anos à «negatividade» da dissuasão nuclear que continha o afrontamento entre as duas grandes «ideologias». O desaparecimento desse afrontamento bipolarizado e ideologicamente mediado pode não significar tranquilidade. Na emergência eventual de conflitualidades nacionalistas exacerbadas, muitas vezes aliás inextricavelmente ligadas à religião, ninguém poderá dizer, sem a presunção do génio hegeliano, que a negatividade histórica não tomará novas formas eventualmente trágicas.

Mas há mais. Pelo que lemos no texto acima citado, o que Hegel entendia por fim da História dizia respeito a toda a Humanidade. A História Universal é que era unificada pelo idealismo absoluto no seu fim. Cada povo, cada civilização que se sucedia no tempo era a expressão de uma mesma ideia a caminho da sua realização no espírito absoluto. Cada povo era um *momento* do processo único. O fim era o acabamento mas o acabamento era o fim para todos.

É claro que esta posição se torna insustentável mas Fukuyama deixa de ser hegeliano quando divide a Humanidade em duas partes: a que atingiu os seus fins e os goza entediadamente e a outra Humanidade ainda acorrentada às provações da História olhando ao longe a miragem ocidental.

Neste momento talvez valha a pena opor ao modelo hegeliano de pensar a História, um outro proposto pelo antropólogo Lévi-Strauss. Certamente que o antropólogo é mais sensível às diferenças irredutíveis entre as culturas e menos inclinado a aceitar uma qualquer uniformização no seio de um Estado universal e hemogéneo. A leitura que ele faz da História parece-me particularmente revigorante quando confrontada com os apressados juízos globalizantes feitos a partir daquilo que não passa de um ponto de vista muito limitado e bem situado na história e na ideologia.

A propósito da sobrevalorização da perspectiva histórica, afirma ele, que não frequentou, ao que se saiba, as lições de Kojève, e em polémica com um hegeliano, Jean-Paul Sartre, que lá esteve presente: «A diversidade das formas sociais, que o etnólogo apreende espalhadas no espaço, oferece o aspecto de um sistema descontínuo; imagina-se então que, graças à dimensão temporal, a história nos restitui, não os Estados separados, mas a passagem de um Estado a outro sob uma forma contínua» (1).

Neste sentido a continuidade histórica só confirmaria o nosso próprio sentimento de continuidade e de identidade pessoal centrado sobre a consciência reflexiva. Seria porventura o caso de Hegel pensando não ser um acaso a chegada de Napoleão e o fim da sua *Fenomenologia*. Poder-se-ia começar por pôr em dúvida esta «continuidade totalizadora do eu» mas basta analisar a própria noção de «facto histórico» para aí já encontrar uma contradição.

Para Lévi-Strauss, o facto histórico é constituído pelo historiador sem ser, logo de início, um dado de facto. Como aliás acontece com quem o viveu. Isto quer também dizer que uma «História total» seria impensável pois só poderia ser vista de diversos ângulos. O facto histórico não é finalmente mais do que o resultado de um procedimento de abstracção, o que implica uma escolha entre diferentes aspectos da hipotética totalidade, uma selecção.

A História só existe portanto a partir de um *código*, quer dizer um certo procedimento de selecção, como aliás acontece com qualquer conhecimento.

No caso da história o código é a cronologia. Claro que a cronologia não é toda a História, mas ela é a condição necessária sem a qual não haveria nem antes nem depois e portanto nem continuidade nem descontinuidade.

Dever-se-á também notar que nem todas as datas se equivalem e que nem todas são da mesma ordem; distribuem-se em classes de datas: «Essas classes de datas definem-se pelo carácter significante que cada data possui, no seio da sua classe, relativamente às outras datas que dela fazem igualmente parte, e pela ausência desse carácter significante relativamente às datas que provêm de uma classe diferente». (2)

Assim, o ano de 1914 tem uma significação relativamente a 1918 ou mesmo 1939-45, mas já não tem significação, ou em todo o caso esta é completamente diferente, relativamente à data «século XVII» ou 2.º milénio dC.

Existe assim uma classe dos milénios, outra dos séculos, dos anos, dos dias... e nenhuma dessas classes é comum às outras: há descontinuidade entre elas: «A História é um conjunto descontínuo formado por domínios de História, sendo cada um definido por uma frequência própria, e por uma codificação diferencial do antes e do depois» (3). Não é portanto possível pensá-los como um processo progressivo em direcção a uma totalização sintética.

Se 1806 tem significado relativamente a 1789 no universo hegeliano, para nós 1989 terá sobretudo a ver com 1945 e ao querer integrar tudo isso num mesmo processo finalista corre-se o risco de cair nas armadilhas da dialéctica de que o tão desacreditado marxismo-leninismo foi também vítima.

Em suma, regressar a Hegel, depois do marxismo, não faz muito sentido até porque não se sai do mesmo caminho percorrido ora com os pés, ora com a cabeça no chão.

O que importaria era encontrar outro caminho conceptual para enfrentar o que sempre há de novo e diferente na História. Não é isso que faz Fukuyama embora a sua ironia final relativize tudo o que anteriormmente ficou escrito.

Tito Cardoso e Cunha

(1) Claude Lévi-Strauss, *La Pensée Sauvage*. Paris, Plon, 1958. P. 339.
(2) Idem, p. 343.
(3) Idem, p. 344

A nostalgia do antes do «fim da História»

Não se trata obviamente do fim dos acontecimentos históricos ou da evolução humana. Francis Fukuyama refere-se ao entendimento de «história» que encontramos em G. W. F. Hegel (1770-1831). E se dúvidas persistem, o autor do artigo do «National Interest» esclareceu-as há dias num texto onde procura rebater muitas das críticas que lhe têm sido formuladas (cf. «The Guadian», 15.12.89). Naturalmente que a precisão era dispensável, mas, deste modo, é possível introduzir maior clareza neste debate. Que está em causa? Como salienta Allan Bloom, reportando-se à influência de Kojève sobre Fukuyama (cf. do segundo a *Introduction à la lecture de Hegel*, Paris, 1947), o que se passa é que «para Kojève e para o Hegel de Kojève chegámos ao fim da História, por virtude da vitória da razão e por força de o real se ter tornado racional». E nesta ordem de ideias, o *racional* coincide com a «ordem liberal» - tornada resposta de aplicação universal e factor de esbatimento e de termo das contradições ideológicas... Fukuyama comete, assim, o atrevimento de erigir o liberalismo em sinónimo de consumação da razão. «Isto não quer dizer porém - chama a atenção o ensaísta - que não se produzam mais acontecimentos que vão encher as páginas dos resumos anuais sobre relações internacionais de *Foreign Affairs*, pois a vitória do liberalismo produziu-se inicialmente no campo das ideias ou do conhecimento, continuando incompleta no âmbito do mundo material. Mas há poderosas razões para crer que será o ideal que governará o mundo material a longo prazo.» Portanto, para o pensador, a solução está encontrada. Apenas resta acabar a tarefa de a pôr em prática... O fim das ideologias oitocentistas corresponderia, assim, à vitória de uma delas. É o pássaro de Minerva que levanta voo ao crepúsculo. E é a sua trajectória que importa seguir... Mas para a compreender importa não esquecer a caminhada da Humanidade delineada por Hegel - desde a infância do Oriente e do despotismo oriental, passando pela juventude do mundo grego, pela maturidade do Império Romano, até à velhice do Império Germânico e do mundo cristão. E o certo é que se a velhice natural é fraqueza, a velhice do espírito é, para Hegel, a «maturidade perfeita» (cf. *lições sobre a filosofia da História*). A partir desse ponto, a caminhada da Humanidade não cessa, continua, mas a «evolução» em direcção ao novo chega ao seu termo. O Estado moderno conclui deste modo a História, do mesmo modo que a ciência realiza o pensamento.

Simplificando muito as coisas, já que o tema não é fácil e a realização hegeliana da ideia envolve inúmeras consequências, umas mais inquietantes do que outras, importa reconduzir o debate do «fim da História» a termos capazes de superar a tentação historicista de ver a sucessão dos acontecimentos humanos como orientada para um qualquer termo de reconciliação e de ideias consumadas.

A noção de *sociedade aberta* é pouco compatível com uma tal visão conduzida por um *messianismo temporal*, qualquer que seja, que desse modo tenderá a afirmar-se, mesmo que Fukuyama pense de forma diferente.

A ideia de sociedade terminal é igualmente perniciosa, quer se identifique com a utopia comunista quer se cristalize numa qualquer outra resposta ideológica, mesmo que liberal.

Questão diferente é a de vivermos o fim de uma época e um ciclo histórico - época e ciclo que darão lugar a novas respostas aos estímulos novos que se começam a afirmar.

Correndo o risco de ter de ser simplista, há que dizer que o «fim da História» de Fukuyama pode até nem ser «fim da História», mas recomeço dela... Isso é nítido quando o ensaísta não esconde já uma evidente nostalgia do tempo em que, para si, a consumação da História não estava feita...

Guilherme d'Oliveira Martins

A.M.A Auto Monumental do Areeiro S.A.
Audi
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

ECONOMIA

Boas hipóteses na CEE para tomate português

A eliminação de taxas aduaneiras na exportação de concentrado de tomate português foi benéfica, considera a Associação Nacional dos Industriais de Tomate, (ANITOM). Portugal acompanha, agora, desde o primeiro dia do ano, a Grécia, a Itália e a França, países com tradições no sector.

«*É uma medida benéfica. No ano passado ,ainda tínhamos 2 ,5 por cento de taxas, agora chegámos ao ponto zero. Além disso ,a campanha do ano passado está toda vendida, o que representa um valor entre 15 a 16 milhões de contos*», disse ao DL José Maria Braga, presidente da Assembleia Geral da Associação Nacional dos Industriais de Tomate,(ANITOM).

Só de matéria prima de tomate paga à lavoura, segundo José Maria Braga, foram pagos cerca de 8,5 milhões de contos, indo a totalidade das 208 mil toneladas de tomate sair de Portugal até ao fim de Abril.

«*A perspectiva para este novo ano é-nos favorável. A cultura de tomate não foi prejudicada com as cheias, pois o tomate é uma cultura de primavera. As transplantações finais efectuam-se em fins de Março e Abril*», afirma aquele membro da ANITOM.

Portugal vê, assim, consolidadas as boas perspectivas de futuro nesta área económica. Recorde-se que a indústria de concentrado de tomate, no nosso país, tem sofrido várias crises desde o início da década de 70 devido a questões climatéricas e de estrutura dos consumos internacionais.

Turismo do Oeste em fase crescente

Presidente da RTO optimista com perspectivas para 1990

Boas perspectivas para a Região de Turismo do Oeste. Segundo o seu presidente, António Carneiro, 1990 será o ano «*do arranque da Lusolândia, certamente o do aeroporto da Ota, da ligação por auto-estrada de Lisboa até à região e do arranque do IP 6, que ligará Peniche ao centro da Europa, tornando as nossas praias mais próximas de Madrid*».

Para o presidente da RTO «*mais que 1990, os anos noventa serão decisivos para criar uma grande região de turismo, e apostar na qualidade e diversidade dos produtos turísticos do Oeste*». Mas António Carneiro, citado pela Lusa, não deixou de afirmar que 1989 foi um ano invulgarmente bom para a sua região de Turismo.

Criada por portaria publicada em Março de 1983, a RTO abrange áreas dos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval. Caldas da Raínha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

António Carneiro acrescentou que «*as excelentes condições climatéricas verificadas até Outubro, aliadas ao esforço promocional que, de há três anos, vimos desenvolvendo, levaram a que aumentasse o número de turistas*».

Óbidos, sede da RTO: uma região confiante no futuro

Na sua opinião 1989 foi o ano do reconhecimento, no Plano Nacional de Turismo, da grande importância do Oeste e considera que este ano será de crescimento turístico, em termos de valores médios, e o do início de novas e importantes infraestruturas para a região.

Dados novos

Significativo, para o presidente da RTO, foi o facto de terem crescido mercados importantes, tidos como de pouco peso até recentemente. Foi o que aconteceu com a Holanda e a Itália, complementado com o aumento do período de permanência dos turistas.

Tal indicador fica patente com as taxas de ocupação da generalidade das unidades hoteleiras, que registaram números mais elevados que no ano anterior.

Mas as pespectivas de desenvolvimento não ficam por aqui, já que a RTO desenvolveu um «*esforço promocional*», com a adjudicação de novo material e o desenvolvimento de acções de «marketing» para a Costa de Prata.

Em relação a 1989, António Carneiro considera dignas de menção a compra de um edifício para a instalação dos serviços da RTO e a criação de uma área para formação profissional.

No Norte de Portugal

Legislação leiteira azeda produtores

A alegada «*falta de liberdade*» na venda do leite leva três associações de produtores a exigir a demissão do actual director-geral de Agricultura da Beira Litoral, Carlos Maia. Este, por seu turno, diz ao "DL" que «*não é com pressões de ordem política que me demovem da aplicação da lei*».

A Associação de Produtores de Leite e Carne da Póvoa do Varzim, a Associação de Produtores do Norte de Portugal e a Associação de Produtores de Leite com Ordenha Particular da Beira Litoral afirmaram, em Aveiro, segundo a Lusa, que não têm «*liberdade de vender o leite*» que produzem , devido à existência de *amarras* , e perguntaram se existia alguém interessado em «*impedir a organização de base dos produtores de leite*».

Carlos Maia esclarece que a recolha e concentração do leite só é permitido aos industriais privados e cooperativas leiteiras, que estejam habilitados para tal. Ora, um parecer da Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura inibe aquelas associações de desempenhar estas funções, pormenoriza.

Depois de afirmar que «*o que colide com a legislação não é permitido*», Carlos Maia atribui a uma «*perseguição de carácter pessoal*» a exigência da sua demissão.

Esta polémica evoluirá em crescendo até Abril, altura em que ocorrerá o Segundo Encontro de Produtores de Leite.

A data e o local desta iniciativa, divulgada por aquelas associações, não foram revelados «*para não haver o boicote que houve no primeiro*», disseram.

Guerra civil provoca queda do café angolano

A produção de café em Angola, em 1989, foi a pior dos últimos anos, apenas com 3.156 toneladas, ou seja, 44 por cento do previsto.

Esta quebra, segundo afirmam técnicos do sector que recentemente reuniram em Luanda num Conselho Consultivo, fica a dever-se à situação politico-militar.

A maioria das empresas encontra-se deficitária e a mão-de-obra é insuficiente, tendo que recorrer, muitas delas, aos investimentos estrangeiros.

Um recenseamento efectuado pela Secretaria de Estado do Café, no final do ano passado, revela, por outro lado, que o número de cafeicultores de exploração familiar tem baixado significativamente ao longo dos anos, devido à deficiente assistência estatal.

Em 1989 foram registados, junto daquela secretaria, apenas 9.911 camponeses ligados ao cultivo do café, enquanto números estatísticos apontam, em 1973, para 33.968 produtores inscritos ao nível da empresa familiar.

O redimensionamento do sector empresarial do café, o apoio às pequenas e médias empresas e produtores individuais e a entrega das grandes fazendas a empresas privadas, como forma de atrair investimentos estrangeiros são medidas que fazem parte da orientação estratégica oficial para o sector cafeícola.

Empresários galegos instalam-se em Lisboa

A sede da recém-constituída Associação de Empresários Galegos em Portugal (AEGAPO) será inaugurada este mês, em Lisboa.

Os principais objectivos desta organização são os de «*desenvolver uma melhor e maior integração económica e produtiva entre os dois países e proporcionar mais apoios, públicos e privados, para o projecto do eixo Atlântico*», afirmou Miguel Angel Perez, vice-presidente da Confederação de Empresários da Galiza, à Lusa.

Este empresário especificou que «*a constituição de um novo modelo de desenvolvimento socio-económico, como é o eixo Atlântico, torna-se agora mais pertinente com a abertura da economia ocidental aos países de Leste e a consequente deslocação no sentido do eixo mediterrânico europeu*».

A finalizar, o vice-presidente da CEG, alertou que «*se não conseguirmos agora a vontade e a decisão políticas do Governo de Lisboa, para aprovar e aceitar este importante projecto, não teremos outra oportunidade e as nossas comunidades - Galiza e Norte de Portugal - serão cada vez mais excêntricas e periféricas na Europa*».

Marconi quer controlo da Time-Sharing

A Marconi está a tentar aproveitar o anunciado aumento de capital de Time-Sharing para assumir o controlo da empresa, o que só poderá vir a ser concretizado em Março do próximo ano, após reunião da Assembleia Geral.

O aumento de capital é de 500 para 750 mil contos e tem por objectivo reforçar a capacidade financeira da Time Sharing, de modo a permitir a sua entrada em novos ramos de actividade.

A Marconi detém actualmente 30 por cento do capital da Time Sharing, o Banco Fonsecas e Burnay 20 por cento e Luís Alves Costa 11. Foi pioneira em Portugal no sector das bases de dados, onde é líder do mercado.

"*Comprar o mais possível*" é o objectivo da Marconi, que pretende atingir os 39 por cento que dariam o controlo da empresa. No entanto, tudo está dependente do acordo dos restantes accionistas, pois se todos decidirem acompanhar o aumento de capital as posições relativas manter-se-ão.

A Time-Sharing tem vindo a aumentar a sua actividade, tendo tido no primeiro semestre deste ano um crescimento na facturação na ordem dos 41 por cento relativamente a igual período de 1988.

BREVES

Passageiros aéreos aumentam de número

As companhias aéreas transportaram, em 1989, mais de mil milhões de passageiros, ou seja, um aumento de 3 por cento em relação ao ano de 1988. A taxa de ocupação dos aviões dos 162 estados membros da ICAO, Organização Internacional de Aviação Civil, foi de 68 por cento, tendo o total da carga aérea subido de 5 por cento.

Portugal exporta relógios industriais

Portugal vai exportar este mês relógios industriais no valor de um milhão de dólares. Este negócio foi estabelecido entre a DIMEP Portuguesa e a África do Sul e o Peru, numa viagem recentemente efectuada por Dimas de Melo Pimenta, presidente da DIMEP, àqueles países. Os 100 relógios exportados vão ser colocados nas artérias das principais cidades peruanas e sul-africanas.

Construção em análise

ANEOP quer mais incentivos para desenvolver o sector

O sector da construção é o *«parente pobre dos incentivos ao desenvolvimento»* da economia nacional, segundo disse a Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas (ANEOP), que acrescenta haver *«uma marginalização do sector»*, relativamente aos sistemas de incentivo existentes. Não basta *«subsidiar o acesso à habitação ou apregoar o constatado crescimento das verbas»*, sem pôr em prática medidas que visem a reestruturação das empresas, refere também.

Tal reestruturação, que será determinante para o aumento da produtividade e melhorar, em qualidade e preço, o produto oferecido, só pode ser posta em vigor com investimento, reequipamento e modernização tecnológica, afirma também a ANEOP, que lembra que tal *«passa, necessariamente, pelo apoio consistente e sistemático do Governo»*.

Mais investimento não satisfaz empreiteiros

Para isso a Associação propõe que sejam tomadas medidas que classifica de urgentes, entre as quais a extensão do sector da construção aos incentivos financeiros previstos no PEDIP para alguns projectos de investimento, a existência de benefícios fiscais transitoriamente mais alargados e a possibilidade de amortizações mais rápidas do equipamento ou de parte deste.

A questão não fica por aqui e a ANEOP classifica igualmente de urgentes medidas como as fixações de câmbio por prazos mais alargados, de forma a contemplarem a realização de obras de grande vulto no estrangeiro, bem como o apoio alargado do Fundo Social Europeu (FSE), de parceria com a consideração como custos de determinadas despesas conexas.

Maior investimento

A Associação divulgou o seu relatório, citado pela Lusa, segundo o qual o investimento a realizar, no sector da construção, no período 1989/92, deverá rondar os 219 milhões de contos, a preço de há dois anos.

Do montante total a investir, diz a ANEOP, 208,2 milhões serão destinados a equipamentos e a material de transporte.

Os dados divulgados apontam igualmente para que, no mesmo período, haja um crescimento da formação bruta da capital fixo (FBCF) em construção de 8,81 por cento ao ano, o que é superior ao crescimento global da FBCF –7,75 por cento.

Os dados divulgados no relatório da Associação, com o tema «Pensar 92», analisam a evolução do investimento nos anos de 1986 a 1988 e, segundo se lê no documento, a FBCF em construção foi de 536 milhões de contos, no primeiro dos anos em referência, 665 milhões no seguinte e de 834 milhões em 1988.

Quanto à produção interna, o estudo da ANEOP informa que o sector da construção *«parece estar a ganhar terreno no todo nacional»*, numa evolução a que *«não é alheio o andamento do investimento que, nos últimos anos, teve um crescimento muito superior ao crescimento do produto»*.

Refira-se que, no entanto, a construção perdeu peso relativo na FBCF global, dado que o investimento cresceu muito mais que a média, passando de 51 por cento, em 1987, para 49,4 em 88 e para 49,1 no ano passado.

Também o emprego sentiu redução. Segundo a ANEOP o seu peso passou de 9,2 por cento do total, em 1987, para 9 por cento no ano seguinte. Como termos de comparação, há que acrescentar que o sector de construção representa valores situados entre os 49 e os 50 por cento do investimento global, 9 por cento do emprego e valores de 6 a 6,5 por cento do produto.

Melhoria nos negócios do mercado de capitais

O aumento do volume global de negócios movimentado pela Bolsa de Valores do Porto e de Lisboa deu-se *«devido à entrada significativa de capitais estrangeiros no nosso país em 1989, depois da cegueira indiscriminada de 1987»*, disse ao DL, Miguel Salgado Nunes, director de operações na Bolsa de Valores de Lisboa.

Os capitais estrangeiros investiram, no ano passado, nas grandes firmas portuguesas, empresas industriais e na construção civil, com uma estratégia dirigida e planificada, diferente do que acontecera em 1987 em que, por se acreditar no surto económico do nosso país, se investiu indiscriminadamente e a qualquer preço.

Em 1989, afirma Salgado Nunes, os investidores foram mais apoiados pelos corretores portugueses, bem como por gabinetes constituídos nos próprios países de origem desses investimentos.

Para aquele corretor, a perspectiva dos anos 90 *«vai ser melhor»*, pois que se assistirá à privatização da bolsa e à introdução de um novo sistema informático mais transparente, mais especulativo, idêntico ao que se pratica no estrangeiro.

«Os corretores vão deixar de ser intermediários, passam a funcionar como os bancos, pensa-se que a partir de Março deste ano», sublinha Salgado Nunes.

Registe-se que a Bolsa de Valores de Lisboa movimentou cerca de 324 milhões de contos em 1989, correspondendo a um crescimento de 140 por cento relativamente a 1988.

Bolsa de Hong Kong continua instável

Embora permanecendo instável, a Bolsa de Homg Kong teve a sua primeira sessão deste ano em alta, o que veio confirmar as expectativas dos operadores.

Foi de quase oito pontos a subida na abertura do dia 2 de Janeiro do mercado de capitais daquele território britânico.

Contudo, mantém-se a instabilidade tanto em resultado dos acontecimentos de Junho em Pequim como da incerteza quanto ao futuro de Hong Kong.

A violenta reacção da China à decisão de Londres de conceder passaporte britânico a 50 mil famílias veio abalar ainda mais a confiança dos habitantes daquele território.

É assim que prosseguem em Hong Kong as manifestações de rua contra o Governo chinês e pela democratização daquele país.

Também a reação de Pequim a estas manifestações (considerando-as como uma interferência subversiva nos assuntos internos chineses") não são de molde a sossegar as pessoas, avolumando-se os temores face à transferência , em 1997, da administração de Hong Kong para a China.

Bolsa do Porto

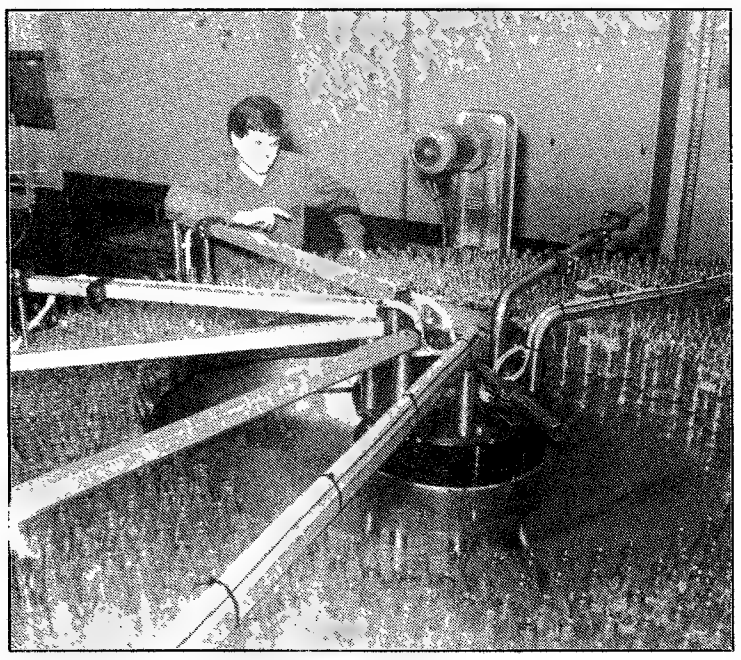
Quatro empresas voltam ao mercado oficial

Regressaram ao mercado oficial da Bolsa do Porto quatro empresas que, por falta de liquidez, dele haviam sido afastadas no dia 2 de Junho do ano passado.

Trata-se das empresas Refrige - Sociedade Industrial de Refrigerantes, Sociedade Têxtil Luís Correia, Agloma - Sociedade Industrial de Madeiras Aglomeradas e Transmotor - Sociedade Comercial e Industrial de Veículos de Transporte e Motores.

Com estas readmissões, o mercado oficial da Bolsa do Porto passou a ser constituído por 130 títulos cotados, que representam 103 sociedades.

De referir que a Refrige inaugurou hoje de manhã duas novas linhas automáticas de alta produção nas suas instalações fabris de Palmela.



Uma das duas novas linhas de enchimento da Refrige

Uma das linhas permite o enchimento de 1100 garrafas de vidro por minuto e a outra tem uma capacidade de engarrafamento de 24 mil litros por hora em garrafas de plástico "Pet" totalmente produzidas em Portugal.

Esta inauguração culmina um plano de investimentos que ascende a dois milhões de contos e que foi iniciado em 1988.

A Refrige fabrica e engarrafa, sob licença, produtos das linhas Coca-Cola e Schweppes.

COTAÇÕES DE NOTAS E MOEDAS

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS — 125 ANOS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	50$00	56$00
ALEMANHA FED. (marco)	87$35	88$55
ÁUSTRIA (xelim)	12$40	12$60
BÉLGICA (franco)	3$958	4$208
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	129$20	131$70
(notas de 5 a 1000)	129$70	132$20
DINAMARCA (coroa)	22$45	22$85
ESPANHA (peseta)	1$316	1$436
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	150$00	153$50
(notas de 5 a 1000)	150$50	154$00
FINLÂNDIA (marka)	36$55	37$15
FRANÇA (franco)	25$55	26$25
HOLANDA (florim)	77$35	78$45
IRLANDA (libra)	231$20	235$20
ITÁLIA (lira)	$106	$121
JAPÃO (iene)	$982	1$037
NORUEGA (coroa)	22$40	22$90
REINO UNIDO (libra)	242$00	246$50
SUÉCIA (coroa)	23$80	24$30
SUÍÇA (franco)	95$10	96$60
VENEZUELA (bolívar)	3$335	4$135

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

CULTURA

As dignidades do silêncio

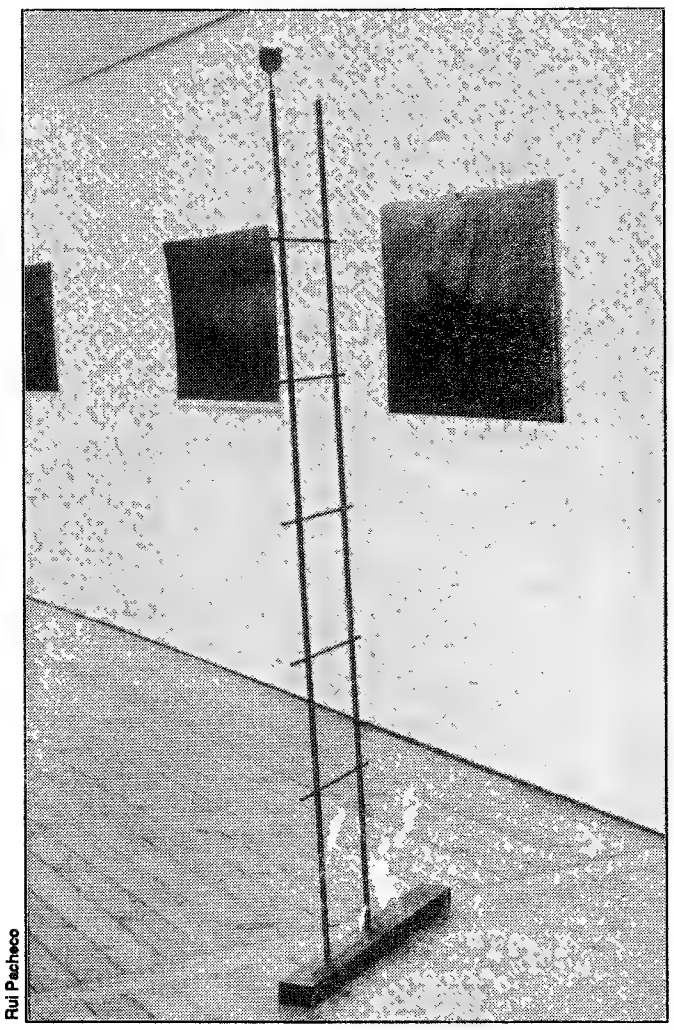
Perante os desenhos e esculturas de José Barrias talvez compreendamos que somos do tamanho do que vemos

José Barrias mostra dezanove desenhos a carvão e seis "esculturas" pintadas na Galeria EMI-Valentim de Carvalho (Rua da Cruz dos Poiais, 111). Intitulada **Vestígios**, a exposição inaugura esta noite e, em entrevista à "Cultura", Barrias afirma que [illegible] vestígios [illegible] no atelier, ao [illegible] anos".

Ao inventariá-los, deparou-se-lhe não só uma iconografia do silêncio (portas, persianas, cadeiras, núvens e barcos), como um certo número de conceitos alojados na biblioteca, e de que se fora apropriando ao longo do tempo. Aliás já em **Noitiário** (diário da noite), Barrias afirmava: "É meu costume dizer que pinto como um escritor e escrevo como um pintor, suposto que entre pintura e escrita se possa verificar contaminação".

A contaminação (e não se trata aqui de inventariar febres) alastrou ao ponto de, "na impossibilidade de declarar tudo" o que implicou no texto que acompanha o catálogo, parecer-lhe sensato "desvendar, pelo menos uma parte da matéria contrabandeada".

Por exemplo, os nomes das assemblages (a que chama "esculturas" pintadas), provém da **Poesia Toda**, de Herberto Helder, sendo de Alberto Caeiro o conceito da relatividade dos tamanhos, porque "eu sou do tamanho do que vejo..." Encontrando em Blanchot as melhores considerações sobre o quotidiano, ao lançar para o papel a quase obsessiva "apreensão" da intemporalidade, José Barrias fixa-o num buraco desenhado na água.



Rui Pacheco

.Encontrar um elemento lúdico, sem que pesassem os tradicionais da iconografia funerária

O que já se ouvira quando, na sua primeira intervenção operativa em Portugal (Quadrum, 1979), apresentou **Os Embaixadores**, de Holbein, e estava subjacente no díptico de grandes dimensões (venenoso e lúdico como o negro quadro escolar) que, depois da Bienal de Veneza, mostrou na SNBA, em 1985.

Quando aí era o **tempo** de T. S. Eliott, é-o agora de Rilke, na Galeria EMI-Valentim de Carvalho.

Ainda que José Barrias escreva no catálogo que, a exposição **Vestígios**, é algo que o liga ao futuro "através de uma obra que pretende ser contemporâneamente uma resposta ao presente e uma confissão muito íntima marcada pelas recordações".

O texto, datado de Setembro, foi escrito na cidade de Milão, onde há vinte e um anos desenvolve a actividade de operador estético. Quanto ao mais, **simulando as dignidades do silêncio**, diz que nasceu em Lisboa.

Jorge Fallorca

Abertura do Curso das Artes de 1990

Esta manhã, no Instituto Nacional de Administração, sob a presidência de Teresa Gouveia, secretária de Estado da Cultura, efectuou-se a sessão de abertura do Curso da Gestão das Artes de 1990

O Curso é organizado na sequência de um protocolo estabelecido entre a SEC e o INA e destina-se a dar uma formação técnica e especializada nas várias áreas da gestão cultural.

Foram seleccionados por concurso documental e entrevista 20 participantes que vêm das artes do espectáculo (Teatro, Ópera, Música), do património e herança cultural (Monumentos, Museus, Bibliotecas), das artes plásticas (Galerias) e de centros culturais e autárquicos.

O Curso decorre de Janeiro a Junho e conta com a presença de especialistas nacionais e estrangeiros.

Durante a cerimónia foram distribuídos os diplomas aos participantes que completaram com sucesso o Curso de 1989.

«O Fim» de António Patrício no Teatro Ibérico

O Teatro Ibérico iniciou já os ensaios do que será o seu próximo espectáculo de fundo, a estrear em Fevereiro próximo.

Trata-se da peça de António Patrício, «O Fim», com Alima Vaz, Teresa Corte-Real e João Soromenho nos principais papéis. Entretanto, Xosé Blanco Gil, director e encenador da companhia, traduz a peça do dramaturgo espamhol António Gala, «Petra Regalada», que entrará em ensaios logo após a estreia de «O Fim». Por outro lado, «embora sem continuar a merecer os favores da SEC, que apenas lhe concede episódicos subsídios de montagem», a companhia do Teatro Ibérico prossegue o seu trabalho, repondo e estreando novos espectáculos.

Por exemplo: recentemente regressado do Festival Cervantino no México, o grupo iniciou a apresentação, para estudantes, das peças «O Auto da Índia» de Gil Vicente, e «A Castro» de António Ferreira.

Homenagem à memória de Madalena Perdigão

No Grande Auditório da Fundação Gulbenkian realiza-se no próximo sábado, dia 6, às 21 e 30, um concerto de homenagem do Coro e da Orquestra Gulbenkian, à memória de Maria Madalena Azeredo Perdigão, recentemente falecida.

O concerto, dirigido pelo maestro Michel Corboz e em que actuarão como solistas Elsa Saque (soprano), Isabel Malaguerra (contralto), Fernando Serafim (tenor) e José Oliveira Lopes (baixo), é constituído pela interpretação do «Requiem» de Mozart.

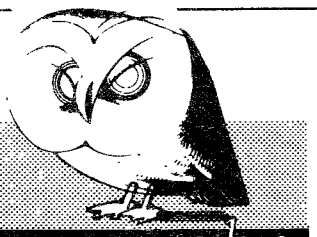
Os bilhetes para este concerto serão distribuídos, gratuitamente.

Amália Rodrigues no Coliseu dos Recreios

Na próxima segunda-feira, dia 8, efectua-se no Coliseu dos Recreios o espectáculo comemorativo dos 50 anos de carreira artística de Amália Rodrigues, que contará com a presença do Presidente da República.

Amália cantará os seus maiores êxitos, enquadrada num dispositivo cénico de Artur Casais, com som de João Azinheira e luminotécnica de Pedro Leston.

O espectáculo será gravado pela RTP.



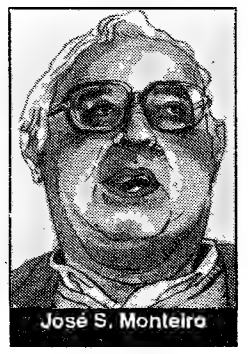
olhar de mocho

Do Vermelho e do Verde

Vamos a ser honestos, terrivelmente frontais: ninguém previu a «revolução» da revolução vermelha. Os profetas - laicos ou bíblicos - estavam ou no desemprego ou na merecida reforma, e ninguém ousou olhar para o voo das aves para lhes tentar ler os presságios. A almofada cómoda dos dogmas continuou a funcionar na sua tarefa de nos inibir de olhar para trás e buscar caminhos de futuro. Contudo, importa referir que pelo menos, desde os meados dos anos 70 já havia quem, na Europa, não tivesse medo do «perigo» vermelho. Os Verdes da RFA, se possivelmente não terão o monopólio do pioneirismo ou do vanguardismo pelo menos, colocaram-se no pelotão da frente. Nunca tiveram medo do perigo vermelho e sempre apontaram a dedo o terrível «perigo verde»: a destruição dos habitantes do Planeta pode ser realidade, se se aniquilar a «casa comum» europeia e adjacente em que todos vivemos. E a ecologia passou a ser, então, ciência, política, atotude face à vida, e sobretudo, esquerdismo. Nesta década, ora finda, de 80, esquerdistas, a nível europeu, não eram os filo - ou proto-comunistas, mas os que alinharam, participaram na defesa do *verde* que está a ser quase irremediavelmente aniquilado: verde passou a ser sinónimo de vida possível no que ainda resta da destruição empiricamente assente e verificada. Não foi na Idade Média que Reagan desencadeou o faraónico projecto da Guerra das Estrelas - guerra, contra o perigo vermelho - mas na década de oitenta.

A «Primeira Página» de ontem pretendeu falar da década de 90, e creio ter registado três ou quatro vezes as palavras ecologia, qualidade de vida. Nem eu nem o meu vídeo se recordam da palavra «destruição da natureza», vinda dos painéis nortenho e sulista que fizeram o programa.

Esperávamos na ementa, luzes e perspectivas sobre os próximos anos, mas o criado do restaurante trouxe-nos na bandeja, Portugalório e mais Portugalório. Um antigo ministro de Salazar que em 1964 declarou publicamente que o Papa Paulo VI estava a praticar «uma ofensa gratuita e injusta do Chefe do Catolicismo para com uma nação católica», vem agora à Televisão defender as duas coisas: a nação ofendida e o ofensor. A «casa comum europeia» corre o risco de ser construída mas de ficar vazia, uma espécie de jazigo dos artistas do Alto de São João - o perigo já não está na guerra mas na destruição pacífica, de oxigénio, de árvores, de mares, de seres vivos, sejam eles puramente animais ou animais racionais - mas os moderadores da «Primeira Página» deixaram deslizar a questão dos novos anos que estão a nascer para a «portugalite aguda crónica e incorrigível». Há muitas formas de fomentar a amnésia e a anestesia - a «Página» de ontem exemplificou.

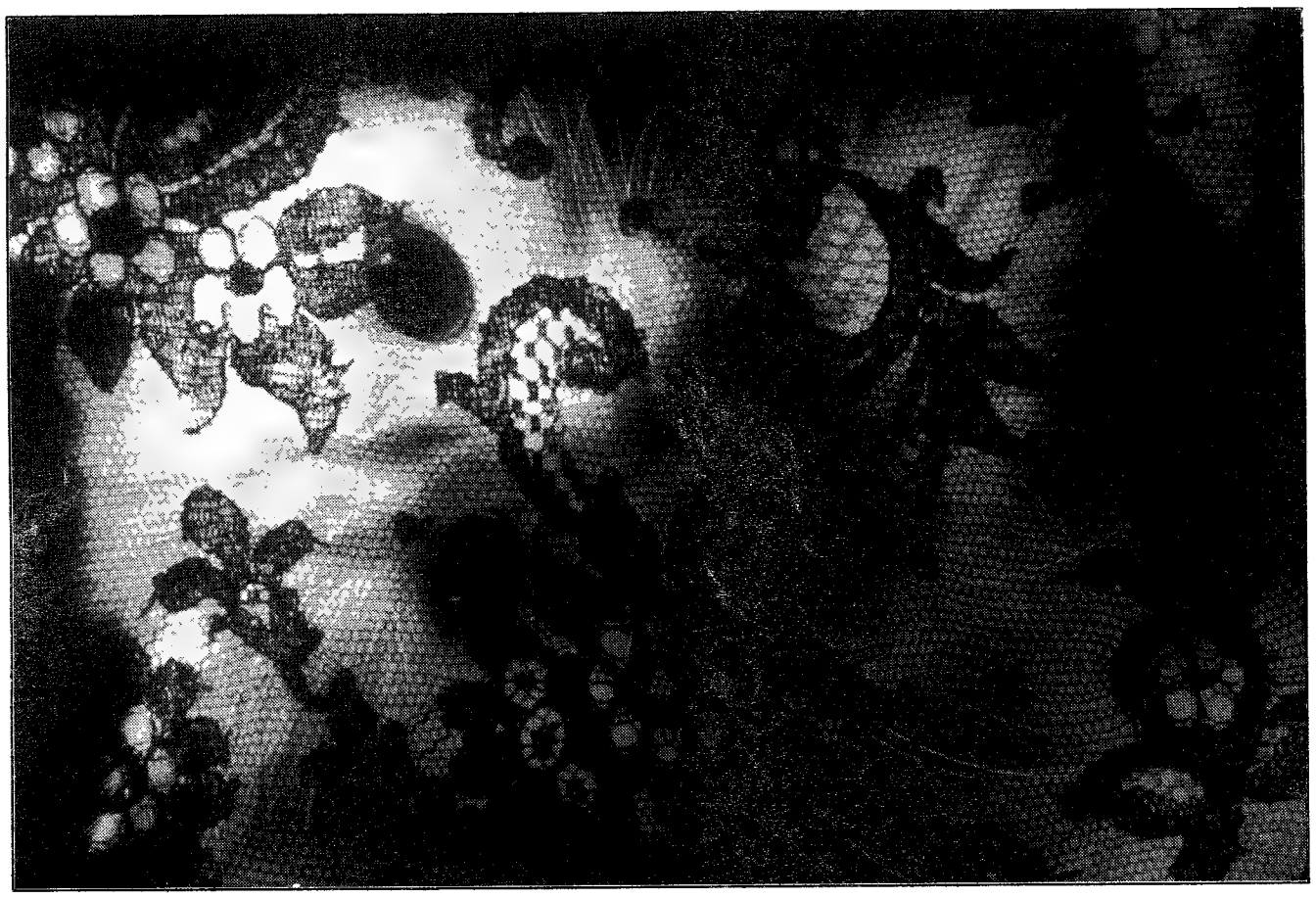


José S. Monteiro

LIVRO ABERTO

«Minha Querida Adolescente», Ana Paula Portugal

Lua, quarto crescente



Há pessoas que, por natureza, não são "matemáticas"

São tantos os encontros-desencontros da vida, tantas as escadas subidas para patamares vazios, tantos os passeios dados para fim nenhum, que, em situação de angústia, nos sentimos estar sempre no meio de qualquer coisa por definir. Este "estar no meio", fora dos pontos cardeais da vida quotidiana, cria em nós uma situação de angústia, de perdição no deserto, sempre longe de qualquer oásis. Somente os "cegos" e "surdos" se acomodam e se dão por felizes nos caminhos cruzados da existência. Esses são os que vêem as coisas como elas, de facto, não são: tudo em ordem, tudo arrumado, tudo devidamente numerado. Tratam os semáforos com grande familiaridade, fazem perguntas que de imediato obtêm respostas, prezam as moradas fixas - e nunca, mas nunca!, se interrogam. Tal gente sofre de uma ignorância santa, imaculada - e a sua maneira de agir encontra-se em paralelo com as órbitas dos planetas, com a exactidão dos eclipses, com a velocidade constante da luz. Bom seria (talvez) que todos nós assim fôssemos...

Mas não. Existe uma outra casta de pessoas que (passe a expressão) não é "matemática" por natureza. Furtam-se, essas pessoas, a quaisquer regras, exorbitam, estão sempre de fora de qualquer geometria - e, porque assim são, surgem-nos, para o bem e para o mal (o que são o mal e o bem...?), como pessoas ímpares, isto é, sem pares que sejam a sua rima. Perdem-se na errância, andam à deriva, deambulam como se obedecessem às palavras de um qualquer coro grego, fora de qualquer tempo e sempre actuando num espaço em fuga ao espaço que temos como certo e detectável.

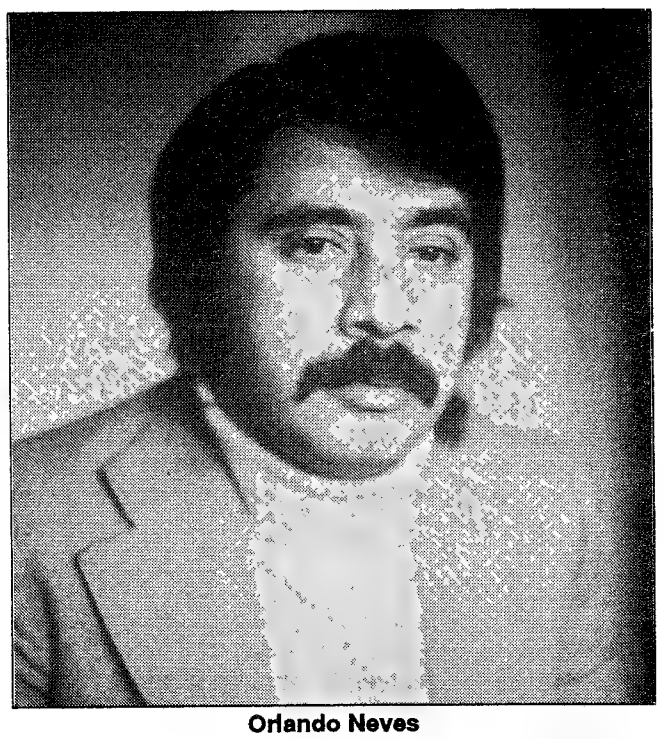
Em certa medida, essas pessoas assemelham-se ao poeta que aspira à prosa. Ou por outras palavras: ansiariam por sair da marginalidade que lhe é inerente e transitar para a "normalidade" comum. Tal, no entanto, é-lhes impossível - e quando, porventura, se situam no quadriculado lógico do calendário, se vão pelos dias como as outras pessoas, é sempre (ou quase) em situação transitória. Uma transitoriedade que, por certo tempo, se processa como que ao longo do paralelismo de uma via férrea - e que, numa euforia súbita, acaba por descarrilar antes do fim da linha... Sem tragédia, no entanto, uma vez que precisamente a tragédia se integra na personalidade de quem habita a outra margem da vida.

Todas estas palavras nos foram suscitadas pelo livro de novelas e contos «Minha Querida Adolescente», de Ana Paula Portugal (Contra Regra). É, por diversos motivos, um livro inquietante, muito embora o humor, por vezes, se situe nas suas páginas. Mas é, acima de tudo, um livro escrito por uma pessoa que «está no meio», ora numa margem, ora na outra margem - e se desbobina qual um filme simultaneamente do princípio para o fim e do fim para o princípio. Mais ainda: quando se apresentam primeiros planos, tomando toda a página, o leitor é sugado pela sensação de abismo, ou de poço que o estrangula lá no fim, ou então de parede contra a qual se magoa na tentativa de uma abertura para percepção do que lhe é proposto e contado. E tal é conseguido de maneira funda: quem se retrata, ora utilizando o ortónimo, ora utilizando heterónimos, nunca se revela de maneira solar, pois se desenha em dois tons, o diurno e o nocturno, a copulativa ("e") substituída por um quarto crescente, por um quarto minguante. O livro de contos e novelas «Minha Querida Adolescente» não é de maneira nenhuma um livro de linhas paralelas, cada uma independente da outra, seguindo, enfim, o seu destino. Elas cruzam-se e voltam a cruzar-se, emaranham-se, em novelinho cerrado, como que preenchendo, de maneira infinita, a superfície finita de uma esfera. Ana Paula Portugal, neste seu primeiro título a sério (dois outros houve um tanto à superfície), arrisca tudo, sem falsos pudores, isenta de quaisquer preconceitos, enfrentando os outros com toda a frontalidade, assim como quem lhes pergunta por que continuam a ser sepúlcros caiados de branco...

Não é nosso propósito emitir o juízo, pelo menos por enquanto (esperemos por outros livros), de que a autora de «Minha Querida Adolescente» possa vir um dia a ser incluída no rol dos chamados «escritores malditos». Mas este livro (que nos chegou às mãos antes de ser distribuído, dentro de dias, pelas livrarias) revela-se desde já portador daqueles dizeres inerentes à tragédia - e, daí, termos acima aludido ao coro grego. E aludímos a esse coro, o qual comentava e orientava (em certa medida) a acção cénica, pelo simples facto de Ana Paula Portugal, embora se dê à escrita com distanciação, não menosprezar, de quando em quando, uma ou outra palavra fora do contexto, a fim de acentuar o processamento da escrita e de enunciar também determinados passos das histórias que se propõe contar. Sucede semelhante coisa por nestes textos subsistir uma certa audácia biográfica, irónica umas vezes, outras vezes pungente - mas sempre de clara verdade assente na sapiência de a autora nunca menosprezar o «estar no meio», naquela transitoriedade que a situa numa e noutra margem da vida, tocando-nos de angústia, humor e desespero.

Bastaria a novela que dá o título ao livro, «Minha Querida Adolescente», para logo nos sentirmos face a uma escritora encarnada no bem e no mal da vida (o que é o mal e o bem...?) - mas acontece que outras duas novelas, «Adiado Encontro» e «Dinora», são a prova dos nove de alguém que, com efeito, se entrega às letras em busca de uma catarse que (passe o paradoxo) purifica mais o leitor do que a autora. O que, digamo-lo sem pejo, se insere na finalidade extrema de toda a literatura. No entanto - dirão alguns -, é praticamente uma estreia... Certo: mas uma estreia que, furtando-nos aos sepulcros caiados de branco, nos estreia na veracidade plena da vida. Que venham, pois, outros títulos. - Capa de Paulo Silva.

Pedro Alvim



Orlando Neves

Orlando Neves

Prémio de Poesia de Sintra

O Prémio de Poesia da Câmara Municipal de Sintra (também designado por Prémio Oliva Guerra), no valor de 500 contos, destinado a obras inéditas, foi atribuído a Orlando Neves, pelo título «Odes de Mitilene».

Desde o começo do ano passado, este é o terceiro prémio ganho pelo autor.

O primeiro, Prémio Florbela Espanca, distinguiu o livro «Regresso de Orfeu» - e o segundo, Prémio João Penha, destacou o original de ficção «Um Corte no Tempo».

Maria Isabel Barreno

«A Morte da Mãe»

«A Morte da Mãe» (primeira edição há doze anos), de Maria Isabel Barreno, aparece agora reeditada pela Caminho, na Colecão O Campo da Palavra. É uma meditação séria sobre a mulher ao longo dos tempos.

A autora, em prefácio, escreve que o livro é simultaneamente lírico e científico. Logo: um livro vivo. Dos autores contemporâneos, «A Morte da Mãe» é, sem dúvida, um dos melhores estudos sobre a existência humana.

Não é uma escrita de ânimo leve, antes um estudo que mergulha nas raízes da condição feminina, ponderando estados psicológicos, históricos, sociais. Furtando-se ao tom panfletário (ou de fácil consumo feminista), Maria Isabel Barreno oferece-nos, com rigor e experiência de vida, um "retrato" inesquecível da mulher como pessoa enquadrada em todas as situações.

Uma reedição oportuna, que não repete "slogans" - e nos prende pela clareza dos juízos emitidos.

Gulbenkian reedita «História da Arte» de H. W. Janson

A Fundação Gulbenkian, através do seu Serviço de Educação, acaba de publicar, em quarta edição, a «História da Arte» de H. W. anson, professor de Belas-Artes da Universidade de Nova Iorque, com tradução do Prof. J. A. Ferreira de Almeida e Maria Manuela Rocheta Santos e a colaboração de Jacinta Maria Matos.

Esta importante obra, profundamente ilustrada a preto e branco e a cores, além do prefácio e da introdução, está dividida em quatro partes, que abrangem o «Mundo Antigo», com sub-divisões sobre «A Magia e o Rito», a «Arte do Homem Pré-Histórico», a «Arte Egípcia», «O Próximo Oriente Antigo», a «Arte Egeia», a «Arte Grega», a «Arte Etrusca» e a «Arte Paleocristã e a Arte Bizantina»; a segunda parte trata da «Arte Muçulmana», a «Arte da Alta Idade Média», a «Arte Românica» e a «Arte Gótica»; a terceira parte trata de «O Renascimento», que estuda a Pintura, a Escultura e as Artes Gráficas do «Gótico Final», de «O Proto-Renascimento em Itália», de «O Renascimento Setentrional», de «O Renascimento Pleno em Itália», de «O Maneirismo e outras tendências», de «O Barroco na Itália e na Alemanha», de «O Barroco na Flandres, na Holanda e na Espanha» e de «O Barroco na França e na Inglaterra»; a quarta parte estuda «O Mundo Moderno», abrangendo o estudo de «O Neoclassicismo e o Romantismo», «O Realismo e o Impressionismo», «O Pós-Impressionismo», «A Pintura e a Escultura no Século XX», «A Arquitectura do Século XX» e «A Fotografia do Século XX». A obra insere ainda o glossário, a bibliografia complementar e o índice e as fontes das ilustrações.

H. W. Janson exerceu vários e importantes cargos em Universidades americanas e foi presidente do College Art Association, tendo recebido diversos galardões pelas suas obras de Arte - de grande valor cultural e cunho universalista.

Tem também diversa bibliografia, dispersa por jornais e revistas.

Janson, com sua mulher, deram ainda um extraordinário contributo para a divulgação da História da Arte ao publicarem, em 1953, a «Story of Painting for Young People». Cinco anos depois, Janson publicou a «Key Monuments of the History of Art» e em 1962 a sua «History of Art».

A obra foi revista e aumentada por Anthony F. Janson, filho do autor de tão importante obra cultural.

No Bairro Alto, em Lisboa

Agência Central Moda organiza mercado dos manequins

No nosso país funciona o sistema do grão a grão enche a galinha o papo

Este indivíduo de sorriso cândido, não se parece nada com o homem duro e perverso que ocupa a capa e algumas páginas da revista «Rakan» japonesa, fingindo ser um perigoso chefão da Mafia. Numa atmosfera que sugeria crime, droga e dinheiro obscuro, ele soube interpretar o papel que o fotógrafo Fusiwara Kawashima lhe pediu. Mas isto aconteceu em Tóquio, em 1987, quando o Tó Romano era um dos mais famosos manequins portugueses. Hoje encontra-se à frente do projecto Central Moda, agência instalada num velho edifício do Bairro Alto, tentando dignificar a profissão que abandonou recentemente e da qual guarda gratas recordações. Como sempre, com a cabeça no sítio, enfrenta a realidade de uma maneira determinada. "Abrimos oficialmemte em Janeiro, mas já estamos a funcionar desde há sete meses. Foi o tempo de organizar os portfolios, os composits e de estabelecer os contactos internacionais".

Fala no plural, incluindo a sócia que é a sua mulher Emília, também ela manequim. Juntos fizeram um longo percurso, juntos viveram momentos de glória e fases menos boas. Depois de concluir o curso de arquitectura, em 1984, decidiu "ir o mais longe possível" na carreira de modelo, iniciada quase numa atitude de brincadeira. Claro que a melhor forma de penetrar no mercado internacional era através de Madrid, onde deparou com uma concorrência desanimadora. Ali se cruzou, numa situação de desigualdade, com os manequins que giram pelo mundo inteiro. "Nós, os portugueses, ficávamos em segundo plano, sem qualquer hipótese de figurarmos nos *castings* mais importantes. Muitas vezes, para nos mantermos lá, tínhamos de vir a Portugal recuperar dinheiro. Com persistência e teimosia aguentei firme até que me apareceu uma oportunidade. Entretanto cuidei do meu portfolio que era fraco, entregando-me nas mãos dos fotógrafos espanhóis. Por sorte fui seleccionado, mais um americano, entre duzentos candidatos, para o *casting* de uma agência japonesa. Escolheram-me devido às minhas características físicas. Sou do tipo loiro, tinha o cabelo à surfista californiano e os japoneses adoram tudo o que seja do estilo americano". Perante o mercado internacional percebeu que tinha de apostar num *look*. O seu era o do rapaz compostinho, de fato e gravata, género *business man*, apto a vestir roupa clássica e dentro do comercial. Impossível trabalhar, por exemplo, com um Yamamoto que prefere os manequins estranhos e anti-convencionais. "O Japão ajudou-me a descobrir a minha imagem. Foi uma experiência proveitosa, na medida em que convivi com o universo dourado dos *top-models*.. Aquilo é o máximo, só brasileiros havia cerca de 30 e americanos eram mais de 200. Em Tóquio, para além dos altos cachets praticados, existe um volume de trabalho enorme". António Romano teve sorte, pois chamaram-no para fazer a campanha de Geoffrey Beene, um dos mais conceituados criadores americanos de vestuário masculino. No Japão, onde permaneceu oito meses, participou ainda num anúncio de Paco Rabane, virando-se a seguir para o mercado europeu. Bem sucedido na Alemanha e na Áustria deslocou-se a Itália, que é uma verdadeira selva. Vence quem realmente for excepcional, acima do normal. "Estive numa bicha constituída por 400 manequins, à porta da Uomo Vogue, durante duas horas. Quando chegou a vez de mostrar o meu portfolio despacharam-me dizendo que a escolha já fora feita. Em Milão existe uma forte pressão, detestei o ambiente das ruas e tudo o resto que envolve o mundo da moda. Entretanto resolvi regressar a Madrid, onde trabalhei com cinco dos dez melhores fotógrafos espanhóis, casos de Paco Navarro e de Pepe Botella."

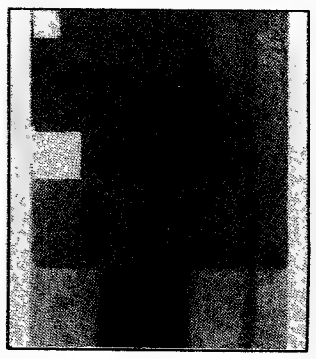
Para atingir o estrelato, um manequim tem que saber gerir a sua imagem, convém seleccionar os media e não se desviar um milímetro do caminho perseguido. "Quem aparecer demasiado nos spots televisivos fica queimado, embora seja desejável participar nas campanhas publicitárias dos produtos de prestígio." Em Portugal adquirem-se vícios, vive-se com alguma estabilidade mas também sem ambições. É o sistema do grão a grão enche a galinha o papo, um bom manequim pode ganhar 200 contos por mês graças a uma ocupação constante. Há nove anos atrás, eu mais o José Manuel Trindade e o João Carlos dominávamos o mercado. Era o loiro, o moreno e o mulato, satisfazendo assim todos os gostos. Suponho que o fundamental é acreditar no nosso aspecto físico, assumir o lado narcísico que todos nós possuímos em maior ou menor escala. Lembro-me de, ao enverendar pela carreira de manequim, os meus pais me terem perguntado se eu estava bom da cabeça. Tratava-se de uma profissão mal vista, de certo modo desclassificada, até porque se associava ao Parque Mayer e à homossexualidade. Neste momento o panorama é diferente, surgem aqui na agência dezenas de candidatos com ganas de conquistarem um lugar ao sol".

Quais os objectivos da Central Moda? Segundo Tó Romano impõe-se organizar o mercado e qualificar a oferta, orientando os manequins de molde a competiram no terreno internacional. Daí que os seus planos incluam a exportação de manequins portugueses para o exterior e ainda a vinda de estrangeiros ao nosso país por temporadas de dois ou três meses. "Isto vai ser positivo visto que os portugueses, face à concorrência, terão de se esmerar. Como meta final pretendemos alcançar o campo da publicidade, agora que se atravessa um período de pujança. Há que convencer os industriais portugueses a contratarem fotógrafos da especialidade, motivo por que promovi a exposição intitulada Fotógrafos do Bairro Alto, reunindo um naipe de profissionais com provas dadas no ramo".

Lourdes Féria

Jorge Martins expõe em Paris

«A ambição, conseguida, de Jorge Martins, consiste em criar em cada desenho um novo lugar enigmático.» A afirmação é de Alberte Nguyen e consta em catálogo alusivo à exposição de grafite sobre papel que o pintor português mantém por estes dias em Paris, na Gilbert Brownstone & Cie. Menos conhecido como desenhador, embora o seja há muito e com «mais-valias» artísticas (Pedro Calapez, por exemplo, foi nele que se inspirou), Jorge Martins é um dos nossos notáveis utilizadores do carvão, buscando jogos de luz e sombra e trabalhando o branco e os negros de vários matizes como ninguém o faz entre nós, para com eles inventar ambiguidades basilares e sugerir volumes impossíveis. Ao contrário daquilo que procura nas suas recentes incursões na escultura - que também cultiva propondo a operação inversa -, o artista enleia-se nos artifícios da obscuridade para desembocar no deslumbramento corpóreo. Se por acaso o leitor se deslocar à capital francesa não deixe de visitar a galeria em questão, no número 9 da Rue S. Gilles, Paris 3.



DESPORTO

António Capela

Benfica e Sporting: adivinhe-se quem está ausente

Benfica, 0-Sporting, 2

«Torneio de Luxo» foi gato por lebre

Uma vez mais o bom adepto do futebol, o apaixonado pelo jogo da bolinha junto à relva, foi completamente defraudado, reduzidos à mais ínfima escala os bons votos anunciados pelos organizadores do Torneio Philips/Cidade de Lisboa que, segundo um regulamento amplamente divulgado, obedecia à apresentação em campo dos melhores jogadores de cada formação interveniente: o que não sucedeu no palco da Luz pois, de uma assentada, tanto Eriksson como Raul Águas decidiram dar descanso a um largo bloco de artistas, preferindo transformar um cartaz apelidado «de luxo» em paupérrimo espectáculo que (também contagiado pela má arbitragem do lisboeta António Marçal) foi um entediante arrastar de hora e meia, onde apenas se salvou um punhado de profissionais que resolveram levar a sério o embate de reservistas que, para cúmulo, era ofertado como suculento prato futebolístico a Lennart Jonhansson, o presidente da Federação Sueca e elemento do Comité Executivo da UEFA (candidato firme ao lugar que vai ser deixado vago por Jacques George) e é convidado de honra do Sport Lisboa e Benfica, para apadrinhar uma competição que foi atirada aos ares como um trovão e (pelos vistos) está destinada a estoirar apenas como um cartuxinho de papel pardo.

Sabia-se que dois dos melhores jogadores do Benfica (Vata e Vítor Paneira) estão, realmente, lesionados: e nem puderam alinhar perante o Boavista. Porém, face à garantia dada pelos dirigentes (em pomposa conferência de Imprensa) de que as suas equipas iriam estar presentes na força máxima, com os titulares que normalmente disputam o campeonato, ninguém imaginaria que, mesmo fazendo um ou dois testes a reservistas, tanto Eriksson como Raul Águas não atendessem às palavras dos seus presidentes e, pensando apenas nas provas oficiais em que estão envolvidas as respectivas entidades patronais, resolvessem dar repouso a um punhado de «astros». Assim e de repente, o Benfica abdicou do concurso de Silvino, Veloso, Aldair, Samuel, Mats Magnusson, Thern, Pacheco e Valdo. Quanto ao Sporting, deu noite de folga a Carlos Manuel, Fernando Gomes, Venâncio, Luisinho, Oceano, Douglas e Marlon, Quer dizer: quinze dos nomes fundamentais das duas turmas ficaram de fora do tal «espectáculo de luxo», demonstrando à saciedade que os organizadores, por muito boa vontade que tivessem em fornecer um «show» futebolístico bonito, entre duas das mais categorizadas equipas do nosso futebol, vêem ir por água abaixo o sonho de criar (finalmente) um torneio internacional neste canto da Europa. Porque, daqui para a frente, mesmo sabendo-se que tanto o PSV Eindhoven como o Ajax trouxeram a sua quase intacta legião de «craques», os escassos espectadores que foram no «embrulho» e trocaram as pantufas por uma ida ao Estádio da Luz estarão a estas horas bem arrependidos e com algumas constipações, em troca de terem sido ludibriados com futebol de segunda apanha.

António Capela

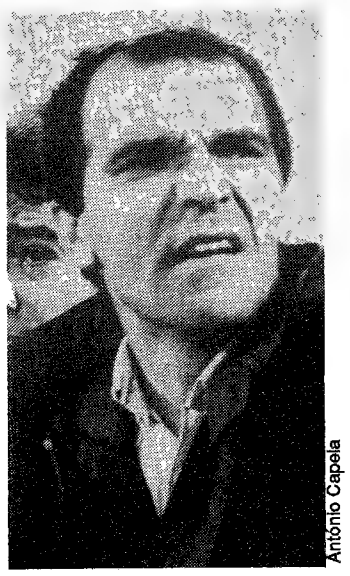
António Capela

Paulinho Cascavel: golo e natural alegria

Para dirigir o embate entre duas mantas de retalhos, até o jovem árbitro António Marçal esteve de acordo com o que se colocava no cartaz: falhando ao não assinalar duas claras grandes penalidades (uma para cada emblema) também foi muitas vezes iludido pelo mau acompanhamento dos fiscais de linha Francisco Goulão e Alfredo Alexandre, todos afinando pelo diapasão da mediocridade, bem a carácter com aquilo que o Benfica e o Sporting rubricaram numa ideia que poderia ser o primeiro passo para frutuosa associação (uma grande multinacional como é a Philips apoiando um bom torneio de futebol na capital lisboeta) e fica-se duvidando se a iniciativa irá por diante ou já nasceu morta.

Adiante: entrando na apreciação do jogo que foi possível ver sobre um terreno revolto, escorregadio e difícil para auxiliar pormenores técnicos de escassa meia dúzia de atletas com talento, o Sporting venceu em toda a linha, pois o emblema da águia não apenas desperdiçou dois golos porque Lima continua sem minimamente justificar valor para ombrear com a maioria dos compatriotas que labutam no «onze» de Eriksson, porque Ademir andou em cena como que cumprindo um fadário (passou a bola mais vezes para trás que para a dianteira) e, finalmente, até Diamantino falhou a concretização de uma grande penalidade, que castigava carga fora da lei de Carlos Xavier a Ademir. A bola foi endossada para as mãos de Ivkovic, de nada resultando uma «paradinha» denunciada a quilómetros.

Os «leões» triunfaram porque tiveram mais poder atlético, entusiasmo levemente superior ao dos «encarnados», mais apego ao trabalho e superior determinação na circulação do esférico, abdicando de rodriguinhos para preferirem o passe rápido e capaz de criar perigo para a baliza de um Dias Graça que (francamente) parecia estreante a tremer ante uma montanha, não dando sinal de (neste momento) poder discutir o lugar de Silvino. Aliás, a defensiva benfiquista apenas valeu pela garra e vontade de Álvaro e Fernando Mendes, o rapagão de Lamego a jogar como nos tempos em que estava sob o bom olhar dos chefes e o ainda recente sportinguista descendo pelo flanco canhoto, tentando dar o lamiré a uma dianteira abúlica, sem chama e destituída de pontaria eficiente.



António Capela

Raul Águas: primeira vitória em «derby»

Por isso, os dois tentos de Paulinho Cascavel foram amplamente justificados. No primeiro, o *pontapé de canto* vindo de Silas, lá da direita, serviu-lhe para (perfeitamente à vontade) atirar de cabeça para as redes de Dias Graça, aproveitando ausência de marcadores directos (Paulinho e Paulo Madeira). No 2-0, repetiu-se a hesitação de Dias Graça e a falha dos «centrais»: toque de Carlos Xavier a isolar Paulinho Cascavel e o brasileiro a não perdoar.

Várias vezes o benfiquista Lima esteve em condições de fazer tento: mas, ou atirva à figura de Ivkovik (o melhor jogador em palco) ou enrolava-se com a bola perdendo-a e renunciando a nova luta pela sua conquista. Aliás, o lote de golos perdidos pelas duas falanges foi quase impressionante: nesse capítulo, Cadete e o brasileiro Lima não souberam corresponder a boas passagens de Silas e Marinho, como de Álvaro, Fernando Mendes e Diamantino.

Os *verde-brancos*, com uma defesa mais bem organizada, merecerem o êxito e até podiam ter chegado mais longe se uma falta de Álvaro sobre Ali Hassan (em plena área de rigor) tivesse resultado num dos «penalties» que António Marçal resolveu atirar para as urtigas.

Enfim: daquela salgalhada toda que mais dava a sugestão de um vulgaríssimo encontro entre reservistas, com entradas gratuitas e em estádio sem a monumentalidade do império benfiquista, ficaram na peneira Ivkovic, Marinho, Álvaro, Diamantino, Paulinho Cascavel, Silas, Ali Hassan, Carlos Xavier, Fernando Mendes e meia dúzia de apontamentos por Chalana, esse «pequeno genial» a quem falta ganhar rotina e confiança nos seus ainda bons recursos para voltar a ser uma das alegrias deste povo.

No ponto mais baixo da craveira apreciativa, ficaram Valtinho e Lima, acompanhados no tom cinzento das suas actuações por Hernâni (que somente deu a ideia de querer ser um corredor de fundo) por Abel (que não teve qualquer centelha para brilho), por Ademir (que não se misturava

cont. na pág. 26

DESPORTO

António Capela

Dias Graça: corte aparatoso mas pouco rentável

Juniores: prata e bronze para Portugal

Nossas selecções regressam de Israel com um 2.º lugar (Sub-16) e um 3.º posto (Sub-18) sem terem sofrido qualquer derrota

João Rodrigues, presidente da Federação Portuguesa de Futebol, recebeu um categórico «não» de Carlos Queirós, depois de, durante algumas horas, lhe ter oferecido o alargamento de funções activas à selecção sub-21 (esperanças).

O mais vitorioso treinador português, mandou o convite às urtigas, alegando quatro razões que a FPF não deixará de divulgar depois do seu presidente regressar de Israel, para onde se deslocou na qualidade de chefe da comitiva dos jovens futebolistas que participaram no torneio internacional que, anualmente, ali se realiza.

Carlos Queirós pretende manter o estatuto de seleccionador-treinador (e principal responsável) até ao limite da categoria sub-19. Para outros voos, Carlos Queirós decidirá quando e em que condições depois de 1991. Para já, continua no cargo que tem vindo a desempenhar com a mais inquestionável competência, dando garantia de que, a juntar aos títulos mundial e europeu que conseguiu em 1989, outros êxitos poderão suceder.

O Torneio de Israel terminou ontem, com Portugal a averbar o 2.º lugar na categoria de sub-16 e o 3.º posto pelos sub-18. Não conseguimos o ouro em nenhuma das duas categorias; mas, em ambas, Portugal trepou ao pódio, trazendo prata e bronze no bornal, com a particularidade de não termos sofrido qualquer derrota na competição.

Outra nota de destaque: o jovem sportinguista Poejo foi considerado o melhor jogador do torneio.

Quanto aos encontros de ontem, os sub-18 venceram Israel (por 4-0) no confronto que determinaria a arrumação das equipas nos 3.º e 4.º lugares, cabendo a autoria dos golos a Rui Bento (grande penalidade), Figo, Miguel Bernardes e Toni.

Os sub-16 disputaram a final com a Suécia e chegaram ao derradeiro silvo arbitral da partida empatados a dois tentos (golos de Costa e Alexandre) perdendo na «sessão das grandes penalidades», por 4-5.

Refira-se que, na categoria sub-18, a vitória no torneio pertenceu à URSS por na final ter vencido a Suécia (2-1).

Perante este comportamento dos jovens futebolistas liderados pela dupla Queirós/Vingada (agora com a colaboração de Rui Caçador) estamos esclarecidos quanto às potencialidades daqueles que, em Março, irão medir forças com a selecção de San Marino, no encontro da 1.ª fase do Europeu Sub-16 e dos que, em Junho, irão até à Hungria disputar a fase final dos sub-18. As promessas são aliciantes, as garantias estão fortemente avalizadas e por isso todos nós confiamos.

Na verdade, as selecções jovens vão vingando os constantes desaires das categorias «adultas». Especialmente por obra e graça de uma equipa técnica competente, organizada, coesa e que já evidenciou, através de um vasto somatório de triunfos, possuir atributos para galgar até mais além. Só que todos pensamos que ali está ela muito bem. O alargamento do património virá a seu tempo.

António Capela

Silas: o mau do filme, para a defesa rubra

«Leões» ganham na Luz

cont. da pág. 25

nas confusões lá da frente) por um Dias Graça ainda sem personalidade vincada e mais a outra meia dúzia de nomes que desfilaram quase ignotamente no «cartaz de luxo» amesquinhado perante uns sete ou oito mil pagantes que devem ter prometido aos seus santinhos nunca mais acreditarem nos bons propósitos que lhe foram estendidos como isca, para um espectáculo em que a Philips entra com «cachets» para o triunvirato de clubes que vai estar ao lado da sua oficial representação (o PSV de Eindhoven), 90 minutos de bola aos pulos com transmissão directa para a Holanda, apenas justificada pelo volume de publicidade que cercava um relvado que sofreu tratos de polé e deve ainda estar pasmado com as pisadelas que imerecidamente apanhou. A torto e a direito.

Com deficiente arbitragem do lisboeta António Marçal, que esteve acompanhado por Alfredo Alexandre e Francisco Goulão, alinharam:

Benfica: Dias Graça; Álvaro, Paulinho (César Brito, 78), Paulo Madeira e Fernando Mendes; Hernâni, Ademir, Diamantino e Chalana; Abel (Sousa, 60) e Lima.

Sporting: Ivkovic; João Luís, Miguel, Valtinho e Leal; Carlos Xavier, Marinho, Ali Hassan e Silas (Lima, 55); Paulinho Cascavel e Cadete (Portela, 79).

Golos por Paulinho Cascavel (8 e 55 minutos). Cartão amarelo para Valtinho, Ademir e Ivkovik.

O próximo jogo do torneio (PSV-Ajax) processa-se na 6.ª feira, pelas 20 horas, no Estádio de Alvalade.

Presença lusa no Mundial-90

Rosa Santos: distinção ao mérito

O árbitro internacional Rosa Santos vê (finalmente) ser feita justiça ao alto mérito da sua acção como juiz futebolístico, pela escolha no Conselho de Arbitragem da FIFA, para integrar o grupo dos eleitos para a fase final do campeonato mundial, que decorrerá em Itália, no próximo mês de Junho.

Na verdade, o bejense Rosa Santos, que, em 1986, foi preterido a favor de Carlos Valente (outro árbitro de aparada classe), justifica plenamente que os observadores da FIFA o tenham escolhido, porquanto é, inquestionavelmente, o nosso mais credenciado juiz da actualidade.

Nascido no dia 20 de Maio de 1945, iniciou a sua carreira no último mês de 1970, para, cinco anos depois, ser promovido à 1.ª categoria nacional, passando a internacional na temporada de 1982/83.

Para já, Rosa Santos irá fazer um curto estágio em Itália (onde estarão todos os eleitos pela FIFA) durante o qual será ministrado um curso de aperfeiçoamento por forma a ser conseguida a uniformização de critérios nos 52 confrontos do Mundial e, depois, será o aguardar da guia de marcha para o grande momento da sua carreira. Recorde-se que Rosa Santos, sucede a Vieira da Costa (1958), Joaquim Campos (1966), Saldanha Ribeiro (1970), António Garrido (1978 e 1982) e Carlos Valente (1986) na representatividade lusa, em campeonatos do Mundo.

Distinção ao mérito, de um servidor do futebol isento, competente, sóbrio, disciplinado e possuidor de outros atributos certamente bem conhecidos (e apreciados) pelos dirigentes nacionais e internacionais.

Futebol na RTP

Os encontros Estrela da Amadora-Sporting (21 e 30 de sábado) e União da Madeira-Benfica (domingo, a partir das 19 horas) serão transmitidos, directamente, pela RTP-2. Os restantes jogos da 15.ª ronda do campeonato nacional da divisão principal ocorrerão a partir das 15 horas de domingo. Recorde-se que o confronto Beira Mar-Nacional já se realizou, tendo terminado com a vitória da equipa de Aveiro, por 1-0.

Entretanto, o encontro Nacional-Belenenses, correspondente às 12.ª jornada, será realizado no dia 24, pelas 21 e 30. Este jogo deveria ter ocorrido no passado dia 16, mas o mau tempo não permitiu que o avião que transportava a comitiva do Restelo aterrasse no Funchal.

Outra alteração: o jogo Torreense-Sintrense (zona sul da 2.ª divisão) realiza-se no sábado, às 15 horas.

Cartão Jovem

Os detentores do Cartão Jovem vão beneficiar de descontos em cinco encontros da 15.ª jornada do campeonato nacional de futebol da 1.ª divisão, marcada para o próximo fim-de-semana.

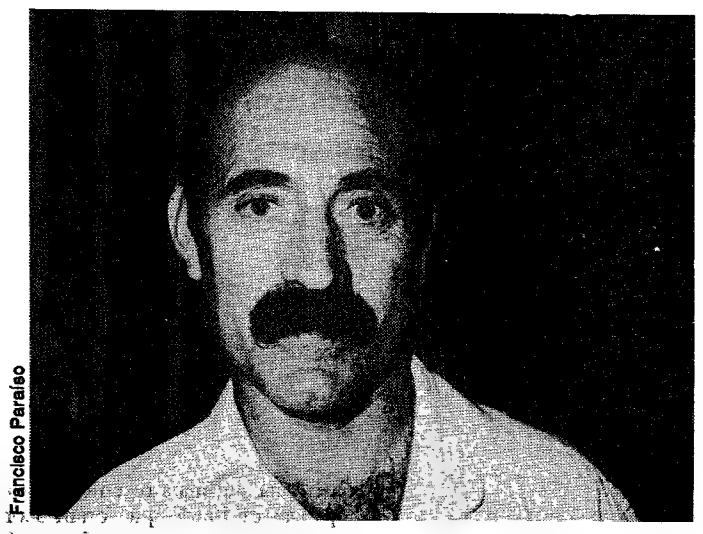
Assim, os possuidores do Cartão Jovem terão bilhetes especiais nos jogos Guimarães-Penafiel, Belenenses-Portimonense, Boavista-Marítimo, Tirsense-Braga e Chaves-Feirense.

Os restantes encontros da ronda são os seguintes: Vitória de Setúbal-Porto, Estrela da Amadora-Sporting e União da Madeira-Benfica.

Campomaiorense tem novo técnico

Para suceder a António Nogueira que, na passada semana, rescindiu amigavelmente o contrato, os dirigentes do Campomaiorense escolheram Raul de Sousa para treinador da sua equipa principal. Raul Sousa foi jogador do do Espinho e do Chaves e, como técnico, esteve na época passada ao serviço do Sandinense.

Os objectivos do clube de Campo Maior consistem na subida ao escalão secundário encontrando-se na 5.ª posição da série «E» da 3.ª divisão com 15 pontos, tendo menos quatro do que o líder (Santa Clara).



Francisco Paraíso

Rosa Santos: honra ao mérito

Jovem «dragão» no Felgueiras

Os dirigentes do FC Porto e do Felgueiras chegaram a acordo com vista à cedência (a título de empréstimo) do jovem Nuno, uma das muitas «promessas» do «alfobre» das Antas. O Felgueiras (treinado por Mário Reis) encontra-se na 16.ª posição da zona norte.

Guarda-redes: precisa-se

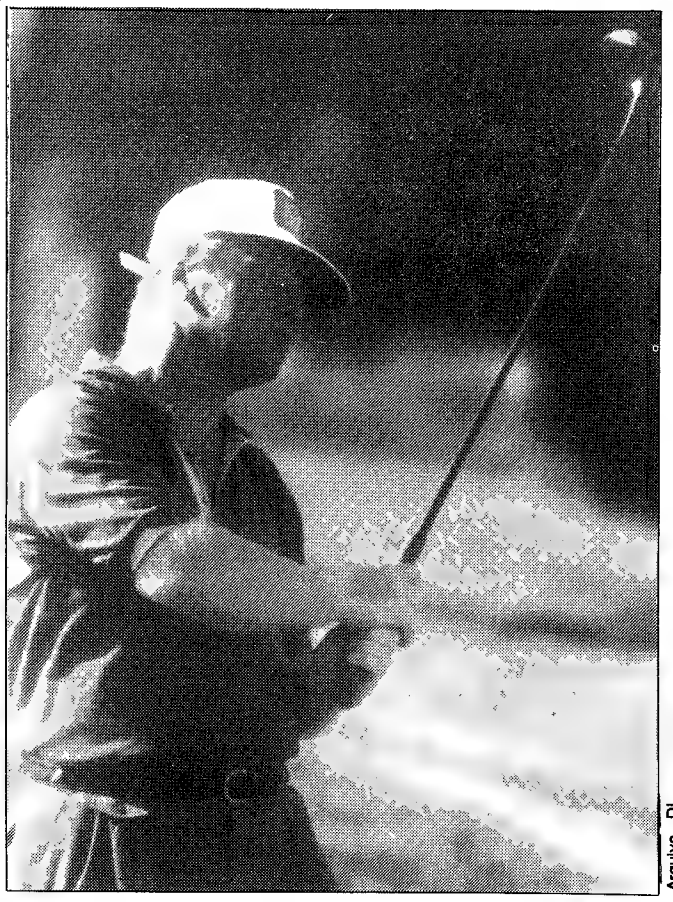
Os interessados poderão dirigir-se ao Grupo Desportivo de Arroios e depois mostrar as aptidões perante o técnico Andrade e aguardar o veredicto. A popular colectividade lisboeta tem tradições de possuir bons «keepers». Quem será o próximo?

Jugoslavo no Salgueiros

Chama-se Stevan Milovac o futebolista jugoslavo que, no final do ano, chegou ao Porto para mostrar as credenciais perante o seu compatriota Filipovic, sendo previsível que venha a ser «aprovado» nos exames que já se iniciaram no Vidal Pinheiro.

Sorteio do Euro-92

Portugal conhecerá no próximo dia 2 de Fevereiro, os parceiros na fase de qualificação dos campeoantos da Europa de 1992, nos escalões de seniores e sub-21 (esperanças).



Arquivo DL

John Vandijk: um holandês que veio ao «Tap-Air Portugal» tentar carreira na grande esfera dos golfistas

Golfe: calendário federativo

O calendário de provas para 1990, da Federação Portuguesa de Golfe, inclui 44 torneios de âmbito nacional e internacional, incluindo 10 provas do Circuito Profissional Português.

O 4.º torneio do calendário federativo é a prova de abertura do circuito profissional português, pontuável para a «Ordem de Mérito», a disputar até dia 12, num campo do Algarve.

Os profissionais portugueses têm este ano dez competições em todo o país, incluindo duas inovações: uma prova em «match-play» (buraco-a-buraco) no Porto, e um torneio na ilha Terceira (Açores).

A 1.ª prova para amadores será o torneio aberto a realizar no campo de Palmares (Lagos) nos dias 13 e 14 do corrente, seguindo-se no dia 21 o primeiro torneio aberto de clubes, na Penina e a última prova do calendário será o novo torneio aberto de clubes, no dia 2 de Dezembro, no Estoril.

Outra inovação será a realização do campeonato internacional (aberto) de Portugal, em Vilamoura, entre 14 e 18 de Março. Este torneio, o 2.º calendário da Associação Europeia de golfe, sai pela primeira vez do campo do Estoril, onde sempre se realizou.

Esta mudança deve-se às obras da auto-estrada Lisboa-Cascais.

No dia 5 de Outubro (antes do Portugal-Espanha e do 34.º «Open» de Portugal), disputa-se no campo do Oporto, a Taça Centenário do Golfe em Portugal, integrada nas comemorações do 100.º aniversário do Oporto Golfe Clube (de Espinho) proprietário do segundo campo de golfe mais antigo do continente europeu.

Disciplinas desportivas

ATLETISMO: a Associação de Atletismo de Lisboa promove, no próximo dia 11, na sua sede social (Rua Rodrigo da Fonseca, 56), uma sessão de assembleia geral com a seguinte ordem de trabalhos: apreciação, discussão e votação do relatório, contas da direcção e parecer do conselho fiscal (referente à gerência de Novembro de 1988 a Outubro de 1989) e eleição dos órgãos sociais para o biénio de 90/91.

VOLEIBOL: defrontando as selecções de Espanha, Bélgica e Israel, a representação portuguesa de juniores venceu (invicta) o torneio internacional da categoria, disputado em Gondomar. Nos últimos encontros, a selecção lusa venceu a Espanha por 3-1, Israel por 3-2 e a Bélgica por 3-0. Para a história fica o nome dos nossos atletas que participaram nesta importante prova: Miguel Maia, Nuno Lima, Pedro Albuquerque, Afonso Mourinho, José Pedrosa, José Pereira, Rui Leite, Hélder Duarte, Américo Silva, José Sá, António Esteves e Nuno Brites. Quanto à classificação final, Portugal somou 12 pontos, seguindo-se Israel (10), Bélgica (8) e Espanha (6).

Desporto: bandeira de mercado

Milhões de contos são gastos na construção de estádios para atender as multidões

Futebol confunde-se com a alma do povo

O império da tecnologia é, talvez, o fenómeno mais marcante dos tempos actuais. O seu avanço permitiu que o mundo se transformasse mais profundamente nos últimos 50 anos do que em todo o tempo anterior. E o seu desenvolvimento vertiginoso quase nos impede de prever a face do planeta no próximo século.

Todo o ambiente humano se acha impregnado da presença da tecnologia. De tal forma está a vida a ela condicionada que o homem moderno já pensa e age sob parâmetros tecnológicos. Desde o relógio que o desperta, a cama em que dorme, os sistemas de aquecimento, de iluminação, de alimentação, a água de que se serve e que jorra das torneiras, tudo está tocado pela presença cada vez mais necessária da técnica, da máquina.

O homem inventa a máquina, procura sofisticá-la com minúcias e precisões. Depois, é a máquina que o condiciona e, tornando-se indispensável, provoca o aparecimento inevitável de um determinado tipo de homem, diferente e especial: aquele que é capaz de conhecê-la, montá-la, desmontá-la, transformá-la, dominá-la, viver com ela, enquanto (simultaneamente) vai compondo e tecendo à imagem e semelhança da máquina que criou e manipula. Uma vez que toda a sabedoria é autoconhecimento e que todo o acto de conhecer é um acto criador, ocorre que o homem cria a tecnologia e a tecnologia exige a criação do homem tecnológico.

E atingimos o ponto em que homem e máquina se confundem, numa relação em que há momentos de emergência do domínio do homem e momentos de emergência do domínio da máquina. Em cada uma dessas emergências há predomínio de poder de um dos elementos sobre o outro, provocando alterações em ambos. Vai-se humanizando a máquina e desumanizando o homem. Ora, como toda a máquina é um meio e não um fim, o homem tecnológico que a ela se assemelha vai-se confundindo com os meios e perdendo a sua posição de fim, de sentido do mundo. A máquina que facilita a vida do homem moderno (ou seja: que simplifica as tarefas do seu dia-a-dia) é a mesma que subtilmente lhe rouba o sentido da vida. Já nos alerta o ilustre psiquiatra austríaco Viktor Frankl para o aparecimento, cada vez mais frequente, do que ele chama de neurose noogénica. Isto é: a neurose proveniente de uma vida vazia de sentido. O homem dispõe hoje de muitos meios para viver, mas faltam-lhe razões para viver. Emerge daí uma patologia própria da nossa época, uma época de profunda e irreversível crise a todos os níveis.

Creio já ser altura de dizer que esta posição não é uma oposição ao crescimento tecnológico. Isto seria negar o progresso, a cultura, a epistemе do nosso tempo. Não é isso. Apenas um chamado de alerta diante do fascínio da tecnologia que, por vezes, nos embriaga e impede que se pense na razão e no sentido das coisas. E, no momento, chamar a atenção para o desporto e para a influência que todo esse avanço tecnológico exerce sobre ele. No automobilismo, por exemplo, assim como em todos os outros desportos onde o homem conduz uma máquina ou com ela se relaciona intimamente, ocorre um fenómeno digno de reflexão: homem e máquina compõem uma unidade só, dando origem a algo que se assemelha mais a uma arma. Neste conjunto é usada para expressar este fenómeno que deveria ser profundamente lúdico, pois é o ludismo a característica fundamental do desporto (mesmo do desporto profissional, da alta competição).

O homem tecnológico corre o risco de tornar-se um simples feixe de reflexos, pois precisa de reagir a todo momento a um infinito número de estímulos múltiplos e diversos, que o atingem de todos os lados, fornecendo-lhe uma carga de superinformação que, pela impossibilidade de ser reflectida e absorvida, transforma-se em subinformação. Esta subinformação dá origem ao homem condicionado, alienado inconsciente de si como projecto, como ser de cultura, capaz de transformar o mundo e a si próprio. Esta sublinformação decorrente da superinformação rouba ao homem a sua alma e a consciência do sentido da vida. Priva-o da sua intencionalidade, componente básico no processo de autotranscendência, que é a sua própria humanidade e seu caminho em busca do mais ser.

Na América do Sul, há menos tecnologia, mas o futebol confunde-se com a alma do povo. Será por acaso que o futebol na Europa tem cenas de violência como nunca vi no Brasil? Lá, prevalece o impulso, a emoção: e o clima predominante é um clima de festa. Na Europa, a violência parece ser premeditada, construída, tecnologicamente controlada; o clima é mais de guerra, e não se consegue vislumbrar a alma do povo. Talvez esta informação seja por de mais intuitiva. Além do mais, não estou querendo apontar a América do Sul ou o Brasil como modelos do que quer que seja. Não acredito em modelos e penso que a violência, no desporto inclusive, deve ser vista, analisada, reflectida e estudada, não como um mal em si, mas como um sintoma, efeito de um mal maior que se encontra na sociedade, na sua organização, num tempo em que a acção impensada do homem acarreta consequências incontroláveis e imprevisíveis.

Mais do que nunca, a prática precisa ser repensada. Toda a prática. Nunca a teoria foi tão necessária como nos tempos actuais, pois é a teoria que permite a refelxão e a transformação da prática. A intencionalidade da acção precisa de ser resgatada para que o homem não seja tragado pela máquina, pelo processo acelerado e imparável que ele pôs em movimento. Tudo é instrumental em relação ao homem. Não se pode perder esta orientação. O desporto continua a ser um espaço profundamente rico para a análise e reflexão dessas questões que lhe dizem respeito, porque são questões humanas.

O próximo campeoanto do mundo já está consumindo milhões de contos na construção de estádios, centros de audiovisuais e outros serviços que deverão atender às multidões que irão constituir, dessa vez na Itália, mais um soberbo espectáculo desportivo. Podemos sonhar com o dia em que idêntico potencial financeiro seja gasto com a qualidade humana do espectáculo, em que toda a tecnologia seja utilizada para elevar o nível de vida de cada homem e de todos os homens, para que o desporto seja realmente a expressão da sociedade que o produz; e não uma bandeira de mercado. Podemos sonhar com o dia em que o homem, com a mesma competência com que produz a guerra, produza a paz. E podemos ainda sonhar com um desporto que seja palco deste grande espectáculo, que seja realmente a expressão do lúdico, da festa, da alma do povo.

Anna Feitosa/«DL«

Bibliografia desportiva

Revista «Atletismo»

M. Arons de Carvalho continua chefiando a revista «Atletismo» que, na sua mais recente edição, se debruça sobre as diferentes provas de fundo que foram ocorrendo (Maratonas de Fukuoka, Tóquio e Nova Iorque, Crosse de Matos Velhos, Meia Maratona da Nazaré e «25Km Hiper Jumbo») para além de mostrar quem é Arturo Barrios (sucessor de Fernando Mamede entre os grandes dos 10 mil metros), apresentar entrevistas com Mário Aníbal e Artur Parreira, actualização de recordes e tudo o que vai acontecendo no atletismo mundial, fazendo parte das 90 páginas de uma publicação que dedica a capa a Manuel Matias, «um maratonista na alta roda».

B R E V E S

Bucareste: Dínamo muda de nome

O Clube Dínamo de Bucareste voltará a adoptar o seu nome primitivo (Unirea Tricolor), que perdeu em 1948, com a instauração do regime comunista na Roménia.

Depois da revolução popular da passada semana, que derrubou o ditador Nicolau Ceaucescu, o clube de Bucareste reiniciou a actividade normal, acentuando particularmente a preparação para a eliminatória dos quatros-de-final da Taça dos Campeões Europeus de futebol, frente ao Partizan de Belgrado, a 7 e 21 de Março próximo.

No imediato, porém, a troca do nome do Dínamo de Bucareste não poderá efectuar-se, uma vez que a UEFA não permite que as designações dos clubes sejam alteradas em plena temporada.

Ludwig pedala na Panasonic

O campeão olímpico de ciclismo de fundo, em estrada, Olaf Ludwig, da RDA, «transferiu-se» para o Ocidente e passou a profissional, assinando um contrato com a equipa holandesa Panasonic.

O excelente «rolador» germânico terá como chefes de fila na Panasonic os holandeses Steven Rooks e Theunisse e o soviético Viatcheslav Ekimov, que assinaram pela equipa, há poucos meses.

Esgrima: tom positivo nesse ano que foi embora

A organização do Campeonato do Mundo de Cadetes (em Lisboa) alguns bons resultados obtidos internacionalmente (sobretudo nos escalões etários mais jovens) e a formação (em França) de dois técnicos de elevado nível, constituem factos positivos a salientar na esgrima, durante o ano transacto. A indefinição revelada a nível estatal, quanto aos apoios a conceder à modalidade em cerca de meio ano e, depois, a irregularidade com que tais apoios foram concedidos, são aspectos negativos que não devem ser omitidos.

No que se refere à participação em competições internacionais, sublinha-se o comportamento dos atiradores portugueses nas seguintes competições: Rui Frazão e Diogo Ravara (Ateneu Comercial de Lisboa) classificaram-se em 3.º e 4.º lugares no Torneio de Espada (juniores) «Pierre Marchand» em Montreal (Canadá), entre 28 concorrentes; José Bandeira (Ateneu Comercial de Lisboa) obteve a 8.ª posição no Torneio de Espada «Robert Desjarlais», também em Montreal (58 participantes); Rui Frazão, foi o 32.º classificado no Campeonato Mundial de Espada (juniores) realizado em Atenas, em que participaram 75 atiradores; na prova «Novo Ano» (para menores de 17 anos) realizada em Lisboa, nenhum floretista espanhol (e estiveram presentes os melhores desse escalão) atingiu a final de oito atiradores, em que estiveram seis portugueses; Bruno Carvalho (Estrela da Amadora) foi 14.º classificado no Grande Torneio de Jovens, a maior prova do Mundo para menores de 15 anos, que reuniu na cidade francesa de Melun, mais de 130 floretistas; Sérgio Filipe (Colégio Militar) conseguiu o 9.º lugar entre 21 espadistas no Campeonato Mundial de Cadetes, disputado em Lisboa.

A equipa portuguesa de espada, constituída por José Bandeira, Manuel Barroso e Rui Frazão (Ateneu) e João Viães (Academia Militar) conquistou o 6.º lugar no Torneio da CEE, no Luxemburgo, enquanto José Bandeira, obteve o 4.º lugar no Torneio de Espada de Madrid, competição em que os juniores Nuno Frazão, Diogo Ravara e Rui Malaquias também foram finalistas, entre 66 participantes.

Estes resultados, alguns deles obtidos em provas do mais elevado nível, são indicadores de um nítido progresso da esgrima e justificam todos os esforços que venham a ser realizados para que se continue na senda de desenvolvimento, com vista aos Jogos de Barcelona.

Após três meses de competições nacionais, os «rankings» das diferentes armas estão ordenados como se segue — **florete masculino**: 1.º, José Bartissol (CFEA), 20 pontos; 2.º, Rui Lajoso (VFC), 17 pontos; 3.º, Rui Ruas (GCP), 17; 4.º, José Luciano (JUV), 14; e 5.º, Miguel Machado (VFC), 12. **Florete feminino**: 1.ª, Margarida Costa (JUV), 22 pontos; 2.ª, Eugénia Queirós (JUV), 17; 3.ª, Carmen Bartissol (CFEA), 16; 4.ª, Quitéria Barbosa (VFC), 15; e 5.ªs, Ana Cabral (CFEA) e Catarina Ferreira (GCP), 12 pontos. **Espada masculina**: 1.º, José Bandeira (ACL), 22 pontos; 2.º, Manuel Barroso (ACL), 16 pontos; 3.º, Paulo Azinhais (ACL), 15; 4.º, Caimoto Duarte (ACL), 12; 5.º, João Viães (AM), 11. **Espada feminina**: 1.ª, Carmen Bartissol (CFEA), 20 pontos; 2.ª, Leonor Lopes (GCP), 17 pontos; 3.ª, Catarina Ferreira (GCP), 17; 4.ª, Isabel Ribeiro (ACL), 15; e 5.ª, Ana Pereira (UPVN), 12.

Técnicos em «part-time» adiam bom caminho

Futebol: selecções por fotografia no álbum?

Aos soluços *(adianta aqui que dá jeito, atrasa acolá porque é mais conveniente)* vai andando o mal denominado campeonato nacional de futebol, quando todos os amigos do rei dos jogos vêem perfeitamente que estamos perante um torneio altamente tocado pela invasão estrangeira e melhor deveria ostentar padrão internacional.

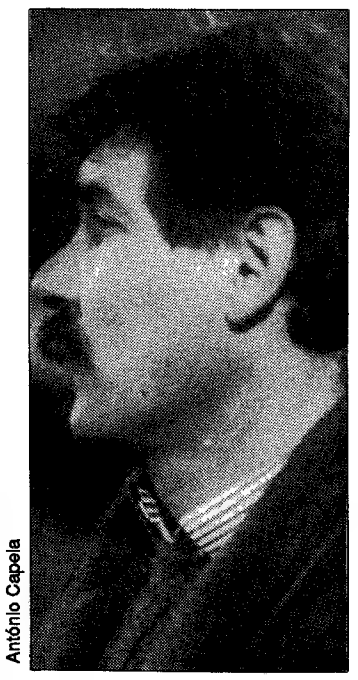
Desde brasileiros em contínua ponte aérea a búlgaros em cortejo semanal, é um ver-se-te-avias: da Argélia, da Nigéria, do Zaire, da Bélgica, da Inglaterra, da Jugoslávia, da Alemanha, de Espanha, da Holanda, do Mali, do Egipto, da França, do Luxemburgo, de Marrocos, da África com nossa expressão linguística (Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné e Cabo Verde) até, em alguns esporádicos casos, com jovens nascidos e criados nesta nossa terra, já se torna difícil encontrar dúzia e meia de artistas com presença nos blocos que impulsionam até às principais selecções, o que desmente (categórica e firmemente) o belíssimo trabalho dos dois técnicos que mais valores teimam em ofertar-nos para a galeria *cinco estrelas*: Carlos Queirós e Nelo Vingada que, com os trabalhos que se imagina, dotados da varinha mágina que permite ir recrutar jovens nos mais recônditos pontos deste país, mesmo abdicando de um estudo de mercado nas Regiões Autónomas, vão conseguindo que o estandarte rubro-verde não roje o terreno quando está em compita com os mais apetrechados blocos futebolísticos do universo.

E aqui surge o busilis da questão. Apresenta-se, com factor preponderante em todas as desculpas dos nossos fracassos nos termos superiores, a escassez de figuras que restam na peneira, para escolha dos sucessivos seleccionadores que vão enfiando a cabeça na areia do deserto mal se avizinha outro desaire: todavia, Queirós e Vingada prosseguem descobrindo possíveis continuadores para Paulo Futre e Rui Barros, outros meninos que, sabiamente emergindo para debaixo dos projectores, conquistam o aplauso máximo das mais exigentes plateias. Então, tem razão a dúvida: os chefes maiores viajam permanentemente em torno das vedetas em queda livre, à porta do declínio ou os olhares dos episódicos funcionários federativos com a missão de escolha de primas-donas, realmente, veridicamente, inquestionavelmente, vegetam num pequeno ciclo de trabalhos que os colegas mais cotados (falo de Queirós e Vingada) de há muito ultrapassarem com o lucro e produto que lhes vale ouro entre todos os demais técnicos de futebol desta nossa terra?

António Capela

Carlos Queirós e Nelo Vingada: os preferidos pelos jovens

Nada temos contra a escolha do presidente federativo João Rodrigues: sabe-se que Artur Jorge treina uma das mais respeitadas turmas do velho continente, já a encaminhou ao supremo título europeu, à sua frente assina bonitas proezas e, como outro aval, possui uma experiência creditada em paragens estrangeiras, aureolada com diplomas sem sofisma. António Oliveira, o adjunto benfiquista Toni, também reúne condições para não ser perturbado na marcha que a si próprio definiu, especialmente quando (sem muletas) conquistou honrarias para veludo e ouro: desejando (mais que tudo) permanecer na sombra, mas ir sempre salvaguardando o seu certo rendimento mensal, essa *força da natureza* que o saudoso Otto Glória sempre reclamava para os seus «teams», teima em preferir a subalternidade a voar apenas com asas próprias. Tudo indica que continuará assim, tempos infindos: no Benfica, o sueco Eriksson é quem manda, nas selecções pertencerá a última palavra ao homem do «pontapé de moinho», sempre Toni na lateral, reserva da república a recusar sair sozinho em campo aberto. Que (pelos vistos) nasceu para receber a bússola de outro comandante, mesmo que a nau lhe possa ser integralmente entregue pelos donos da esquadra.



António Capela

Toni: adjunto, adjunto, adjunto

Quanto ao resto, permanece a incógnita. Queirós e Vingada, astutos e inteligentes, simultaneamente espertos e conscientes, sabem perfeitamente que a bandeja com os prémios virá tocar-lhes num futuro que não se importam que more longe: para ser mais apetecido, mais confirmado pela voz do povo, pelo aplauso de uma nação desportiva. E, entretanto, Artur Jorge vendo apenas os «dragões» e Toni somente atendendo ao que vai sendo o comportamento do «onze» chefiado por Eriksson, ficam sem qualquer hipótese de movimentação para viajarem por aí fora, de Norte a Sul, onde Queirós e Vingada colocaram firme âncora e encostaram o atento binóculo, para a descoberta e conquista dos tais jovens que vão sendo a nossa exclusiva alegria.

Artur Jorge e Toni, técnicos cujo mérito não se calca, tampouco se pode beliscar, vão arriscar duas cartas sem naipe de trunfo: apenas tendo no olhar os pupilos do comandante *azul-branco* ou os alunos do professor nórdico da Luz, continuam a ter ao dispor a desculpa mais contínua dos antecessores que trabalharam (ou foram contratados pela Federação) a meio tempo: *não temos o dom da ubiquidade, tudo o que sabemos de jogadores com hipótese de serem chamados para os exames internacionais são aqueles com quem lidamos no quotidiano, não podemos adivinhar o que anda por aí fora, em 'teams' que somente avistamos no olhar uma ou duas vezes em todo o ano.*

Ora, não tendo no Porto ou no Benfica foras-de-série portugueses par cinco estrelas, para prolongarem a fama dominadora de um Hernâni ou de um Eusébio, restará a Artur Jorge e Toni irem colocando em cena os poucos duelistas que conhecem melhor. Ao mesmo tempo, os dois homens a quem vai dever-se uma década de talentos em palco verde, continuarão atrás de bastidores, de nada valendo que todo um País há muito tenha feito a sua opção, o seu juízo, a sua democrática e acertada eleição.

Neves de Sousa

EM AGENDA

ANDEBOL: O primeiro seminário internacional de andebol vai decorrer entre 10 e 13 do corrente no Pavilhão Paz e Amizade de Loures, organizado pela Federação Portuguesa da modalidade.

O seminário, dirigido pelo prof. Carlos Garcia, terá como prelectores os profs. Carlos Cruz, Monge da Silva e Ivan de Dios Roman, que vão apresentar sete comunicações sobre a modalidade.

Boa filha à casa torna

Nadia Comaneci quer visitar a nova Roménia

A antiga campeã olímpica de ginástica, Nadia Comaneci, a residir nos Estados Unidos desde a fuga da Roménia de Ceausescu, em Novembro último, vai visitar o seu país de origem na próxima Primavera, anunciou Adrian Comaneci (único irmão de Nadia) em Bucareste.

Os dois irmãos estiveram recentemente em contacto telefónico, após a queda do regime de Ceausescu e, segundo Adrian Comaneci, a polícia secreta do ex-ditador (Securitate) «visitou» o apartamento de Nadia, após esta ter fugido para os Estados Unidos, levando vários ursos de peluche e bonecas da atleta, não tocando nas suas medalhas e troféus, mas tendo, no final da rusga, selado a porta do apartamento.

Adrian revelou ainda aos jornalistas que, pessoalmente, conseguira retirar do apartamento a medalha de Heroína da República Socialista da Roménia (a mais alta condecoração romena) imposta a Nadia Comaneci pelo próprio Nicolae Ceausescu.

Em consequência dos seus êxitos internacionais (foi a primeira ginasta a ser pontuada com um 10 nota só atribuída ao exercício considerado perfeito), Nadia Comaneci recebeu, por várias vezes, honras públicas de Ceausescu.

Adrian Comaneci disse (também) que a sua irmã vai solicitar ao presidente provisório da Roménia (Ion Iliescu) autorização para recuperar as 280 medalhas e 177 troféus que conquistou ao longo da sua carreira e que se encontram na sua antiga residência.

Paris-Dakar é duelo nórdico

Waldegaard trava Vatanen no Niger

O sueco Bjorn Waldegaard (em Peugeot 405 T16) quebrou o domínio «devastador» do seu companheiro de equipa (Ari Vatanen) vencendo a quinta etapa do Rali Paris-Dakar, entre a cidade líbia de Tumu e Dirkou, no Níger.

Na tirada (de 501 quilómetros) Waldegaard, um veterano piloto de ralis que este ano se estreia na prova das dunas do Sara, foi um minuto e 53 segundos mais rápido que Vatanen, o vencedor das quatro etapas iniciais.

A competição ficou marcada pelo acidente do motociclista francês Pierre-Marie Poli, que se encontra em estado de coma profundo no Hospital La Timone (de Marselha) com traumatismo craniano.

Poli foi o segundo motociclista que no Paris-Dakar deste ano sofreu grave acidente, depois de 2.ª-feira o italiano Ermanno Bonacini ter sido transportado para Bolonha (sua cidade natal) também em estado de coma, devido a ferimentos na cabeça.

Classificação após a quinta etapa:

Automóveis: 1.º Ari Vatanen, Finlândia (Peugeot), 6:04.45 horas; 2.º Bjorn Waldegaard, Suécia (Peugeot), a 46.14 minutos; 3.º Philippe Wambergue, França (Peugeot), a 1:52.11 horas; 4.º Salvadore Servia, Espanha (Range Rover), a 2:57.06 horas; 5.º Andrew Cowan, Inglaterra (Mitsubishi), a 3:12.22 horas.

Motos: 1.º Cyril Neveu, França (Yamaha), 22:28.50 horas; 2.º Stephane Peterhansel, França (Yamaha), a 1.32 minutos; 3.º Gilles Picard, França (Yamaha), a 9.14 minutos; 4.º Edi Orioli, Itália (Cagiva), a 13.14 minutos; 5.º Carlos Mas Samora, Espanha (Yamaha), a 15.13 minutos.

Lusa/«DL«

Rui Pacheco

Bjorn Waldegaard: esgrima pela hegemonia

Desforra de Seul

Lewis-Johnson: duelo para milhões

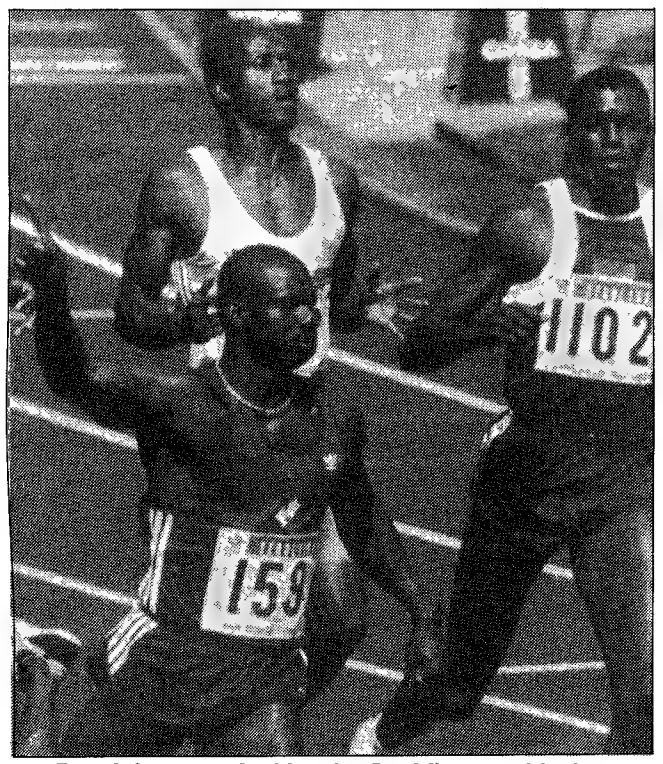
O empresário de Carl Lewis afirmou que estão a ser analisadas as propostas de seis grupos, que oferecem milhões de dólares para a organização da corrida entre o atleta norte-americano e o canadiano Ben Johnson, em Setembro.

«A proposta mais baixa é de um milhão de dólares (150 mil contos) para Carl Lewis, e a mais alta atinge os seis milhões de dólares (900 mil contos)», afirmou Joe Douglas, empresário de Carl Lewis, salientando que três dos grupos são dos Estados Unidos, dois da Espanha e um da Holanda.

A corrida-desforra entre os dois atletas poderá realizar-se poucos dias depois de Ben Johnson terminar a suspensão de dois anos imposta pela Federação Internacional, devido à análise «antidoping» positiva (em Seul) e que expira a 25 de Setembro.

A corrida será «o acontecimento do ano» e irá proporcionar uma receita de 10 milhões de dólares (1,5 milhões de contos), frisou Douglas, salientando que (pelo menos) outros cinco ou seis atletas estarão envolvidos na prova dos 100 metros.

Ben Johnson, que bateu Lewis na final olímpica dos 100 metros (em Seul) foi desclassificado desta prova e, posteriormente, foi-lhe retirado o recorde mundial dos 100 metros, que estabelecera em 1987, enquanto Lewis ganhou quatro medalhas de ouro na Olimpíada de 1984 em Los Angeles e nos Jogos de 1988, e defendeu com êxito os seus títulos nos 100m e no salto em comprimento.



Ben Johnson e Carl Lewis: Seul ficou na história

Foto AFP/«DL»

O belga Jacky Ickx é uma das vedetas do mais famoso dos ralis do mundo. Ei-lo na travessia do deserto, entre Tripoli e Ghadames, a caminho de Dakar

Realização do GP de Portugal será decidido judicialmente

No centro da questão encontra-se um projecto turístico-desportivo que não foi ainda aprovado

A realização (ou não) do Grande Prémio de Portugal de Fórmula Um, de 1990, no Autódromo do Estoril, será decidida dia 16, em tribunal — segundo revelou Abel Pinheiro, administrador da Autodril, empresa proprietária do circuito.

Abel Pinheiro confirmou que o campeonato nacional de velocidade e os troféus Monomarca deixarão este ano de ser disputados no Autódromo, adiantando que o tribunal também decidirá se a primeira «superclassificativa» do Rali de Portugal continuará a ter lugar no único circuito permanente que existe em Portugal. «*Se, dia 16, o tribunal disser que não há Fórmula Um, não há mesmo Fórmula Um*« — disse o administrador da Autodril, embora tenha acrescentado: «*aguardamos a sentença e, enquanto os juízes não se pronunciarem, há Fórmula Um e ralis*».

Fernando Maciel, secretário da Comissão Desportiva Nacional (CDN), manifestou a «*grande preocupação*« dos responsáveis do automobilismo nacional, *pois o julgamento é no dia 16 e, com os contratos para a Fórmula Um e para o Rali de Portugal terminados, não sabemos como a Autodril vai reagir*».

Embora reconhecendo que o Grande Prémio de Portugal tem «*forçosamente*« de ser disputado no Autódromo do Estoril, «*porque, em Portugal, não há mais nenhuma pista para a Fórmula Um*», Fernando Maciel adiantou que a grande preocupação dos responsáveis da CDN centra-se no campeonato nacional de velocidade e nos troféus Monomarca.

Segunda salienta Abel Pinheiro, no centro da questão encontra-se «um projecto turístico-desportivo (ainda não aprovado) *para rentabilizar o Autódromo do Estoril, apresentado pela Autodril, inicialmente em 1972 e depois em 1981*».

A empresa proprietária do Autódromo do Estoril, que pretende construir o empreendimento num terreno com 36 hectares, acabou por promover dois processos judiciais contra a Câmara Municipal de Cascais (CMC) e outros tantos contra a sua ex-presidente, Helena Roseta. *Estamos a esperar há tempo de mais e, de 1982 para cá, já foram aprovadas coisas monstruosas, inclusivamente na zona protegida*« — acusou Abel Pinheiro, sublinhando que «*o autódromo é um projecto turístico-desportivo e foi construído por uma empresa privada, sem qualquer empréstimo bancário*».

Abel Pinheiro refere que, «*em Setembro de 1988, a Autodril declarou que não haveria corridas nacionais em 1989, porque o projecto não estava aprovado*», mas adianta que, «*perante um apelo do Governo*», a decisão foi adiada por um ano. *Assinámos um protocolo com o Governo e o Automóvel Club de Portugal (ACP), segundo o qual ainda haveria corridas no Autódromo em 1989, mas elas acabariam caso o projecto turístico-desportivo não fosse aprovado até 31 de Dezembro de 1989*« — acrescentou. Segundo aquele empresário «*o Governo mostrou interesse pelo projecto mas não conseguiu aprová-lo, pelo que deixarão de ser disputadas no Autódromo as corridas do campeonato nacional de velocidade e dos troféus, não podendo o ACP acusar a Autodril de uma coisa que ele próprio contrariou*». O administrador da Autodril manifestou ainda a sua «estranheza por, em comunicado, o ACP ter apelado para o ministro da Educação», salientando que a empresa que dirige «*é 100 por cento privada, pelo que não está sujeita à tutela do Ministério da Educação*».

Lusa/«DL«

AGENDA

HOJE

CONTINENTE

Em, todo o território: - céu com períodos de muito nublado. Vento fraco soprando moderado de Noroeste no litoral Oeste. Aguaceiros diminuindo de intensidade e frequência a partir da tarde e que serão de neve nas terras altas.

Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 3 a 4 metros na Costa Ocidental e encrespado a de pequena vaga com ondulação Sudoeste de 1 a 2 metros na Costa Sul.

AÇORES

Mar de pequena vaga a cavado.

Grupo Ocidental: - céu muito nublado. Vento moderado a forte de Sudoeste, por vazes com rajadas fortes. Períodos de chuva em especial a partir da tarde.

Grupos Central e Oriental. - céu muito nublado. Vento Sudoeste moderado soprando por vezes forte no Grupo Central. Períodos de chuva para o fim da tarde.

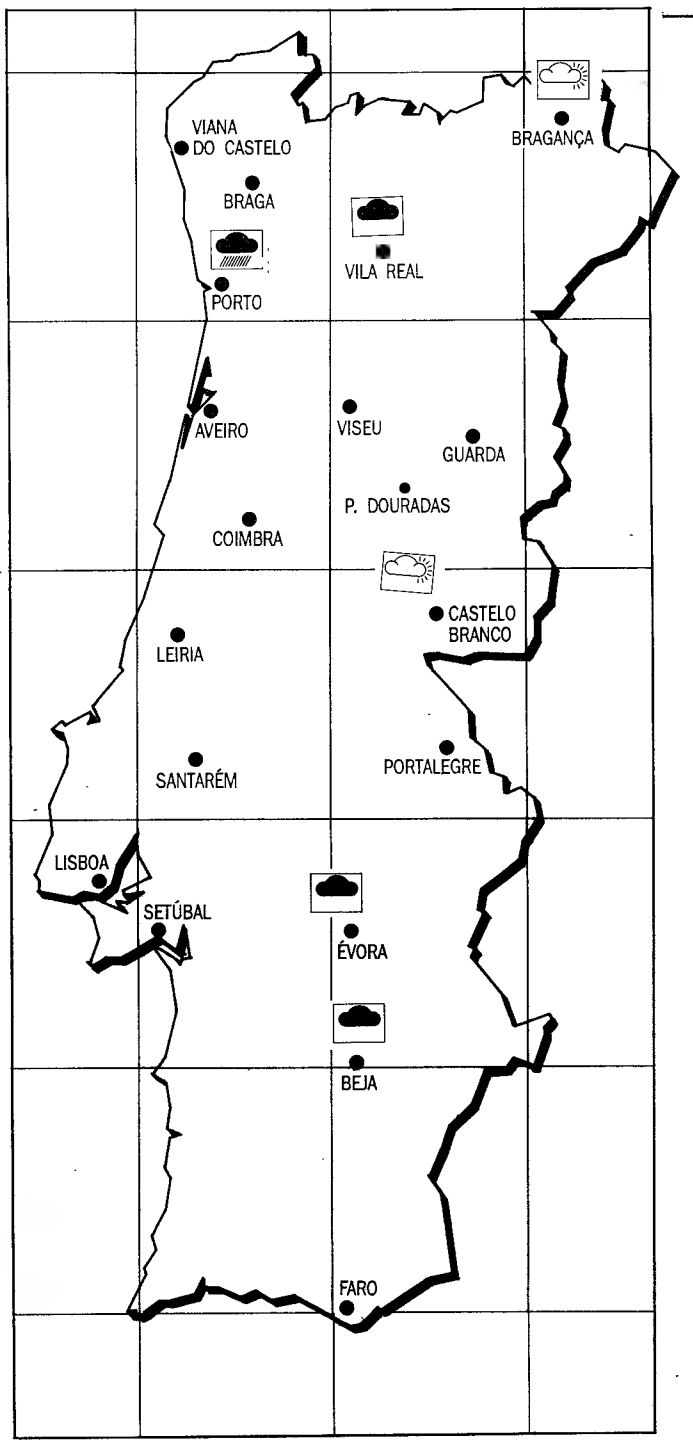
Mar cavado, temporariamente grosso com ondulação Noroeste de 4 metros.

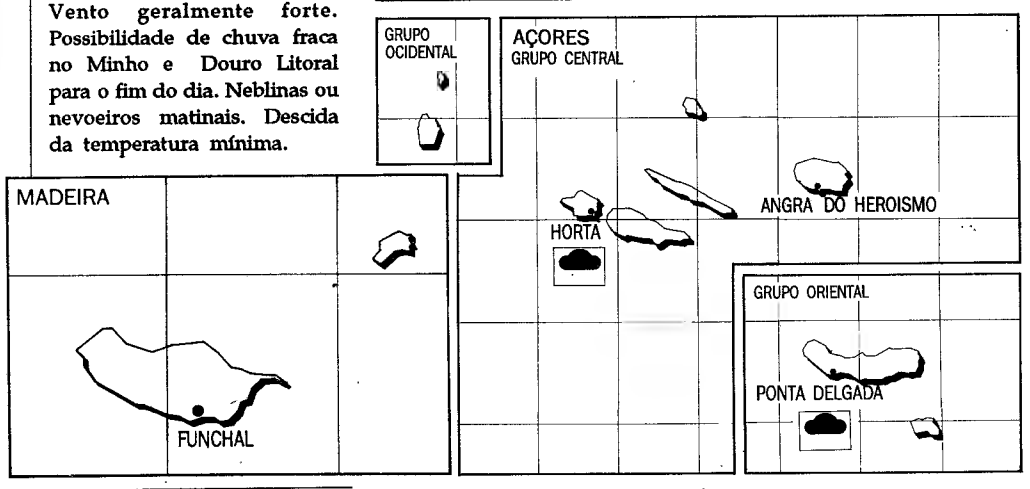
MADEIRA

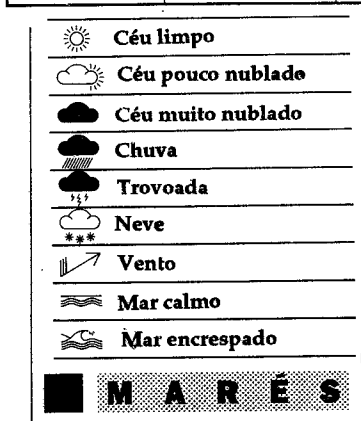
Períodos de céu muitoi nublado. Vento moderado de Norte. Aguaceiros durante a madrugada, especialmente nas encostas viradas a Norte..

AMANHÃ

No Continente: céu pouco nublado, apresentando-se temporariamente muito nublado no litoral das regiões Norte, a partir da tarde. Vento geralmente forte. Possibilidade de chuva fraca no Minho e Douro Litoral para o fim do dia. Neblinas ou nevoeiros matinais. Descida da temperatura mínima.







MARÉS

Hoje

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
07.00	3,6m	00.22	1,1m
19.32	3,3m	12.58	1,0m

Amanhã

07.53	3,5m	01.18	1,3m
20.32	3,2m	13.59	1,2m

* Informação do Instuto Nacional de Meteorologia e Geofisica

PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança	3	3	P. nub.
V. Castelo	6	6	Aguaceiros
Vila Real	4	4	M. nub.
Porto	7	7	Aguaceiros
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	7	7	Aguaceiros
C. Carvoeiro	10	11	Chuvisco
C. Branco	6	6	P. nub.
Portalegre	5	5	Nevoeiro
Lisboa	7	8	Chuva
Évora	6	6	M. nub.
Beja	7	8	Encoberto
Faro	10	10	Chuva
Sagres	11	13	Chuva
P. Delgada	9	14	M. nub.
Horta	13	15	M. nub.
Funchal	11	12	M. nub.
Sines	-	-	-

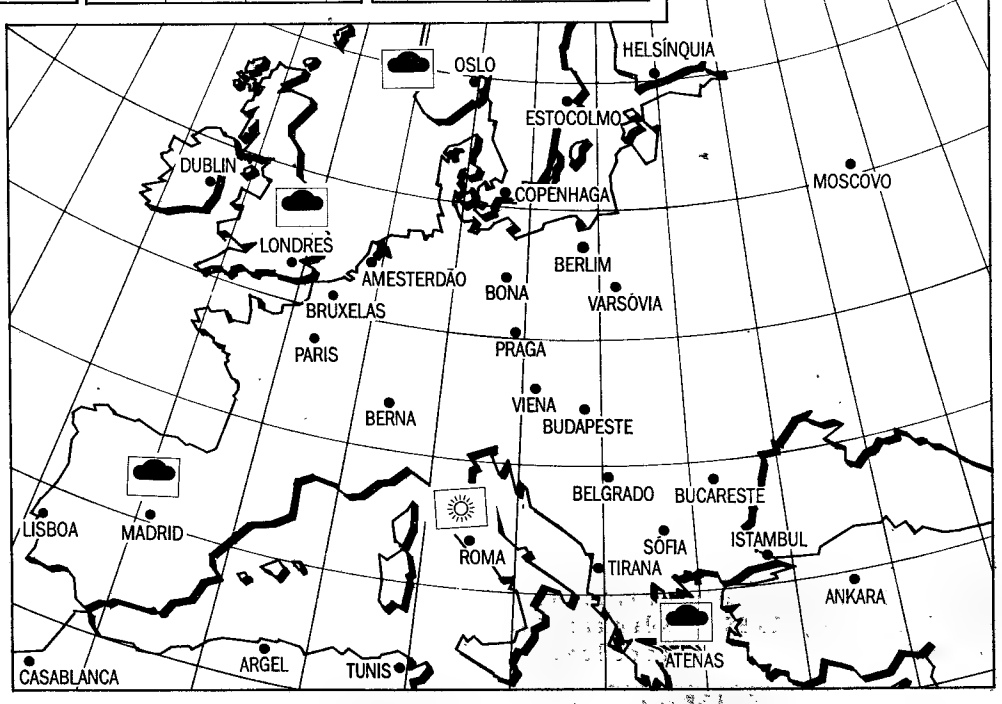
Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 15; Porto, 12; Faro, 15; P. Delgada, 16; Funchal, 17.

EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h
Madrid	6	7	Encoberto
Londres	3	5	M. nub.
Paris	-1	0	Neblina
Bruxelas	0	0	Encoberto
Amesterdão	1	2	Neblina
Genebra	-1	0	Neblina
Roma	2	2	Neblina
Oslo	-7	-7	M. nub.
Copenhaga	-1	-1	M. nub.
Estocolmo	-6	-6	Chuv. e gelo
Berlim	-1	0	Neblina
Viena	-1	-1	M. nub.
Varsóvia	-2	-2	M. nub.
Atenas	8	8	M. nub.
Moscovo	-	-	-

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Chicago	-	-	-
Houston	-	-	-
Los Angeles	7	16	Limpo
Montreal	-6	1	Limpo
Nova Iorque	5	15	Limpo
S. Francisco	8	12	Limpo
Toronto	-	-	-
Vancover	-	-	-
Washington	-	-	-
Hong Kong	-	-	-
Melbourne	-	-	-
Pequim	-	-	-
Perth	-	-	-
Singapura	-	-	-
Sydney	-	-	-
Tóquio	1	9	Limpo
Wellington	8	17	V. forte



HÁ 20 ANOS

Diário de Lisboa

U THANT em Dakar

O ÊXITO TAMBÉM SE DEVE ÀS EMPRESAS QUE COLABORAM NO CONCURSO

A NEVE BLOQUEIA AS TERRAS ALTAS DO NORTE

QUATRO POVOAÇÕES ISOLADAS

U Thant em Dakar

O diferendo Senegal-Portugal e o regulamento da pesca no Atlântico-Sul figuram entre os principais assuntos que deverão ser tratados hoje nas conversações particulares do secretário-geral das nações Unidas, U Thant, com o presidente da República do Senegal, Leopold Sedar Shengor. O Chefe do Estado senegalês foi de resto quem anunciou numa recente conferência de Imprensa a intenção de pedir a U Thant o envio de uma missão da ONU tropas portuguesas não são atacadas a partir do território senegalês.

«Pravda» sobre Israel

A «Pravda», orgão do Partido Comunista soviético, publica hoje um artigo afirmando que o incidente das vedetas de Cherburgo revelara que Israel se estava a preparar para outro assalto na guerra no Médio Oriente.

Queixa na ONU

A Jordana queixou-se hoje ao Conselho de Segurança de que aviões israelitas atacaram quatro aldeias jordanas no dia 31 de Dezembro, matando onze civis, entre os quais seis crianças e três mulheres. A queixa acrescenta que há também vários civis feridos.

EFEMÉRIDES

1543

Morre o navegador e explorador João Rodrigues Cabrilho.

1795

A Rússia e a Áustria assinam um tratado secreto com vista à partilha da Polónia.

1940

O padre Américo funda a «Casa do Gaiato».

1970

Proclamação da nova constituição do Congo-Brazaville, que adopta o nome de República Popular do Congo.

1977

Tomam posse os primeiros presidentes de municípios eleitos em Portugal no último meio século.

1980

O presidente da República, general Ramalho Eanes, empossa o sexto Governo Constitucional, chefiado por Sá Carneiro.

1986

Um decreto governamental classifica, entre outros, os edifícios da sede do «Diário de Notícias», da Central Tejo e do Arquivo Distrital de Faro como imóveis de interesse público.

1988

A caravela portuguesa «Bartolomeu Dias» larga da ilha de Santa Helena na última etapa até Mossel Bay, na África do Sul, onde aportará a 3 de Fevereiro.

1989

Cerca de 300 rádios locais candidatam-se às 402 frequências disponíveis no espectro rádio-eléctrico português.

AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

PERMANENTE

Apeadeiro do Areeiro: Chinde, Rua Agostinho Lourenço, 6-B, Tel. 890331; **Calvário:** Monge, Rua Lusíadas, 30-32, Tel. 3636704; **Campo de Ourique:** Castro Fonseca, Rua 4 Infantaria, 28-A, Tel. 688857; **Campo Pequeno - Av. Roma:** Galeno, Av. Óscar Monteiro Torres, 38-A, Tel. 774920; **Carnide:** Guimarães Morais, Rua Neves Costa, 33-35, Tel. 7140081; **Conde Barão:** Moz Teixeira, Rua Poço dos Negros, 117, Tel. 601961; **Encosta Restelo - Moinhos:** Tanara, Rua Rodrigo Reinel, 3-A, Tel. 611814; **Estefânia:** Universal, Rua Actor Taborda, 5-7, Tel. 544158; **Marquês Pombal:** Liberal, Av. Liberdade, 219, Tel. 543641; **Martim Moniz:** Tavares, Rua da Palma, 194, Tel. 863350; **Sapadores:** Branquinho, Rua dos Sapadores, 87-89, Tel. 8142785; **Telheiras Sul - Quinta S. Vicente:** Quejas, Rua Prof. Francisco Gentil, 36-A, Tel. 7584144; **Buraca - Amadora:** Gaspar Pote, Rua das Gaias, Lote 16 (Bairro Zambujal), Tel. 902221; **Odivelas:** Gonçalves, Rua Dr. Egas Moniz, 30-B, Tel. 9815662; **Pontinha:** Flora, Azinhaga dos Besouros, Lote R-8.

REFORÇO

Alto Pina: Eusil, Rua Barão Sabrosa, 104, Tel. 8141912; **Alto Santo Amaro - Rio Seco:** Dilena, Rua Aliança Operária, 49 A-B, Tel. 3636620; **Alvalade:** Roma, Av. Roma, 85-B, Tel. 772466; **Baixa:** Valadas, Rua da Madalena, 235, Tel. 872060; **Benfica - Igreja - Cemitério:** Lisboa, Rua Cláudio Nunes, 73-A, Tel. 703393; **Campolide:** Imparcial, Rua General Taborda, 28-30, Tel. 886860; **Chelas:** Banha, Estrada de Chelas, 173-175, Tel. 382241; **Lapa:** Mota Capitão, Rua São Félix, 45 B-C, Tel. 660720; **Metro - Anjos:** Colonial, Rua Forno do Tijolo, 40, Tel. 8141122; **Olivais Sul:** Higiene, Rua Cidade Vila Cabral, Lote 43, Tel. 310026; **São Sebastião:** Sá Bandeira, Rua Marquês Sá da Bandeira, 36-42, Tel. 544672; **Colina Sol - Brandoa - Amadora:** Vidal Reis, Urb. Alfornel - Cel. G - Lote 35, Tel. 996540; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA

DE SINTRA

Amadora: Solla, Loja D - Lote 65, Tel. 900724. Permanente; Soares Correia, Est. Águas Livres, Carenque, Tel. 965517. Permanente; Nunes, Est. Serra Mira, Falagueira, Tel. 4937543. Até às 22 h; **Queluz:** Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A, Tel. 4365849. Permanente; Albergaria, L. Prof. Jorge Mineiro, 42, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Rico, L. Adriano, S. Gil, Agualva, Tel. 4312833. Permanente; **Mem Martins:** Quimia, Est. Mem Martins, 285, Tel. 9210012. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Cargaleiro Lourenço, Calç. Rinchoa, 38, Tel. 9262006. Até às 22 h; **Sintra:** Marrazes: L. Afonso Albuquerque, 24, Tel. 9230058. Permanente; **S. Pedro de Sintra:** Valentim, Tel. 9230456. Permanente.

OUTRAS

LOCALIDADES

Moscavide: Império, Rua 1.º Maio, 48-A, Tel. 2513234. Permanente.

LINHA

DE CASCAIS

Algés: Almeida Nifo, Av. Comb. G. Guerra, 64, Tel. 2112070. Permanente; **Linda-a-Velha:** Moderna, Av. 25 de Abril, 30-C, Tel. 4191235. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Vilar, Av. M.ª Conceição, Lote B, Tel. 2470777. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Oeiras:** Godinho, R. Cândido Reis, 98, Tel. 4430090. Permanente; **Parede:** Brandão, Av. República, 77, Tel. 2471054. Permanente; **Sassoeiros:** Amaral, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7 - B - Hera, Tel. 2852121; **Modorma:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreiras:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Estoril:** Parque, Arcadas do Parque, 3, Tel. 260191. Até às 22 h; **Cascais:** Misericórdia, R. Regimento, 19, 41, Tel. 280141. Permanente.

OUTRA

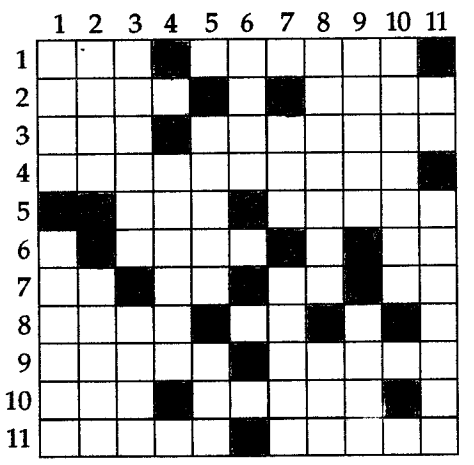
BANDA

Almada: Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 21-A, Tel. 2750076. Permanente; **Cova da Piedade:** Morgado, R. Cabo Boa Esperança, 25-A, Tel. 2767356. Permanente; **Monte de Caparica:** Guerreiro, Lote 31 - IJ. Moinho, Tel. 2950727. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Chai, Av. General Humberto Delgado, Tel. 2903218. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Moderna, R. Dr. António Elvas, 8-A, Tel. 2290305. Até às 22 h; **Sesimbra:** Lopes, R. Cândido Reis, 21, Tel. 2233028. Até às 19 h; **Lavradio:** Parreira, R. D. Silva Cristino, 15-A, Tel. 2042016. Até às 19 h; **Barreiro:** Piçarra, Av. Bocage, 65-A, Tel. 2074771. Permanente; **Baixa da Banheira:** Aliança, Est. Nacional, 178-B, Tel. 2040302. Até às 19 h; **Corroios:** Abreu Cardoso, B.º Cid. Setúbal, 1-B, Tel. 2531192. Até às 19 h; **Amora:** Nobre Guerreiro, R. Dr. Emídio G. Mendes, 314, Tel. 2212923. Permanente; **Torre da Marinha:** Alves Velho, L. Camões, 27, Tel. 2211232. Até às 22 h; **Montijo:** S. Pedro, Av. Camões, 16, Tel. 2311133. Até às 22 h; **Moita:** Silva Rocha, P. República, 16, Tel. 2390029. Até às 19 h; **Alhos Vedros:** Portugal, Av. Bela Rosa, 8, Tel. 2040250. Até às 19 h; **Alcochete:** Nunes, L. Cor. Ramos Costa, 10, Tel. 2340137. Até às 19 h; **Setúbal:** Nova, R. General Gomes Freire, Tel. 22052. Permanente; Isabel, L. Batalha Viso, 86, Tel. 21677. Permanente; Alice, P. Quebedo, 6, Tel. 23743. Até às22h.

MÉDICO DE URGÊNCIA

☎ 766171 766178 766179

PALAVRAS CRUZADAS



PROBLEMA N.º 17828

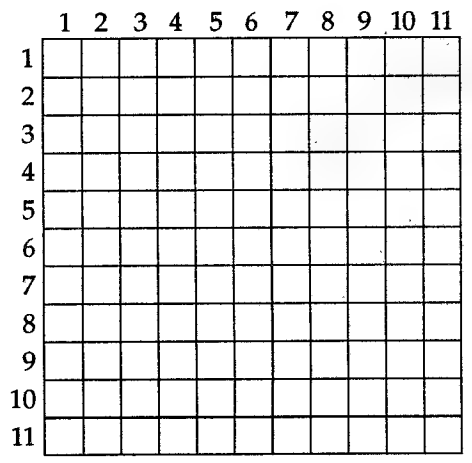
HORIZONTAIS:

1 Possui. Limitados.
2 Líquido gorduroso. Serra de Portugal.
3 Conjunção. Cobria de nata.
4 Amigara.
5 Ofereci. Cachoeira do rio Negro, no Estado do Amazonas.
6 Caminha. Prefixo de negação.
7 Nota musical. Existe. Post scriptum. Nota musical.
8 Indignou. Laço.
9 Escarro. Rebolai.
10 Sufixo que designa abundância. Destemida.
11 Peneira. Nome de peixe.

VERTICAIS:

1 Conquista. Aliados.
2 Prendem com elos. Furiosa.
3 Mensalidade. Sufixo que designa abundância (pl).
4 Nulo.
5 Azeda. Falda.
6 Enfeite.
7 Entre os filipinos, a divindade. Colocarás.
8 Alfanges. Ovário dos peixes.
9 Aldeia de índios do Brasil. Içar.
10 Bateras.
11 Batráquio. Adversário.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.



PROBLEMA N.º 16638

HORIZONTAIS:

1 Antes de Cristo. Cunhávamos (moedas).
2 Marcar o peso da tara em. Inunda.
3 Pequena barra de oiro que serve de moeda entre os japoneses. Pertences. Prefixo de negação.
4 Brisa. Juntava.
5 Montão. Prendes.
6 Atirai.
7 Trememos de frio.
8 Escuros. Centiare.
9 Executarás. Voltas.
10 Rio brasileiro afluente do rio Paraguai. Basta! Tempo do verbo ir.
11 Pessoa muito parecida com outra. Amolgadura.

VERTICAIS:

1 Levar à toa. Canapés.
2 Freguesia do concelho de Castro Daire. Estômago.
3 Rádio (s.q.). Assassinaras.
4 Bário (s.q.). Galinha de raça pequena (Bras).
5 Medida de superfície. Côdea.
6 Remediais.
7 Tempo do verbo ir. Item.
8 Renque de árvores. Desperto.
9 Ruim. Prendem. Chefe etíope.
10 Figura formada por dois arcos que se cortam superiormente. Escavais.
11 Carumas. Peneira.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17827

HORIZONTAIS: 1 - DE NOITE. Fé. 2 - Aloiraras. 3 - Gás. Avá. Arc. 4 - Or. Jaó. 5 - Namíbia. 6 - Maré. Apã. 7 - Sirgo. Tar. 8 - Cara. Arrã. 9 - Dia. Atolado. 10 - Obra. Ocaso. 11 - Soares. Rosa. VERTICAIS: 1 - Dágon. TODOS. 2 - Elaram. Ibo. 3 - OS. Mascara. 4 - Ni. Síria. Ar. 5 - Ora. Berra. 6 - Vai. GATOS. 7 - Trajano. OC. 8 - Ea. Alar. 9 - SÃO. Atraso. 10 - PARDOS. 11 - ESCAMARÃO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16637

HORIZONTAIS: 1 - Daiji. Parar. 2 - Mercara. 3 - Miai. Aramam. 4 - Am. Rasara. 5 - Pás. Vadio. 6 - Ce. Ivã. Ar. 7 - Faltais. Sal. 8 - Irá. 9 - Adias. Sares. 10 - Rã. Roças. Na. 11 - Arm. Meladas. VERTICAIS: 1 - Damão. Fiara. 2 - Im. 3 - Imã. Pelai. 4 - Jeira. Ar. 5 - Ir. Ásia. Som. 6 - Cãs. VII. Ce. 7 - Paravas. Sal. 8 - Arara. Casa. 9 - Ramadas. 10 - Ira. Ena! 11 - Romão. Lesas

PROVÉRBIO: DE NOITE TODOS OS GATOS SÃO PARDOS.

RÁDIO

ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média - Emissores do Litoral - e 99.4 em FM Zona de Lisboa

1.º Período

10.00: Os Tons da Manhã - RDP Norte

2.º Período

14.00: O Linho e a Seda; **15.00:** Contraste; **17.00:** Antena 1 - Regiões (2.ª edição) - Informação; **17.15:** Porto d'Abrigo - RDP Norte

Onda Média e FM Estéreo

14.00: Gerações por Minuto; **17.00:** Sete Mares; **19.00:** Informação e Música; **20.00:** No Estúdio e no Estádio (2.ª edição) - Informação Desportiva; **20.15:** Musical; **20.30:** A Voz de Roma (A palavra do Papa em língua portuguesa); **20.45:** Musical; **21.00:** Música Portuguesa; **21.30:** Imaginário. Noticiários intercalares de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional F.M. 2 - Estéreo

17.00: As Cores e as Formas; **17.30:** Duas Obras do Barroco Alemão; **18.15:** Ângulos e Reflexos; **19.00:** Integrais _ As 10 Sonatas de Scriábine, para Piano; **19.28:** Álbum Musical: - Obras de Brahms, Saint-Saens, Emanuel Chabrier, Schubert, Berlioz, e Sibelius; **20.40:** Esta Madrugada no Dois; **21.00:** A Espanha em: Concerto Nocturno. - Obras de Falla, Granados Eduardo Lalo, Torroba, Ravel e Albeniz; **23.00:** Euroradio - O Festival de Schleswig-Holstein, 1988. 1.ª Parte: - Quarteto de Cordas n.º 37, em si menor, op. 33, de Haydn. - Quarteto de cordas n.º 75, em sol maior, op. 76, de Haydn. Intervalo: - O Quarteto Purcell interpreta duas sonatas de Henri Purcell. 2.ª Parte: - Nocturno, para barítono e quarteto de cordas, sobre poemas de Nikolaus Lenau e Gottfried Keller, de Othmar Schoeck; **00.35:** Serão com Gustav Mahler; **02.00:** Madrugada em Disco Compacto. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO

COMERCIAL

Onda Média 283, 290 e 397 m

17.00: Contactos; **19.00:** Peça que a Gente Passa; **21.00:** Pela Estrada Fora; **22.00:** Portugal e a CEE; **22.15:** Religiosos; **22.30:** 24.ª Hora; **01.00:** Fantástico; **02.00:** Serviço Nocturno. Noticiários de hora a hora.

RC-FM - Estéreo 97,4 MHz

16.00: Rock em Stock; **18.00:** Círculo em FM; **19.00:** Ao Fim e ao Cabo; **20.00:** Topo de Gama; **22.00:** Pessoal e Transmissível; **00.00:** Morrison Hotel; **01.00:** Som da Frente; **03.00:** Serviço Nocturno. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO

RENASCENÇA

Canal 1 - Rede Nacional de OM-FM

16.00: Banda da Amizade; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** A Viagem Continua; **20.00:** Boa Nova; **20.30:** Conversa de Amigos; **21.00:** Sequência; **22.00:** Revista; **22.30:** Bola Branca; **23.30:** Suplemento Especial da BBC; **23.55:** Meditando.

RFM

RFM - Canal 2 - Rede Nacional de FM Estéreo

16.00: Fórmula Três; **19.00:** Atlântida; **20.00:** Serra de Estrelas; **22.00:** Oceano Pacífico.

VOZ DO ALENTEJO

15.00: Boa Tarde, Alentejo; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Alentejo em Notícia.

VOZ DO ALTO TÂMEGA

15.00: Tardes do Tâmega; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Nordeste Magazine.

VOZ DE LISBOA

15.00: Equipa da Tarde; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Sete Colinas; **20.00:** Diálogo; **20.30:** Transmissão do Terço; **21.00:** Lisboa à Noite.

VOZ DE LEIRIA

15.00: Tardes do Lis; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Leiria 89.

O primeiro gesto é seu

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB
Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496
PERIGOSA SEDUÇÃO
Filme de Harold Becker com Al Pacino e Ellen Barkin
Maiores de 16 anos
Sessões às 14,00 16.30, 19.00, 21.30 e 2400 horas.

ALFA 1
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Filme de Robert Zemeckis com Michael J.Fox e Christopher Lloyd.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00.

ALFA 2
OS CAÇA FANTASMAS PARTE II
Filme de Ivan Reitman com Bill Murray e Den Aykroyd.
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 3
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de Jamie Uys com Nixau e Lena Farugia.
Maiores de 6 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4
ABISMO
Filme de qualidade de James Cameron
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa
Telef. 691275
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Um filme de Robert Zemeckis.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 13.30, 15.30, 16.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de vYS.
Maiores de 6 anos. Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 3
PERIGOSA SEDUÇÃO
Um filme de Harold Becker com Al Pacino e Ellen Barkin.
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24 horas

AMOREIRAS 4
O MEU AMIGO MAC
Maiores de 6 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 5
OS CAÇA FANTASMAS II
Um filme de Ivan Reitman.
Maiores de 6 anos.
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 6
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Um filme de Steven Soderbergh com James Spader e Andie MacDowell.
Maiores de 16 anos.
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas

AMOREIRAS 7
OS MARADOS À SOLTA
Maiores de 6 anos.
Um filme de Howard Zieff
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 8
ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões ás 14, 16.30, 19, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 9
A SENHORA
Maiores de 16 anos.
Sessões às 13.30, 15.30, 16.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 10
OLIVER E OS SEUS COMPANHEIROS
Um filme de Tan Haisen - Desenhos animados.
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24 horas..

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A
Telef. 763319
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 10
Telef. 776098
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de Jamie Uys com Nixau e Lena Farugia.
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.15, 18, 21.30

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15
Telef. 324194
OS HOMENS NÃO CHORAM
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO
Parque Mayer
PARAÍSO CARNAL
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos
Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27
Telef. 573407
FÉRIAS ESCALDANTES NA GRÉCIA
Com Telly Stalone e Rosy Esternizen
Maiores de 18 anos.
Sessões às 12.30, 14.3, 16.45, 19, 21.30 e 23.30.

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37
Telef. 533253
BATMAN
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
ATIRAR A MATAR
Maiores de 18 anos
Às 24.00 horas

CINE PORTELA
ESTÚDIO ANUSHA
Telef. 9434773
INDIANA JONES E A GRANDE CRUZADA
Com Harrison Ford e Sean Connery
Maiores de 6 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CINE PORTELA
ESTÚDIO SHEZA
BATMAN
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34
Telef. 549999
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maires de 6 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES
Av. da Liberdade, 2
Telef. 322523
O ABISMO
Filme de qualidade de James Cameron.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas

ESTÚDIO
Alameda D. Afonso Henriques, 35
Telef. 555134
OS CAÇA FANTASMAS II
Filme Ivan Reitman com Bill Murray e Den Aykroyid.
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F
Telef. 8487255
O APELO DO AMOR
Com Brian Keith e Alexandra Paul
Maiores de 6 anos.
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1
Estrada de Benfica 503
Tel 7145088
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2
OS CAÇA FANTASMAS II
Filme de Ivan Reitman
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de Jaime Uys com Nixau e Lena Farugia. Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15.

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo
Telef. 541037
AUDITÓRIO 1
RECORDAÇÕES DA CASA AMARELA
Filme de qualidade de João César Monteiro.
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.15 e 22 horas.

FORUM PICOAS
AUDITÓRIO 2
A BELA DE DIA
Filme de qualidade de Luis Buñuel com Catherine Deneuve e Jean Sorel.
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.00, 19.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO
Alameda D. Afonso Henriques
Telef. 555134
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Filme de Jamie Uys.
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI
R. Sousa Lopes
Telef. 8480808
BATMAN
Filme de Tim Burton com MichaelKeanton e Jack Nicholson.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1
Rua Bulhão Pato, 1-C
Telef. 8480808
OS CAÇA FANTASMAS II
Filme de Ivan Reitman com Bill Marray e Dan Aykroid.
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2
O VELHO GRINGO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 3
OLIVER E OS SEUS COMPANHEIROS
Maiores de 6 anos.
Às 14.30 e 17.30 horas.
CEGOS SURDOS E MUDOS
Maiores de 12 anos.
Às 19.30 e 21.45 horas

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara
Telf. 3631162
O ABISMO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES
Av. de Roma, 7-A
Telef. 801313
REGRESSO AO TUFURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão
Telef. 538743
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

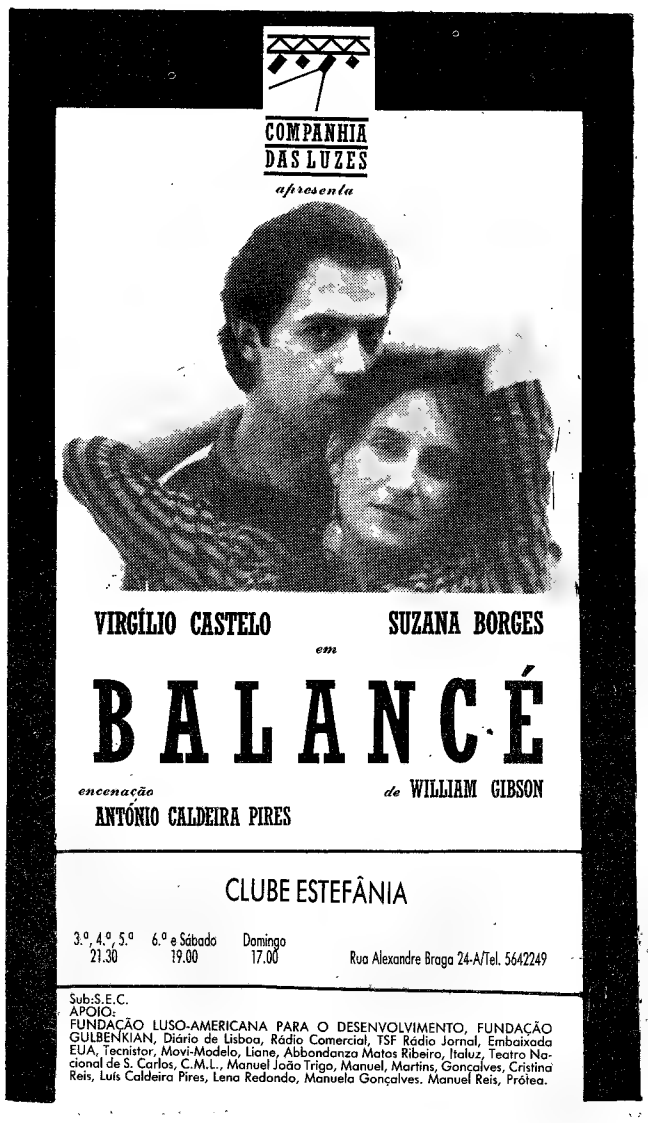
MUNDIAL 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B
Telef. 574362
OLIVER E SEUS COMPANHEIROS
De Charles Dikens
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30 e 19.00 horas
O VELHO GRINGO
Às 21.30 horas

ODEON
R. dos Condes, 4
Telef. 326283
O BRAÇO DA VINGANÇA

Em exibição na Sala 4 do Quarteto
O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Serviço de Música
Concerto de Homenagem do Coro e da Orquestra Gulbenkian à memória da Senhora D. Maria Madalena Biscaia de Azeredo Perdigão
Sábado, 6. Janeiro, 18H30/Grande Auditório
Coro Gulbenkian **Orquestra Gulbenkian**
Michel Corboz, maestro
Elsa Saque, soprano
Isabel Malaguerra, contralto
Fernando Serafim, tenor
José Oliveira Lopes, baixo
Mozart
Requiem, KV. 626
Os bilhetes para es concerto serão distribuídos gratuitamente na Recepção da Sede da Fundação Calouste Gulbenkian, a partir de 4 de Janeiro.

CARTAZ

Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas.

OLIMPIA
R. dos Condes, 13
Telef. 325309
FÉRIAS DELIRANTES NO HAWAI
Filme porno
Maiores de 18 anos
Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade
ABISMO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14, 16.30, 18.45 e 21.45

PLAZA 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19 e 21.45 horas.

POLITEAMA
R. Portas de Stº Antão
Telef. 326305
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.30, 19 e 21.30 horas.

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16
Telef. 771378
VOZES DISTANTES, VIDAS SUSPENSAS
De Terence Davis
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 16.30, 18.30, 20.15, 22 e 24 horas.

QUARTETO 2
SEXO, MENTIRAS E VÍDEO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.15, 16.15, 18.15, 20, 22 e 24 horas.

QUARTETO 3
OLIVER E SEUS COMPANHEIROS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.30, 16, 17.30 e 19 horas.
O VELHO GRINGO
Maiores de 12 anos.
Às 21.45 e 24 horas.

QUARTETO 4
SKINDEEP - O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA
De Blake Edwards.
Maiores de 12 anos.
Às 14.30, 16.30, 18.15, 20, 22 e 24 horas.

SÃO JORGE 1
Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

SÃO JORGE 2
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 3
OS DEUSE DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

7ª ARTE
Av. da República
Telef. 730715
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30.

TERMINAL
Estação do Rossio
Telef. 371573
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30

TURIM
Estrada de Benfica, 723-A
Telef. 706666
CEGOS SURDOS E LOUCOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15, 17.30 e 21.30 horas.

XENON
Av. da Liberdade,9
Telef. 368446
O ÁS E O JOKER
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas
A MOSCA II
Maiores de 18 anos. Às 23.30 horas.

SINTRA

AMADORA BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia
Telef. 4934871
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

CINE ESTÚDIO LIDO
Encerrado temporariamente

CACÉM- ESTÚDIO FLORES
Telef. 9247570
Encerrado p/ descanço do pessoal

QUELUZ - KING D. PEDRO III
Telef. 4364845
SALA 1
OS CAÇA FANTASMAS II
Mairoes de 6 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.15 horas
SALA 2
OLIVER E OS SEUS COMPANHEIROS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.15 e 16.45 horas.
SALA 3
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 17, 19.30 e 21.45 horas

CASCAIS

OEIRAS ALTO DA BARRA 1
Telef. 4439759
O ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas

ALTO DA BARRA 2
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

NOVA OEIRAS - CINE PALMEIRAS 1
Telef. 2479144
SINDEEP - O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas

CINE PALMEIRAS 2
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS - ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS - MIRAMAR 1
Telef. 2841744
O ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.
MIRAMAR2
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.15 e 21.45 horas.

ALMADA

ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

INCRÍVEL ALMADENSE
INDIANA JONES E A GRANDE CRUZADA
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DA CAPARICA
CINEMA PESCADOR
Telf. 2905350
AMOR CHOCANTE
M. de 16 anos
Sessões às 15.30, 21.45

COVA DA PIEDADE CLUBE DESPORTIVO PIEDENSE
Encerrado p/descanço do pessoal

TEATRO

LISBOA

TEATRO ABC
Parque Mayer - Telef. 3466783
De 3ª a Domingo às 20.30 e 22.45; Domingos e feriados às 16.00 horas.
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas com Camilo de Oliveira, Miguel Simões e Paulo César.

A BARRACA - CINEARTE
Largo de Santos, nº2 - Telef. 665360 ou 686300
De 3ª a Sáb. às 21.30 e Dom. às 16 horas.
MARGARIDA DO MONTE
De Marcelino Mesquita

TEATRO DO CASINO DO ESTORIL
Telef. 2684521
WHAT HAPPENED TO MADALENA IGLÉSIAS?
Texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE
R. Nova da Trindade - Telef. 320000
De 3ª a Sáb. às 21.30; Domingos às 16 e 21.30 horas.
«VERÃO»
(Curta série de representações)DeEdwuard Bond com Fernanda Alves e Isabel de Castro

TEATRO DA COMUNA
Praça de Espanha - Telef. 7260818
De 2ª a Sáb. às 21.30 horas.
Domingos às 17.00 horas.
PÉCORA de Natália Correia.

TEATRO ABERTO
Praça de Espanha - Telef. 778898
De 5ª a Sábado às 21.30 horas; Domingo às 16.00 horas.
HAPPY END
De Dorothy Lane/Bertolt Brecht.

TEATRO DA POLITÉCNICA
Rua da Escola Politécnica, 58 - Telef. 674474
De 3ª a Sábado às 21.00; Domingo às 16 horas.
D. JOÃO E A MÁSCARA
De António Patrício.

TEATRO VILLARET
Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A - Telef. 538586
De 3ª à 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45,
Domingos e Feriados às 16 e 21.30 horas.
ORA BATE...BATMAN'SO

RITZ CLUB
R. da Glória, 57 - Telef. 325140
De 3ª a Sábado às 21.30; Sábado e Domingo às 16.00 horas.
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA.
Encenado por Mário Viegas.

VARIEDADES
Parque Mayer - Telef. 326037.
De 3ª a Domingo às 21.30; Domingos e feriados às 16.00 horas.
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ.
Versão livre de Henrique Santana.

COLISEU DOS RECREIOS
R. das Portas de Santo Antão - Telef. 3461997
Todos os dias às 21.30; 5ª às 16.00 horas; Ano Novo às 14.30, 17.00 e 21.30 horas.
CIRCO DE NATAL

CIRCO CHEN
Campo Pequeno
O MUNDO DAS MARAVILHAS

EXPOSIÇÕES

LISBOA

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (Jerónimos): de terça a domingo, das 10 às 12,30 e das 14 às 17.

MUSEU NACIONAL DO TEATRO: até 27 de Março (Dia Mundial do Teatro), "Amália, 50 Anos" com entrada gratuita aos domingos de manhã.

MUSEU NACIONAL DO TRAJE: até Abril de 1990, "Tramas e Sortilégios" de Teresa Segurado Pavão;

PALÁCIO NACIONAL DOS COCHES: até 17 de Janeiro, a exposição "Falcoaria Real".

BIBLIOTECA NACIONAL: a exposição "Portugal no Século XVIII: de D. João V à Revolução Francesa

PALÁCIO FOZ: por ocasião dos 150 anos de Fotografia no Mundo e 25 de Agência em Portugal, a Lusa apresenta uma exposição comemorativa

PALÁCIO GALVEIAS (Campo Pequeno): integrada nas comemorações do 125º aniversário do Diário de Notícias, uma exposição subordinada ao tema "A Vida dos Imagens", reunindo um importante conjunto de documentos fotográficos recuperados nos arquivos do "DN".

CLUBE CINQUENTA (R. de S. Mamede ao Caldas, 9-1º): até 10 de Janeiro, "Coco Frois David".

GALERIA ARTELA (R. Prof. João Barreira, loja 15-Telheiras): até 14 de Janeiro, "Ideias Soltas", pintura de Rui de Azevedo.

GALERIA DIFERENÇA (R. S. Filipe Nery, 42): até 6 de Janeiro, Joalharia Contemporânea e obras de Ângelo de Sousa.

GALERIA FONTE NOVA (Est. de Benfica, 503): até 7 de Janeiro, uma exposição de peças únicas em cristal superior da designer Niza de Melo Falcão.

CENTRO DE ARTE SOCTIP (R. de Dona Estefânia, 195-D): até 5 de Janeiro uma Exposição Antológica de Cruzeiro Seixas, "Prémio Artista do Ano 1989"

GALERIA 111 (Campo Grande, 113): até 12 de Janeiro, de segunda a sexta das 10 às 13 e das 15 às 19 e sábados das 10 às 13, Pintura de Eduardo Batarda.

GALERIA RESTAURAÇÃO (Av. Guerra Junqueiro, 18-C): até 13 de Janeiro, de segunda a sábado das 9,30 às 13 e das 15 às 19, colectiva de Pintura com obras de Alfredo Luz, Artur Bual, Cruzeiro Seixas, Fernando Ançã, Helena San-Payo, Ribeiro Farinha, Rogério Amaral e Silva Palmeira.

EUROARTE (R. Rodrigo da Fonseca, 107-C): até 22 de Janeiro, de segunda a sexta das 10,30 às 13 e das 15,30 às 19-sábados das 10,30 às 13 e das 16 às 19 horas, Pintura de Margarida Vigoço.

GALERIA MULTIFACE (C. Comercial Gemini, loja 65-R. Sousa Lopes): até 15 de Janeiro, Pintura de Bual.

GALERIA INTERNI (R. Rodrigo da Fonseca, 51): até 6 de Janeiro, Cerâmica de Miguel Figueiredo.

GALERIA NÁRTICE (R. Augusto Rosa, 18): até 18 de Janeiro, Pintura de

CARTAZ

Inácio Matsinhe.

RESTAURANTE ESCORIAL (R. das Portas de Santo Antão, 47): até 5 de Janeiro, uma colectiva de Pintura de Augusto Barros, Guilherme Parente, Maria José Camões e Rico Sequeira

HOTEL ALFA LISBOA (Av. Columbano Bordalo Pinheiro): até 15 de Janeiro, de segunda a sábado das 16 às 20,30, Pintura de Sérgio Ribeiro.

AAPACO (Ex-Atelier 15-R. Freitas Gazul, 24D): a "Colectiva Fim de Ano", de terça a sexta das 18 às 21, sábados das 15 às 19 horas.

ALFA MIXTA-ESPAÇO D'ARTE (R. Escolas Gerais, 34): até 13 de Janeiro, Pintura de José Mouga.

GALERIA MÓDULO (Cª dos Mestrs, 34-A): até 4 de Janeiro, Pintura e Desenho de Pedro Saraiva.

RATTON-CERÂMICAS (R. Academia das Ciências, 2-C): Exposição de obras de Graça Morais, Jorge Martins, Luisa Correia Pereira, Mafalda Reis Moore e Júlio Pomar.

GALERIA PRÍNCIPE REAL (Pª Príncipe Real, 32 r/C): até 13 de Janeiro, «Paisagens» de Olivero Masi.

GALERIA MIRON (R. do Mirante, 14 r/c): até 10 de Janeiro, de segunda a sábado das 15 às 20 horas, desenhos de Maria Soares

GALERIA MOIRA (R. Nova da Piedade, 33): até 19 de Janeiro, de segunda a sexta das 14 às 19,30 (excepto feriados), escultura em grés de Jorge Mealha.

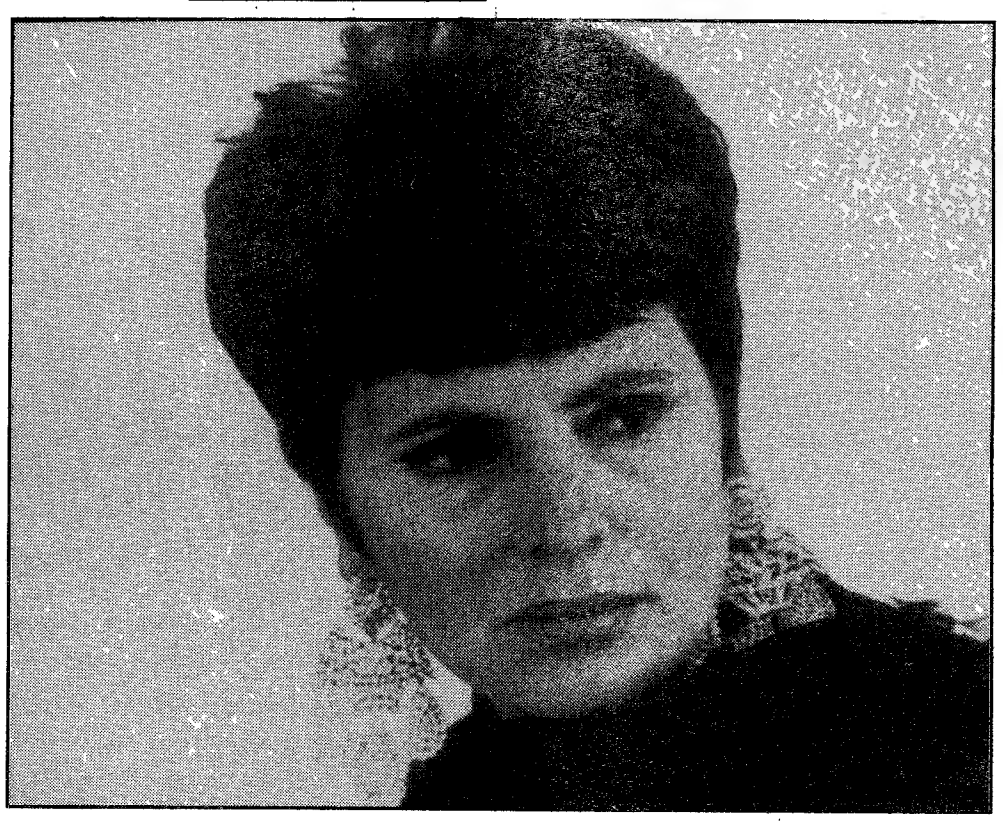
GALERIA MONUMENTAL (Campo Mártires da Pátria, 101): até 8 de Janeiro, a exposição de Fotografia "O modelo visto pelos pintores", de Hervé Dangla

GALERIA DE SÃO BENTO (R. do Machadinho, 1 - ao Quelhas): até 16 de Janeiro, uma colectiva de Pintura e Escultura.

SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES (R. Barata Salgueiro, 36): a exposição "Salão Convívio" com obras de artistas sócios da SNBA.

GALERIA S. MAMEDE (R. da Escola Politécnica, 167): até 24 de Janeiro, Pintura e Escultura de Francisco Simões

CASA DO HUMOR (Museu Raphael Boldallo Pinheiro-Campo Grande, 382): Encontro Luso-Brasileiro de Humor aricaturas de artistas brasileiros e portugueses.



"Amália, 50 anos" no Museu Nacional do Teatro, até 27 de Março, "a pedido do público"

GALERIA GRAÇA FONSECA (R. da Emenda, 26 c/v): de terça a sábado das 15 às 20, Pintura de Graça Pereira Coutinho.

GALERIA NASONI LISBOA (Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-A): até 7 de Janeiro, Pintura de João Vieira.

GALERIA DIVERSA (R. dos Sapadores-à Graça- nº 85): até 13 de Janeiro, pintura de Glória Elena e escultura de Silvia Westphalen

LIVRARIA BARATA (Av. de Roma, 11-A): a exposição "Suportes e Contentores".

ARREDORES

POLIGRUPO/ RENASCENÇA (R. Ivens, 14): a exposição "O Algarve e os Descobrimentos" da autoria de Maria Carolina Alho.

GALERIA 601 (Centro Comercial S. João de Deus): pintura e escultura de Lívio Morais.

RESTAURANTE AVANT GARDE (R. da Saudade, 6-Cascais): "Multiples" de Ormond Fannon.

CASA MUSEU DE VERDADES FARIA (Av. Saboia-Monte Estoril): "Um Olhar sobre Cascais através do seu património", uma iniciativa da Câmara Municipal e da Associação Cultural de Cascais.

GALERIA DO CASINO ESTORIL: até 7 de Janeiro, das 15 às 24 horas, o "Salão de Pequeno Formato. No Espaço 2, até 2 de Janeiro , com o mesmo horário, óleos do artista espanhol Manuel Pardo.

ARCADAS DO PARQUE (Estoril): até 8 de Janeiro, Pintura de Maria Filomena.

PALÁCIO NACIONAL DA PENA (Sintra): até 6 de Janeiro, Pintura de João Viola subordinada ao tema "Verdes do Outono de Sintra" no Espaço "Ucharia Real".

GALERIA O PATAMAR (R. da Ferraria, 13-Sintra): até 12 de Janeiro, pintura e escultura de Hélio Xavier, João Mário, Maria Fernanda Amado, Vítor Vieira e Tina Passos.

HOTEL TIVOLI SINTRA: até 12 de Janeiro, uma colectiva com óleos de Artur Bual, Cohen Fusé e Pinheiro de Santa Maria e aguarelas de Paulo Ossião.

PALÁCIO NACIONAL DE QUELUZ: até Junho de 1990, com entrada livre, em exposição uma colecção de Pintura Portuguesa de 1842 a 1979.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ALMADA: até 6 de Janeiro, uma exposiçãodedicada a nova joalharia, promovida pela Escola/Galeria Contacto Directo em colaboração com a Câmara de Almada.

GALERIA DE SANT 'IAGO (Centro M. Bica, loja 63 - Almada): Pintura de Maria José Camões.

GALERIA ARTE & VIDEO (C. Comercial Piedense-Cova da Piedade): até 6 de Janeiro.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO BARREIRO: até 15 de Janeiro, uma exposição sobre "O Distrito de setúbal e a Leitura Pública"

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

COMPANHIA NACIONAL DE BAILADO do T.N.S. CARLOS
Direcção Artística de ARMANDO JORGE

COPPÉLIA
(Bailado em 3 actos)

DEZEMBRO, 22, 27 e 28 (21.00 h), 23 e 30 (16.00 h)
JANEIRO, 4, 5 e 6 (21.00 h), 7 (16.00 h)
no
Teatro Municipal de S. Luiz

Coreografia: JOHN AULD,
segundo A. SAINT-LÉON,
M. PETIPA e E. CECCHETTI
Música: LÉO DELIBES
Argumento: CHARLES NUITTER
e ARTHUR SAINT-LÉON
Cenografia e Figurinos: PETER FARMER
Luzes: DAVID MOHR

ARTISTAS PRINCIPAIS
ADELINE CHARPENTIER,
DIDIER CHAZEAU (22, 23, 27, 28, 30)
CRISTINA MACIEL, PATRICK ARMAND* (4, 5, 6, 7)
JOHN AULD** (22, 23, 28)

BILHETES À VENDA: Bilheteira do Teatro Municipal de S. Luiz
AGÊNCIAS: ABEP e ALVALADE.

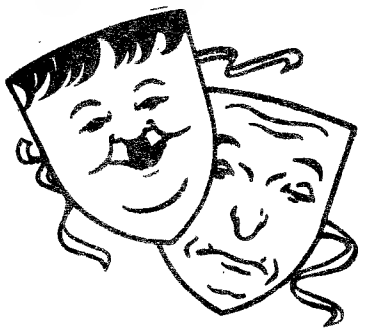
* Artista convidado
** Participação especial

Preço máximo: 1 650$00
Preço mínimo: 500$00

Apoio da Câmara Municipal de Lisboa
Patrocínio da Fundação de Mecenato Cultural do Teatro Nacional de S. Carlos
Dia 28 — Espectáculo para o "Metropolitano de Lisboa", E.P.

APOIOS: RTP / antena 1 / Rádio Comercial / Correio da Manhã

3.ª a SÁB. 21.30h
MARQUE JÁ!



SÁBADO e DOMINGO 16h P/TODOS

O ÊXITO TEATRAL DO NOVO ANO!

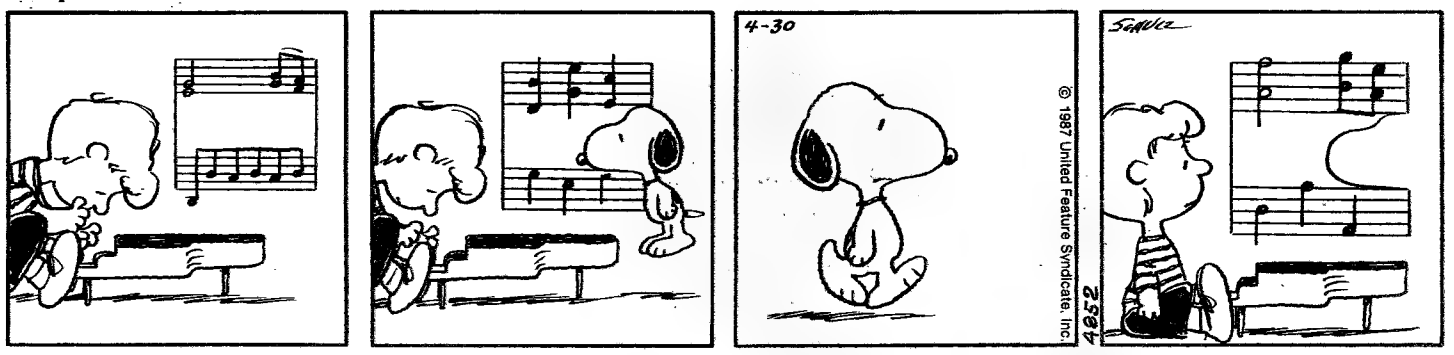
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA

UM ESPECTÁCULO PARA RIR E DANÇAR DEPOIS

«DELICIOSO» — J. L. ALVES — **EXPRESSO**
«LEVE, DESCONTRAÍDO» — F. MIDÕES — **D. NOTÍCIAS**
«IMAGINATIVO e DIVERTIDO» — T. LÍVIO — CAPITAL
«EU VOU VER E LEVO A MINHA MENINADA» — CARLOS PINHÃO — **A BOLA**

RITZ CLUB — RUA DA GLÓRIA, 57
Telef. 32 51 40 — LISBOA

SNOOPY POR SCHULZ



CARTAZ/TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

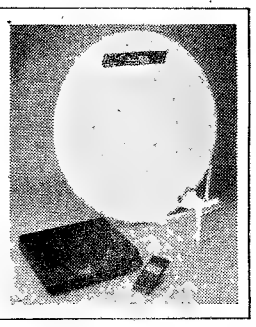
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
Persil, Decimal-A Baleia, O Urso Bolke, Os Amigos de Ovide e As Aventuras do Bocas
18.30 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
Concurso
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.09 - DESCOBRIR OS DESCOBRIMENTOS
20.11 - BOLETIM AGRÁRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
20.15 - VALE TUDO
21.15 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
21.30 - LOTAÇÃO ESGOTADA
«O Navio» (E La Nave Va), um filme de Federico Fellini, com Freddie Jones, Barbara Jefford, Victor Poletti, Peter Cellier e Elisa Maidardi. No decorrer de uma viagem de barco, organizada por um grupo de admiradores de uma cantora de ópera que decidem a um tempo lançar ao mar as suas cinzas e evocar a sua memória, vêm ao de cima todos os fantasmas e obsessões dos que, no alto mar, se cruzam no interior de um enorme paquete. Na abertura, a curta-metragem de desenhos animados «It's Nice Mouse Around House».
23.45 - 24 HORAS
00.15 - REMATE

RTP-2

16.55 - OS CAMPBELLS
12º episódio: um amigo de James envia o filho para o Novo Mundo, a fim de o «transformar num homem». Clarence Wellington-Smythe é um ser arrogante e «snob», que ganha a antipatia da família Campbell.
17.20 - UM BILHETE PARA O OUTRO MUNDO
3º episódio
17.45 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
10º episódio da série extraída do livro homónino do escritor brasileiro José Mauro de Vasconcelos: Zezé e Luisinho sentem-se muito tristes, pois o Natal está muito próximo e não poderão receber nenhuns presentes, nem comemorar, pois não há dinheiro nem sequer para comerem como deve ser. Diogo vai falar com Paulo e acaba por discutir com Jandira.
18.20 - DESCOBERTAS SUBAQUÁTICAS
8º e último episódio: a moderna tecnologia permite, actualmente, que o Homem explore as mais longínquas profundezas do leito oceânico, o que, por exemplo, se comprova através da recente descoberta do «Titanic», o navio naufragado no Atlântico. este documentário foca o tema controverso do destino a dar a este tipo de achados, bem como ao de armas, jeeps, carros blindados e aviões.
19.15 - CLÁSSICOS DA TV
«O Homem da Carabina - Johnny Staccato»
20.10 - LUSITÂNIA EXPRESSO
29º episódio
20.35 - OBRAS PRIMAS DA PINTURA
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 -IMAGEM E IMAGENS
«Melies 88»
22.30 - SÉCULO XX
«A Revolução Genética», 4º episódio: neste documento aborda-se mais um dos impressionantes progressos atingidos pela ciência genética: a hipótese de eliminar a poluição originada por resíduos tóxicos, que há anos existia num determinado sítio e estava a afectar profundamente o meio ambiente.
23.20 - MÚSICA N' AMÉRICA

No 1º Canal às 21,30, em «Lotação Esgotada», «O Navio» de Fellini

ALBA
ANTENAS PARABÓLICAS ACESSÍVEIS A TODOS
INFORME-SE NA
AUDIMAX
TEL. 410 62 75
ALGÉS



AMANHÃ

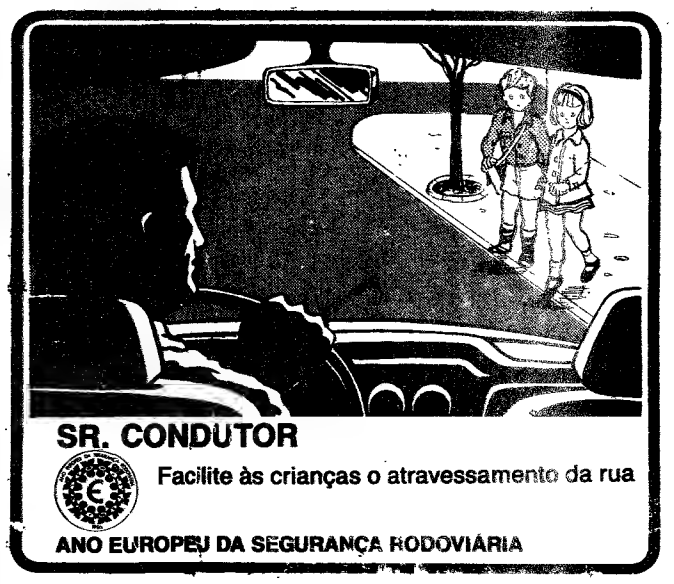
RTP-1

09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ, COM RUA SÉSAMO
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA DIA A DIA - PORTO
13.30 - UM ANJO NA TERRA
14.15 - PALAVRAS CRUZADAS
15.15 - UM OLHAR SOBRE A NATUREZA
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.25 - RUA SÉSAMO
18.55 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA - LISBOA
20.05 - O TEMPO
20.08 - DESCOBRIR OS DESCOBRIMENTOS
20.15 - BOLETIM AGRÁRIO
20.20 - VALE TUDO
21.10 - «WHO AM I THIS TIME?»
Musical com Jean-Michel Jarre
23.10 - 24 HORAS
23.40 - REMATE

RTP-2

15.00 - FILHOS E FILHAS
15.25 - AGORA, ESCOLHA!
16.55 - BENJI, ZAX AND THE ALIEN PRINCE
17.20 - UM BILHETE PARA O MUNDO
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.40 - OS HENDERSON
19.30 - OS CLÁSSICOS DA TV
20.25- PRIMEIRO ANDAMENTO
Musical
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - MAUDE
21.55 - A HORA DA VERDADE
23.05 - QUINTA DIMENSÃO

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...
RTP 1
LOTAÇÃO ESGOTADA
RTP 2
MELIES 88
BLAUPUNKT
Grupo BOSCH
Um pequeno ponto faz a diferença



SR. CONDUTOR
Facilite às crianças o atravessamento da rua
ANO EUROPEU DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

«A derrota da direita nas autárquicas foi estrutural e seguramente vai acarretar alterações no campo da direita.»

Basílio Horta, «O Diário», 02.01.90.

A PERGUNTA DO DIA

João Proença secretário-executivo da UGT

Justifica-se a extinção do Conselho de Concertação Social para o susbstituir por um Conselho Económico e Social mais alargado?

«Para a UGT o importante não é saber se o CPCS se extingue ou não, mas sim o que vai acontecer à Concertação Social em Portugal.

Com efeito sempre privilegiamos o diálogo e a concertação e estivemos, desde a primeira hora, com a criação do CPCS. Um conselho que tivesse carácter consultivo e, acima de tudo, permitisse a celebração de acordos bi ou tripartidos. Assim aconteceu com a política de rendimentos, cujos acordos tiveram um papel fundamental no relançamento económico e na criação de empregos. E os mesmos só veriam posteriormente a frustrar-se porque o Governo faltou aos compromissos assumidoos.

Há, pois, que manter a concertação, embora em moldes que permitam às partes, nomeadamente os parceiros sociais, explorar todas as potencialidades do diálogo, sem qualquer ligação com interesses governamentais ligados a meros ciclos eleitorais.

Quinta-feira no

Diário de Lisboa

A crónica de Francesco Alberoni

«A comida é mais importante que a política» por Alfredo Margarido

O auto-retrato de Elina Guimarães

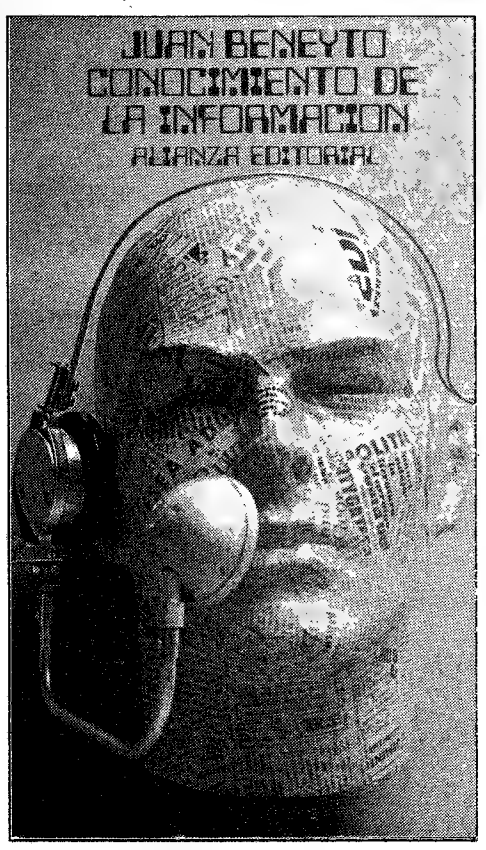
MEDIA

Novos investimentos estão a animar o campo da comunicação social portuguesa. O anunciado «Público», mas ainda não aparecido, está já a gerar movimentações no mercado.

Novo ano: maior concorrência na Imprensa

Um novo ano começa e na comunicação social portuguesa anunciam-se novos projectos e novas iniciativas editoriais. 1990 promete maior concorrência entre os jornais, novas frequências radiofónicas regionais e a preparação do terreno legislativo para a televisão privada.

O Estado prepara-se para completar a alienação dos jornais ainda na sua posse. A quota que o «Diário de Notícias» tem no capital social do «Jornal de Notícias» - cerca de 54 por cento - será colocada a concurso até ao final do primeiro trimestre, confirmou o *DL* de fonte oficial. Finda esta operação, iniciar-se-à a privatização do «Diário de Notícias», a ocorrer previsivelmente antes do final do ano.



Ontem, anunciava-se o aparecimento de um novo jornal diário: o «Público». Problemas técnicos terão estado na origem do adiamento no seu arranque. Por enquanto, não se conhece data definitiva para o lançamento no mercado. Mas, enquanto uns tentam lançar-se, outros reforçam a sua iniciativa editorial. Semanários e diários preparam-se para novos embates de mercado.

O «Diário de Notícias» tem aproveitado a comemoração dos seus 125 anos para apresentar novos produtos editoriais e para desenvolver acções de promoção. Um suplemento desportivo, a reformulação da revista de domingo, edição de livros, realização de concursos e exposições têm procurado, como referiu ao *DL* Dinis de Abreu, «demonstrar que o jornal não está parado no tempo». O ano começa e novas iniciativas se anunciam: a história contemporânea contada em 24 separatas, um suplemento especial de banda desenhada (o «BDN»), a informatização da redacção, o assinalar do cinquentenário da inauguração do edifício-sede do jornal e a edição de dois livros de entrevistas e de mais um volume da história do «DN».

Também o «Correio da Manhã» não está parado. Há dois dias iniciou a publicação de um suplemento a cores em papel de melhor qualidade. O desporto, tal como tinha acontecido com o «DN» há cerca de um mês, foi o tema escolhido. A razão parece simples: o desporto é um tema popular e que tem vindo a ganhar público crescente. Logo, pode ser receita de êxito fácil.

Na área dos semanários, a concorrência leva também a novos esforços de renovação. «O Independente» lançou na semana passada um novo suplemento. Chama-se «Destaque» e é um caderno temático destinado a um tratamento aprofundado de questões de actualidade. Em paralelo, investiu em publicidade, pois há que acautelar a sua posição no mercado face a potenciais concorrentes.

O «Expresso» iniciou ontem uma campanha de publicidade que tem como frase-chave: «Acredite, se ler no Expresso». Pelo que afirmou ao *DL* José António Saraiva, director daquele semanário, trata-se de «publicidade de prestígio, programada há muito tempo».

Há mais de seis anos que o «Expresso» não se promovia com uma campanha de publicidade e não deixa de ser curioso que o faça agora, no mesmo dia em que se previa o aparecimento do «Público». Mais curioso ainda é constatar que o aumento de tiragem prejudica financeiramente o jornal, pois existe um diferencial negativo entre o preço de capa e o preço de produção. Apesar disto, José António Saraiva recusa-se a relacionar o anunciado aparecimento do jornal de Vicente Jorge Silva com a campanha publicitária do «Expresso». Este jornal, a partir de sábado, vai aparecer com o suplemento «Cartaz» a cores e em formato A4.

No campo radiofónico, até Fevereiro será aberto concurso para a atribuição de frequências regionais. Fonte governamental assegurou ao *DL* que os moldes do concurso serão semelhantes aos do já realizado para as frequências locais. Quanto às frequências locais disponíveis, dada a inexistência de candidatos interessados, poderão ser de novo colocadas a concurso «desde que haja um número razoável de candidaturas» - afirmou a mesma fonte. Quanto à Rádio Comercial, o Governo não parece estar interessado, para já, em iniciar a sua privatização. Há que deixar estabilizar o espectro radiofónico e depois aguardar melhores dias para a sua devolução à iniciativa privada.

O exercício da actividade de radiotelevisão vai estar também na ordem do dia. O Partido Socialista apresentou na Assembleia da República um projecto-lei que vai ser discutido no próximo dia 11. O Governo prefere começar por legislar em matéria de Alta Autoridade para a Comunicação Social, prevista na recente revisão constitucional. A proposta de lei foi já aprovada em Conselho de Ministros e vai seguir para o Parlamento. Em breve, ainda neste primeiro trimestre - segundo fonte oficial -, o Governo apresentará a sua proposta de abertura da televisão ao sector privado. Tudo isto está a ser decidido entre o gabinete do secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e da Juventude e o gabinete do primeiro-ministro. A aprovação da legislação, a sua regulamentação e a abertura do concurso vão demorar vários meses, não sendo crível que a televisão privada em Portugal apareça ainda este ano. O ritmo do processo e a oportunidade escolhida serão questões políticas cuja responsabilidade está concentrada em Cavaco Silva.

António José Teixeira

. Porque me interesso pela semiologia, essa relativamente nova ciência dos sinais através dos quais comunicamos (como se não tivessemos comunicado antes, na era pré-científica...), fiquei encantado com o aeroporto de Frankfurt, aquele cruzamento de tráfego aéreo europeu. Festival, digo eu: os corredores extensos, os espaços múltiplos, cheios e vazios, alguns com o cenário em movimento e o chão rolante, os planos diversos, tudo isto bombardeou-me com os sinais de múltipla orientação. Eficácia, gosto, simplicidade, essa um tanto obcessiva que por vezes desorienta.

Nós somos retóricos: pedimos aos sinais também uma mínima discursividade. Mas já não está quem falou.

Não está: porque um homem que gosta de saber como se aplicam os códigos de informação numa linguagem sem palavras, no aeroporto de Frankfurt está no sétimo céu. De um sinal a outro, de uma cor a outra, de um jogo de contrastes, de tamanhos variáveis e dinâmicos, avanço, admirado, atento, tomando as notas no bloco, nessa posição incómodo de ter as malas sempre nas mãos, porque, como se diz, ou antes, como se mostra semiologicamente, todo o cuidado é pouco e os ladrões esperam a ocasião.

Aconteceu o que tinha de acontecer. Superorientado perdi-me.

Estudar a semiologia é uma coisa, mas ser o seu adepto excessivo é outra. O excessivo acaba sempre numa abstracção.

Se não me salvasse um velho bêbedo, com uma garrafa na mão, que tinha o evidente desejo de falar com alguém, falar sobre tudo e sobre nada, ou contra tudo e contra nada, sem levantar uma vez os seus olhimos lacrimejantes, ainda estaria lá, sem saída, nesse paraíso semiológico no aeroporto de Frankfurt.

Jorge Listopad

VAI ACONTECER

Amália no Coliseu

No próximo dia 8, Amália Rodrigues comemora os seus 50 anos de carreira com um espectáculo no Coliseu dos Recreios, em Lisboa. Amália vai cantar os maiores sucessos da sua carreira enquadrada por um dispositivo cénico de Artur Casais, com som de João Azinheira e luminotécnica de Pedro Leston. Ao espectáculo vai assistir o Presidente da República.

Geninha no S. Luís

No dia 12 é a vez de Eugénia Melo e Castro se apresentar no Teatro S. Luís, também em Lisboa. O roteiro do espectáculo assenta nos quatro discos gravados até ao momento pela cantora, incluindo alguns temas novos. A direcção musical é de Mário Laginha e a cenografia de António Campos Rosado.

A.M.A. ® Auto Monumental do Areeiro S.A.

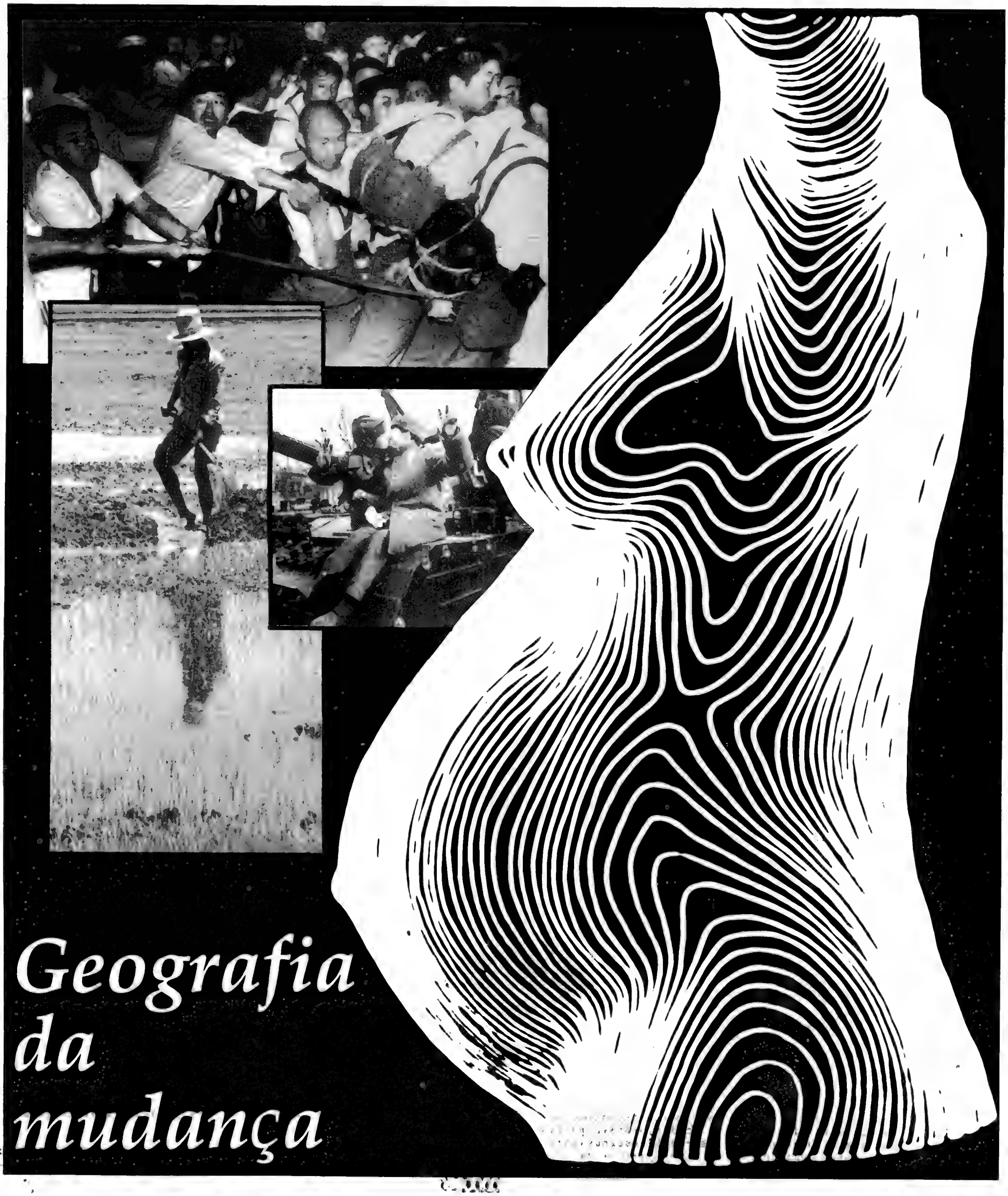
CONCESSIONÁRIOS VW Audi

AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telefs. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

Suplemento do «Diário de Lisboa» de 3 de Janeiro de 1990

DL ESPECIAL ANOS NOVENTA 2.



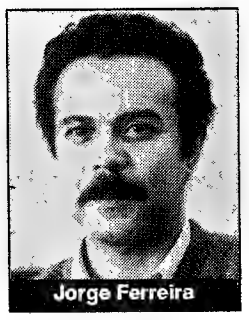
Geografia da mudança

Mappa Mundi

Equilíbrios e consensos

A década de 90, que com armas e bagagens nos bate à porta, anuncia-se, no plano internacional, como uma época prenhe de realizações. De acontecimentos que, salvo eventuais escolhos de percurso, poderão conduzir a consensos para a criação de novos e mais ambiciosos equilíbros políticos, esconjurando o velho espectro do apocalipse, que ainda há escassos anos pairava sobre as nossas cabeças. O carácter porventura demasiado optimista desta antevisão, a dez anos do fim do século e do milénio, é naturalmente ditado pelas vertiginosas e surpreendentes mudanças que têm como palco os países do Leste europeu.

Quando há quatro anos Gorbachev, confrontado com o marasmo da realidade soviética, encetou corajosamente a sua *perestroika*, a reacção do Ocidente foi de incredulidade, de desconfiança. Ninguém lograva então prever com acerto a evolução desse processo. E muito menos as suas explosivas repercussões nos Estados satélites da URSS, onde a pressão popular tem sido, desde a primeira hora, o elemento propulsor das mudanças, globalmente direccionadas para a liberdade e democracia.


Jorge Ferreira

O recente encontro de Malta, entre o Presidente Bush e o seu homólogo soviético, terá funcionado como o lançamento da primeira pedra do grande edifício do futuro, mas um longo caminho terá ainda que ser trilhado, para se alcançar o fim dos receios e desconfianças mútuas, sobretudo no domínio militar.

O desanuviamento esboça-se, aparentemente sem problemas de maior, mas há aspectos que o Ocidente inflexivelmente pretende acautelar, para que o ontem não se repita amanhã. E é neste contexto que os aliados da NATO se mostram contrários à dissolução da aliança, defendendo antes a manutenção da sua força, como elemento dissuasor face ao até aqui adversário Pacto de Varsóvia. Numa altura em que se ventila a ideia de uma Europa unida do Atlântico aos Urais, mas também da reunificação alemã, uma CE forte tem plena justificação, como contrapeso ao possível emergir de uma nova potência económica, que alteraria substancialmente os dados no xadrez continental.

Para além destas ressalvas, parece evidente que um quadro mundial de paz e progresso seria terrivelmente prejudicado se, por hipótese remota, as reestruturações nos países comunistas viessem a registar uma inversão e/ou a reposição do modelo anterior, hoje amplamente contestado. Daí a importância vital da ajuda ocidental a esses países, alguns dos quais (como a URSS e a Polónia) enfrentam autênticos quebra-cabeças económicos. O renascimento económico desses Estados constituirá, como parece ser um dado adquirido, a melhor garantia para a manutenção e aprofundamento das democracias nascentes. E nestas circunstâncias, a onda liberalizadora em curso terá maiores hipóteses de dar origem a modelos políticos, não necessariamente idênticos aos do Ocidente; mas que, aproveitando os aspectos sociais positivos (que também os houve) do velho regime, trariam um considerável enriquecimento ao panorama europeu.

Uma evolução nesse sentido reforçaria certamente o entendimento e cooperação entre os dois grandes e a maioria dos conflitos regionais (Médio Oriente, Ásia, América Latina, etc.) tenderiam mais facilmente para uma solução negociada. Por outro lado, os regimes comunistas avessos à mudança, bem como outros, arautos de soluções fascizantes, ver-se-iam, perante o isolamento internacional, compelidos a introduzir aberturas e, em última análise, a enveredar pela democracia. Consolidada de facto, a democracia, tal como a experimentamos, transformar-se-ia num valor cultural comum (Leste-Oeste). Paralelamente, a queda das abissais e decisivas divergências, com a adopção generalizada, a Leste, da economia de mercado, tenderia a esbater gradualmente as diferenças.

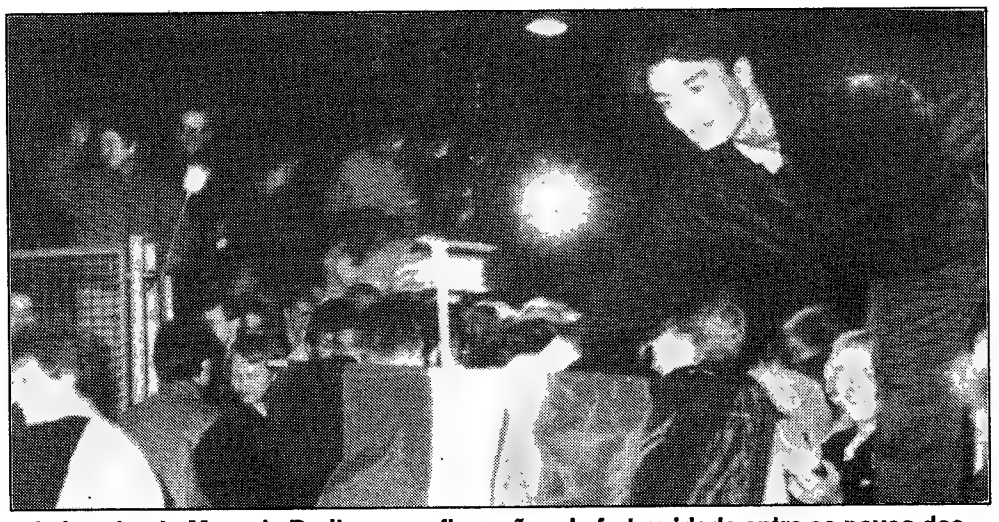
Mas aqui surge um senão. E não há "bela" que o não tenha. É que o capitalismo de cariz monopolista, no qual o Ocidente cada vez mais se afunda, já mostrou os seus aspectos gritantemente negativos. E não é crível que os países de Leste embarquem nessa via estafada e comprovadamente desumana. É aqui que entra em acção o germe de uma terceira via, ou seja, o que, à falta de uma designação mais apropriada, se poderia apelidar de capitalismo socializado (ou socializante). Um sistema em que o indivíduo deixe de ser mera peça de uma grande máquina criadora dessa moderna forma de escravatura.

Face a esta circunstância, um perfeito ajustamento Leste-Oeste exigiria, ou exigirá, a médio ou longo prazo, uma socialização a Ocidente. Se se quiser, uma *perestroika*. É obra que levará muito tempo a edificar. Mas estamos em crer que lá se chegará.

A História do nosso século registou demasiados erros, que levaram a dois conflitos mundiais, cujas mazelas cavaram ainda mais o fosso da divisão humana. Mas uma Terceira Guerra, todos estão de acordo, não é um facto "encarável", na medida em que poderia

O mais vital dos enigmas: a Paz

Apesar da atmosfera de esperança, os novos não poderão dormir descansados enquanto as questões decisivas não começarem a ser resolvidas


O derrube do Muro de Berlim e as afirmações de fraternidade entre os povos das duas Alemanhas são aparentemente uma garantia de paz numa das frentes tradicionalmente mais tensas entre os dois blocos. Mas até que ponto a paz está garantida, aí ou em qualquer outro ponto?

Perante o futuro somos sempre mais um Édipo tentando decifrar o enigma da esfinge. Tentemos averiguar três pistas de solução para o maior e mais vital dos enigmas: o da paz.

Os acontecimentos do final da década são na verdade surpreendentes. Solução pacífica de conflitos regionais, diálogo permanente entre as grandes potências e, sobretudo, uma redifinição do *statos quo* europeu herdado de Yalta, tão profundo que dir-se-ia ser apenas possível na condição da ocorrência de um novo confronto bélico de grande envergadura.

Mas não. A paz é, pelo contrário, a herança, complexa e enigmática, desta década. Os anos oitenta começaram com os acordos funestos de graves «conflitos de baixa intensidade», com enorme potencial de escalada (Camboja, Afeganistão, Irão-Iraque, Malvinas), reflectindo o pior estado das relações entre os EUA e a URSS desde o bloqueio de Berlim nos tempos de Estaline e Truman. No entanto, mergulhando no futuro que agora se abre, esta mesma década deixou como legado a ciclópica tarefa de **encontrar um novo equilíbrio**, sem o qual a paz ficará perigosamente presa na teia frágil dos destinos de alguns grandes homens.

A Europa no centro das decisões

No início da década os europeus viveram a maior psicose nuclear desde o pós-guerra. A crise dos euro-mísseis (SS-20 soviéticos e *Pershing II* mais *Cruise* norte-americanos) tornou tangível a perspectiva terrível de um **holocausto nuclear** limitado à escala europeia. Enquanto nos clubes e *dancings* ecoavam as notas de uma apocalíptica canção de um grupo alemão de *rock* , «Visitem a Europa enquanto é tempo...», milhões de cidadãos desceram às ruas estupefactos pela iminência do conflito e pela impotência dos seus governos em detê-lo.

A tensão internacional focada na Europa, sobretudo na zona central de ficção entre o PV e a NATO, repercutia-se no pensamento estratégico. Faziam-se previsões de perdas em caso de guerra, novas doutrinas ofensivas - a Oeste com o general Benard Rogers, e a Leste com o marechal Nicolai Orgarkov - prometiam um novo *Blitzkrieg*. As negociações INF e START, inauguradas respectivamente em 1981 e 1982, crisparam-se até ao malogro em Novembro de 1983. Como se isso não bastasse, em Março desse ano, o presidente Reagan, num discurso iluminado perante a televisão, afirmava aos norte-amricanos e ao mundo que os EUA iriam conquistar a segurança através de um escudo espacial: era a **guerra das estrelas**.

A descompressão, como todos sabem, iniciou-se igualmente na Europa. Ao tomar o poder em Moscovo, Gorbatchev afirmou o que já há muito os especialistas das relações económicas e políticas internacionais sabiam: a URSS era um colosso bélico com pés de barro. Por sob a panóplia das ogivas intercontinentais e atrás do horizonte enegrecido pela formação cerrada dos seus 50 mil carros de combate, a URSS apresentava uma economia estagnada, uma sociedade civil desmoralizada, pobre, vivendo dos expedientes da economaia paralela. O cancro borucrático e moral do estalinismo ameaçava transformar Moscovo numa potência regional, corroída por tensões e forças centrífugas.

O futuro do desanuviamento passa agora igualmente pela Europa. As interrogações, de cuja resposta depende a **interacção sistemática** das relações intercontinentais de poder encontram no Velho Continente a sua âncora. Poderá a perestroika vencer o desafio económico dos próximos dois anos, sossegando a opinião pública, apaziguando os nacionalismos e preparando o caminho para a etapa seguinte do pluralismo político? Será o PV capaz de se manter no médio prazo como suporte do diálogo estratégico multilateral? Poderá a Alemanha como nação resistir à tentação de fundir os seus dois Estados, evitando uma precipitação incontrolada dos factores caóticos contidos em qualquer mudança de fundo? Será a Comunidade Europeia suficientemente hábil para consolidar não só o mercado único, mas para acelerar a transferência de parte das soberanias nacionais para órgãos políticos comuns legitimados democraticamente?

O problema europeu resume-se numa pergunta: será a consciência europeia de uma cultura e destino comuns capaz de produzir as instituições políticas, económicas e militares que salvaguardem e perspectivem planetariamente esse património colectivo?

Do confronto à hegemonia partilhada

Os líderes de Washington e Moscovo não se converteram aos imperativos morais da paz perpétua de Kant ou do presidente Wilson. pelo menos não é necessário admiti-lo.

A sucessão anual de cimeiras de alto-nível,

tomar as proporções de um hecatombe, sem vencedores para contar o sucedido.

Ao avanço tecnológico, considerável nos nossos dias, deve, pois, corresponder um avaço humano, espiritual, sem o que a balança penderá sempre para o lado destrutivo.

Estamos hoje, no limiar da fase adulta da humanidade, em posição de iniciar a remoção das montanhas de contradições e choques de interesses, que sempre estiveram na origem das Grandes Guerras. Haja visão e vontade, ampla vontade política, que muitas hipóteses surgirão, como nunca até hoje, para uma paz e desenvolvimento duradouros.

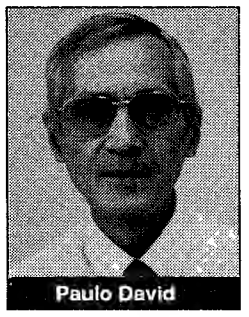
Mercado Único ex-soviético

A quem quiser prospectivar a União de Repúblicas Socialistas Soviéticas para a década de 90 aconselha-se o uso da imaginação, mais ou menos fundamentada, porque da previsão científica virá pouca informação útil. Dado o conselho, sigo-o eu próprio.

Os acontecimentos do fim da década de 80 tornaram convincente a ideia de que o Império Soviético caiu. Pode-se-lhe acrescentar, como proposta de interpretação, o que já se conhece doutros processos de descolonização. Segue-se que o primeiro desafio levantado pela imaginação prospectivante é o de dizer que a sigla «URSS» passará, algures nos próximos anos, a significar aquilo que hoje é apenas uma das Repúblicas constituintes da União: a República Socialista Federativa Soviética da Rússia, aquela que, grosso modo, se limita a ir de Leninegrado ao Estreito de Behring, pelo norte...

Na próxima década - daqui a três, cinco anos, diz-se na Estónia, na Letónia e na Lituânia - as três Repúblicas Bálticas proclamarão a sua plena soberania. Isso resultará do processo concreto de emancipação iniciado no Verão passado; terá em conta um «timing» que não prejudique o avanço da perestroika (aliada natural dessa emancipação); será precedido pela anulação oficial do Pacto Germano-Soviético de 1939; consagrará a reconversão das economias bálticas e arrastará, possivelmente, outras independências. De entre a Ucrânia, a Bielorrusia, a Geórgia e a Arménia, para só citar estas, a Geórgia ou a Arménia poderão ser as primeiras.

Falámos de um processo de descolonização. Admita-se o risco de considerar dupla essa descolonização. Uma parte respeita aos países satélites do Leste europeu, já libertados. A outra fará corte e separação no território da própria URSS. A característica será a consequência de os soviéticos terem, este século, formado um império à semelhança dos impérios clássicos de Alexandre, de Carlos Magno, de Carlos V e de Napoleão, por exemplo, ou seja impérios dotados de continuidade territorial, o que não aconteceu com os impérios coloniais.



Paulo David

O núcleo maior, mais forte e restante desse império soviético poderá ser a República Socialista Federativa Soviética da Russia. Com cerca de 17 milhões de quilómetros quadrados e de 150 milhões de habitantes, estende-se do Mar Báltico ao Pacífico, o seu território é abrangido por 11 fusos horários, contem uma centena de etnias diferentes, consagra a seu modo a dura verdade de que «soviético» não é identificação étnica e a ela pertencem as maiores riquezas naturais, agrícolas e minerais, da União. É 1,7 vezes maior do que toda a Europa. Como «resto» de império tem algum interesse.

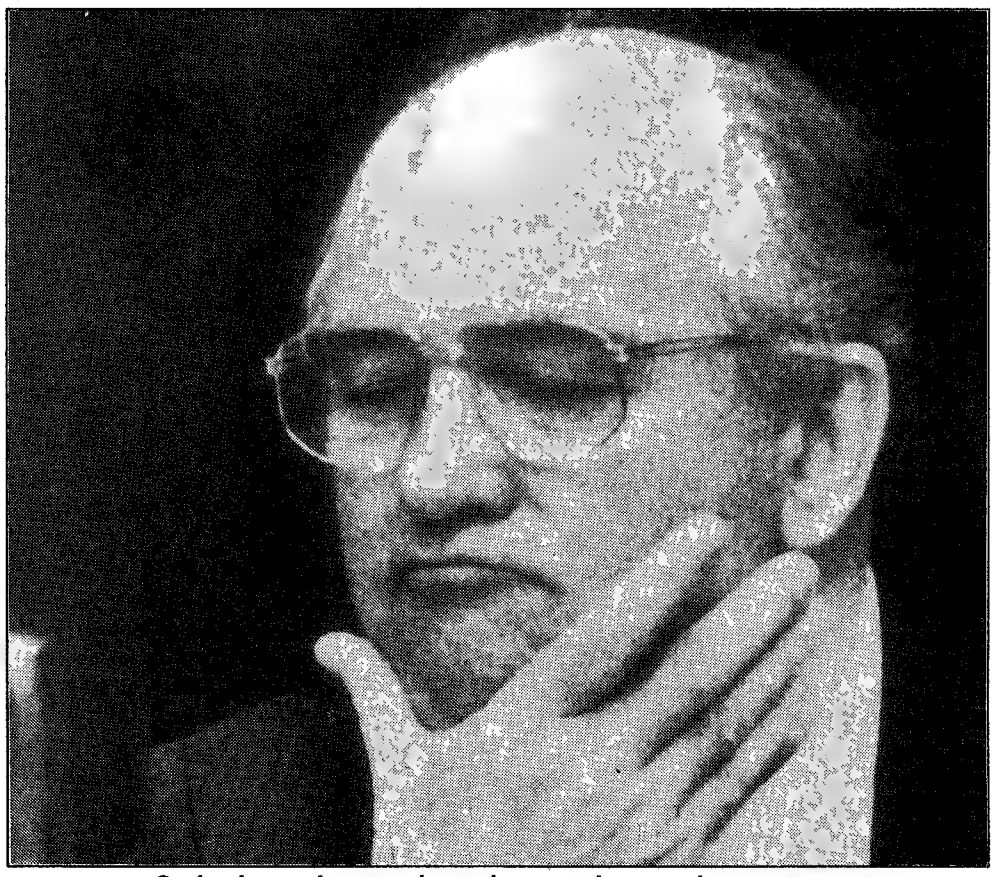
Disse-me um diplomata ocidental acreditado em Moscovo: «Creio que, passado este processo de reconversão que a União atravessa, eles tentarão atingir o que é o seu ideal aproximado embora oficialmente não confessado: criar algo de muito parecido com o Mercado Único que a CEE vai ser a partir de 1 de Janeiro de 1993; isso resolveria os problemas das soberanias, da multiplicidade das etnias, das grandes variações de culturas e da diferenciação e da complementaridade das riquezas naturais e das economias».

Mas quem será o Jacques Delors desse processo?

A Europa levou 46 anos desde o começo da sua descolonização colonial até à entrada em vigor do Mercado Único: em 1947 a independência da Índia, em 1993 o Mercado Único. Conseguirá a actual União Soviética realizá-lo em dez anos? E, insiste-se, quem dirigirá o processo até ao seu termo?

Os políticos que dão começo à dissolução de impérios normalmente não lhes sobrevivem.

Para Gorby, com admiração e receio.



Gorbachev: o homem da mudança - o homem da esperança

desde a de Genebra em 1985 até à de Malta, no início deste mês, é um sintoma de uma nova atmosfera. Mas há mais: intensifica-se o comércio bilateral, apagam-se as interdições antigas, acentua-se o intercâmbio cultural e científico e os EUA apoiam as pretensões soviéticas de pertencer às instituições financeiras internacionais. Longe vai o tempo das T-shirts californianas onde se lia: «**Kill a russian**». Mas mais distante ainda se encontra a época das fanfarronices de Krutschev pretendendo bater os indicadores económicos norte-americanos no exterior do mercado mundial...

Como compreender racionalmente tal mudança de conduta, à luz dos ditames do egoísmo político? Há muito que tanto os EUA como a URSS ultrapassaram o seu pico máximo de poder. A URSS já nem sequer é paradigma para os seus aliados directos, e a péssima experiência africana e asiática da sua política externa torna-a numa «cooperante» de *ultima ratio* . Os EUA, à sua escala, padecem de algo semelhante. O Japão, a CEE (e nela com particular destaque a Alemanha Ocidental), a Índia, a China, os países de menor dimensão da bacia do Pacífico emergem ou como novas potências económicas, ou como novas potências militares ou, tendencialmente, como as duas coisas em simultâneo.

A **hegemonia partilhada** é o conceito que, segundo julgo, melhor exprime os imperativos racionais condicionadores de uma conduta **parcialmente comum** de Washington e Moscovo. Ambas as capitais têm interesse em que a unificação europeia não se faça à custa da sua marginalização. O mercado soviético é tão atraente para Washington como a tecnologia ocidental para Moscovo. Depois, é possível encontrar pontos de interesse mútuo no Extremo-Oriente. Com efeito, um bom entendimento soviético-americano poderá ser uma boa prevenção dos potenciais conflitos indiano-chineses do início do próximo milénio. E muito mais.

As questões fundamentais

Respira-se no ar uma atmosfera de esperança. Quem o poderá negar? No entanto, os povos não poderão dormir descansados enquanto as questões decisivas não começarem (trata-se de um longo processo) a ser resolvidas.

E quais são elas?

Em primeiro lugar, a paz e o desarmamento nuclear e convencional jamais poderão ir até ao seu bom termo sem a construção e o fortalecimento de **novas possibilidades para o diálogo multilateral**. Como acreditar na renúncia global às armas nucleares de soviéticos e norte-americanos, se uma dezena de outros países as mantém sem qualquer restrinção? O mundo tem problemas mundiais sem, todavia, existirem instituições internacionais com poder para os enfrentar. Necessitamos de uma ONU reforçada, capaz de dissuadir as agressões de grandes contra pequenos Estados. Precisamos de doutrinas estratégicas não-agressivas. A NATO e o PV não podem desaparecer sem deixar alternativas. O pior dos perigos seria regressar ao modelo das relações Estado a Estado, onde a força está sempre acima da justiça.

Em segundo lugar, precisamos de conceitos e novos valores políticos para enfrentar o desafio da sobrevivência. As nossas instituições e a linguagem dos nossos políticos ainda enraízam num tempo clausewitziano, um tempo anterior á impotência e neutralização dos exércitos pelo espectro da autodestruição termonuclerar.

No entanto, a realidade, a vida, já clamam numa linguagem pós-nuclear.

Nenhum novo equilíbrio de poder poderá ser ganho nas chancelarias se estas omitirem os símbolos da política futura: não apenas a destruição do Muro de Berlim, mas sobretudo Chernobyl, a Amazónia, o efeito de estufa, a destruição da camada de ozono, mas também a dívida externa do Terceiro Mundo...

A década seguinte, e as outras, terão que ser as da luta pela protecção do ambiente e pela solidariedade. Não se trata de uma conversão ética da política. Isso, infelizmente, jamais sucedeu. **Trata-se de um imperativo de sobrevivência colectiva**.

No século XX a humanidade atingiu o limite da sua relação tecnicamente agressiva com o planeta. As décadas futuras serão as da reinvenção do **sentido da Terra**. Esse é o novo nome do realismo político. E a nova bandeira da luta pela paz.

Viriato Soromenho Marques

João Cravinho : « Os conflitos poderão agudizar-se, mas tornar-se-ão mais racionalizáveis, mais socializados, mais fáceis de resolver de forma civilizada».

Europa : o centro do Mundo

João Cravinho: «A Europa não é mais fechada ao comércio e às relações internacionais do que qualquer outra zona»

O "Velho Continente" rejuvenesce. Depois de ter perdido durante algumas décadas o seu papel de líder económico, em favor dos Estados Unidos e depois também do Japão, a Europa tem-se vindo a firmar como parceira das grandes potências e caminha a passos largos para, na década de 90, ser de novo o centro do mundo. "Já nada se faz sem ser em função da Europa", afirma João Cravinho, vice-presidente do Parlamento Europeu.

Para este político, verifica-se já uma situação nova, pois que se passou de uma Europa do "euro-pessimismo, da euro-esclerose" para uma situação de dinamismo e de ressurgimento de potencialidades e de força que, por exemplo, impressionou muito os Estados Unidos.

"O que é interessante é verificar-se que, num espaço de tempo relativamente curto (cerca de cinco anos), se passou da ideia de que a Europa era a zona mundial em perda, para a ideia de que a Europa se reafirma", diz João Cravinho. E foram os Estados Unidos a lançar o temor de que a caminhada para o mercado único de 1992 era a construção da "fortaleza Europa".

Mas também a área do Pacífico, onde se regista um grande dinamismo económico de vários países e territórios, sente que tem de contar com a Europa, criando canais de cooperação com a nova Europa, a qual, também naquela zona geográfica, se teme possa vir a ser uma "fortaleza".

Temores que, diz Cravinho, não têm razão de ser. "A Europa não é mais fechada ao comércio e às relações internacionais do que qualquer outra zona", afirma, acrescentando que o Japão e os Estados Unidos são muito mais fechados.

Japão para o qual Cravinho reserva um papel de grande potência financeira dos anos 90, tomando o lugar dos norte-americanos. "Veja-se a sua capacidade de fazer aquisições de empresas, seja na Europa ou nos Estados Unidos", diz.

Estados Unidos que começam a pôr limites ao seu liberalismo face ao aumento dos investimentos japoneses e europeus no seu próprio território. A abertura total ao investimento estrangeiro como bandeira da eficiência, da eficácia e até do interesse de todo o mundo, é teoria que começa a abrir brechas profundas quando a prática a leva a aplicar-se no seu território.

E face à grande vitalidade europeia e da área do Pacífico, os Estados Unidos são forçados a passar por uma fase de reconversão, inclusivamente procurando parceiros para criar o seu próprio bloco económico. Para Cravinho, é este o significado do recente acordo estabelecido com o Canadá: um passo em frente na homogeneização do mercado da América do Norte.

Conflitos latentes

É evidente que este realinhar de forças económicas traz consigo diversos conflitos. Veja-se o caso já actual da agricultura , que gera um profundo desacordo entre os Estados Unidos e a Europa Comunitária, acusando os norte-americanos os europeus de subsidiarem e protegerem demasiado a sua agricultura e pretendendo que a verdade dos preços se manifeste nos mercados mundiais e no próprio mercado europeu.

Por sua vez, a Europa argumenta que a agricultura não pode ser vista apenas numa perspectiva economicista, pois que também é, para os europeus, um modo de vida, não podendo, portanto, esta actividade ser regulada apenas por mecanismos de mercado.

Por outro lado, os Estados Unidos praticam uma política monetária que leva o dólar (que ainda é uma moeda internacional) a ser regulado por puras conveniências internas. "Isto é, os Estados Unidos dispõem de uma moeda internacional, mas não assumem uma coerência de direcção internacional", afirma João Cravinho.

Nesta conformidade, os europeus ripostam alegando que o comércio mundial, os próprios interesses relativos de cada país, são falseados, visto que os Estados Unidos falam de uma concorrência em que o dólar é determinante. "Sendo o dólar controlado pelos Estados Unidos, há um falseamento dessa concorrência", sintetiza Cravinho.

Surge ainda a questão dos serviços financeiros. A Comunidade Europeia decidiu abrir o seu mercado às filiais e sucursais de grandes entidades estrangeiras, nomeadamente americanas e japonesas, em condições de reciprocidade, segundo uns, ou em condições de igualdade de concorrência regulada pelas leis existentes, segundo outros.

"As duas posições fazem uma grande diferença", refere Cravinho, que explica: "Enquanto a Europa caminha para uma ideia de um espaço integrado, de tal maneira que uma filial americana autorizada a praticar serviços financeiros no Reino Unido poderá, no futuro, prestar os mesmos serviços em todo o espaço europeu comunitário, a legislação americana não permite uma reciprocidade".

Na verdade, muitas das condições necessárias ao estabelecimento de serviços financeiros são determinadas pelos diversos Estados norte-americanos e não pelo Governo nacional. Portanto, a reciprocidade raramente existe e só virá a existir com uma alteração da legislação norte-americana.

Também foco de conflitos é a área dos serviços-chave que respeitam às grandes redes mundiais - as redes globais e em particular as telecomunicações. "Na Europa há, relativamente aos Estados Unidos, um sentido diferente do que é o interesse público, embora se verifique uma evolução tendente a uma aproximação de conceitos", comenta João Cravinho.

O factor Leste

Um dado novo foi, entretanto, lançado no tabuleiro de jogo internacional: uma autêntica revolução nos países do Leste europeu, que tem implicações políticas, económicas e militares. "Impõe-se um novo enquadramento político económico e militar que prefigura, do ponto de vista histórico, o início de uma época de grande mudança", afirma Cravinho, que acrescenta: "É fundamental compreender que não se pode abordar este tipo de problemas novos com velhas ideias".

Para ele, o eventual atenuamento dos conflitos políticos e militares entre o Leste e o Ocidente não significa que deixe de haver conflitualidade, embora de natureza diferente da anterior: "Menos perigosa, digamos assim, do ponto de vista do cidadão comum, mas porventura não menos intensa e com novas facetas".

João Cravinho considera que estamos perante um paradoxo: "A um aumento das necessidades de cooperação entre sistemas, regimes, países, regiões e pessoas, corresponde um aumento (nuns casos maior noutros menor) das possibilidades de conflito".

Há quem defenda que a Europa do sécula XXI poderá ser (não de certeza) mais parecida com a Europa do século XIX do que com a do século XX. E isto porque o início do século XXI vai ser muito marcado, tal como a década de 90, pelo problema das nacionalidades, das etnias, dos fundamentalismos religiosos.

"Ora isto é uma característica do fim do século XIX e do início do século XX, que parecia superada", diz Cravinho, que chama a atenção para a contradição que esta situação tem relativamente às ideias de supranacionalidade que vão grassando pela Europa.

E lembra o problema das nacionalidades por que passa a Jugoslávia e a União Soviética. E também, neste último país, os Estados com uma maioria de população islâmica. "Tudo está em evolução e o mundo de hoje é relativamente mais complicado. Quer dizer, o caminho que estamos a seguir na via da democratização, da extensão da liberdade, até do nacionalismo, é um mundo que não será, forçosamente, mais fácil que o anterior, embora porventura seja um mundo mais humano", acrescenta.

As esperanças

Para João Cravinho a década de 90 será, em síntese, uma época em que a cada um se vão pôr grandes problemas e conflitos, mas também a compatibilidade de soluções concretas entre as ideias de solidariedade, de cooperação e as, apesar de tudo, de rivalidade e de luta "pela côdea quotidiana, que para uns será de pão e para outros de pão-de-ló".

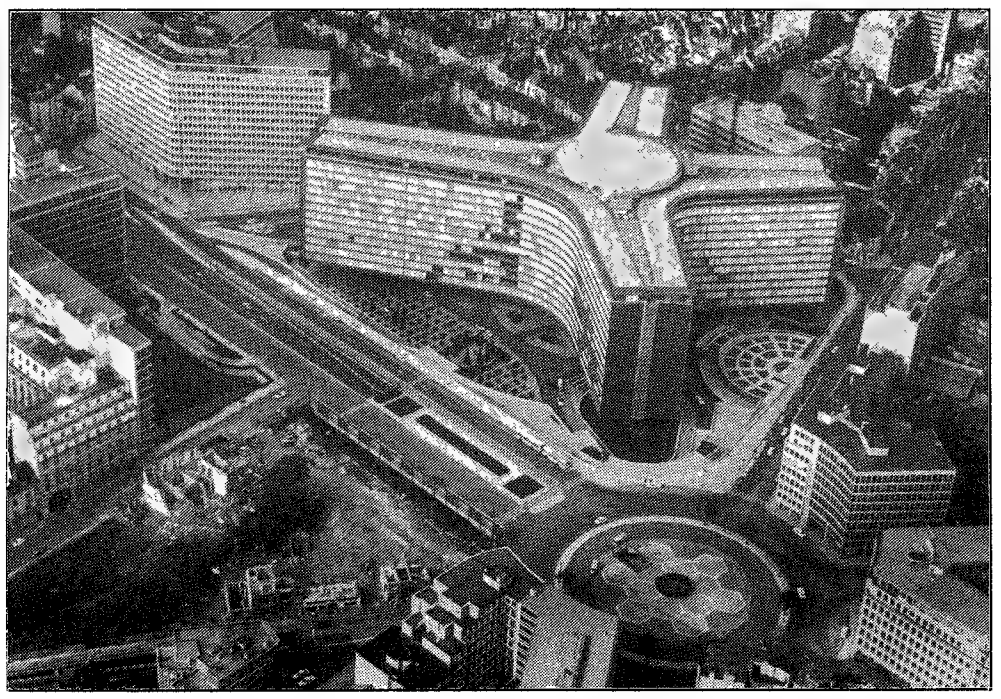
Faz questão em salientar que não vamos entrar numa "idade de ouro". E de reafirmar que os conflitos até se podem agudizar. "Tornam-se é , também, mais racionalizáveis, mais socializados, mais fáceis de resolver de uma forma civilizada", acrescenta.

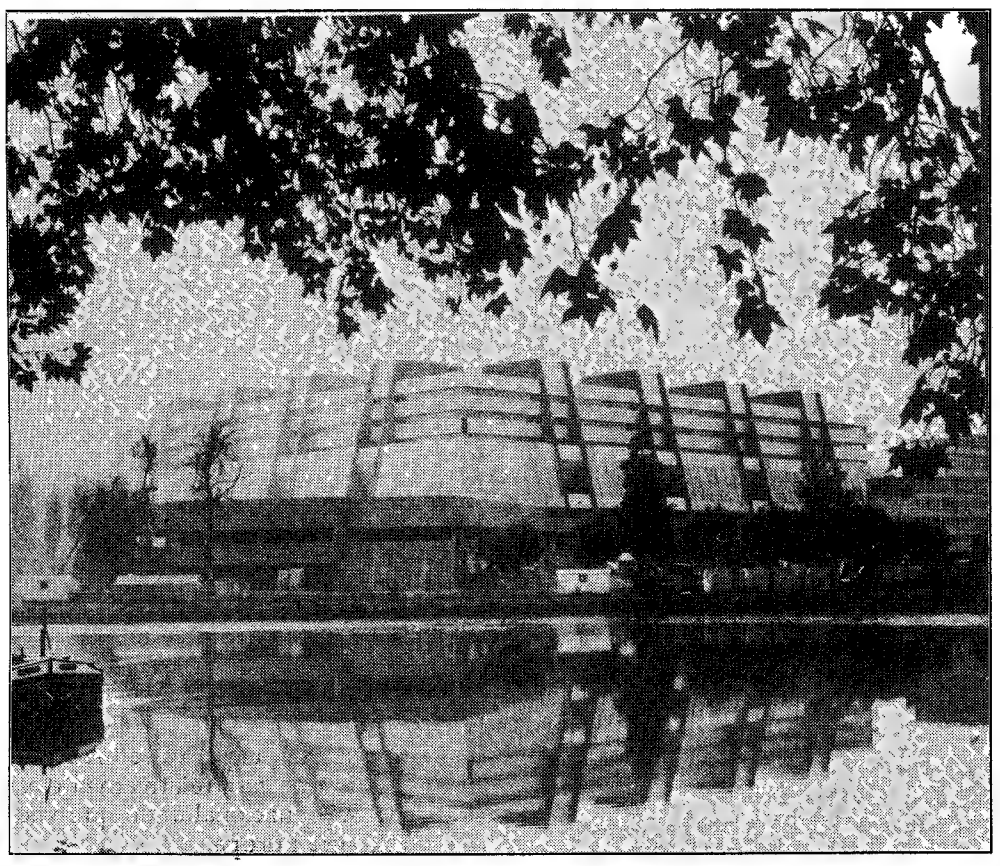
Cravinho acredita que a socialização do género humano vai ocorrendo. "Alguns dirão que isto é uma espécie de manifestação um bocado **naive** de afirmação da velha ideia (que vem do Século das Luzes) de que o progresso é inseparável de uma noção de esquerda, mas a verdade é que a esquerda acredita num aperfeiçoamento da natureza humana".E explicando melhor: "Hoje em dia já não se está bem nesse estádio, mas continua a haver uma noção de que a socialização, mais do que o socialismo, é um mecanismo de manifestação de superação daquilo que a natureza humana tem de mais rudimentar".

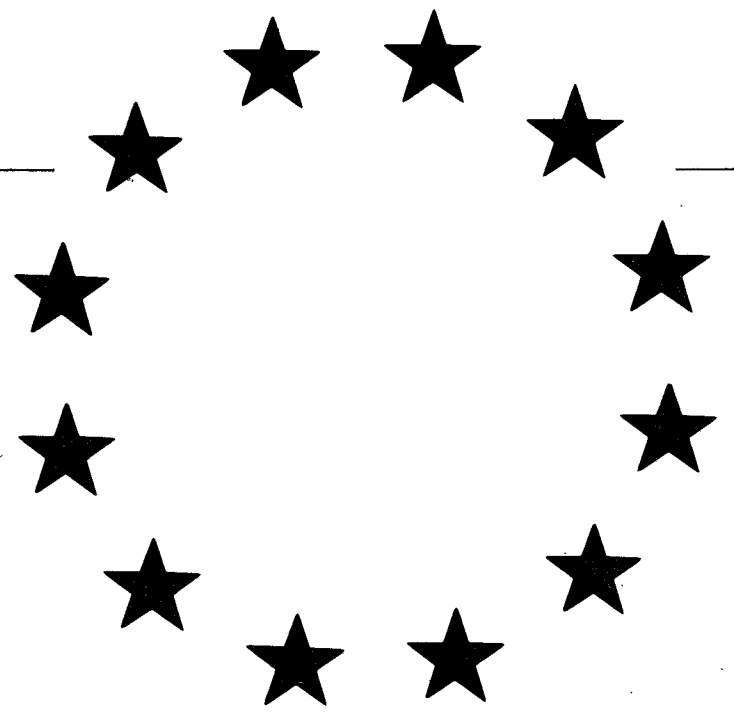
Superação que, carescenta, se manifesta por duas vias: pela da experiência e pela do apelo à faculdade daquilo que distingue os seres humanos dos outros elementos da natureza, que é a capacidade de pensar, de reflectir, de ponderar e de conjugar a emoção sentimento com a razão.

"Nesse sentido, somos herdeiros do Século das Luzes. Continuamos optimistas e confiados no progresso. E aprendemos que esta noção de progresso não é mecânica e não é independente de um grande esforço de disciplina, de vontade e de generosidade", conclui João Cravinho.

Vítor Leitão







Portugal poderá estar entre os estados membros que irão perder

CEE 1992: adivinhar o futuro

«Os países da Comunidade Europeia precisavam de um objectivo comum que pudesse desviar a sua atenção dos problemas do quotidiano e no qual pudessem concentrar todas as suas energias. Foi por essa razão que eu e os meus colegas da Comissão Europeia propusemos aos Chefes de Estado e de Governo e ao Parlamento Europeu a criação de uma zona económica verdadeiramente unificada em 1992». Quem o afirmou foi Jacques Delors, na sua introdução do Relatório Cecchini sobre os Benefícios de um Mercado Único. Mas ainda está por saber se a realidade da próxima década irá mostrar a justeza da afirmação do presidente da Comissão das Comunidades Europeias.

Por enquanto o tema-chave, sempre que se fala da CEE, é a data «1992». Contudo a questão será muito mais vasta que a criação do Mercado Único, ao analisar-se o panorama possível para uma década. Como certo, parece que, de facto, os dirigentes nacionais estão arredados dos problemas do dia-a-dia e, ao longo dos últimos anos, tudo tem sido feito para que os portugueses sigam o mesmo caminho.

Por agora vivemos sob a sigla «Europa 1992», como o salientou o ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, que considera que tal está já a produzir, à escala europeia, efeitos benéficos e palpáveis. Mas as diferenças de conceito, de processo e mesmo de objectivos têm sido patentes, entre os dirigentes dos diversos Estados membros. Tudo aponta para que o «europtimismo» esteja a esmorecer e que cada um dos Doze, com especial relevância para os mais ricos e mais antigos na Comunidade, se voltem para os seus problemas internos.

Hoje aquilo que se denomina o «desafio de 92» deveria estar, em grande medida, enfrentado e resolvido. Mas o que significará, para os cidadãos comunitários, a realização do mercado interno, o Acto Único Europeu, a diluição e mesmo eliminação de barreiras físicas, técnicas e fiscais? As análises feitas pelos diversos parceiros não são coincidentes e o cepticismo reina em muitos areópagos, nomeadamente entre as organizações patronais e de trabalhadores.

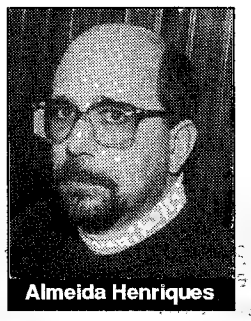
Como certo, pesem embora as afirmações de que o processo está a decorrer em bom ritmo, o impacto de 1992 deverá ser violento. Na próxima década haverá, certamente, países que vão ganhar e outros que perderão. E, a manter-se a perspectiva de desenvolvimento, a falta de apoios, de incentivos e de formação de que tanto se queixam empresários e empreendedores, Portugal poderá está entre estes últimos. Olhando a dez anos de distância no futuro, a situação é preocupante.

Preocupante para a nossa indústria, para a nossa agrícultura, para os serviços. E, por relação óbvia, para os trabalhadores portugueses. As crises entre diversos Estados membros, com especial destaque para as que estalaram entre a França e o Reino Unido e que remontam a várias décadas, não serão apaziguadoras do espírito de quantos desejam uma Europa forte, coesa e rica.

O desenvolvimento económico mundial, se poderá ser, por um lado, um desafio à Europa, não deixa igualmente de ser um factor de preocupação a que os diversos sectores envolvidos não podem estar alheados. O poderio económico cada vez maior do Japão, a possíbilidade de novas comunidades económicas em todo o mundo, com a probabilidade de países em vias de desenvolvimento ou os produtores de petróleo passarem a ditar novas leis, são factores a ter em consideração. O que, desde há alguns anos, se passa nas relações com a EFTA, pode ser significativo.

A juntar a todo um historial agitado, há ainda a possibilidade, quase certa, das profundas transformações económicas e sociais e, por consequência, políticas, no resto da Europa, o que não permite que, hoje, se diga o que vai ser a realidade dentro de uma década. Porque não um mercado único do Atlântico aos Urais, à semelhança da Europa proconizada pelo dirigente soviético? Não será um caso impossível, se se atender que, hoje, Gorbatchov e a sua «perestroika» parecem ter mais apoiantes no mundo ocidental que nos países socialistas, nomeadamente na URSS.

Com a evolução permanente e acelerada do processo sócio-político, com a dificuldade de diálogo entre alguns dirigentes dos Doze, falar do que será a Europa e a CEE dentro de dez anos constituirá um exercício de futurologia a que ninguém parece querer arriscar-se.



Almeida Henriques

DL Anos 90

Sobrevivência em dúvida

A Europa dos Doze já hoje enfrenta divergências. O que será, dentro de dez anos, uma Europa mais alargada?

Uma Europa dos Doze poderá resultar? Desde 1986, depois da adesão de Portugal e Espanha à CEE, esta questão mantem-se, numa alteração do anterior tom de dúvida, quando havia a opinião de que nunca resultaria. E, apesar de estar já adoptada metade das medidas relativas ao «grande mercado», o que é um facto é que ainda são muitos os cépticos que apontam as grandes diferenças existentes entre os países mais ricos e mais pobres da Comunidade. Mas a realidade mostra que existem reais disparidades regionais, em contraponto à euforia de quem vê tudo brilhante no futuro comunitário.

São por demais conhecidos os pontos de vista opostos que dizem, uns, que 1992 só irá beneficiar as regiões ricas, enquanto outros garantem que o grande mercado implicará uma redução dos salários e da protecção social nos países mais desenvolvidos, devido à pressão da concorrência da mão-de-obra mais barata deslocada das regiões mais desfavorecidas, onde Portugal está incluído. Mas também não são poucos os que adiantam ser completamente irrealista querer construir uma união económica e monetária existindo tão grandes disparidades.

De concreto, quais são essas disparidades? Vejamos exemplos: nos Estados Unidos, federação estadual com mais de 200 anos, a produção de riqueza por habitante, medida pelo PIB (Produto Interno Bruto) varia na proporção de 1, na região de recenseamento mais pobre, o Sudeste, para 1,44 na região mais rica, a Costa Oeste.

Ao passarmos para as regiões da Comunidade Económica Europeia e se forem tidas em consideração as suas regiões de importância semelhante, conclui-se que as diferenças, em termos de PIB vão de 1, na Península Ibérica, até 1,85 no Nordeste (RFA e Dinamarca). É um valor considerado razoável por quem aponta para o facto de se tratar de uma Comunidade cuja integração económica, que começou há 40 anos, ainda estar em construção. Como ponto de referência, o Canadá tem um PIB por habitante, na sua província mais rica, duas vezes superior ao da zona menos próspera, o mesmo acontecendo nos cantões suíços.

Dados como estes têm servido a Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, para defender as ainda existentes disparidades regionais na Europa Comunitária, adiantando que, apesar da dimensão desta, essas disparidades são suportáveis e não devem impedir os europeus de avançarem na senda da união. União que, hoje e de dia para dia, se defronta com novas perspectivas, desenhando-se no horizonte panoramas possíveis de grandes alterações no panorama político-económico actual.

Ainda segundo Delors, as mesmas disparidades europeias não deverão originar a grandes migrações depois da supressão das fronteiras internas, prevista no «Projecto 1992», mas nada garante que, neste dois anos que faltam, muita coisa aconteça e, pesem embora as defesas cerradas que os dirigentes dos países membros têm feito, a possível abertura a novos mercados, a mais que certa abertura de novas fronteiras, podem vir a causar entraves ao programa Delors.

Muito há ainda a fazer e, se mais uma vez, os Estados Unidos podem servir de exemplo, refira-se que, neste país, quando se dá o caso de uma fábrica encerrar, um operário pode migrar de costa a costa e de imediato encontrar trabalho. Já o mesmo não acontece na Europa, onde um trabalhador desempregado só em casos excepcionais fará as malas e partirá para outro país comunitário.

As razões são várias, e se o apego á sua região de origem, as diferenças linguísticas e culturais e mesmo o clima servem de justificação, a realidade é que lhe é muito difícil arranjar trabalho condigno e permanente. Até porque não pode ser esquecida a

Liberdades sem fronteiras para detentores de capitais

O grande desafio que a Europa Comunitária vai enfrentar, na próxima década, irá certamente centrar-se no Sistema Monetário Europeu, quando os países de moeda fraca, para manterem a paridade interna, tiverem de pôr em prática taxas de juro mais elevadas, de forma a atrair mais capitais que, de outra forma, não apareceriam. É este caso que se encontra Portugal. Mas não é a possível e prevista abertura a outros Estados, sempre mais pobres que os actuais Doze, que irá fazer inverter esta tendência. O futuro mostrará, muito provavelmente, que as liberdades sem fronteiras existirão, sim, mas para os detentores de capitais.

Segundo disse Denis Clerc, director da revista francesa «Alternatives Économiques», o mercado único de capitais na Europa não surgirá em 1993, mas já em 1990. E tal afirmação foi reforçada pelos ministros das Finanças dos Doze quando, em Junho de 1988, decidiram, em Luxemburgo, que a livre circulação de capitais antecederá a de mercadorias, com a quase que já habitual excepção para a Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda, a quem foram dados 18 meses suplementares.

A livre circulação de capitais implica duas coisas: primeiro, que o detentor de dinheiro possa colocá-lo onde desejar, num país à escolha; depois que possa , abrir uma conta em divisas ou beneficiar de crédito em divisas, também no país que escolher, o que traduz uma dupla liberdade, isto é, a de colocação de capitais e de escolha da moeda. E isso irá, sem qualquer dúvida, modificar substancialmente o panorama económico comunitário.Num futuro breve a liberdade de colocação de capitais irá tornar-se regra e não excepção e, então, as instituições de países com regimes fiscais fracos ou permissivos atrairão grande parte dos investimentos de nacionais de países que regem o fisco com mão pesada. E os resultados não serão positivos, já que, a par de um baralhar e dar de novo, onde quem ganha é sempre o dono das cartas, irá certamente assistir-se a grandes disparidades no pagamento aos trabalhadores contratados, no seu país, por investidores externos.

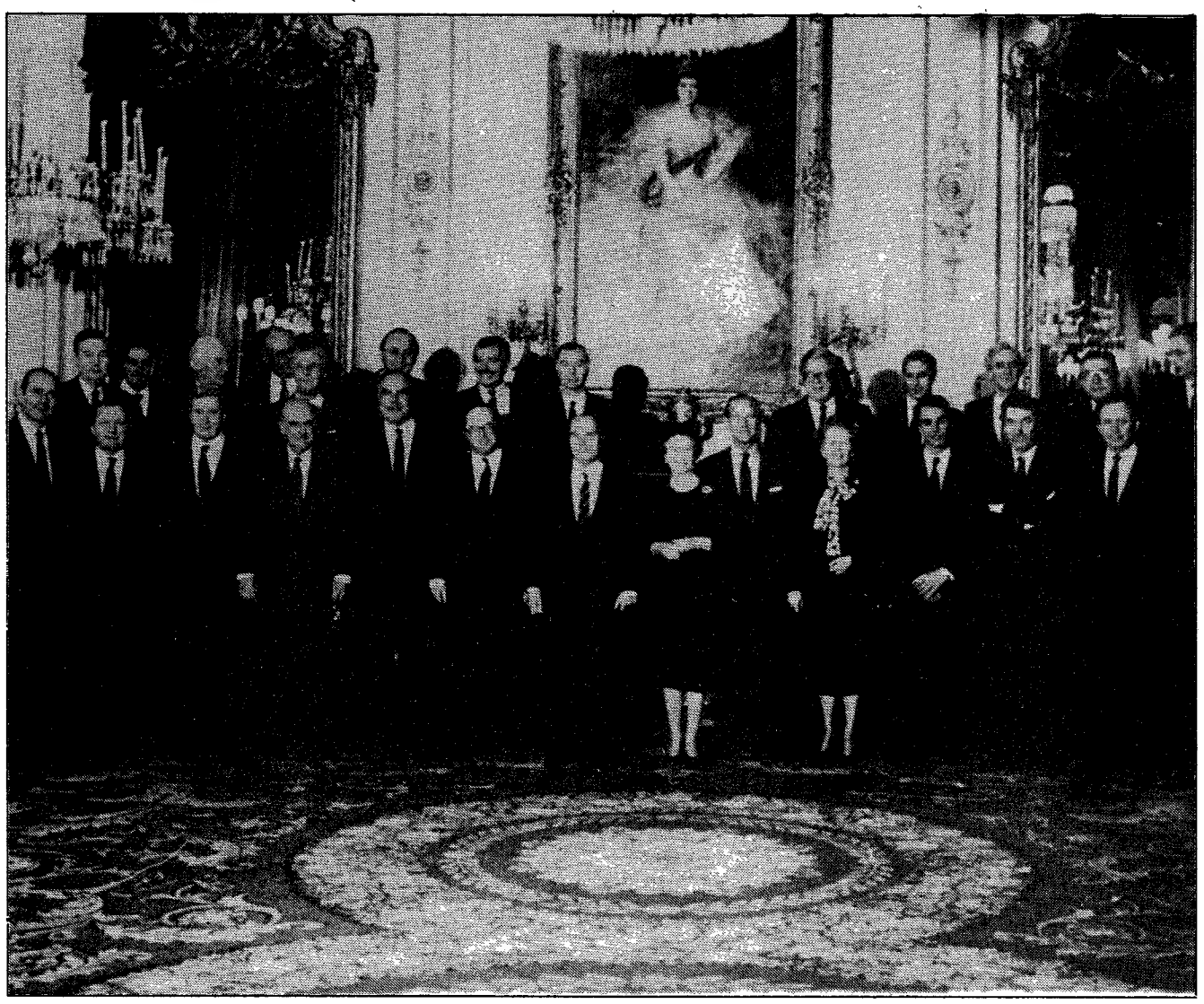
Como alternativa, os países da CEE devem estabelecer uma política comum de fiscalidade sobre capitais, intenção essa já por demais divulgada, mas que continua a ser vista, em muitos sectores, como insuficiente ou passível de fugas.

É um facto que o Sistema Monetário Europeu (SME) existe e deu provas. Num mundo confrontado com perturbantes flutuações cambiais, a Comunidade conseguiu, até hoje, manter dentro de limites reduzidos as variações das taxas de câmbio, entre as moedas que aderiram ao SME.

Mas, o futuro o dirá, a manutenção da paridade interna irá trazer convulções, que podem redundar mesmo numa travagem na actividade económica e alguns países ricos, como a RFA, irão travar a batalha contra a inflação, transformada em perigo principal, deixando de lado o combate ao desemprego, ao mesmo tempo que se registará uma redução no crescimento nos países de moeda fraca.

Será uma década onde a Europa ocidental, confrontada com disparidades, a enfrentar as pressões dos Estados Unidos e, mesmo, a ver chegar dinheiro do outras paragens do mundo, irá muito provavelmente reformular o seu conceito de comunidade, o que começará pelo reexame dos seus mecanismos.

Anos 90



Os Doze da Europa: retrato de uma família com recursos e interesses muito diferentes

taxa de desemprego que a CEE tem e a atitude dos empresários que, por questões óbvias, aceitam mão-de-obra mais barata, mesmo que proveniente de países periféricos. A juntar a isto, o possível afluxo, em breve, de muita mão-de-obra altamente especializada e habituada a salários relativamente baixos. Basta, para tanto, que os países de Leste abram as suas fronteiras. O exemplo das duas Alemanhas já pode ser apontado como significativo.

A análise desta situação, com excepção das possíveis alterações político-económicas, encontram-se reforçadas por um estudo feito por um organismo especializado das Nações Unidas, o Bureau Internacional de Trabalho, subordinado ao tema «1992 e os movimentos da população».

Um factor que normalmente é tido em conta é a possível redução das actuais disparidades. Ainda como termos de comparação: há 50 anos, nos Estados Unidos, a região menos rica, o Sudeste, apresentava um PIB por habitante que não chegava a 53 por cento da média nacional, sendo hoje de 86 pontos percentuais. Num salto à Europa Comunitária, vê-se que os países menos ricos, como a Itália, Espanha, Portugal e o Reino Unido, registaram, nos anos 80, um crescimento económico anual médio 0,55 por cento superior aos dos cinco países mais ricos - RFA, França e Benelux.

Uma palavra, ainda, para o investimento privado, que registou evolução semelhante, prevendo a Comissão Europeia que, no final deste ano, sejam registados crescimentos da ordem dos 23 por cento, na Irlanda e dos 19 em Espanha e Portugal, ficando a média comunitária pelos 10 pontos percentuais.

Torna-se patente que, face aos dilemas existentes, em confronto com os problemas internos dos Estados membros e ao seu conceito de Comunidade, esta esforça-se para dar o grande impulso que permita reduzir as diferenças de desenvolvimento existentes entre as várias regiões.

A saber e em tempo: haverá vontade e capacidade de, nos Doze, vencer esse desafio?

Os valores divulgados, são frios, como todos os números.

A contribuição deverá atingir, em 1992 , 15 a 20 por cento do investimento total dos países membros menos ricos. As disparidades regionais são uma dificuldade, entre muitas. Mas a Comunidade, ou os seus dirigentes, continuam a afirmar que não são um verdadeiro obstáculo à concretização do programa de 1992 e ao bom funcionamento do grande mercado. A aguardar Para ver se a Europa dos Doze irá resultar em pleno, não só até 1992, mas na próxima década. E há quem garanta que não durará mais que cinco anos, por ser contrária à natureza dos povos e condicionadora dos jogos económicos mundiais.

Custos a pagar

As disparidades e a sua eliminação têm custos. É nesse contexto que surge o previsto auxílio, a prestar até 1993, às regiões mais atrasadas da Europa Comunitária, que deverá orçar os 38,3 mil milhões de ecus, (estando o ecu a cerca de 173 escudos).

A repartição de quase todo esse montante (36,3 mil milhões de ecus) pelos sete países interessados foi decidida pela Comissão Europeia nos finais de Setembro deste ano.

Nesse contexto foram atribuídos 9,78 mil milhões de ecus à Espanha, destinados às regiões situadas no sul e no oeste, enquanto o Mezzogiorno italiano foi contemplado com 7,44 mil milhões.

Para Portugal estão destinados 6,96 milhares de milhões de ecus, enquanto que para a Grécia vão 6,67, para a Irlanda 3,67 e 888 milhões para a França, destinados à Córsega e aos departamentos ultramarinos. Também o Reino Unido conta com a repartição do bolo comunitário: 793 milhões destinados à Irlanda do Norte.

Estas ajudas, destinadas a possibilitar que as regiões destinatárias se preparem para o grande mercado, vão juntar-se aos apoios financeiros concedidos pelas autoridades nacionais e regionais. Os 2,1 mil milhões de ecus restantes serão destinados a «várias iniciativas comunitárias» que a Comissão vai propor até ao fim deste ano.

A resposta europeia às ameaças japonesa e americana

Eureka : pôr a Europa a correr

Eureka é a palavra mágica que a Europa encontrou para responder aos desafios norte-americano e japonês no domínio das altas tecnologias. Dotado de uma estrutura inovadora que lhe permite um dinamismo invulgar, o projecto Eureka baseia o seu funcionamento na descentralização e nas liberdades temática e de iniciativa.

Foi em Julho de 1985, que 19 países, mais as comunidades europeias representadas pela Comissão, decidiram responder à «ameaça» que constituía a iniciativa de defesa estratégica americana de Ronald Reagan. Nasce o Eureka, com fins estritamente civis, destinado a reforçar a cooperação além-fronteiras e colocar a Europa em condições de concorrer, em termos de produtividade e competitividade, nos mercados internacionais. O projecto está vocacionado para todas as áreas científicas e tecnológicas, mas em particular para as seguintes: energia, tecnologia médica e biotécnologia, comunicação, informática, transportes, materiais novos, robótica e automatização da produção, «lasers» e ambiente. Ao estimular a cooperação directa entre os agentes de pesquisa tecnológica e as empresas, o Eureka conseguiu adaptar-se melhor aos desafios da modernidade do que as instâncias burocráticas e centralizadas incapazes de responder aos desafios do Mundo actual.

Financiamento

O Eureka não funciona através de dotações orçamentais. Os projectos são autofinanciados, recorrem a empréstimos ou recebem ajudas estatais. Até agora não tem havido bloqueios e nenhum projecto com interesse científico foi abandonado por motivos financeiros.

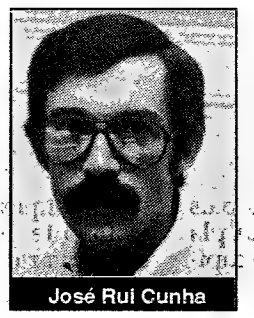
Através de quatro etapas, qualquer empresa ou instituição pode recorrer à estrutura Eureka. Procura parceiros, elaboram um «dossier» conjunto, negoceiam um acordo de cooperação e organizam o financiamento do projecto. Na segunda etapa apresentam o projecto ao coordenador nacional Eureka (em Portugal, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica) que o avaliam nos âmbitos nacional e internacional. Depois de ter luz verde dos coordenadores é posto a circular durante 45 dias, a fim de possibilitar as manifestações de interesse ou eventuais observações. A última etapa destina-se a apresentá-lo oficialmente na conferência ministerial. Ele passou a ser um projecto Eureka.

A característica descentralizada da estrutura e a ausência de uma escolha temática nas iniciativas Eureka representam um instrumento original e complementar dos programas existentes, a favor da cooperação europeia nas actividades de pesquisa e desenvolvimento. A duração dos projectos varia entre um e dez anos e, em grande parte, (49 por cento) ultrapassa os quatro anos.

O lançamento de 297 projectos de cooperação transnacional representa um investimento de 6,5 mil milhões de ecus e constitui para a organização a prova de um êxito considerável.

Participação do Leste

Instituições de países como a Hungria e a Jugoslávia participam já nalguns dos projectos. Também no decorrer da reunião representantes de alto nível, em Setembro último, o Instituto Fedorov, com sede em Moscovo, aceitou participar no projecto Eurotrac, no domínio do ambiente.



José Rui Cunha

Algumas das teses defendidas por responsáveis do Eureka vão no sentido de uma aproximação a instituições da América Latina e de África. E isto num futuro que poderá estar bem próximo.

Uma esperança de que o conceito de segurança substitua a dissuasão pelo medo recíproco

Superpotências: rever a logística dos impérios

Ambas as superpotências, os EUA e a URSS, parecem ter chegado ao mesmo ponto crítico de serem compelidas a rever a *logística dos impérios*.

Com esta expressão pretendemos exprimir o facto de ambas terem assumido as responsabilidades globais que o conceito de império abrange, pelo que a fronteira de interesses as obrigou a uma política de **corresponsabilidade mundial**. O famoso telefone vermelho foi um símbolo da situação, e os acordos sobre as armas atómicas uma das principais manifestações.

Na estrutura de ambos os poderes verifica-se uma diferença fundamental: no ocidente existem mecanismos de revisão das políticas e de absorção dos efeitos das mudanças; no monolitismo do Leste, esses mecanismos estão a ser construidos com um atraso sobre a mudança e por imposição desta, o que agrava os riscos do reformismo, que sempre são agudos em regimes totalitários, e sempre ameaçaram afectar a subsistência do Estado.

Condicionantes e determinações

Por outro lado, a mudança no Leste europeu é determinada, entre outras causas não identificáveis, pela acumulação dos efeitos de alterações do ambiente que as sociedades abertas receberam mais cedo: a unificação estrutural do mundo, em consequência do avanço científico e técnico; a mundialização do teatro estratégico; a revolução das comunicações, com o seu efeito da simultaneidade mundial da informação; a alteração da estrutura demográfica, com o declínio da etnia branca, a qual também na URSS tem detido e está a perder a supremacia política; a ineficácia crescente dos modelos coloniais, que continuaram até agora a enformar o aparelho político soviético; a revolução das *rising expectations* , que unifica as aspirações da juventude ao redor da terra.

Internamente, a mudança reflecte o peso da divisão da economia num círculo vinculado à indústria pesada com o *corporativismo da nomenklatura* , e num círculo bem mais vasto, amarrado a uma economia de subsistência, o que produziu uma dívida interna expressa em carências cada vez mais assumidas e insuportáveis: a alienação das nacionalidades, a alienação dos satélites, a alienação das sociedades civis com o seu efeito nos direitos do homem, o envelhecimento do aparelho produtivo, a burocratização, a insuficiência dos aparelhos de investigação e educativo, a insuficiência das prestações sociais, o custo moral e material de uma clandestinidade do Estado financiada a nível mundial, com explosões angustiantes como no Afeganistão.

Mudança: catástrofe do Estado?

O secretário-geral soviético assumiu que a **logística do império** teria de ser revista, e encontrou acolhimento na outra superpotência. É de supor que em Malta submeteram a política de corresponsabilidade a uma cuidadosa auditoria.

Todavia, tal como aconteceu em outras conjunturas, por exemplo a Reforma, a acumulação das causas leva a efeitos que ninguém previu e que, por isso, ninguém parece governar. Neste caso, a velocidade de intervenção das massas, parece um desses efeitos: ninguém o previu e ninguém pode assegurar que o governa.

E, sendo assim, um risco para todos os povos interessados é que os soviéticos não consigam levar a cabo a mudança de regime sem a catástrofe do Estado. Esta tem de ser evitada por claro imperativo do bem geral dos povos europeus, e daqui decorre a necessidade para o ocidente de colaborar cautelosamente com a mudança.

Adriano Moreira

Por outro lado, a revisão da logística dos impérios tem a sua primeira causa próxima na corrida armamentista, que se tem revelado absolutamemte imcompatível com uma política de desenvolvimento e solidariedade entre sociedades ricas e sociedades pobres.

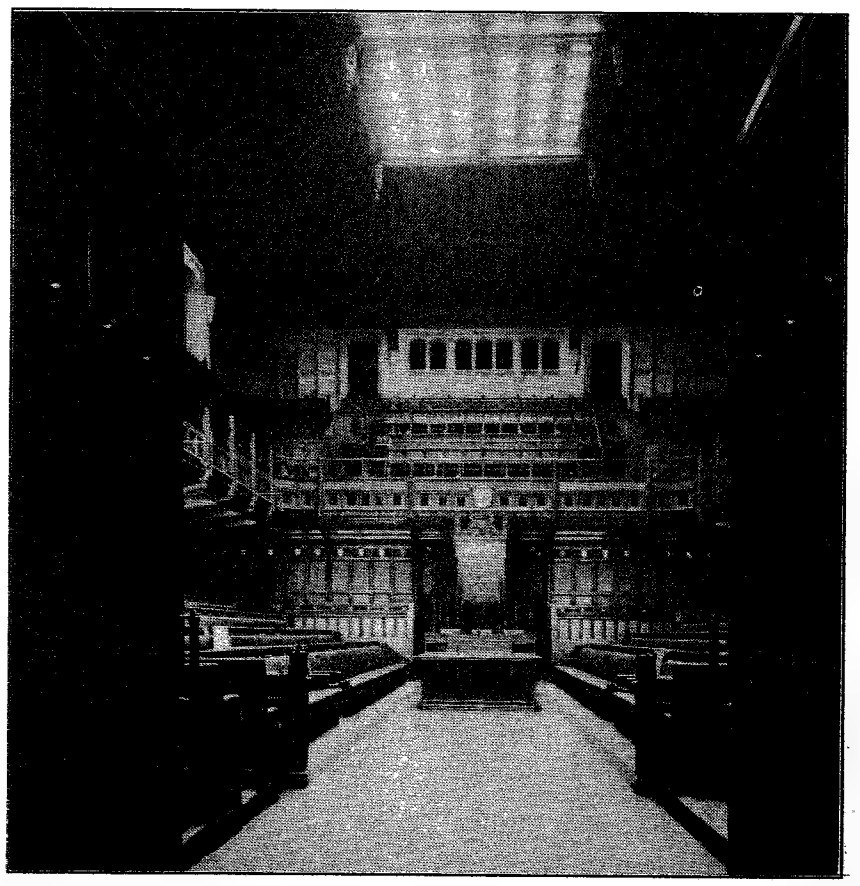
O sentido do possível

É por isso do interesse geral da humanidade que o processo em que ambas as superpotências convergiram seja estimulado, mantendo as guardas das instituições existentes mas com a decisão de as baixar logo que a paz confiável seja possível.

Em tudo o que estiver ao alcance do seu poder, nenhuma das superpotências vai renunciar a um interesse: neste processo a ordem também terá de sacrificar a justiça, designadamente na questão das fronteiras que Helsínquia consagrou. É o sentido do possível que não pode ser perdido, em todas as negociações.

Vão despertar velhos receios históricos, nesta Europa de inimigos íntimos. A Alemanha será um problema maior, e nehuma das declarações que vão sendo feitas deixará, durante um tempo imprevisível, de pagar tributo ao equívoco semântico imposto pelo conflito entre a experiência do passado e a escolha dos novos futuros que parecem ao nosso alcance. De novo parece evidente o valor central que não pode ser abandonado ou perdido no jogo equívoco do diálogo: a paz para os nossos dias, o desarmamento, o predomínio para a política desenvolvimentista e para a solidariedade entre povos ricos e pobres, e que ao menos o **conceito de segurança** substitua o de **disuasão pelo medo recíproco**. Se esta nova fase, em que avultam variáveis que ninguém previu para além das que nunca chegam a ser identificadas, for definitivamente um período raro de autenticidade das políticas, especialmente das superpotências, nenhuma das instituições que nasceram em clima de guerra fria deixará de sofrer adaptações, quer essas instituições sejam militares, políticas ou económicas. Mas, entre todos os factores da incerteza, avulta a questão, a qual ainda não tem indicadores de uma resposta, que se traduz em saber como é que o Estado resistirá sem desastre ao processo de mudança de regime que iniciou.

Pela primeira vez, o medo poderá ser desnecessário como arma de dissuasão



Os diferentes conceitos de democracia, consubstanciados na tradição parlamentar britânica e no Soviete Supremo, deixarão provavelmente de existir entre os dois lados da Europa

Conceito de democracia passará a ser o mesmo em toda a Europa

Num período de progresso económico e social, a política de alianças militares continuará a assegurar a paz no continente

A transformação política mais importante do próximo decénio residirá em a palavra «democracia» passar a ter o mesmo significado nos dois lados da Europa.

Dois factores contribuíram e contribuirão na próxima década para a manutenção da paz na Europa: a formação das Comunidades Europeias, que pôs termo aos conflitos políticos e económicos entre a França e a Alemanha - que por três vezes terminaram em conflitos armados - e a Organização do Tratado do Atlântico Norte - que estabeleceu o equilíbrio entre os dois grandes blocos evitando as tentações de um confronto militar. Estes dois factores não só permitiram a paz, como facilitaram o «desenvolvimento económico» e o progressivo «bem estar dos seus povos».

A pergunta que se põe neste fim de década, face aos progressos já obtidos no sentido da consolidação da unidade da Europa Ocidental e perante a inesperada e rápida evolução dos acontecimentos políticos na Europa de Leste, é: **que Europa teremos até ao fim do Século, no triplo aspecto económico, político e militar?**

Dizem os chineses que fazer previsões a mais de um ano é pura fantasia. E se já é difícil prever em condições normais, mais arriscadas se tornam as previsões quando se verificam processos de transformação há meio ano impensáveis, que criaram uma situação de grande instabilidade, com um grau de irreversabilidade ainda por definir e cujas influências na Europa Ocidental só agora começam a ser ponderadas e discutidas.

Mas admitindo um determinado cenário, que parece ser o «mais provável» e que consiste na consolidação da **perestroika** na URSS, no regresso progressivo dos países satélites à independência política, à democracia e à liberdade de mercado e à firme e anunciada determinação de se prosseguir na integração europeia, arriscamos a seguinte evolução da Europa, «latu sensu», na próxima década.

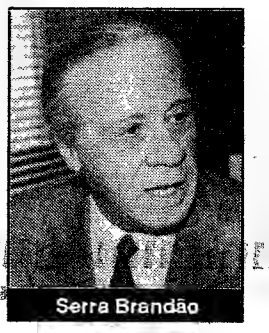
Do ponto de vista económico, assistiremos à formação de um mercado de mais de 450 milhões de consumidores alargado a quase todos os estados europeus, excepto à União Soviética que, pelo seu gigantismo, pelas suas peculariedades e pela forte componente asiática, não será formalmente admitida. Este enorme espaço não passará, todavia, de uma «zona de livres trocas», dentro da qual existirá um núcleo que será o verdadeiro «mercado comum europeu» cimentado por um «sistema monetário europeu» e dando lugar na próxima década a uma «união económica e monetária».

A mais visível transformação na economia europeia, nos próximos dez anos, será contudo o aparecimento de uma floresta de arranha-céus em Berlim Leste, com «Mercedes» e «BMW» circulando nas suas artérias.

Do ponto de vista político, veremos surgir, antes do fim do Século, a «federação dos estados europeus», de que farão parte, sem dúvida, os estados da velha Europa Carolíngia: a França, a Alemanha, a Itália, o Benelux e a Espanha. O Reino Unido constitui, a nosso ver, uma incógnita, tendo em conta a sua antiga e visceral reacção ao federalismo. Portugal terá que ponderar seriamente se quer integrar a Federação, com todas as vantagens que daí advêem, ou alinhar, uma vez mais na História, com o seu mais velho aliado, conservando o pouco que lhe restará, nessa altura, da sua independência política formal.

Como já escrevi em artigo anterior, não é cristalino que a reunificação integral das duas Alemanhas se venha a fazer num futuro previsível, atendendo aos factores endógenos e exógenos que se lhe opõem, mas elas entrarão as duas, mais tarde ou mais cedo, como irmãs siamesas na Família Europeia Ocidental. Não é de excluir a possibilidade da formação de uma confederação de Estados construída sobre o espólio do antigo Império austro-húngaro.

A URSS, cada vez menos Socialista Soviética, será muito firme na manutenção das suas actuais fronteiras, limitamdo-se a descentralizar o poder pela concessão de maior autonomia às repúblicas que a constituem.



Serra Brandão

Do ponto de vista militar, a aliança consubstanciada na NATO persistirá ao longo da próxima década como garante da paz e da segurança europeias perante eventuais retrocessos ou desvios na política dos dirigentes soviéticos. Mais do que isso, serão enconrados argumentos para a sua manutenção prevenindo o perigo de convulsões em outras partes do mundo que possam afectar os interesses da Europa e dos seus aliados norte-americanos.

Os efectivos militares serão reduzidos bilateralmente devido ao fim da «guerra fria» e às fortes pressões de ambos os lados para redução das despesas militares; o progama «guerra das estrelas» prosseguirá até completo desanuviamento; a União da Europa Ocidental, autónoma mas em paralelo com a NATO, será reavivada precavendo um regresso ao isolacionismo americano; a França e a Inglaterra unirão e coordenarão as suas forças nucleares no âmbito ou fora da UEO.

É fácil, afinal, prever - como faria o Pacheco do Eça - que a década de 90 será, em resumo, um período de progresso económico e social em toda a Europa, onde a arrumação política dos estados será profundamente alterada, o mercado de livres trocas será substancialmente alargado, as despesas militares serão significativamente reduzidas, mas a política de alianças militares continuará a assegurar a paz no continente europeu.

Jaime Gama: «Um reacerto das prioridades gerais no relacionamento da Europa virá contribuir para que a sua linha assistencial a África não funcione com tanto a vontade como até aqui»

Jaime Gama: «Grandes potências vão retrair as suas projecções de poder em África»

Países africanos terão de conseguir desenvolvimento auto-suportado

O relacionamento entre o continente africano e os países desenvolvidos da Europa, os Estados Unidos e a União Soviética durante a próxima década terão que passar por modificações consideráveis para que a África tenha possibilidades de crescer económica e culturalmente. Jaime Gama, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, considera que a chave de todo este processo está na mudança de mentalidades por parte dos dirigentes africanos.

Em entrevista ao DL, ele expôs as suas ideias sobre o tema.

«A visão assistencial da ajuda externa não só não tem contribuído para clarificar o funcionamento das economias dos países africanos, como também tem feito retardar o seu desenvolvimento auto-sustentado», começou por afirmar o presidente da Comissão Parlamentar de Defesa.

Em seu entender, o desenvolvimento destes países vai encontrar um enquadramento bastante diferente para a sua acção.

«Os Estados Unidos e a União Soviética criaram uma cadeia de relações no continente africano praticamente a partir da década de setenta, competindo com os Estados que tradicionalmente desenvolviam a cooperação com esse continente, que eram as antigas potências colonizadoras europeias.

Naturalmente, as restrinções orçamentais que estão por detrás do processo de contenção dos gastos na defesa, vão fazer retrair a projecção de poder das grandes potências em África», considerou.

Tal retraimento terá, no entender de Jaime Gama, consequências mais funestas do que possa parecer à primeira vista. «Essa ajuda tem sido uma subsidiação do défice, cujas origens residem no mau funcionamento das administrações e na adopção de programas de desenvolvimento perfeitamente desinseridos do sistema económico internacional e das possibilidades e necessidades desses países», explicou, acrescentando: «África vai pagar bastante por isso».

Os problemas africanos no que se refere à ajuda finaceira não se limitam, contudo, aos Estado Unidos e URSS. Para o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, «Também um reacerto das prioridades gerais no relacionamento da Europa vem contribuir para que essa linha de ajuda assistencial não funcione com tanto à vontade como até aqui», alertou.

«Isso não significa que África não venha a poder continuar a contar com a Europa para a recuperação económica, privilegiada», acrescentou, relembrando que é a Europa, através das Convenções de Lomé, o bloco económico que mais vantagens dá às economias africanas, sem comparação alguma com o que fazem os EUA, o Japão e a União Soviética.

A nova consciência dos dirigentes africanos

«Será que os africanos têm consciência disso?», perguntámos. Jaime Gama está convencido que sim. «A consciência de que algo vai mudar em relação à assistência económica é, quanto a mim, o dado de base para que as próprias elites africanas equacionem de forma inteiramente distinta o problema da organização das suas administrações públicas e o equacionamento dos seus agentes económicos. Isso felizmente começa a acontecer». O deputado socialista apontou três vectores em que essa consciencialização se poderá fazer sentir. «Em primeiro lugar, o debate africano em que durante décadas os esquemas centrais foram a culpabilização do sistema colonial, a ideologia do anti-imperialismo, a apologia da transferência de recursos dos países ricos para os países pobres sob a forma de sustentação dos défices e ajuda às administrações irracionais».

E continuou: «Seguidamente, uma certa concepção desenvolvimentista para o Terceiro Mundo fundada na megalomania e a impotência completa dos decisores públicos e dos operadores económicos justificada por um legado do passado e não por insuficiências próprias. Por último, a grande ausência de formação de quadros do ponto de vista técnico substituida por um forte investimento na politização ideológica abstracta».

No entanto, esta mentalidade parece estar a mudar. «Recentemente - e cito o exemplo de uma das últimas cimeiras da OUA, e as intervenções de vários quadros internacionais e determinadas posições individuais de especialistas - tem vindo a nascer uma corrente que preconiza um maior rigor para a administração pública, para a regulação da economia, para a descentralização dos intervenientes no processo colectivo e para a prática de uma política de preços mais realista».

Em seu entender, esta corrente é sobretudo autoresponsabilizadora em relação aos próprios Governos de África e não abstractamente inibidora de qualquer assunção própria de responsabilidades.

Paz: ainda não será na próxima década

Interrogado sobre se África poderá, finalmente, encontrar a paz durante a próxima década, o presidente da Comissão Parlamentar de Defesa mostrou-se pouco optimista. «África vai ser confrontada no futuro com algumas tensões derivadas de factores religiosos, étnicos, demográficos e da rivalidade entre Estados». No que se refere aos problemas religiosos, a zona mais directamente afectada será - na sua óptica - o Magrebe e toda a faixa de tensão entre a África árabe-islâmica e a África negra. «Conflitos como o do Chade, Sudão e a Mau-

ritânia, têm a ver basicamente com esse problema. Nesse sentido, um ponto a seguir com a maior atenção será a forma como se irá realizar o diálogo de culturas e de religiões em toda essa área».

Outro dos grandes problemas com que o continente africano se verá confrontado na próxima década é o do crescimento demográfico em países sem grandes recursos, principalmente todo o aumento populacional registado na zona da bacia terminal do Niger. Segundo o deputado socialista, «essa questão vai colocar imensos problemas de ordenamento regional».

Jaime Gama chamou ainda a atenção para a questão de saber como evoluirá o sistema político-social na África do Sul e de como a África Austral será ou não capaz de acomodar o relacionamento entre aquele país e a sua necessária transformação interna.

A origem endógena dos conflitos e tensões existentes em África levam o antigo chefe da diplomacia portuguesa a considerar que a redução da intervenção directa ou indirecta das grandes potências não vai significar o fim automático daqueles problemas. «Os conflitos foram, de certa forma, objecto de aproveitamento por parte das potências, mas já estavam lá e com a retirada ou a diminuição da intervenção das grandes potências, permanecerão», considerou.

«Além disso» - acrescentou - «as grandes potências, apesar de estarem a diminuir a sua intervenção, têm ainda o poder para controlar e gerir um estabelecimento de acordo, o que significa que uma saída abrupta e total das grandes potências viria a significar a impossibilidade de organizar qualquer acordo, representando a perpetuação do conflito e o seu arrastamento até à eliminação de uma das partes».

Atenção à África do Sul

O presidente da Comissão Parlamentar de Defesa chamou a especial atenção para a autonomia de que a África do Sul goza no panorama internacional, considerando que este factor deve ser especialmente tido em conta pelos países vizinhos. Em sua opinião, «a solução regional da África do Sul não se pode considerar como uma linha directa da estratégia norte-americana».

«Falar da África do Sul traz imediatamente à memória a questão do racismo. Como poderá este problema ser resolvido?» - quisemos saber. «É muito difícil ao grupo étnico branco subsistir num país como a África do Sul mantendo o princípio do desenvolvimento separado numa fronteira de relacionamento racial, pois os efeitos desse facto para o próprio funcionamento da economia são extremamente negativos. Os EUA compreenderam isso logo na guerra civil» respondeu Jaime Gama.

Todavia, o parlamentar do PS está convicto de que será muito difícil compreender que uma África do Sul economicamente próspera e com as condições do seu bem estar, adopte uma política que leve à erradicação da comunidade branca e mestiça. A solução por ele defendida é a que foi adoptada no Brasil, um país em que a população branca é minoritária. «Parece-me o melhor modelo, se tivermos em conta que o racismo existe em todo o lado», concluiu.

Marina Tadeu
Dina Soares

Solução para problemas de Moçambique mais fácil que para os de Angola

Os casos de Angola e Moçambique mereceram, logicamente, uma atenção muito especial por parte de Jaime Gama. Em seu entender, o problema moçambicano parece ter, à primeira vista, uma resolução bastante mais fácil que o angolano, onde a situação é, de longe, mais complexa.

«É facto que em Angola se tem vindo a assistir a um progresso manifesto, agora reforçado pela independência da Namíbia.» - considerou - «Mas se a saída de um sul-africano de Angola é um facto, e a retirada de parte do contigente cubano é outro, apesar de tudo continuam ainda no terreno significativas articulações e dependências de ambos os lados».

Para o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, a questão essencial ainda não está resolvida. Tal questão prende-se com o facto de se saber se o modelo de solução para os problemas angolanos vai ser o de um acordo de poder entre o MPLA e a UNITA com co-participação ou, pelo contrário, um modelo de acomodação da UNITA por evolução do actual regime de Angola o qual, neste último caso, teria de dar passos que ainda não deu.

Ao falar desses passos, Jaime Gama referia-se à modificação da estrutura institucional do Estado, que evoluiria para um sistema federal, através do regresso do MPLA-PT ao MPLA, com o banimento da opção marxista leninista e a reintrodução dos princípios clássicos de um movimento amplo.

Em terceiro lugar, o deputado socialista defendeu uma total alteração do modelo económico, com uma profunda descentralização dos operadores económicos e também

com uma modernização das adminmistrações públicas. «A opção entre estes dois modelos não está ainda decidida», considerou.

«Há um diálogo que foi começado, o que é positivo, mas que tem sido utilizado em cada uma das suas etapas para que cada um dos participantes amplie os seus dados de

manobra. Ainda não se passou para uma fase em que haja a vontade efectiva de encontrar uma solução duradoura» - considerou , fazendo votos para que sejam criadas condições para uma rápida solução: «Oxalá que a evolução da situação internacional e o papel desempenhado por certos Estados africanos venham a contribuir nesse sentido».

O papel que a História reserva a Joaquim Chissano é, segundo Jaime Gama, o da pacificação interna e do prestígio internacional

A importância da Namíbia

Em todo este processo, Jaime Gama salientou o papel da independência da Namíbia. «A Namíbia é um triplo teste. Em primeiro lugar, à África do Sul para se saber se este país é capaz de integrar na sua área de influência um Estado independente.

Em segundo lugar à SWAPO, que terá que demonstrar, por um lado, que mantém no regime político que vier a ser criado os níveis de pluralismo e de liberdade pelos quais a Namíbia se veio a tornar independente, com o respeito da comunidade internacional, e por outro, que é capaz de administrar o país com os padrões exigíveis para o seu funcionamento. Em terceiro lugar é também um teste a Angola quanto à modalidade de relacionamento que este país vier a definir com a Namíbia independente e quanto à autocontenção de Angola nas suas próprias fronteiras».

Os recentes acontecimentos da Namíbia vieram - no entender de Jaime Gama - demonstrar que o princípio da autodeterminação pode ser realizado pela participação eleitoral e que, contrariamente ao que é comummente afirmado por certo tipo de líder africano, os processos eleitorais podem ter lugar nas sociedades desse continente.

Continua na pág. 12

Condição da grande libertação africana

É necessário o abandono da mendicidade política

«A mudança de mentalidade no coeficiente político africano é um factor fundamental para o desenvolvimento de África». Esta a tese defendida por Jaime Gama, para quem o dirigente político africano - por mais que culpabilize os sistemas coloniais - é um dos maiores responsáveis pelo subdesenvolvimento daqueles países.

«Salvo raras excepções, África não foi capaz de encontrar um modelo institucional próprio», considerou. Para ele, mesmo os países que tentaram desenvolver vias específicas acabaram por instituir ditaduras pessoais ou de partido. Citou, a propósito, o caso da Tanzânia e do Senegal, onde a tentativa de instituir um modelo transposto da democracia europeia redundou na instauração do regime marxista-leninista, não tanto porventura de uma adopção filosófica dos sistemas que se criaram, nem pela adopção dos princípios filosóficos daquela doutrina - na maioria dos casos imcompreendida pelas elites africanas - mas sobretudo porque isso significava um pretexto ideológico para a instauração de um sistema de partido único.

Na opinião do presidente do Grupo Parlamentar de Defesa, o marxismo-leninismo tem sido aproveitado em África por grupos etnicamente minoritários, por um lado para criar uma teoria de justificação para a liderança e para a legitimação de poder, e por outro devido ao complexo sistema de relações militares e de apoio nessa área.

«Naturalmente que esses sistemas entram em truculência quando o orçamento soviético passa da rubrica da propaganda para a projecção externa de poder, para a rubrica do défice orçamental, dos encargos gerais do Estado», acrescentou ainda.

Para que a África se possa desenvolver convenientemente, Gama considera essencial que ela passe a ter uma relação adulta com os grandes blocos económicos. «O estilo de mendicidade política e económica praticada por alguns dos seus responsáveis não tem lugar no mundo moderno». Nesse sentido, defende que a reciclagem das elites africanas para a modernidade é um imperativo do desenvolvimento dessas sociedades. «A consciência de que este é o caminho certo é hoje apontada pelas novas gerações africanas que não toleram o tipo de discurso verboso em voga durante as últimas décadas nos países que acederam às independências». «A grande libertação de África nesta próxima década» - finalizou o parlamentar do PS -«será feita na medida em que ela se consiga libertar de certo tipo de ideologia herdado da retórica dos movimentos de libertação, e em que consiga compatibilizar as suas culturas com a operacionalidade e a eficácia requeridas a um estado moderno».

Países africanos de língua oficial portuguesa

Anos de reconciliação, reconstrução e luta contra as carências e a fome

Poder-se-á dizer que estamos demasiado em cima da História para o distanciamento necessário a quem pretenda imaginar a última década para a passagem do milénio.

Este desafio que o «Diário de Lisboa» entendeu lançar numa hora que também para ele é de renovação. Numa indispensável distribuição temática pretende que prospective dois temas: os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's, na sigla consagrada sem grande imaginação) e a eventualidade da repetição do fenómeno das migrações forçadas pela História, que na década de 70 ficou conhecida pela expressão pouco feliz e redutora de «retornados», em consequência da descolonização, afinal na origem da constituição dos novos Estados africanos que têm o português por língua oficial(1).

Haverá que distinguir os pequenos países insulares, sem notórios problemas de identidade nacional e de vizinhança, casos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, a que se juntará a Guiné-Bissau onde eventuais problemas de diferenciação étnica e de vizinhança poderão surgir. De outro modo terá de ser feita a aproximação aos casos de Angola e Moçambique, ambos sofrendo os efeitos devastadores de guerras fratricidas, com fortes interferências externas, mais ou menos camufladas.

No primeiro grupo de países, a escassez de recursos naturais e humanos, e reduzidas infra-estruturas, necessitam de auxílio da comunidade internacional para vencerem as suas actuais carências: a saúde, a educação, a fome e a nudez são os objectivos a ultrapassar na próxima década, condição sem a qual não é possível estruturar as respectivas economias e o desenvolvimento dos escassos projectos possíveis em termos de viabilidade e competitividade.

Muito embora sejam adversas as condições, a sua pequena dimensão favorece a aplicação do auxílio externo necessário que, em termos de comunidade internacional, não é particularmente significativo.

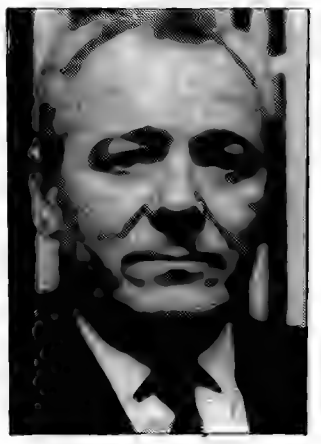
A evolução e consolidação de instituições políticas e administrativas apropriadas, aliadas ao seu regular funcionamento e boa gestão – de que Cabo Verde é exemplo muito estimulante — constituem as condições necessárias ao indispensável auxílio externo, única forma de vencer as actuais carências e o subdesenvolvimento.

A cooperação de Portugal, sempre necessária em função de uma convivência histórica e da língua comum, parece aqui particularmente ajustada às nossas possibilidades.

De outra dimensão e natureza são os problemas de Angola e Moçambique. O processo de independência da Namíbia em curso, conjuntamente com as alterações políticas na RAS visando o desmantelamento do regime do «apartheid», sem lugar na história contemporânea, em conjunto com o actual processo de distensão político-militar entre as superpotências, levarão ao esbatimento das actuais interferências externas e a alcançar finalmente a paz e a reconciliação nacional, que é forçoso reconhecer como próximas.

As difíceis tarefas de reconciliação nacional terão de ser encontradas pelos representantes dos respectivos povos, em diálogo tornado possível na medida da redução das interferências externas, e não parece contributo sério, as sucessivas declarações que do exterior se vão fazendo, num ou noutro sentido. Esta será uma atitude ajustada às nossas responsabilidades históricas.

As gigantescas tarefas de reconstrução em países seriamente devastados pela guerra terão de correr paralelamente com a luta contra a fome, a doença, o analfabetismo e as carências de toda a ordem.



São estas as imensas tarefas cuja execução ultrapassará, por certo, a próxima década.

Mas estamos em presença de países com apreciáveis recursos naturais, alguns já em exploração e outros de arranque possível a curto prazo, recuperadas que sejam as indispensáveis infra-estruturas e vencidas ou mitigadas as enormes carências de todo o tipo.

Os imensos recursos financeiros que se torna necessário mobilizar não constituirão dificuldade intransponível desde que ligados a projectos existentes e de rentabilidade assegurada. Caberá aos respectivos poderes políticos de cada Estado a obtenção, através das mesmas fontes, do auxílio financeiro para a recuperação nacional.

A cooperação de Portugal nestes dois países afigura-se mais difícil pelos avultados montantes envolvidos, carecendo de criteriosa selecção. Mas não deixa de se considerar imprescindível pelas razões já citadas quanto aos pequenos países.

(1) Este texto trata exclusivamente o primeiro tema. O segundo é tratado noutro artigo do autor, publicado noutra página deste suplemento.

Mário de Aguiar (*)

(*) Oficial da Armada, ex-secretário de Estado da Cooperação

A pacificação e a diminuição da carga ideológica imposta por certos regimes são condições do desenvolvimento africano.

O futuro de Angola e de Moçambique

continuação da pág. 11

Moçambique: um futuro mais risonho

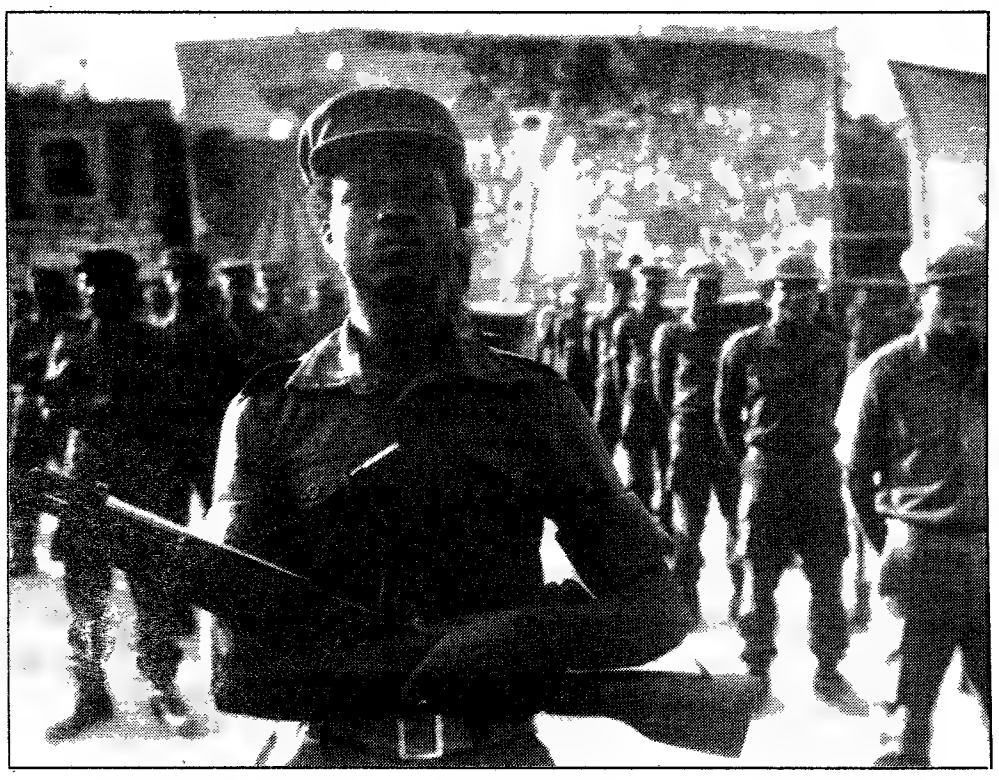
A maior facilidade de resolução do problema moçambicano deve-se, segundo o presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, a vários factores. O regime moçambicano nunca entrou para um grau de dependência militar da União Soviética como o regime angolano. Por outro lado nunca recorreu à presença de tropas cubanas no seu país, optando por uma aliança com o Zimbabwe e a Tanzânia.

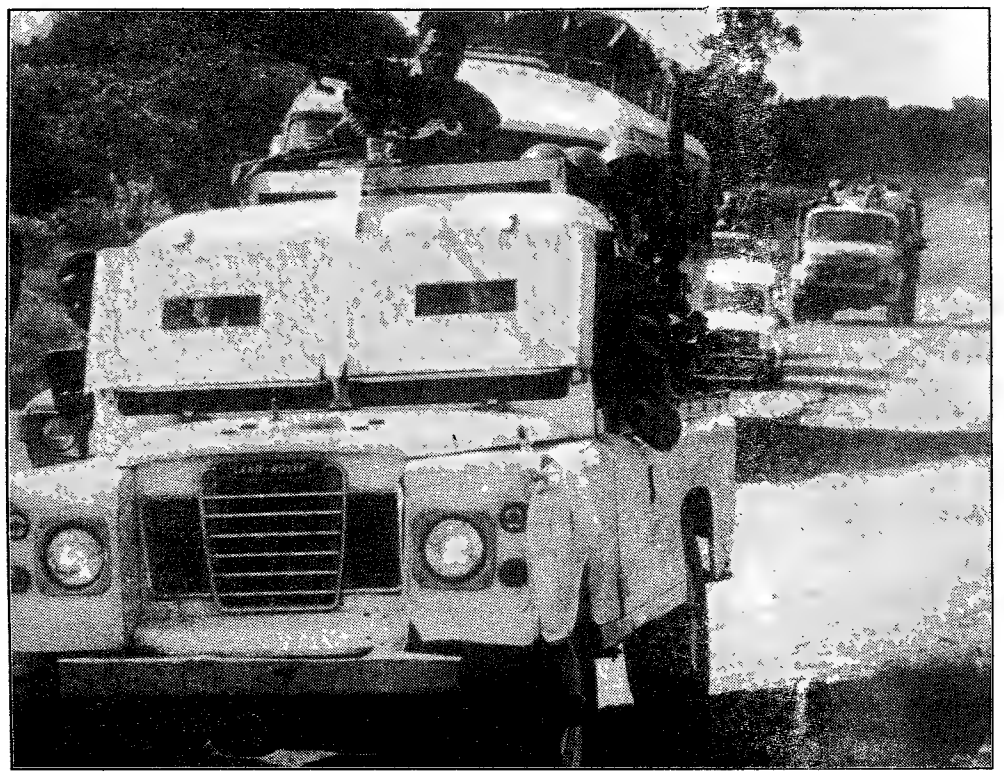
Finalmente, a Frelimo, embora em certos aspectos específicos posso aparecer como um movimento mais radical do que o MPLA, é um movimento que sempre conservou grande autonomia face à colocação externa, o que o deixa em melhores condições para gerir, quer o diálogo com os seus vizinhos - nomeadamente com a África do Sul como demonstrou no acordo de Nkomati - quer com os rebeldes.

Referindo-se concretamente à Renamo, Gama considerou que este movimento tem uma origem histórica e tem também encontrado base social no mau funcionamento administrativo e económico do Estado moçambicano. «Não se trata de um movimento exclusivamente telecomandado pela África do Sul, mas o seu grau de relacionamento com aquele país permite ter esperança quanto ao controlo das suas actividades».

Também aqui, o antigo chefe da diplomacia portuguesa considera que a independência da Namíbia pode ter uma influência benéfica, podendo justificar uma actuação diferente dos sul-africanos em relação a alguns dos seus vizinhos.

Ao terminar, Jaime Gama elogiou o presidente Chissano. «Trata-se de um chefe de Estado com características de liderança interna e de autoridade, e também com uma experiência governativa suficiente para compreender que o seu grande papel na história de Moçambique consiste em realizar a harmonização interna e em criar as condições para que o seu país tenha na vida internacional o lugar que a sua geografia lhe confere».





As perspectivas de pacificação em Anola e em Moçambique são porventura ténues, mas existem

Provável fim dos conflitos em Angola e Moçambique

A década de 90 verá definir-se a tendência para a afirmação da lusofonia em África

A África de língua portuguesa verá muito provavelmente, no início dos anos 90, o fim dos conflitos armados em Angola e Moçambique. Alcançada a paz interna e a estabilidade nestes dois países, poderão generalizar-se a toda a África lusófona as prioridades hoje cimeiras em São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde, ou seja, combinar a integração interna, incluindo a criação do mercado interno, com a necessidade de superar, nalguns casos, década e meia de isolamento económico e político para enfrentar o desafio da interdependência e cooperação regional e mundial.

Completar-se-á na próxima década a integração dos países africanos lusófonos nos organismos monetários e comerciais do sistema económico mundial, designadamente com a adesão ao GATT (no respeito da «cláusula evolutiva»), e cimentar-se-á a sua relação com o FMI e o Banco Mundial.

As prioridades deixarão de ser ditadas pela ideologia ou pela guerra, para passarem a ser determinadas pelos imperativos do desenvolvimento económico, na difícil gestão social das políticas de «reajustamento» do FMI e do Banco Mundial, pela urgência de satisfazer necessidades básicas (sanitárias e alimentares, antes do mais), de criar infra-estruturas, de promover a educação, a formação técnica, a alfabetização, ou de estender a informação ao conjunto do país.

Portugal terá de pensar a sua política africana atendendo a que todos estes países que querem desenvolver-se irão procurar, além de reformular a tradicional relação Norte-Sul (sem que no entanto deixe de ser essencial atrair investimentos do mundo desenvolvido), alterar o padrão tradicional por que se têm regido: exportação quase exclusiva de matérias-primas no sentido Sul-Norte, debilidade dos mercados internos e quase inexistência de trocas regionais. Neste final da década de 80, os países desenvolvidos absorvem cerca de 80 por cento das exportações dos países africanos, e representam cerca de 70 por cento das suas importações, enquanto a própria África não chega a absorver 5 por cento do seu comércio e as trocas entre vizinhos não vão além de níveis semelhantes.

A nova ordem económica internacional que o Sul procura será tentada, nos próximos anos, não já pela via da desconexão, da ruptura ou da propaganda, mas pela via do realismo, da cooperação regional e da crescente inserção no mercado mundial.

Nos primeiros anos da década, no entanto, a conclusão dos processos de paz e estabilidade interna constituirá ainda preocupação dominante. Por outro lado, o desanuviamento leste-oeste não fará desaparecer tensões e conflitos regionais, e os países africanos continuarão por isso preocupados em manter capacidade de defesa no quadro regional.

Se quiser ter uma política africana na década de 90, Portugal deverá participar na resolução das questões regionais, quer pela via da iniciativa política, quer pela participação em forças de manutenção da paz da ONU e pela cooperação militar.

A política de Portugal para a África subsahariana terá de atender às novas prioridades dos países da região e ao estatuto de país industrializado, membro das Comunidades. Além de reforçar a sua posição como dador, Portugal terá também de fomentar os investimentos, para o que precisa de criar os mecanismos financeiros adequados. Portugal pode ter um papel fundamental na área do ensino, da investigação científica e da saúde.

Portugal terá de relacionar-se com Angola e Moçambique não só individualmente, mas considerado no quadro do processo de cooperação regional na África Austral — SADCC. Processo que, com o inevitável fim do «apartheid», integrará, num prazo que não pode ser muito longo, a África do Sul, passando assim a existir pela primeira vez possibilidades reais de criar um pólo de desenvolvimento económico, científico e tecnológico endógeno em África, de que São Tomé e Príncipe muito naturalmente se aproximará.

A Guiné e Cabo Verde, actualmente membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), procurarão superar as dificuldades de inserção que aí encontram, sobretudo Cabo Verde, virando-se mais para a cooperação com países norte-africanos e países europeus do Atlântico Oriental.

A política africana da CEE, por seu turno, não poderá limitar-se, neste novo panorama geral, a dar simplesmente continuidade ao processo de Lomé, perante as críticas do seu beneficiário principal, a África francófona, mas terá de incorporar, valorizando-os, os interesses dos membros mais recentes da CEE e dos países da África anglófona e lusófona.

A década de 90 verá definir-se a tendência para a afirmação da lusofonia em África, como expressão da necessidade da preservação da independência e da identidade, das novas prioridades do projecto nacional de cada país: compatibilizar a consolidação do Estado e da nação com as relações com os vizinhos, em áreas onde as fronteiras são devassadas pelas realidades culturais e étnicas.

Verá certamente confirmar-se essa tendência da lusofonia para servir de referencial linguístico, mas também cultural e até histórico (fixação de fronteiras). Será essa uma das componentes de um conjunto de relações externas diversificadas dos Estados africanos, identificadoras para países que são autênticas «ilhas» linguísticas rodeadas de países de língua inglesa ou francesa.

Álvaro de Vasconcelos (*)

O círculo de cooperação inter-regional de língua portuguesa, que sendo cultural não pode deixar de ser também política e económica, e que deverá ser uma das prioridades centrais da política externa de Portugal na década de 90, terá de tomar seriamente em consideração o «país-baleia» do conjunto (como lhe chama Hélio Jaguaribe), o Brasil. No fim dos anos noventa, segundo números do Banco Mundial, 11 milhões de portugueses, 12 milhões de angolanos, 20 milhões de moçambicanos, cerca de 2 milhões de guineenses, são-tomenses e cabo-verdianos, formarão com os 177 milhões de brasileiros um dos principais espaços linguísticos do mundo.

A política africana de Portugal e a política africana do Brasil terão que convergir nalguns aspectos essenciais. E para que isso aconteça, há que começar por pôr de lado os preconceitos e as ilusões exclusivistas, que um mundo cada vez mais interdependente torna absurdos.

O quadro da lusofonia deverá ser pois horizonte indispensável da política externa portuguesa, complementar do quadro da integração europeia. Pode tornar Portugal um país com peso na área da cooperação política, dimensão da integração europeia cujo reforço decorre inevitavelmente do Acto Único. Mas para tanto é necessário que a integração europeia não se dissolva numa «casa económica comum» nem se estratifique numa «fortaleza» europeia. A importância das relações com o Leste deverá ser compensada por um aprofundamento da cooperação regional a Sul, principiando justamente por África. Defender este ponto de vista será certamente uma prioridade da política externa portuguesa para os anos noventa.

O primeiro grande teste da política euro-africana de Portugal virá com a presidência das Comunidades, logo no primeiro semestre de 1992. Os países africanos lusófonos (e também o Brasil) e, de certa forma, Marrocos, colocam expectativas na capacidade de Portugal fazer da presidência um momento decisivo para a afirmação da importância dos círculos extra-europeus das relações externas das Comunidades, contraponto necessário a um período de fascínio com o círculo do Leste. A realização de um conselho especial para a problemática Norte-Sul, que certamente terá na primeira página da agenda a questão da dívida, constitui uma das iniciativas possíveis.

Portugal já não é um País periférico, isolado. Precisa de provar que soube fazer das condições excepcionais de que beneficia a sua política externa um trunfo para a afirmação de uma visão portuguesa da Europa e do Mundo.

Álvaro de Vasconcelos

(*) Presidente do Instituto Português de Estudos Estratégicos

Nos anos 90, morrerão 50 milhões de crianças

África: um futuro pouco promissor

1 - Para onde irá a África, como viverão os seus povos na década de 90? Quais as perspectivas de evolução socio-económica do continente negro, no limiar do ano 2000?

A reflexão que esboçaremos sobre o assunto beneficia da vantagem de poder ser feita a partir de um ponto de observação privilegiado - Angola, na África Austral, numa encruzilhada da história e do futuro do Continente.

Desde logo diga-se que, para a apreciação da dramática etapa que África deverá percorrer, na próxima dezena de anos, impõe-se a abstracção de qualquer forma de eurocentrismo - hoje dominante, ao ponto de poder vir a corroer o processo de desanuviamento internacional.

Vistos do miradouro africano, há debates e problemas do eurocentrismo, que - com a sua inegável importância e incidência - não deixam de evocar as querelas de Bizâncio, quando os povos emergentes lhe cercavam as muralhas.

Não vamos aqui distinguir as situações dos diferentes Estados e regiões geopolíticas do Continente - África do Norte, Sahel, Vale do Nilo, Corno de África, África Ocidental, África Oriental e África Austral. Temos em vista, sobretudo, a África ao sul do Sahará. Mas alguns indicadores de crise, que citaremos, são médias estatísticas continentais.

2 - Assim, e segundo confirma um recente relatório da Comissão Económica das Nações Unidas para a África, entre 1980 e 1987, a taxa de crescimento anual do PNB para a região foi de 0,4 por cento, o que se traduziu num decréscimo do rendimento *per capita* em 2,6 por cento por ano.

Os dados preliminares para o ano de 1988/89 indicam um crescimento na ordem dos 2,6 por cento, enquanto a população aumentou em três por cento. Mais uma vez, pois, um recuo do rendimento *per capita* - que, entre 1986 e 1989, diminuiu em cerca de cinco por cento.

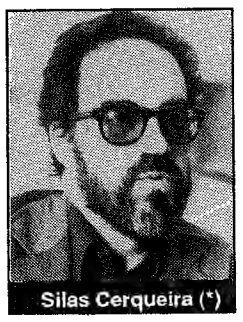
A dívida externa africana aumentou para 230 biliões de dólares. Proporcionalmente à produção, aos rendimentos da população e às exportações, é a dívida externa mais pesada do Terceiro Mundo. O serviço da dívida externa de África situa-se à volta de 30 por cento das receitas da exportação - as quais, por sua vez, têm estagnado ou decrescido.

África está cada vez mais marginalizada no comércio mundial - em que a sua cota mal chega a três por cento.

Sob a pressão da agricultura para exportações, foi gravemente negligenciada a produção alimentar. A tendência aponta para a redução da produção agrícola em geral e, em particular, da produção alimentar, incluindo obviamente o recuo dos índices *per capita*.

Por idênticas razões - pressão da agricultura para exportação, que obriga os pequenos camponeses a cultivar novas terras, sobreutilização dos solos de cultivo e pastagem, desflorestação comercial - agravou-se extraordinariamente a vulnerabilidade ecológica às secas, à desertificação, ao avanço do Sahará para sul. África só tem oito milhares de terras irrigadas.

Cento e cinquenta milhões de africanos são vítimas da sub-nutrição e da fome. O Continente negro é o único em que a mortalidade infantil aumenta. Segundo a UNICEF, 50 milhões de crianças morrerão em África, até ao início do século XXI.



Silas Cerqueira (*)

A elevada taxa de crescimento demográfico africano - três por cento ao ano - noutras condições, teria incidências bastante positivas no processo de produção e acumulação. Na situação actual vem agravar todos os índices socio-económicos. Actualmente há mais de 600 milhões de africanos. A partir do ano 2000 haverá um bilião.

Claro que, desde há anos, os fluxos financeiros de África - serviço da dívida, reembolsos, remessas de lucros - como do resto do Terceiro Mundo, dão sempre um importante saldo a favor dos países capitalistas industrializados. O «Sul» paupérrimo e faminto financia o «Norte» capitalista e opulento!

Graças ao mecanismo da acumulação de juros, se um Estado não consegue reembolsar a totalidade da dívida e dos juros, quanto mais for pagando mais irá devendo. Muitos Estados africanos são hoje mais pobres do que na primeira fase da independência.

3 - Pode-se comentar que, afinal, é esta a situação da maioria dos países do Terceiro Mundo. Sem dúvida. A diferença consiste em que os índices económicos e sociais mais baixos são verificados em África. África está em baixo da escala numa diferença não só quantitativa mas qualitativa.

Conseguirão os países africanos no próximo decénio romper este círculo vicioso? Ou irão soçobrar na maior catástrofe social e económica do século XX, quando este se aproxima do seu fim?

Só mediante uma acção e luta prolongadas, acarretando profundas mudanças na correlação de forças regional e continental, na política e relações externas desses países - e, também, para muitos deles, na situação social e política interna - será possível emanciparem-se do mecanismo de dominação e exploração, imposto pelas transacionais, as grandes potências ocidentais e seus organismos económicos e financeiros (FMI, Banco Mundial, etc.).

Assim, África chegou à crise actual. Mas, para salvar o continente da catástrofe, será também necessário, na década de 90, quer a cooperação inter-africana, quer uma importante cooperação internacional, colectiva - que nada deverá ter a ver com as modalidades e critérios da actual «ajuda» ocidental, ela própria parte do mecanismo de dominação económica estrangeira.

Curiosamente, os especialistas do Banco Mundial, em relatório recente, diziam que a crise económica da África está em vias de se resolver. Queriam referir-se, evidentemente, àqueles países - mais de metade - que estão a aplicar Programas de Ajustamento Estrutural, controlados pelo Banco Mundial.

Ora, o secretário da Comissão Económica para a África, da ONU, acaba de sublinhar exactamente o contrário: «a situação económica global (no continente negro) deteriorou-se... Toda a tentativa de pintar de cor-de-rosa toda a situação em África não somente camufla a realidade, mas reflecte um cinismo extremo». Um outro relatório da Comissão Económica para África, da ONU - propondo uma Concepção Alternativa Africana aos Programas de Ajustamento Estrutural - é severamente crítico quanto às tradicionais «receitas» deste tipo de programas.

As crianças são as principais vítimas da situação de profunda miséria em que vivem muitas populações africanas

4 - As consequências desta exploração, já hoje, e ainda mais para o próximo decénio são - mesmo quando há uma reanimação económica inicial - de tal modo depressivas, que o reequilíbrio económico-financeiro pretextado se torna impossível. Na maioria dos casos, os países africanos ficam e ficarão reduzidos ao seu papel «histórico» de fornecedores, às transnacionais, de matérias-primas, produtos agrícolas e força de trabalho abaixo do seu valor real.

Os Programas de Ajustamento Estrutural servem, pois, para impôr o dogma das privatizações, a ortodoxia financeira, a rigidez do desemprego crónica, as regras pretensamente absolutas do mercado capitalista e da competitividade internacional aos países africanos - deste modo privados de qualquer pluralismo e liberdade de opção quanto à via de desenvolvimento a seguir.

As potências capitalistas dominantes constrangem assim as nações africanas, e demais países do Terceiro Mundo, a submeter-se a um único modelo de desenvolvimento: o seu.

O colapso da Bolsa de Nova Iorque de 19 de Outubro de 1987, um novo «estalido» na mesma Bolsa em 13 de Outubro passado, os indicadores que apontam para uma inevitável e incomensurável recessão nos EUA na década de 90, confirmam uma profunda crise económica, social e ecológica que ameaça tanto os povos africanos, como os povos da Europa e do mundo.

5 - Mas os povos resistem, lutam e podem - unidos, dando o máximo de si próprios - mais uma vez, inverter o curso da história.

Na África Austral têm havido povos e Estados que resistem e lutam vitoriosamente - de certo modo, contra a corrente da presente conjuntura internacional - pelo seu direito a uma via de desenvolvimento independente.

O exemplo mais recente é a notável vitória da SWAPO - apesar do poderio e de todas as manobras intimidatórias e fraudulentas da África do Sul - nas eleições para a Assembleia Constituinte que, nos primeiros meses de 1990, proclamará a independência da Namíbia.

Isto quer dizer que a década de 90, começando com a independência da *penúltima* colónia africana - a Namíbia - aponta para a perspectiva da mais importante revolução de libertação nacional da história do continente negro: a queda do *apartheid* e a instauração da democracia e do progresso social e da paz, nos Estados da Linha da Frente e em toda a África.

***Professor agregado da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (Luanda, RPA)**

Grande parte das esperanças da Humanidade depende de políticas correctas dos EUA

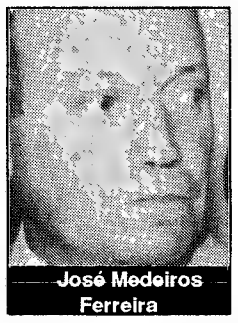
Uma nova imagem EUA para os anos 90

Creio que o presidente Bush anunciou a aparição de uma nova imagem dos Estados Unidos da América para os anos noventa no seu discurso inaugural. E confesso que a frase me provocou uma profunda impressão por a julgar bela e corresponder à vontade do povo norte-americano: **«A gentler kinder América»**. Dizê-la é mais difícil do que compreendê-la.

Só no princípio deste século os Estados Unidos abandonaram a sua postura continental-isolacionista herdada da guerra da independência e se tornaram numa grande potência marítima: o conflito de Cuba, o Canal do Panamá e a guerra submarina no Atlântico durante a I Guerra Mundial foram acontecimentos que marcaram os dirigentes. Os japoneses e a II Guerra Mundial fizeram o resto, ou seja, de continente os EUA passaram a observar-se como uma ilha banhada por dois oceanos e próxima das penínsulas da Ásia no Pacífico e no Atlântico.

Tendo assistido a movimentos populacionais que privilegiaram as costas e os espaços organizados pela actividade económica desenvolvida nos grandes lagos, não é de excluir uma redistribuição demográfica pelo interior do território, acompanhada por uma «continentalização» dos Estados Unidos.

Estes movimentos populacionais não chegarão para pôr em causa a *União* , como Washington a entende, mas dará a alguns estados federados a cor da expansão do hispanismo linguístico. Como nada na lei federal obriga a uma língua oficial, os desenvolvimentos de justaposição entre as línguas inglesa e espanhola irão colocar um problema impensável ainda há bem pouco tempo: a questão linguística que poderá ser ou não um novo envelope para as tensões inter-étnicas.


José Medeiros Ferreira

O nascimento mais do que previsível do elemento hispânico colocará ainda em novos termos o relacionamento entre protestantes e católicos e levará várias vezes a diplomacia norte-americana ao Vaticano, onde ainda há bem poucos anos não havia sequer embaixada dos EUA. O catolicismo deixará de ser apenas a religião dos países da América do Sul para ser também encara-do pelos sociólogos norte-americanos como factor interno.

A aposta na democratização

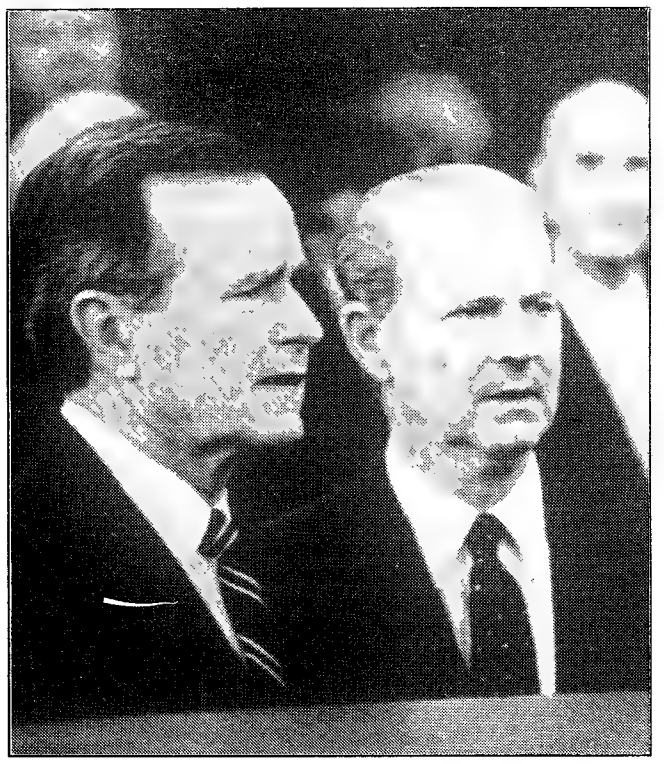
E a própria aposta de Washington na democratização dos países da América Latina significa que a acção pastoral da Igreja Católica será seguida mais de perto do que as doutrinas de segurança interna, segregadas pelos militares em vias de aquarte-lamento no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

Dizem que os Presidentes Democratas fazem a guerra (Wilson, Roosevelt, Truman, Johnson) e os Presidentes Republicanos a Paz (o caso mais recente foi o da guerra do Vietname com Nixon, no segundo mandato, a terminar com o empe-nhamento norte-americano naquela península da Ásia).

O fim da guerra no Vietname foi interpretado como o abandono das penínsulas e a va-lorização estratégica das ilhas para o domínio dos Oceanos.

Também Reagan, no seu segundo mandato, iniciou um diálogo com a União Soviética que, tudo indica, irá continuar nos próximos anos. De tal sorte que me aventuro a prever que os objectivos comuns entre os EUA e a URSS determinarão a atitude das administrações norte-americanas na Europa Oriental e serão um factor importante na problemática alemã.

Pelo seu lado , a URSS de Gorbachev não criará dificuldades facultativas aos EUA no Médio Oriente e no Mediterrâneo e no domínio espacial há quem se aventure mesmo a prever a maior cooperação entre os dois países.


George Bush: «A gentler kinder America»

Uma coabitação de Influências

Que formas tomará o entendimento soviético-americano não cabe aqui indagar, mas, em termos europeus, fora alguns países mais-*sensíveis* , terminará a época das zonas de influência exclusiva para se inaugurar uma coabitação de influências, embora racionalmente se possam desenhar os territórios onde haverá nítidas influências predominantes.

Quanto às relações com os países da Comunidade Europeia haverá sempre a distinguir o plano multi-lateral, conduzido do lado europeu por Bruxelas, do plano bi-lateral. Portugal, mantendo-se solidário com os compromissos comunitários, tem todo o interesse em aprofundar o plano das suas relações bi-laterais com os EUA.

Na próxima década os EUA e o Japão têm encontros marcados no Pacífico, no Canal do Panamá, no Gatt, no FMI e no sistema financeiro internacional. Veremos qual será a nova imagem histórica de Mac Arthur nos EUA depois desses desenvolvimentos.

Uma coisa é certa: grande parte das esperanças e dos progressos da humanidade só poderão ser satisfeitos por políticas correctas decididas nos Estados Unidos na próxima década.

Irão : a revolução com alma

Enquanto alguns países muçulmanos insistirem em adoptar modelos de governo ocidentais, a unidade islâmica não passará de um sonho

A comunidade muçulmana espalhada pelo mundo e na qual os árabes consistem numa minoria, de que emanou, há cerca de 1400 anos, através do Profeta Muhammad, a revelação da última mensagem de Deus, o Alcorão, está e estará na ordem do dia.

Aos dois grandes blocos, «democrático-capitalista» e «comunista-ateu», tradicionalmente inimigos, finda a segunda guerra de 39-45, veio acrescentar-se, anos depois, no panorama político internacional a alto nível, o bloco islâmico.

Este começou a ser encarado, tanto pelos Estados Unidos como pela União Soviética, como uma potencial ameaça, quando se desencadearam os primeiros movimentos de libertação da Palestina e, a secundá-los, um cada vez maior apelo à unidade islâmica, ao regresso à comunidade, de modo a expulsar as derradeiras formas de colonialismo ocidental - caracterizado pelo activar perverso de diferenças étnicas e pelo fomento de guerras, a fim de dividir para reinar, conforme o adágio.

Na verdade, enquanto alguns países muçulmanos forem permeáveis à Europa e insistirem em adoptar modelos de governo ocidentais, alheios à arte da política consignada no Alcorão, bem assim como a consequente vivência de padrões de cultura, conducentes a um céptico materialismo de falsa fraternidade sem Deus, ou de liberdade sem respeito pela libertação mística, a tão almejada unidade islâmica não passará de um sonho e o Ocidente poderá dormir descansado.

Mas na manhã em que mais de um bilião de seres humanos acordar ao som de uma única voz, a voz de Deus, corporizada no Alcorão, não serão as armas nucleares a decidir do equilíbri do mundo, mas as palavras sagradas como armas.

O Irão pretende ser o exemplo de regime político para os países muçulmanos

O poder da fala

A revolução no Irão é o exemplo mais flagrante do poder das palavras sagradas que são, também, as palavras justas: depois de inúmeros mártires e massacres o povo iraniano, conduzido pelo seu chefe, Imano Ayatollah Khomeini, frente ao exército do Shah, apenas usou do dom da fala para deter os tanques e os milhares de soldados que lhe barravam a passagem.

E deu-se o milagre do som, que sintoniza o coração, devolvendo o eco perfeito: os inimigos descobriram-se amigos, os traidores foram executados e o Irão, até aí submetido ao Ocidente, sacudiu a última pulga colonialista e empreendeu a reconstrução de um governo islâmico limpo, não apenas centrado no Irão, mas no mundo inteiro muçulmano.

A extensão da unidade islâmica

Com efeito, a revolução iraniana, porque se baseia na Escritura, é literalmente religiosa. A religião não tem nacionalismo, mas comunidade. É, portanto, compreensível que, na sua política, o Irão queira tornar extensiva a sua revolução aos outros países muçulmanos, divididos ou ainda colonizados pelo Ocidente, chamando constantemente à unidade islâmica, mediante a aplicação rigorosa da Lei do Alcorão e da Suna.

Neste contexto, a guerra do Golfo Pérsico foi uma guerra defensiva. Quando os Estados Unidos perderam o Irão e o controle no Golfo, prestaram auxílio militar ao Iraque, alimentando as suas pretensões de hegemonia entre os países árabes produtores de petróleo: é claro como água.

Só não é tão claro, e na obscuridade se move, como no oiro negro, o grande mistério da alma.Nenhuma revolução dos tempos modernos, que eu saiba, se preocupa com esta dimensão da alma, tentando todas, muito pelo contrário, aniquilá-la (ou conferindo-lhe um lugar de mera hipótese, tolerada por hipocrisia), excepto a revolução iraniana, que nela inteiramente se fundamenta, contribuindo, com o seu exemplo, para a reedificação da futura comunidade islâmica mundial, (Ummah).

Muhammed Rashid (*)
(*) *Escritor*

América Latina: graves problemas endémicos e enormes aspirações

Das ditaduras às democracias formais

Jorge Luís*

As realidades latino-americanas que, inequivocamente, vão condicionar o futuro da região encontram-se, no esencial, sintetizadas em dois recentes documentos: o dos bispos católicos de Centro-América e o relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No texto dos religiosos - reunidos no final de Novembro na Costa Rica - destaca-se a «persistência dos graves problemas sociais», concretizados na fome, no desemprego, na inflacção e na marginalidade. Esta «persistência» é ainda complementada com a fuga de capitais, a saga do narcotráfico e a substituição dos processos democráticos pelas actuações militares, que determinam a intervenção estrangeira. A OIT concluiu, por seu turno que, só em 1988, a América Latina pagou aos países industrializados trinta mil milhões de dólares (perto de 4 biliões e 700 milhões de contos), o que representa um quarto do total das suas exportações. A ausência de liquidez assim criada leva a que estes Estados recorram a novos financiamentos externos com as brutais consequências que daí advêem: maiores reduções dos gastos públicos nos serviços sociais e nos investimentos produtivos; aumento do desemprego; disparo da inflacção, que, no ano passado, chegou, em média, aos 470 por cento - 39, 17 por cento ao mês! Assim, a última década do século não será nem simples nem calma na América Latina onde niguém pode advogar a sério a propagandeada teoria, nada original, da suposta morte das ideologias. Pelo contrário, os seus povos terão que urgentemente inventar novos procedimentos para poderem enfrentar com êxito os colossos que os oprimem. Cabe aqui, e como recado ao futuro da região, citar o poeta: «caminante, no hay camino, el camino se hace al caminar».

O compromisso da Igreja dos Pobres

Num sub-continente onde não há espaço para a neutralidade, a voz dos bispos tem - além do mérito de, em termos gerais, diagnosticar correctamente a situação - um considerável eco entre as populações. É significativo que a Igreja Católica esteja de tal forma alicerçada na região, ao ponto de, no ano 2000, metade do total dos seus fiéis se vir a encontar na América Latina.

Já desde as colonizações que se tinha dado uma drástica clivagem dentro da estrutura católica, havendo sacerdotes que se entregavam inteiros às causas das independências, contra os poderes das metrópoles e da hierarquia da Igreja.

Nos últimos tempos, desde que o padre-guerrilheiro colombiano, Camilo Torres - morto em combate em 1966 - até aos seis sacerdotes jesuítas da Universidade Centro-Americana - fria e sadicamente chacinados pela tropa governamental de El Salvador - muitos religiosos, padres e freiras, têm, desde o Rio Grande até à Terra del Fuego, juntado o seu sangue ao dos combatentes pela justiça social e pela efectiva democracia.

Todavia, a denominada Igreja dos Pobres, que se fundamenta na Teologia da Libertação e se organiza em comunidades de base, não conta propriamente com o apoio do Vaticano.

Assim, a exagerada centralização e as posições extremamente conservadoras, senão mesmo reaccionárias, do actual Papa - contrárias aos princípios de João XXIII - hostilizam permanentemente os religiosos que se comprometem com os interesses populares.

Agostinho Casaroli e Joseph Ratzinger, respectivamente, secretário de Estado da Santa Sé e ministro da Congregação para a Doutrina de Fé (a antiga Inquisição), têm encabeçado as mais diversas ofensivas contra a Igreja dos Pobres. Mas, apesar das sanções contra os teólogos da libertação e a suspensão das funções religiosas dos padres que são ministros na Nicarágua, a década que se avizinha anuncia um papel ainda mais relevante para a «missão» necessária da Igreja dos (e para os) Pobres.

Quatro mortos por cada mil dólares

Relativamente aos dados macro-económicos, constata-se que, na América latina, o Produto Interno Bruto teve, entre 1980 e 1988, um aumento de apenas 0,7 por cento anual, contra os 2,5 por cento do crescimento demográfico - o que implicou a diminuição em 6,6 por cento do PIB por habitante.

Estes factos, que resultam na desumana pobreza de milhões e milhões, com casos extremos como o Nordeste do Brasil e o Antiplano boliviano - em abrupto contraste com a imensa riqueza das minorias - são as estruturais causas das constantes revoltas populares. Assim já o explicara a II Declaração de La Habana, em 1962, ao referir que, estatisticamente, por cada mil dólares saídos da América Latina para as potências neo-colonizadoras, morriam quatro pessoas.

O elemento mais ou menos inédito é o esmagador montante do total da dívida externa, que condena os países latino-americanos a pedir constantemente financiamentos para pagarem os juros dos empréstimos anteriores.

Fique como exemplo pedagógico o caso brasileiro: em quatro anos e meio, o país pagou mais de seis mil milhões de dólares (perto de 950 biliões de escudos) aos seus intransigentes credores (7,5 trabalhadores em cada dez recebem menos de dez contos de ordenado mensal). Porém, este gigantesco esforço não dimuniu a dívida externa, ela aumentou!

Os ardilosos negócios da droga

A condicionante mais singular , então, é o chamado narcotráfico, centrado na Colômbia.

Em quase toda a América do Sul, os problemas sociais continuarão por certo a ser grandes e dramáticos

A esse respeito e, em obrigatória e esquemática síntese, citemos a denúncia da União Patriótica sobre os quatro mil colombianos assassinados nos últimos três anos, na qual se afirma que se trata de um plano de extermínio idealizado pelos Estados Unidos, contra a esquerda latino-americana.

Lembraremos também o Manual Contra-Insurgente do Exército, recentemente divulgado, no qual se incluia a criação de «forças civis armadas».

Assim, foram constituídos cerca de centena e meia de esquadrões da morte, sob a égide das Forças Armadas da Colômbia, com a acessoria de especialistas dos EUA, Israel e Alemanha Federal, financiados por traficantes de droga e criadores de gado. Estes esquadrões são integrados por militares, marginais e desempregados - que não são difícies de recrutar, tendo em conta que há meio milhão de colombianos sem trabalho - ao serviço da chamada extrema-direita.

Esta denúncia, quase desconhecida em Portugal (a dependência das grandes agências noticiosas internacionais funciona mesmo), complementa-se com os depoimentos do general Miguel Maza Márquez, chefe do departamento Administrativo de Segurança. Aquele responsável disse que os esquadrões da morte estão infiltrados no Governo e no Exército colombiano, na embaixada norte-americana em Bogotá e no próprio departamento anti-narcóticos de Washington.

Acrescentem-se as informações da magistratura colombiana - com 244 mortos nos últimos nove anos - sobre as gravíssimas implicações que a guerra ao narcotráfico tem tido para a legalidade democrática. Acabaram-se os jurados, permite-se a detenção e incomunicação de qualquer pessoa durante sete dias, liquidando o «habeas corpus», e tenta-se retirar a autonomia ao poder judicial, governamentalizando-o. Em paralelo, não se promulgam leis específicas contra os traficantes mas agravam-se as penas para os «delitos políticos».

Só mais dois dados, para dar uma achega: a expressão «narco-guerrilha», vínculo jamais comprovado, é da autoria de um antigo embaixador norte-americano em Bogotá, ligado ao caso Irão-contras; cinco mil militares colombianos estão a ser interrogados pela Procuradoria-Geral, devido às suas actividades irregulares... (Já agora, talvez seja conveniente reflectir um pouco sobre as acções norte-americanas contra o general Manuel António Noriega: tratar-se-á mesmo de um outro caso de droga ou o que verdadeiramente está em causa é o tratado que obrigará a entrega do Canal à legítima soberania panamiana?

A extensa lista das intervenções armadas

O complexo caleidoscópio latino-americano, recheado de problemas endémicos gerais e de realidades regionais e nacionais muito diferenciadas, caracterizou-se, nos anos 80, pelos parâmetros suncintamente referidos nos parágrafos anteriores e pela queda das ditaduras. Este importantíssimo trunfo das forças democráticas foi também resultado das exigências dos EUA. Esta potência incontroversa impôs e sustentou todos os golpes militares reaccionários e liquidou os poucos progressistas latino-americanos, como o general Juan José Velasco Alvarado, no Perú, e o geneeral Juan José Torres, na Bolívia, parecendo não ser alheia à muito conveniente morte do general Omar Torrijos, signatário, pelo Panamá, do tratado sobre o Canal.

Os teimosos factos aí estão: excedem bastante a centena as intervenções directas dos norte-americanos nos territórios que, segundo a Doutrina Monroe, constituem o «pátio» dos EUA.

Da longa e sangrenta listagem de intervenções directas, refira-se apenas a primeira e a última: as Ilhas Malvinas, em 1831, en-

Os patrões do Cartel de Medelin, embora desalojados das saus luxuosas mansões, não perderam o controlo dos seus negócios e dos seus exércitos, fazendo pagar caro ao Governo colombiano a guerra que, com o apoio dos EUA, lhes declarou

tregues, no ano seguinte, à Inglaterra, que as rebaptizou de Falkland e Granada, em Outubro de 1983. Esta ilha, com menos de metade do território e da população da região Autónoma da Madeira, foi invadida por cinco mil marines, que chegaram a sofrer baixas, graças à resistência de milicianos granadenses e de alguns técnicos-cooperantes cubanos - sobre esta façanha, a primeira «vitória» dos Estados Unidos após traumatizantes derrotas militares, foi produzido um patético filme, exibido há um par de anos em Lisboa.

Entre outras proezas mais conhecidas, destacam-se a fracassada tentativa de invasão de Cuba pela Baía dos Porcos (Abril de 1961) e a bem sucedida intervenção de 45 mil marines na República Dominicana, que massacraram os constitucionalistas (Abril de 1975).

Todavia, quiçá seguindo as ideias do príncipe do «Il Gatopardo», de Tomasi di Lampeduza, John Kennedy tenha entendido «modificar alguma coisa para que tudo continue igual», ou seja, abrir pequenas válvulas para que o balão não rebentasse com a pressão interna. (A propósito, talvez seja útil precisar que, sem discutir a importância de Kennedy, foi ele quem preparou a tentativa de invasão a Cuba, criou a Green Deret (forças especiais de intervençao externa) e iniciou a escalada no Vietname.

Porém, nem tudo é tão líquido: as juntas governamentais das Forças Armadas - cujos oficiais, na sua grande maioria, formam-se, especializam-se e reciclam-se no «Fort Gulik», na zona do Canal do Panamá, e em «West Point», entre outras academias norte-americanas - fizeram limpezas profundas. Assassinaram centenas de milhares de líderes, militantes e simpatizantes progressistas, desmantelaram as suas organizações e inflitraram-se nos aparelhos de efectivo poder. Assim é na Argentina, onde controlam a indústria pesada; assim é no Brasil, onde mil e 500 oficiais continuam e continuarão a ter funcões na Presidência da República; assim é, também, no Chile, onde Pinochet os enquadrou juridicamente como garantes da «democracia ocidental e cristã» contra o «comunismo ateu».

Com o propósito declarado de fazer julgar o general Noriega como traficante de narcóticos, mas, certamente, a pensar na transferência do Canal para a adminsitração do Panamá, as tropas americanas continuam a ocupar o país

A leitura atenta dos acontecimentos permite pensar, sem nenhuma pretensão futurológica, que os sistemas abertamente repressivos, derivados de golpes militares, não são para remeditar, excepto, talvez, em casos extremos - as ameaças de intervenção directa norte-americana no Panamá, Nicarágua, El Salvador e até Cuba, mantêm-se...

É, em certa medida, a recuperação da estratégia de John Kennedy - que tentou concretizar a Aliança para o Progresso, os Alimentos para a Paz e os Corpos para a Paz, entre outras acções paternalistas, nada inocentes - agora reforçada na certeza de que os Governos eleitos pelos votos populares possuem a legitimidade formal suficiente para dificultar a luta mais radical da esquerda. É só pensar nos apoios e na estrutura da campanha eleitoral do brasileiro Collor de Melo...

Em qualquer caso, as perspectivas para a próxima década na América Latina são bastante mais estimulantes do que as dos anos 80, pois a dinâmica social não se confina aos modelos fabricados nos gabinetes e a realidade, mais cedo do que tarde, acabará por se impor.

As rotas da droga continuarão abertas

Partem das mais remotas zonas da floresta sul-americana e divergem para quase todo o mundo, as principais rotas do tráfego de drogas.

Em velhos aviões que descolam de clareiras quase imperceptiveis no imenso mar de copas verdejantes, os carregamentos são levados até ilhas desertas da América Central ou locais desabitados de qualquer região costeira e daí seguem, em anónimos transportes marítimos, para os entrepostos implantados em pontos estratégicos. Depois, é a étapa até aos mercados de consumo, normalmente com a utilização de «correios» ou, para remessas mais volumosas, embarcações costeiras rápidas, aviões ligeiros e automóveis, ao abrigo de uma velocidade de movimentação superior à dos meios fiscais ou de artifícios de ocultação extremamente sofisticados.

Os precalços a que estão sujeitas estas cadeias e redes de traficantes, embora surjam frequentemente relatados na imprensa, não são tão numerosos nem proporcionam apreensões suficientemente volumosas que abalem o negócio. Apenas poderão originar um aumento do preço do «produto» no retalho.

Não é, no entanto, devida unicamente à perícia dos traficantes e à capacidade dos meios que utilizam, a relativa impunidade com que se transaccionam grandes quantidades de droga, sobretudo nos mercados norte-americano e europeu. A conivência de individualidades altamente colocadas, que poderão ir desde o governante de uma «república de bananas» que dá cobertura à livre circulação pelo seu território dos meios de transporte clandestinos, até qualquer alta-patente policial dos EUA ou da Europa.

O general Noriega é sem dúvida a figura mais conhecida da alta roda da corrupção. O seu envolvimento nas redes abastecedoras dos milhões de toxicómanos norte-americanos terá atingido uma gravidade tal que motivou (ou serviu de pretexto) para a invasão do Panamá por forças armadas dos EUA.

As consequências sociais do fluxo de narcóticos que a organização de Noriega faz desaguar no seu território é evidentemente razão de profundas preocupações para os responsáveis norte-americanos. Mas maiores serão ainda os seus cuidados por via dos fabulosos lucros dele resultantes. É que, depois de seguirem rotas não menos complexas, serem submetidos a operações de «lavagem» em bancos e empresas de circunstância, movimentados em operações fictícias, e distribuidos a indivíduos insuspeitos, esse fundos poderão pôr sob o controlo de organizações criminosas ou politicamente adversas algumas das pedras base da economia dos Estados Unidos, como, de resto, de qualquer país.

O poder dos barões da droga já demonstrou que nem o empenhamento político, económico e militar americano, em acções directas ou indirectas, como as verificadas no Panamá e na Colômbia, conseguiu infringir-lhe assinaláveis derrotas. É pouco provável, por isso, que

venha brevemente a diminuir, sobretudo relativamente a países de menores recursos e a governos sem a mesma força de intervenção de Washington.

Um poder na corda bamba

Entre a ditadura que bate em retirada, hostilizada nas ruas, e o poder democrático que ressurge, estimulado pela população, desenvolve-se no Chile um braço de ferro cujo desfecho está longe de ser previsível.

Gerada pela decisão de Pinochet de submeter a sufrágio a continuidade do regime de que era o principal expoente, a situação de instabilidade política chilena não teve nas eleições de 14 um factor de normalização. Contra os auspícios do ditador, o plebiscito que lhe prolongaria e reforçaria o poder

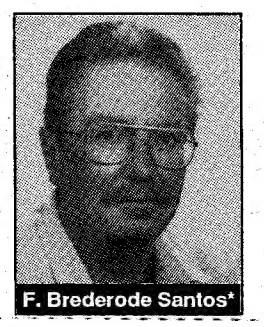
autocrático saldou-se pelo triunfo da oposição. De então para cá, e já lá vão catorze meses, a democracia, independentemente de qualquer consagração institucional, foi regressando ao dia a dia de um povo que, à falta de experiência histórica contrária, nunca se acomodou a viver sem ela. Mas os resultados das eleições de há dias não tiveram a expressão considerada óptima pelas forças democráticas.

O seu candidato venceu, e venceu claramente, o dos sectores apostados na continuidade do regime. Patrício Aylwin, apoiado por todas as forças que iam da democracia-cristã à extrema-esquerda, nem precisou de segunda volta para bater o homem escolhido pela ditadura para a prosseguir nas linhas políticas gerais, depois da legitimação eleitoral. Mas, à margem desse resultado, os votos que determinaram a composição das duas câmaras parlamentares, Congresso e Senado, ficaram longe do volume desejado.

Difícil seria que o não ficassem. A ditadura, sentindo a proximidade da derrota, acautelara a retaguarda. A lei eleitoral que impôs permitiu a ocorrência de aberrações como a de candidatos oposicionistas batidos por representantes de forças da continuidade que tinham obtido coisa como metade dos seus votos. E, agora, a promulgação de leis visando a remoção de disposições da ditadura, dada a obrigatoriedade de maiorias qualificadas, terá de contar com o assentimento de gente de Pinochet.

A evolução que esta circunstância permite vaticinar caracterizar-se-á pois, no plano institucional, pela moderação. Só que não é esse o ritmo a que as transformações se verificam na rua. Um povo massacrado por dezasseis anos de opressão brutal e uma política económica que, se lhe atenuou a dívida externa, acentuou o abismo entre riqueza e miséria, relegando para a última situação vasta parte da classe média, não irá aguardar pacientemente frutos benfazejos de negociações parlamentares morosas.

A alternância de repressão e liberalidade face às manifestações de euforia popular traduz a preocupação do actual Poder com o impulso adquirido pelo movimento de democratização da sociedade chilena. Resta ver como se haverá o Governo de Aylwin, a empossar em Março, perante o mesmo problema, somado ao dos bloqueios legados pela ditadura.



F. Brederode Santos*

(*) Enviado especial «DL» às eleições no Chile

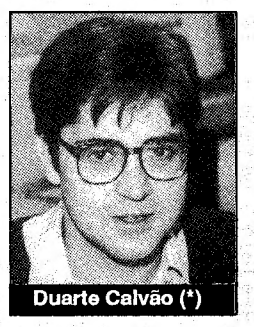
Brasil

O futuro virá nos anos 90?

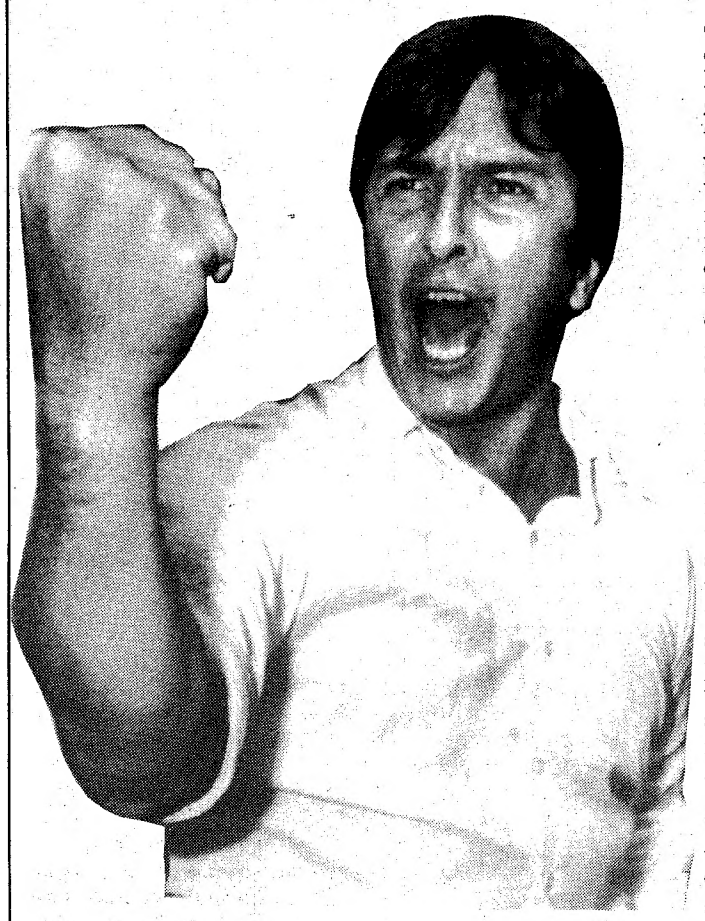
Um país que tem uma taxa mensal de inflação de mais de 50 por cento, a maior dívida externa do mundo, 120 mil milhões de dólares, uma dívida interna ainda maior, mais de dez milhões de crianças abandonadas, violência nas grandes cidades, uma péssima distribuição da propriedade agrícola e da renda per capita, não tem um futuro risonho à primeira vista.

Trata-se do Brasil, o «gigante adormecido», o «gigante desastrado», o «país do futuro há 500 anos (data da descoberta de Pedro Álvares de Cabral)». Perante esta situação, qualquer país estaria derrotado e aparentemente levaria décadas para se reerguer.

Esta lógica, tal como muitas outras, não tem uma aplicação linear no maior país da América Latina. Há dívida externa sim, mas há também uma das balanças comerciais mais superavitárias do globo. Há uma crise de poder aquistivo derivada da queda dos salários, mas há também uma iniciativa privada cheia de criatividade e que se adaptou às singularidades da economia brasileira. Há um descrédito generalizado pelas formas de vida tradicionais, mas há também uma população onde a juventude é a esmagadora maioria, que vai procurando no dia-a-dia novos caminhos e soluções.



Duarte Calvão (*)



Com tudo isso, o Brasil tem capacidade para ser uma das grandes «surpresas» dos anos 90. É claro que continuarão a subsistir grandes bolsões de miséria, não é provável que o nível cultural suba muito (mesmo entre as classes médias e superiores), a distribuição da renda manter-se-á cruelmente desigual e a violência e a corrupção estarão presentes. Mas, pode ser que isso tudo se atenue para níveis mais aceitáveis, tendo sempre em conta que se trata de uma sociedade nova, onde dificilmente se aplicam parâmetros do Primeiro Mundo.

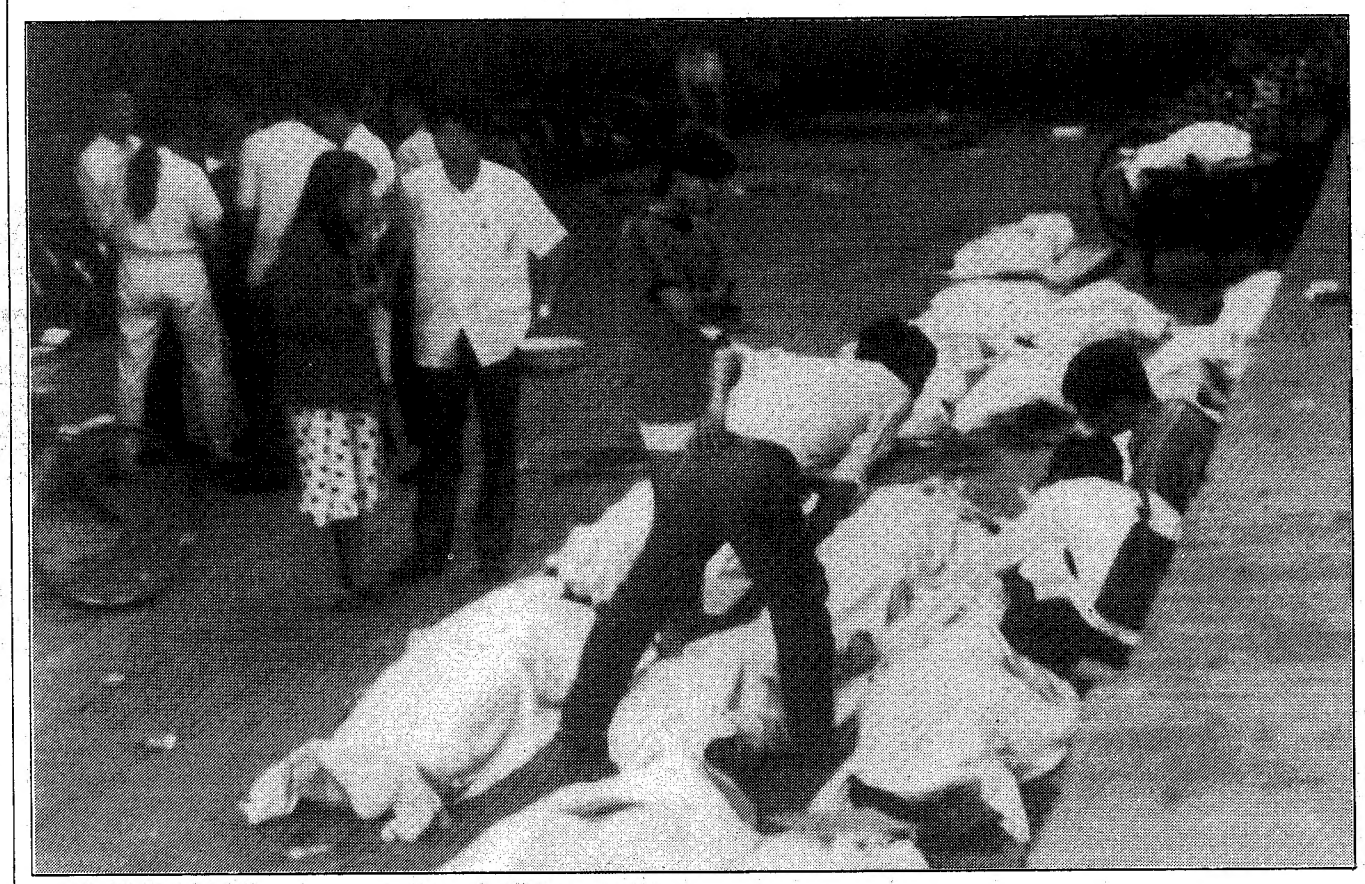
No cerne desses problemas um nome avulta: Fernando Collor de Mello, que no passado dia 17, se tornou no mais jovem presidente da História do Brasil. Contará 40 anos quando em 15 de Março de 1990 tomar posse.

A esquerda considera-o um típico político das classes conservadoras. a direita não o levou muito a sério no princípio, embora na segunda volta se tenha unido em torno da sua candidatura para enfrentar Lula, o metalúrgico.

Por enquanto, Collor é um enigma. Vem de uma família de políticos tradicionais, mas desprezou de certa maneira, a forma tradicional de fazer política. Teve muitas atitudes próximas aos governos militares (responsáveis pelas nomeações no seu início de carreira) mas votou a favor das eleições directas e foi um dos piores adversários de Sarney.

Aqueles que vierem a fazer parte do seu Governo, dirão muito mais do que todas as especulações que agora abundam. «Diz-me com quem andas e direi quem és». Se forem pessoas ligadas aquilo que de pior ocorreu no país nos últimos vinte anos, não há grandes esperanças. Se, tal como o presidente, aparecerem para a opinião pública com as «mãos limpas» e não cometerem os mesmos erros dos seus antecessores, talvez os anos 90 (pelo menos a primeira metade) sorriam para o Brasil.

(*) Enviado especial «DL» às eleições no Brasil



A chacina de Tiananmen fez a situação da China evoluir por caminhos ainda não totalmente esclarecidos, mas que não serão certamente os da abertura que antes se perspectivava

Os mistérios orientais

O grande imponderável da China e as tentações hegemónicas do Japão

Parece que os japoneses já decidiram como vai ser. Os Estados Unidos serão a única superpotência e a nova Alemanha reunificada e, claro, o Japão serão os dois grandes países produtores no mundo, um na esfera europeia e ocidental e a outra dominando economicamente a Ásia.

A História tende a associar a força económica com a força militar. Mas o pós-guerra com o curioso exemplo dos dois derrotados florescendo no campo económico e atingindo o estatuto de grandes potências ricas mas sem qualquer presença militar de nota, parece desaprovar a tese. Isto é especialmente verdade no caso do Japão.

É ainda curioso meditar sobre o sucesso das ilhas nipónicas. Eis um país com fracos recursos em matérias-primas, sem petróleo, tendo que importar muito daquilo que come. Hoje como se sabe é um dos grandes exportadores do mundo de produtos que se distinguem pela sua inovação e qualidade. Dos dez maiores bancos do Mundo os primeiros seis são japoneses. Todos conhecem a sua expansão como investidores e as suas crescentes aquisições nos E. U. Conta-se a história do presidente Bush ter adormecido durante vinte anos. Ao acordar perguntou: Que se passa com o défice orçamental? Está equilibrado - asseguraram-lhe. E a bolsa? Tudo bem, disseram-lhe. E quanto custa uma coca-cola? Custa vinte yen, responderam-lhe!

Enfim o Sol Nascente triunfa. Mas o que acontecerá ao resto da Ásia até ao fim do século? É fácil falar da grande expansão japonesa, da continuada prosperidade da Coreia (talvez unificada), Taiwan, Singapura e enfim de Hong Kong. Mas o grande imponderável é, claro, a China. O que vai acontecer a este Império do Meio? Este nome, como se sabe, decorre da antiquíssima e milenária atitude por parte dos chineses de se considerarem o centro do Mundo. Nos fins do século XVIII o Imperador escreveu ao Papa e ao Rei de Inglaterra tratando-os como súbditos. Hoje, guardadas as óbvias distâncias, a atitude mantém-se. Os protestos mundiais sobre o massacre na Praça Tiananmen foram tratados com um supremo desprezo. A crescente agitação em Hong Kong à medida que 1997 se aproxima, deixa o Governo de Pequim perfeitamente indiferente. O que vai acontecer na China? É curioso verificar o contraste com os soviéticos. Na República Popular, Den Xau Ping iniciou uma perestroika económica mantendo um rigor tradicional leninista quanto a liberdades públicas. O aumento de produtividadeeexpansão económica foi enorme à medida que se liberalizou a economia. Mas «glasnot» em política, nada. A pressão dos estudantes acabou como se sabe em sangue e brutal repressão. Claro que o bilião de chineses não tem qualquer tradição histórica de democracia.

Contrastemos com a União Soviética e o resto do chamado (uso bem o particípio passado) bloco socialista. Aqui houve uma tentativa de abertura política estendendo as liberdades públicas e descompressorizando a sociedade civil. No campo económico, contudo, a evolução é muito mais lenta e o sucesso exterior de Gorbachev tem pouco a ver com a sua popularidade entre os habitués das longas e frustrantes bichas no seu próprio país.

A China encontra-se, após os massacres de Junho, numa fase de introversão. Por quanto tempo continuará assim? O que será a China daqui a cinco anos? E no limiar do novo milénio?

E se a China se abrir decididamente para o exterior, veremos o Japão dominar economicamente esse enorme país? Confesso que duvido. A China, segundo julgo, manterá em relação aos outros países a sua histórica desconfiança misturada com arrogância. Não veremos, pois, a China como grande potência Oriental influenciando os seus vizinhos. Sendo assim (se o for) conseguirá o Japão resistir à tentação de se tornar uma potência militar? Julgo pouco realista que o Japão se mantenha tão-pouco militarizado. A comunidade internacional e, sobretudo, os E. U., acham que a grande potência económica asiática não pode deixar de contribuir para com as responsabilidades de defesa e os seus consequentes custos.

Assim, neste próximo decénio, julgo que continuaremos a ver uma China dominada pelos seus problemas internos e um Japão grande potência económica mas já não só. Resistirá ela a tentações hegemónicas?

Paulo Lowndes Marques (*)
(*) Advogado, comentarista internacional, ex-secretário de Estado

Macau: a última década de administração portuguesa

De acordo com a Declaração Conjunta Luso-Chinesa assinada em 1987, Portugal será responsável pela administração de Macau até 20 de Dezembro de 1999. A essa data seguir-se-á um período de cinquenta anos em que os sistemas social e económico, modo de vida e leis aí actualmente vigentes se deverão manter basicamente inalterados e o actual território, colocado sob a soberania chinesa, constituirá uma região administrativa especial dotada de um alto nível de autonomia (que só não se estenderá aos domínios da defesa e relações externas).

A perspectiva de uma década de administração de um território asiático e ainda de meio século subsequente fortemente influenciado pelo que essa década for, coloca Portugal perante uma oportunidade única. Nos outros continentes em que os portugueses exerceram responsabilidades administrativas nunca puderam ser reunidas semelhantes condições de previsibilidade, condições que possibilitam, querendo os homens, um grau elevado de racionalização e intencionalidade das políticas. E Macau insere-se numa região do Mundo cujo relevo económico e estratégico confere um interesse excepcional ao exercício, nessa região, de responsabilidades administrativas por parte de um país europeu e plenamente integrado nas instituições comunitárias.

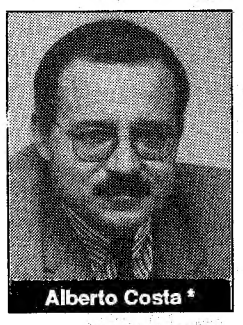
O desempenho português ao longo da próxima década e o sucesso do próprio processo de transição acordado está obviamente dependente do acerto das políticas do Governo local em sectores nevrálgicos - não apenas na área económica e infra-estrutural, mas também no domínio institucional e jurídico, no audiovisual, no social e no educacional, para só falar naquelas a que as circunstâncias dão mais relevo.

Mas depende também, e essencialmente, de um requisito que só no âmbito mais largo da política externa portuguesa pode ser acautelado. Esse requisito é a preservação, ao longo desse período, de um nível suficiente de autonomia e poder negocial perante a República Popular da China. Há infelizmente que dizer que os caminhos ultimamente seguidos não apontam nessa direcção, e eventuais ganhos de circunstância, patrimoniais e pessoais, estão longe de poder compensar os prejuízos a prazo que resultarão de Portugal se poder encontrar amanhã em condições menos boas para dialogar com uma China onde, ao longo da próxima década, as questões dos direitos humanos e do pluralismo político se voltarão necessariamente a colocar.

Nesta perspectiva, serão decisivas as iniciativas e as aberturas que Portugal souber orientar nos próximos anos também para Estados e territórios vizinhos e ainda a capacidade que revelar para aproveitar, na direcção asiática, as possibilidades que resultam da sua reforçada dimensão europeia.

Tão importantes quanto essas serão também as iniciativas de acolhimento e promoção de Portugal como lugar de residência, actividade e investimento por parte de pessoas provenientes de Macau e de toda a região em que se insere. Uma política articulada nesse sentido fará mais pela manutenção no futuro de laços fortes de Portugal com essa área do Mundo do que a revalorização retórica do passado português na região que se vê despontar de vários lados e instituições.

Resta acrescentar que a formulação de uma política à altura das possibilidades que Macau e a região Ásia-Pacífico representarão na próxima década começa por exigir que Portugal deixe de se incluir entre os países europeus onde há menos interesse, informação e estudo acerca dessa região. Esse défice, em nada afectado pelo recente florescimento de intenções e projectos de pendor passadista, tem de ser reduzido a curto prazo, sob pena da década que resta ser em grande parte uma década perdida.



Alberto Costa *

*** Advogado, ex-director do Gabinete de Assuntos de Justiça de Macau**

Autonomia progressiva de Timor seria solução aceitável

Os olhos das grandes potências continuarão provavelmente fechados para o problema do território

A progressiva autonomia de Timor, integrado na Indonésia, poderá ser uma solução para o conflito no território. Portugal poderia até aceitar esta solução, desde que existisse acordo por parte dos movimentos de libertação. Contudo, para já, a Convergência Nacionalista mantém-se intransigente no querer garantir o direito à autodeterminação e à independência.

Se a descolonização africana motiva ainda alguns complexos de análise, falar de Timor-Leste gera muita timidez, sobretudo quando se tenta perspectivar a sua evolução. Erros do passado, alguma fragilidade diplomática e a consciência de que a independência daquele território é uma meta tão contingente quanto problemática, explicam a dificuldade da prospectiva.

Ocupado militarmente pela Indonésia desde Dezembro de 1975, Timor tem provocado declarações internacionais condenando a violação repetida dos direitos humanos. Este tem sido aliás, o vector privilegiado pela diplomacia portuguesa na sua tentativa de mobilização da comunidade internacional para a procura de uma solução «justa, global e internacionalmente aceitável» para o problema. Neste sentido, Portugal garantiu tomadas de posição da CEE, do Parlamento Europeu, do Conselho da Europa e de organizações não governamentais. Até mesmo a controversa visita do Papa à Indonésia e a Timor resultou na principal chamada de atenção internacional para a situação. Só que, se estes impactos fortalecem a posição negocial portuguesa, a verdade é que as declarações condenam as atrocidades cometidas pela Indonésia, mas não se pronunciam sobre o direito dos timorenses à independência. É aqui que reside a principal dificuldade para o reconhecimento dos direitos timorenses.

Interesses primeiro que os princípios

A Indonésia conta com apoios e cumplicidades dos seus vizinhos e com o «fechar de olhos» de grandes potências. Os interesses económicos parecem sobrepor-se ao campo dos princípios e Portugal no concerto das nações é uma gota de água face à dimensão indonésia: quinto país mais populoso do Mundo e o maior em termos de população islâmica. Acrescente-se ainda a importância da sua posição estratégica e da sua extensão geográfica, além da sua qualidade de membro fundador dos Não Alinhados. Tudo isto conduz a que não seja fácil convencer potências influentes a adoptarem posições mais duras para com a Indonésia quando, afinal, se trata de parceiros comerciais. Daí que não espante o desabafo do deputado europeu Mendes Bota ao considerar inaceitável que ao mesmo tempo que o Parlamento Europeu aprova resoluções condenando a situação de Timor, a Comissão faça avançar projectos de cooperação com a Indonésia financiados por fundos comunitários.

Facto significativo que ilustra esta situação é a assinatura pela Austrália e pela Indonésia de um acordo para exploração das jazidas de petróleo e gás natural do mar de Timor. O acordo, julgado impossível há cinco anos quando Jacarta e Camberra divergiam na partilha das suas fronteiras marítimas, foi assinado a bordo de um avião militar australiano. Portugal protestou junto do Tribunal Internacional de Haia, pois está em causa mais uma violação do direito internacional.

Portugal e a ONU

Perante esta situação, a opção portuguesa é a de privilegiar a instância multilateral Nações Unidas, até porque Portugal continua a ser reconhecido como potência administrante de Timor-Leste. Por nossa iniciativa, o secretário-geral da ONU tem um mandato para explorar, com todas as partes interessadas, as vias para uma solução global. Desde 83 que, todos os anos, Perez de Cuellar apresenta à Assembleia Geral um relatório sobre o andamento das conversações, adiando-se a consideração efectiva e final da questão. E isto porque pode ser de não excluir uma próxima derrota portuguesa na tradicional resolução adoptada anualmente pela Assembleia Geral da ONU.

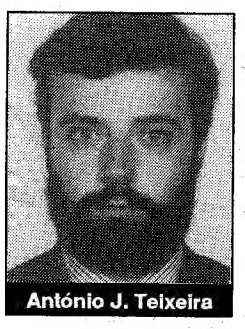
A Constituição portuguesa desde 1976 consagrou as responsabilidades nacionais no assegurar do direito à independência de Timor-Leste. A última revisão constitucional não contemplou propostas de supressão ou atenuação desta norma constitucional. Não se tendo suprimido a designação «direito à independência», até porque não seria defensável internamente e no exterior tornaria mais débil a posição negocial portuguesa, aditou-se a menção «autodeterminação». Esta atitude é reveladora de uma atitude realista face às remotas possibilidades em viabilizar um processo de independência

Hipóteses de evolução

Embora o contexto internacional tenha sofrido enormes mudanças nos últimos meses, a verdade é que dificilmente se alterará tão cedo a relação de forças que amarra os timorenses. No entanto, várias hipóteses de evolução se podem colocar na próxima década.

Forum privilegiado para influenciar a marcha dos acontecimentos é a ONU. Aí qualquer dos intervenientes poderá tomar a iniciativa. Por enquanto, Portugal continuará a ajudar o secretário-geral nos seus esforços de mediação, persistindo na procura da negociação e de apoios no máximo de instâncias. Por seu lado, a Indonésia tentará evitar a todo o custo o alastrar do protesto internacional, tentando comprometer mais e mais países no reconhecimento implícito ou explícito da anexação. O actual secretário-geral da ONU termina o seu mandato em 1991 e o próximo pode tomar a iniciativa de colocar o problema à Assembleia Geral, alegando não ter condições para continuar a mediação. Fontes oficiais garantem-nos que o actual secretário-geral tem sido «muito paciente» no aceitar do arrastamento da questão.

A eventual visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste pode vir a viabilizar a sempre almejada «solução justa, global e internacionalmente aceitável». Nesta altura, as condições que Portugal põe para aceitar o convite da Indonésia para visitar o território são: liberdade de circulação e movimento e a exigência de que a visita não pode redundar em reconhecimento implícito da anexação. Segundo fontes oficiais portuguesas, a visita deveria ser feita para «demonstração da possibilidade de um entendimento futuro e para que a mediação do secretário-geral tenha sentido». Os próprios movimentos de libertação desejam que a visita se concretize.



António J. Teixeira

Outra possibilidade de evolução relaciona-se com o prosseguimento ou a liquidação da guerrilha. Embora formalmente reunidos na Convergência Nacionalista, os movimentos independentistas - UDT e Fretilin - encontam-se profundamente divididos. A guerrilha conta exclusivamente com os apoios da população, equipando-se com as armas que captura aos indonésios. Xanana Gusmão, o líder da guerrilha timorense, reclama o regresso da administração portuguesa e a consequente saída dos militares de Jacarta. Este plano visa a independência do território, depois de um período de cinco anos durante o qual se realizariam eleições.

A população timorense não se conforma com a dominação indonésia, sente-se maltratada e subjugada. Contudo, por ter mêdo que se possa vir a repetir o clima de guerra civil de 75, pode vir aceitar decisões menos radicais. Para ganhar simpatias, a Indonésia está a investir no território com vista a criar melhores condições de vida. Em simultâneo, conduz uma política de exploração das riquezas locais, caso do café.

Finalmente, a evolução interna da Indonésia tem, decerto, uma palavra a dizer. Em 1993 haverá novas eleições e o seu resultado pode influenciar uma solução para Timor. De qualquer modo, com ou sem Shuarto, não é previsível, quaisquer que sejam os resultados eleitorais, que alguma força política ponha em causa a anexação de Timor. O próprio Partido Comunista indonésio não a questiona. A Constituição daquele país, no seu artigo 18º, fala de autonomia para o território sob administração portuguesa, só que, dizem-nos, é mais num sentido simbólico do que real. Apesar disso, a autonomia dentro das fronteiras da Indonésia parece ser uma saída possível para Timor. A Indonésia tudo fará para que esta seja a solução. Resta saber se aos timorenses nada mais restará do que deixar caír os braços.

Reunificação alemã deve ocorrer em cooperação com a Europa

O novo Presidente checoslovaco, Vaclav Havel, afirmou durante uma visita a Berlm que a Europa não tem que recear a reunificação das duas Alemanhas, "desde que esta se mantenha dem. rática".

Ma sua prime. a visita oficial ao estrangeiro, Havel disse ontem que os Gc ernos de Berlim e Bona deveriam esperar que acalmasse a ' uforia da abertura das fronteiras" da Alemanha Democrá ca para decidir o seu futuro.

"A consciência den ocrática e o sistema democrático na Alemanha são mais importantes do que a possibilidade de se tornar uma nação com 60 ou milhões de pessoas", disse Havel numa conferência de Imprensa após conversações com as autoridades de Berlim.

O Presidente checoslovaco disse que a Europa não tem que recear "uma Alemanha democrática e, desde que se mantenha democrática, pode ter a dimensão que quiser".

Esta declaração de Havel foi considerada uma aceitação "reservada" da reunificação da Alemanha Federal e Democrática.

"Este processo (a reunificação) deve integrar-se num processo que envolva toda a Europa. Deve ser feito através de negociações e não através de gestos desordenados", disse.

Durante a sua visita de quatro horas a Berlim, Havel conferenciou com o Presidente interino Manfred Gerlach e com o primeiro-ministro Hans Modrow.

Numa declaração conjunta, Havel e Gerlach afirmam esperar que se realize, ainda este ano, uma reunião da Conferência sobre Segurança e Cooperação da Europa (CSCE) que reune 35 países europeus.

Encontro com as autoridades da RFA

Vaclav Havel, que em seguida visitou a Alemanha Federal, disse em Bona que existe a perspectiva de um tipo de relações "completamente novo" entre o seu país e as duas Alemanhas.

Havel, que não se opõe a uma possível reunificação das duas Alemanhas, defendeu no entanto que esse processo deveria ser feito em cooperação com os países europeus.

Em Munique, onde chegou ao final da tarde, após a visita à RDA, Havel foi recebido com júbilo pelos residentes da capital bávara, que o saudaram nas ruas gritando "Vaclava, Vaclav", e "Liberdade para a Europa de Leste, via Havel".

O novo Presidente checoslovaco reuniu-se com o Presidente Richard Von Weizsaecker, com o chanceler Helmut Kohl e com os líderes dos principais partidos da Alemanha Federal.

Todos eles coindidiram em salientar a importância de o dramaturgo e ex-dissidente do regime comunista de Praga ocupar hoje a chefia do Estado checoslovaco.

O chanceler Helmut Kohl afirmou que a subida de Vaclav Havel de líder da oposição, reprimida no passado, à presidência da Checoslováquia, resume as mudanças em curso nos países de Leste, que levaram à "Primavera europeia", numa referência à expressão "Primavera de Praga".

Vaclav Havel deverá voltar à Alemanha Federal em fins de Fevereiro ou início de Março para outra visita oficial a convite do chanceler Helmut Kohl.

À saída do encontro com o Presidente da Alemanha Federal, Havel e Weizsaecker salientaram ainda o simbolismo de o novo Presidente checoslovaco visitar, no mesmo dia, a República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã.

Por sua vez, o Presidente checoslovaco afirmou estar empenhado em contribuir para a unidade da Europa e sublinhou a importância que adquire, neste contexto, "a estabilidade no centro da Europa".

Redacção DL/Lusa